

plural

revista de ciências sociais

USP

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SOCIOLOGIA

v.21 n°1 | ISSN 2176-8099 | primeiro semestre de 2014

revistas.usp.br/plural



plural

REVISTA DO PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SOCIOLOGIA DA USP



21

Departamento de Sociologia
Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo

Plural

Revista do Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS/USP)

Universidade de São Paulo
Reitor: Prof. Dr. Marco Antonio Zago
Vice Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Diretor: Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu
Vice Diretor: Prof. Dr. João Roberto Gomes de Faria

Departamento de Sociologia
Chefe: Prof. Dr. Brasília João Sallum Junior
Coordenador do Programa de Pós-Graduação: Profa. Dra. Vera da Silva Telles
Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação: Prof. Dr. Ruy Gomes Braga Neto
Secretários do PPGS: Maria Ângela Ferraro de Souza e Gustavo Barboza Mascarenhas

Comissão Editorial - Revista Plural v. 21, n. 1
Benno Victor Warken Alves, Camila Gui Rosatti, Gabriela Pereira Martins, Gustavo Takeshy Taniguti, Irene Rossetto Giaccherino, José de Souza Muniz Júnior, Lucas Amaral de Oliveira, Luiz Vicente Justino Jácomo, Mariana Toledo Ferreira, Monise Fernandes Picanço, Rodrigo Correia do Amaral, Sara Tufano, Thiago Oliveira Lima Matioli, Ugo Urbano Casares Rivetti, Wilson Emanuel Fernandes dos Santos

Capa: Camila Breviglieri Rufca, “Sem título” (2014)

Conselho Editorial
Aldo Duran Gil, Ana Paula Cavalcanti Simioni, Andrea Braga Moruzzi, Anete Brito Leal Ivo, Angélica De Sena, Daisy Moreira Cunha, Dominique Vidal, Edson Silva de Farias, Evelina Dagnino, Flavio Wiik, Heloísa André Pontes, Iram Jácome Rodrigues, Jordão Horta Nunes, Marcelo Kunrath Silva, Marcelo Ridenti, Maria José Rezende, Maria Lívia de Tommasi, Martha Celia Ramírez-Gálvez, Mirlei Fachini Vicente Pereira, Myriam Raquel Mitjavila, Roberto Vecchi, Sergio Costa, Simone Meucci

Equipe Técnica
Diagramação: Diagrama Editorial
Revisão de texto: Meiry Ane Agnese

Financiamento
CAPES

Os conceitos e ideias emitidos nos textos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores, não implicando obrigatoriamente a concordância nem da Comissão Editorial nem do Conselho Editorial.

Endereço para correspondência: Depto. de Sociologia - FFLCH/USP Av. Prof. Luciano Gualberto, 315, CEP. 05508-900 - São Paulo - SP - Brasil
E-mail: plural@usp.br
Site: <http://revistas.usp.br/plural>
Facebook: www.facebook.com/pages/Revista-Plural/293342497360416
Twitter: @plural_usp

Publicação eletrônica semestral referente ao 1º semestre de 2014 (publicada em 08/2014). Plural. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, vol. 21, n. 1, 2014.
ISSN: 2176-8099
1. Sociologia 2. Ciências Sociais

SUMÁRIO



Editorial

Editorial 5

Comissão Editorial

Dossiê

“50 anos do golpe militar no Brasil: legados, resistências e memórias”

O ensino de História na Ditadura Civil-Militar com a institucionalização dos Estudos Sociais . . 9

Iêda Viana

Memória, verdade, justiça e direitos humanos: um estudo sobre as relações entre o Direito e a memória da Ditadura Civil-Militar no Brasil 31

Carlos Artur Gallo

Militância, imaginário social e narrativas jornalísticas. As representações simbólicas sobre membros dos grupos de resistência à ditadura nas notícias sobre o passado militante da presidente Dilma Rousseff 49

Gabriella Nunes de Gouvêa e Luiz Gonzaga Motta

A trajetória de Thereza Santos: comunismo, raça e gênero durante o regime militar . . 73

Flavia Rios

Resenha

A ditadura enquadrada: representações do regime autoritário brasileiro pelo cinema. 97

Wallace Andrioli Guedes

Arquivo Vivo

Apresentação 101

Sedi Hirano

A industrialização e a crise do poder 103

Sedi Hirano

Artigos

Visões sobre educação: o caso de uma instituição
penitenciária feminina no interior paulista.117
Igor José Siquieri Savenhago e Wlaumir Donisete de Souza

Um mapeamento das aproximações entre Weber e Nietzsche 139
Leandro dos Santos

A noção de vida em Hannah Arendt e na Psicanálise.157
Gabriela Gomes Costardi

Matizes verdes, modernização ecológica e usurpação da biodiversidade177
Filipe Aquino

Tradução

Marxismo, estruturalismo e análise literária 195
Raymond Williams
Tradução de Ugo Rivetti

Entrevistas

Uma crítica para o presente:
entrevista com Luc Boltanski217
Realizada por Camila Gui Rosatti, Eduardo Vilar Bonaldi e Mariana Toledo Ferreira

O estabelecimento de um programa de pesquisa weberiano:
entrevista com Wolfgang Schluchter.231
Realizada por Paulo Rigolin de Moraes, Sara Tufano e Hugo Neri

Defesas

Teses defendidas no Programa de Pós-Graduação em Sociologia PPGS-USP247

Dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Sociologia PPGS-USP . 259

A porta que desenha a capa desta edição da *Plural* encerra o que já foi uma cela. A pequena janela e a grade que podemos observar na imagem eram aquilo que separava o mundo das pessoas encarceradas pelo crime do exercício político da liberdade, cujos sonhos, angústias e direitos estavam confinados atrás do trinco e do cadeado. A foto é de Camila Breviglieri Rufca (“sem título”, 2014), do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo.

O cinquentenário do golpe no Brasil é uma data de grande valor simbólico, porém ele também nos obriga a olhar em torno e ver suas consequências reais, perenes, institucionais. Hoje, nos cárceres e nas ruas brasileiras, a tortura e a violência institucionalizadas continuam sendo utilizadas como método privilegiado de interrogatório, desocupação, contenção, punição, humilhação, extorsão, a ponto de elevar o Brasil à posição de único país da América Latina no qual a tortura aumentou após o fim do regime autoritário.

Por esse e tantos outros motivos, temos um compromisso com a produção histórica e sociológica do país, ao apresentar o dossiê “50 anos do golpe militar no Brasil: legados, resistências e memórias”. Nas páginas que seguem, o acesso a espaços mais desbotados e, muitas vezes, mitigados de nossa memória coletiva pretende retocar um pouco as cores do passado, para que ele seja mais bem compreendido em sua complexidade.

Seguindo a proposta da revista, os autores que compõem este dossiê montam um quadro diversificado de temas e olhares, o que permite às novas gerações de pesquisadores a composição de sua memória com elementos da história política do país, reforçando sua relação de pertencimento com a trajetória brasileira de lutas, de ontem, mas também de hoje – nas resistências populares em favelas, periferias, quilombos; nas lutas no campo; nos conflitos indígenas; e nas ocupações urbanas que se organizam das cidades menores aos grandes centros. Ao trilhar tal seara, as novas gerações – mas não só elas – poderão posicionar-se melhor no cenário político brasileiro atual, por compartilhar seu legado e contribuir, quiçá em um futuro próximo, para essa rica história de resistências.

O primeiro texto do dossiê, “O ensino de história na ditadura civil-militar com a institucionalização dos estudos sociais”, é de Iêda Viana, professora da Universidade Tuiuti do Paraná. A autora se debruça sobre a implantação e os efeitos da Lei 5.692/71, que fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e do Decreto 853/71, que cria as disciplinas de Estudos Sociais e Organização Social e Política Brasileira (OSPB). Seu objetivo é explicitar como essa nova organização do campo de disciplinas do ensino básico abriu um campo de luta e resistência possível por parte dos professores de algumas escolas curitibanas.

No artigo seguinte, “Memória, verdade, justiça e direitos humanos: um estudo sobre as relações entre o Direito e a memória da ditadura civil-militar no Brasil”, Carlos Artur Gallo, pesquisador da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, põe em evidência os elementos jurídicos que sustentaram o golpe por mais de duas décadas e cujos efeitos reverberaram depois do período autoritário. Ao analisar a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), o autor indica a construção de uma legislação autoritária que confere sustentação legal aos atos ditatoriais, permite o esquecimento dos crimes do Estado (civis e militares) na volta à democracia e em torno da qual se levanta um debate sobre possibilidades jurídicas de enfrentamento do tema.

É importante considerar as continuidades e descontinuidades históricas entre os períodos do regime autoritário e da democracia, para assim entender esse fato histórico e seu impacto nos anos que se seguiram ao seu fim. Isso nos permite perceber a permanência da legislação, de práticas, debates – mas também dos atores –, da ressignificação de sua ação política no cenário brasileiro, bem como de seu papel no imaginário social do país.

O artigo “Militância, imaginário social e narrativas jornalísticas”, de Gabriela Nunes de Gouvêia e Luiz Gonzaga Motta, ambos da Universidade de Brasília, enfatiza esse último ponto. Os autores analisam a cobertura jornalística da eleição de Dilma Rousseff, em particular a produção discursiva sobre a militância da presidenta durante a ditadura.

Flavia Rios, socióloga da Universidade de São Paulo, em “A trajetória de Thereza Santos: comunismo, raça e gênero durante o regime militar”, reconstrói o itinerário sociobiográfico de Thereza Santos, mulher negra, nascida no Rio de Janeiro e antiga militante comunista. A autora nos oferece, assim, uma análise que estabelece conexões históricas e sociológicas entre as mobilizações política e cultural no contexto de resistência ao regime militar, com base preferencialmente em fontes primárias: imprensa nacional e alternativa, correspondências, discursos, projetos artísticos e políticos, além de sua autobiografia.

Mantendo afinidade temática com o dossiê, Wallace Andrioli Guedes, da Universidade Federal Fluminense, oferece-nos uma resenha do recente livro de Caroline Gomes Leme, *Ditadura em imagem e som*, em que a autora faz uma análise da representação cinematográfica sobre o regime autoritário. A pesquisa que deu origem a esse livro ganhou o prêmio de melhor dissertação em Ciências Sociais no Concurso Brasileiro ANPOCS de Obras Científicas e Teses Universitárias.

Na seção Arquivo-vivo, apresentamos um trabalho histórico escrito pelo hoje professor emérito do Departamento de Sociologia da USP, Sedi Hirano, para a

disciplina Sociologia Industrial e do Desenvolvimento, ministrada na época por Fernando Henrique Cardoso, então professor dessa instituição. O texto se defronta com a temática do dossiê acerca do golpe militar, e sua história materializa o impacto da censura no campo da produção intelectual. Na época, lembra Sedi, Fernando Henrique considerou o artigo publicável e se propôs a indicá-lo para a *Revista Brasiliense*. No entanto, nesse ínterim, houve o golpe de 1964, e o processo para a publicação do texto foi interrompido. Por isso é com prazer redobrado que, cinquenta anos depois, publicamos o artigo inédito “A industrialização e a crise do poder”, uma potente análise da conjuntura econômica e política da época – e que, hoje, nos apresenta fatos históricos que antecederam o fatídico golpe. O texto é rico, sobretudo pelo conteúdo da análise que ilumina o passado e coloca questões para o presente, confirmando com isso sua atualidade.

A edição 21.1 também vai além do dossiê temático, apresentando outros quatro artigos, duas entrevistas inéditas e uma tradução. Os professores Igor José Siquieri Savenhago e Wlaumir Donisete de Souza, do Centro Universitário Barão de Mauá (Ribeirão Preto), abrem os artigos fora do dossiê, com o texto “Visões sobre educação: o caso de uma instituição penitenciária feminina no interior paulista”. Os autores analisam a perspectiva de detentas e ex-detentas que participaram de um projeto de reintegração social em Ribeirão Preto e os esforços do Estado para fazer um controle sobre o processo educativo e, ainda, sobre as resistências a tais padrões de controle.

“Um mapeamento das aproximações entre Weber e Nietzsche: uma cartografia”, de Leandro dos Santos, da Universidade Federal de Santa Catarina, sugere um exercício teórico interessante sobre pontos de contato e afinidades possíveis entre os dois autores em temas como poder, conhecimento, modernidade e ética. Já “A noção de vida em Hannah Arendt e na Psicanálise” é mais uma contribuição de cunho teórico. A autora, Gabriela Gomes Costardi, doutoranda em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo, busca aproximações possíveis entre a intelectual alemã e o campo da Psicanálise, refletindo sobre o papel da sexualidade na obra de Arendt, em comparação com obras psicanalíticas, em especial, as de Freud e Lacan.

Por fim, em seu texto “Matizes verdes, modernização ecológica e usurpação da biodiversidade”, Filipe Aquino, da Universidade do Porto (Portugal), aponta para o papel da tecnociência e da biodiversidade no capitalismo contemporâneo, marcado, sobretudo, pela depredação sociocultural e pela renovação econômica do grande capital transnacional.

Já a tradução desta edição é de um texto de Raymond Williams (1921-1988), “Marxismo, estruturalismo e análise literária”, feita por Ugo Rivetti. Nesse texto, publicado originalmente na prestigiada *New Left Review*, Williams analisa como é possível tomar a cultura e seus artefatos como objeto de estudo, sem, no entanto, isolá-la de seus condicionantes sociais, e, ao mesmo tempo, sem perder de vista suas especificidades. Para tanto, o autor dialoga com duas tradições decisivas para a discussão dessa temática que também tiveram papel central na Sociologia do século 20: o estruturalismo e o marxismo.

Também, o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP recebeu, em 2013, dois sociólogos de indiscutível importância: Luc Boltanski e Wolfgang Schluchter. A passagem de ambos por nossa instituição rendeu a oportunidade de entrevistá-los, contemplando tanto um diálogo com a tradição sociológica francesa quanto um debate com a herança alemã. Nesta edição, oferecemos ao leitor as entrevistas que fizemos com ambos.

Para finalizar, esta edição especial de número 21.1 dá forma a uma nova postura da *Plural*: a organização de dossiês. Junto a isso, outra novidade é que agora estamos hospedados no portal de revistas acadêmicas do SIBi, Sistema Integrado de Bibliotecas da USP. Assim, todo o material da revista poderá ser consultado na plataforma com o novo endereço digital da revista: www.revistas.usp.br/plural. Sejam bem-vindos e aproveitem o percurso de reflexão histórico-sociológica que traçamos e que pretende se somar aos esforços e à tarefa premente de trazer à memória justamente aquilo de que se deve evitar a repetição.

Comissão Editorial da Revista Plural

O ENSINO DE HISTÓRIA NA DITADURA CIVIL-MILITAR COM A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS ESTUDOS SOCIAIS

*THE TEACHING OF HISTORY IN THE CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP
WITH THE INTEGRATION IN THE AREA OF SOCIAL STUDIES*

Iêda Viana^a

Resumo O artigo se refere ao contexto da Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985) e às implicações da Lei 5.692/71 no ensino brasileiro, especialmente com relação à disciplina escolar História, que passa a ser integrada a uma área de ensino, junto com a Geografia, qual seja Estudos Sociais, pelo Decreto 853/71. O foco da análise foram as práticas escolares da área de Estudos Sociais, com o intuito de dar inteligibilidade a movimentos realizados no interior de algumas escolas municipais de Curitiba, procurando deslocar o olhar do *lugar próprio* (campo político) para o *lugar praticado* (campo escolar), investigando as reações dos professores municipais diante das diretrizes educacionais, na perspectiva certauniana (1994), que recusa a visão dos indivíduos como meros consumidores de bens culturais. Como objeto específico da investigação tomou-se a institucionalização dos Estudos Sociais naquelas escolas, por meio de um projeto alternativo ao oficial, o *Projeto de Estudos Sociais a partir da longa duração* (1975-1985), fundamentado na historiografia francesa, que privilegiava a interdisciplinaridade, entre outros aspectos, o que contribuiu para a legitimação daquele projeto de integração de algumas áreas do conhecimento. A história oral e relatórios institucionais e escolares serviram de aporte metodológico para a pesquisa, cujos resultados revelam que nem sempre as estratégias políticas do regime militar foram cumpridas fielmente, havendo, no campo educacional, por exemplo, uma

^a Doutora em Educação e mestre em História Social pela Universidade Federal do Paraná. Professora no Programa de Mestrado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná. O artigo foi elaborado a partir de dados parciais coletados para a tese de doutorado da autora, com o título “Artes de fazer’ na reforma escolar: o projeto de estudos sociais a partir da longa duração em Curitiba (décadas de 1970-1980)”, defendida no Curso de Pós-Graduação em Educação, linha de pesquisa História e Historiografia da Educação, Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, em 2006.

margem de negociação e resistência que permitiu aos educadores enfrentarem esse período por meio de variadas táticas.

Palavras-chave Ditadura Civil-Militar; Lei 5.692/71; Estudos Sociais; Michel de Certeau; práticas escolares.

Abstract *The article refers to the context of the Civil-Military Dictatorship in Brazil (1964-1985) and the implications of Law 5692/71 in Brazilian education, especially with regard to the subject of History, which is integrated into a teaching area, along with Geography – Social Studies – by Decree 853/71. The focus of the analysis were school practices in the area of Social Studies, as an attempt to clarify the movements accomplished inside some local schools in Curitiba. To this end, we will try to direct our regard from the place itself (political field) towards the practiced place (school field), investigating local teachers' reactions towards educational guidelines from a de Certeauian perspective (1994) which refuses the view of individuals as mere consumers of cultural goods. The specific object of this research was the institutionalization of Social Studies in those schools through an alternative to the official project: the Social Studies project based on the long term (1975-1985), influenced by the work of the French historiography, which privileged, among other things, interdisciplinarity, and contributed to the legitimation of the integration project of some areas of knowledge. Oral history and institutional and school reports served as a methodological approach to the research. The results show that the political strategies of the military regime were not always fulfilled faithfully, especially in the educational field, for example, where a margin of negotiation and resistance, allowed educators to face this period through various tactics.*

Keywords Civil-Military Dictatorship; Law 5692/71; Social Studies; Michel de Certeau; school practices.

INTRODUÇÃO

Este artigo trata do contexto da Ditadura Civil-Militar¹ (1964-1985) e das implicações da Lei 5.692/71 no ensino brasileiro, especialmente com relação à

¹ A opção pela designação Ditadura Civil-Militar decorre de discussões que vêm sendo realizadas por pesquisadores desse contexto histórico, os quais alertam para a simplificação e dicotomização da expressão Ditadura Militar para esse período, que foi muito mais complexo, pois contou com o apoio direto ou a omissão de diferentes segmentos da sociedade civil, além da população de forma geral, satisfeitos pelo menos com os efeitos do crescimento econômico, segundo Gonçalves (2012).

disciplina escolar História, que passa a ser integrada a uma área de ensino, junto com a Geografia, qual seja Estudos Sociais, pelo Parecer 853/71.

A Lei 5.692/71 foi criada em um contexto paradoxal, ao mesmo tempo autoritário e repressivo, alvo de contestações e resistências, mas também de euforia e acordos tácitos por várias razões, especialmente em função do crescimento econômico e de seus reflexos nos campos de emprego, urbanização e cultura do país, que contribuíram significativamente para a omissão, a adesão e o apoio de uma parte da população às diretrizes desenvolvimentistas do governo. A repressão e a censura eram inegáveis, naquele período, mas somente as percebiam as pessoas que eram seu alvo direto e que consistiam, relativamente, em uma minoria, se comparada ao total da população. Esta, em sua maioria, não percebeu aquilo que a atingia, não se incomodou com isso ou aceitou passivamente, diante dos efeitos, por exemplo, do milagre econômico (GONÇALVES, 2012, p. 10).

Este panorama traz novas leituras e questionamentos sobre aquele período. Em relação à educação e ao ensino de História, ainda são poucas as pesquisas que permitem entender como a escola e seus diferentes interlocutores reagiram em relação às diretrizes dos governos militares.

Desse modo, este artigo visa analisar o período, focando principalmente as práticas escolares dos Estudos Sociais, com o intuito de conferir inteligibilidade a movimentos realizados no interior das escolas municipais de Curitiba, que podem ser compreendidos como *táticas sutis das práticas ordinárias*, isto é, *apropriações e usos dos praticantes* frente às *estratégias* políticas. Para isso, procurou-se deslocar o olhar do *lugar próprio* para o *lugar praticado*, analisando as reações dos professores municipais diante das diretrizes educacionais, na perspectiva certeuniana (1994), que recusa a visão dos indivíduos como meros consumidores de bens culturais.

O *lugar próprio*, para Certeau (1994, p. 202), é onde se constitui o saber e o poder – o lugar dos “fortes” –, que, por sua posição, têm uma visão macro da situação, permitindo-lhes o estabelecimento de estratégias; e o *lugar praticado* é aquele no qual lutam os “fracos”, em que prevalece a ausência de dispositivos de poder panópticos, portanto, ali os praticantes, por não terem o domínio do lugar, só podem contar com o tempo, a ocasião e a perspicácia para atingir seus objetivos por meio de táticas sutis.

Mudanças paradigmáticas na historiografia da educação, com a valorização de outras fontes, como as escolares, permitiram o deslocamento do olhar investigativo para o interior da escola, para as práticas, os rituais e os saberes que circulam em seu cotidiano. É nessa perspectiva que este artigo se posiciona, tomando como

referência a História Cultural, um dos campos de estudo que contribui para a valorização da pesquisa histórica sobre o *funcionamento escolar*, o que originou o conceito de *cultura escolar*². Assim, definiu-se como problemática pensar de que modo, no processo de reformas escolares, os textos prescritivos são *fabricados estrategicamente* em um determinado *lugar de saber e poder* e *apropriados e praticados (possivelmente de forma tática)* por diferentes agentes históricos no interior das escolas.

Como objeto da investigação tomou-se a reforma curricular implantada com a Lei 5.692/71 e a institucionalização dos Estudos Sociais, no período do Regime Civil-Militar, nas escolas municipais de Curitiba, porque, naquela rede de ensino público, tal implantação ocorreu por meio de um projeto alternativo ao oficial, o *Projeto de Estudos Sociais a partir da longa duração* (1975-1985), fundamentado teoricamente na obra do historiador francês Fernand Braudel, um dos historiadores que liderou o movimento historiográfico da revista de Annales.

A reconstituição das práticas escolares, por meio da memória dos professores municipais e do exame de relatórios institucionais, proporcionou visibilidade à *invenção do cotidiano* (CERTEAU, 1994). As fontes orais tiveram um papel importante na busca por inteligibilidade histórica, envolvendo a noção de *memória* enquanto *representação*. Para Certeau, a memória é a chave para a compreensão dos *movimentos táticos* e uma presença à pluralidade de tempos, a qual, graças à capacidade de acumular experiências, permanece oculta – como “escrituras invisíveis” – até o instante em que se revela no “momento oportuno” como lembrança. Ela é *representação*, mas também é *prática*, pois a construção de sentido ocorre na relação com o outro (CERTEAU, 1996, p. 63).

A historiografia sobre o ensino de História, no contexto da reforma educacional dos anos 1970, tem contribuído para a construção de algumas representações³ desse ensino, que, neste momento, sintetizamos em duas versões:

- a *do esvaziamento de conteúdos oriundos da ciência de referência* – História –, após a implantação dos Estudos Sociais⁴, com a integração das

2 *Cultura escolar* para Julia (2001) não envolve apenas as *normas* produzidas externamente às escolas, para discipliná-las, mas se refere às *práticas* que ocorrem no interior das escolas, nas quais poderíamos incluir *os rituais, os saberes, o uso dos espaços e tempos escolares, os valores que circulam no dia a dia da instituição* educativa e que contribuem para a formação do sujeito social, entre outros aspectos.

3 Roger Chartier compreende as representações sociais como esquemas ou conteúdos de pensamentos que, embora enunciados de modo individual, são, na verdade, condicionamentos não conscientes e interiorizados, que fazem com que um grupo ou determinada sociedade partilhe um sistema de representações e um sistema de valores comuns (CHARTIER, 1986)

4 Consultar: Fenelon (1984), Fonseca (1995) e Bittencourt (1995).

áreas de conhecimento. Nessa leitura, a *transposição didática*⁵ realizada nos currículos escolares de Estudos Sociais teria promovido o distanciamento que passou a existir entre os saberes escolares e os saberes acadêmicos⁶;

- a da *permanência dos referenciais teórico-metodológicos tradicionais da ciência de referência*, quando da institucionalização dos Estudos Sociais: mantendo esses fundamentos inalterados, permaneceu a primazia dos aspectos políticos, datas, personagens heróicos, batalhas, portanto, a perspectiva da História linear, evolucionista, factual, sem grandes mudanças de conteúdo (NADAI, 1985/1986, p. 110)⁷.

Diante dessas representações contraditórias, o interesse em analisar a complexidade daquele contexto cultural e político, muito mais ampla do que se tem pensado, mobilizou a reflexão sobre o significado histórico da implantação do Projeto de Estudos Sociais a partir da longa duração⁸, nas escolas municipais de Curitiba, principalmente por nele se identificar a preocupação de realizar a aproximação da escola à academia e do saber escolar ao saber científico, pela mediação de agentes históricos externos à escola, interferindo na produção e legitimação dos saberes escolares. O aporte teórico-metodológico da historiografia francesa, centrado em Fernand Braudel⁹, propunha a aproximação com as Ciências Sociais, o que o legitimava como fundamento para a proposta interdisciplinar de Estudos Sociais, naquele Projeto.

A IMPLANTAÇÃO DOS ESTUDOS SOCIAIS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CURITIBA

Este processo, após a Lei 5.692/71 e o Parecer 853/71, teria ocorrido por meio de dois projetos educativos que tiveram existência paralela. Primeiro, o Plano Curricular da Diretoria de Educação, elaborado *estrategicamente* por técnicos

5 Chevallard (1991) explica a *transposição didática como a necessidade de estabelecer a relação entre o saber acadêmico e o saber escolar*, cabendo à didática evitar o distanciamento entre ambos. Tal perspectiva recebe críticas por conceber o processo de produção do saber como uma forma de conhecimento descontextualizado de seu processo de criação e acentuar a hierarquização de saberes como base para a constituição de conhecimento para a sociedade, mas foi essa concepção que de certo modo, *avant la lettre*, norteou o Projeto de Estudos Sociais a partir da longa duração.

6 O ensino tradicional de História, segundo Nadai (1992/1993), apesar das críticas realizadas a partir do movimento renovador da educação, articulava-se coerentemente com um determinado referencial teórico-metodológico da ciência de referência em sua vertente positivista.

7 Além de Nadai (1985/1986), consultar Schmidt e Cainelli (2004).

8 Neste texto, a menção ao Projeto de Estudos Sociais a partir da longa duração será feita sempre pelo termo Projeto.

9 A concepção do Projeto e sua organização em conteúdos curriculares tiveram como referencial as obras de Braudel (1970; 1972).

municipais, portanto, estruturado em um lugar próprio, *no campo político*, fornecendo orientações para todas as áreas de ensino e, no que concerne aos Estudos Sociais (integrado basicamente por História e Geografia), não apresentando diferenças importantes em relação aos currículos anteriores. Segundo, o Projeto de Estudos Sociais a partir da longa duração, elaborado *taticamente*¹⁰, *no campo acadêmico*, por *intelectuais* da Universidade Federal do Paraná¹¹, implantado em algumas escolas municipais sob o aval da Diretoria de Educação¹².

A participação dos intelectuais sinalizou, para a hipótese geral da investigação, que o aproveitamento de uma brecha no poder por parte desses agentes permitiu-lhes – por meio da perspectiva de *mudança educacional* (POPKEWITZ, 1997) e operando em um *quadro de movimentos táticos* (CERTEAU, 1994) à política educacional – as condições para estabelecer, ao lado do projeto educativo *oficial*, uma experiência *alternativa, coerente com suas apropriações das determinações políticas*. Pensar as políticas educacionais é refletir não apenas em sua natureza de *controle* e de *regulação social* (POPKEWITZ, 1997), objetos da esfera estratégica de poder, mas também deslocar o pensamento para as táticas operadas nos estratos de não poder, ou seja, refletir sobre como se realiza o processo de *apropriação*¹³ das *ordenações superiores pelos usuários, os quais colocam* em jogo atitudes de adesão, instauram negociações, constituem *espaços*, enquanto *lugares praticados*, em uma *rede de lugares e relações* que produzem *poder e saber* (CERTEAU, 1994) e onde são constituídas as *representações sociais*.

As primeiras escolas envolvidas no Projeto foram: em 1975, Omar Sabbag (nordeste) e Albert Schweitzer (sudoeste); e, em 1976, Papa João XXIII (oeste) e Júlia Amaral Di Lena (norte). Aos poucos, algumas unidades que implantavam as séries finais do 1º grau, em atendimento à reforma, aderiram ao Projeto, assim

10 Embora o Projeto seja de autoria de professores da Universidade Federal do Paraná (UFPR), intelectuais, portanto, externos às escolas municipais, eles o elaboraram também *taticamente* frente à estratégia política de institucionalização dos Estudos Sociais pelo regime civil-militar, como se pretendeu demonstrar neste artigo. No caso de intelectuais, Certeau (1994) compreende que eles possam ocupar tanto o lugar próprio como o lugar praticado, utilizando-se de estratégias ou táticas, de acordo com o lugar em que estejam posicionados contingencialmente.

11 Os elaboradores do Projeto de Estudos Sociais a partir da longa duração foram os historiadores do Departamento de História da UFPR, que deveriam implantá-lo em dois anos (1975-1976). O Ministério de Educação (MEC) convidou representantes de universidades do país a apresentarem proposta para a institucionalização dos Estudos Sociais, possivelmente como estratégia de legitimação da reforma que se implantava.

12 Apenas o Projeto de Estudos Sociais a partir da longa duração é objeto de análise neste artigo.

13 A noção de *apropriação* para Chartier (1991, p. 180) visa realizar “uma história social dos usos e das interpretações, referidos as suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que a produzem”. Seu significado indica duas dimensões: a ênfase nas *interpretações*, remetendo ao conceito de *representações sociais*; e o realce aos *usos*, orientando a investigação para as *práticas*. É através da apropriação que ocorre a *operação de sentido* por parte dos *usuários*.

como escolas de 1ª a 4ª série, com o propósito de unificar o ensino nessa área de conhecimento, desde as séries iniciais.

A visão panóptica que a História proporciona permite afirmar a permanência do Projeto por cerca de uma década, apesar de apontar um declínio relativo ao longo do tempo. Em 1979, atingia 32,2% das escolas municipais (CURITIBA, 1979a, p. 6-7), e, em 1982, o índice havia caído para 21,5% (CURITIBA, 1982, p. 12, 17). Há registros do Projeto até meados da década de 1980, quando, sob o impacto de movimento local (que se incorporava ao movimento realizado no plano nacional) pelo retorno da História e da Geografia como disciplinas autônomas no currículo de 1º grau, o Conselho Estadual de Educação aprovou parecer, argumentando que já existia o amparo legal para trabalhar os Estudos Sociais com as disciplinas separadas, desde que se “respeitasse o princípio de integração que fundamenta o currículo”¹⁴ (PARANÁ, CEE. Parecer 332/84, 1983, p. 9).

Em decorrência, a área de Estudos Sociais não seria extinta, mantendo-se sua rubrica, mas História e Geografia poderiam ser trabalhadas separadamente, dando-se legitimidade a uma situação que, de fato, já existia na prática escolar em muitas escolas.

Em 1986, Resolução do Conselho Federal de Educação aprovou a separação definitiva das disciplinas História e Geografia (BRASIL. CFE. Parecer 785/86, anexo à Resolução 06/86) e, a seguir, o Conselho Estadual de Educação aprovou a Deliberação 0047/87, que estabelecia “Normas para reformulação do Núcleo Comum para os Currículos do 1º e 2º graus, no Sistema Estadual”.

Em 1988, foi publicado o “Currículo Básico – Uma contribuição para a Escola Pública Brasileira” (CURITIBA, 1988), para o município de Curitiba, o qual propõe uma nova concepção das áreas de estudo, procurando aproximar as disciplinas das ciências de referência.

Ora, diante disso, como a reforma dos anos 1970 se realizou efetivamente no interior das escolas municipais? Como a proposta de Estudos Sociais foi apropriada e colocada em prática pelos professores?

AS ESTRATÉGIAS POLÍTICAS E AS PRÁTICAS ESCOLARES

A eficácia da experiência alternativa foi procurada por meio de algumas medidas estratégicas gerais: a formulação de um currículo prescritivo (o Projeto de Estudos Sociais a partir da longa duração), a formação continuada dos profes-

14 O amparo legal era dado pelo Parecer Federal 7.676/78.

sores (ou treinamento, como se denominava na época) e um processo controlado de acompanhamento e avaliação. Neste artigo será discutido apenas o primeiro aspecto – o curricular.

As transformações pelas quais passavam as sociedades brasileira e paranaense, no contexto de desenvolvimento das relações do capitalismo industrial e urbano, não mais favoreciam o processo educacional e o ensino das humanidades, com base apenas na erudição e memorização. Ao contrário, impunham uma perspectiva de aprendizagem orientada para a *capacidade de abstração*, para a *solução de problemas*, captada pelos intelectuais ainda na esteira dos princípios da escola nova e sua tendência psicologista.

O Projeto tinha uma motivação contingencial: atender à ordenação legal, respondendo ao chamado do Ministério da Educação (MEC)¹⁵, porém adequando-a aos interesses acadêmicos, especialmente com relação à organização interdisciplinar de conteúdos, tendo a história como “fio condutor” (UFPR, 1976/1977, p. 43), de modo a intervir nas formas de apropriação de Estudos Sociais presentes até então.

O estudo [...] visa a corrigir as distorções do ensino tradicional de Estudos Sociais, principalmente em face dos dispositivos da Lei nº 5.692/71, que pretendem, para algumas séries, a integração das matérias fornecidas aos alunos, a hierarquização dos pré-requisitos e das situações de aprendizagem, atendidas às noções prescritas pela Psicologia Evolutiva (UFPR, 1976/1977, p. 29).

Dentre os objetivos apresentados no Projeto, cabe ressaltar alguns que reforçam essa motivação de atender aos aspectos legais, mas taticamente articulando-os aos pressupostos teórico-metodológicos da História, fundamentada na concepção braudeliana da multiplicidade do tempo social e nos pressupostos psicopedagógicos da Psicologia Evolutiva, ordenando os conteúdos pelos “centros de interesse” do indivíduo, de acordo com sua faixa etária (UFPR, 1976/1977, p. 27-28).

- a) Integrar os conteúdos programáticos da área de Estudos Sociais.
- b) Hierarquizar os pré-requisitos e as situações de aprendizagem de acordo com a concepção “braudeliana” de História, para atender aos ditames do Parecer nº 853/71, do Conselho Federal de Educação.

15 A professora Cecília Westphalen, coordenadora do Projeto pela UFPR e sua principal mentora, havia sido convidada pelo MEC, juntamente com outros representantes de universidades do país, para uma reunião em que se apresentaram propostas para a implantação dos Estudos Sociais.

- c) Permitir aos educandos uma visão mais próxima da realidade em que vivem em relação aos conteúdos de Estudos Sociais.
- d) Fazer ver aos discentes que as Ciências do Homem se distinguem tão somente pelo objeto formal de seu estudo (UFPR, 1976/1977, p. 29).

A proposta pedagógica, como se observa, está pautada em *pressupostos psicológicos* que valorizam os interesses do aluno, seguindo a orientação pedagógica daquele contexto, embora o atendimento das transformações no perfil do aluno, com a massificação da escolarização, constituísse uma complexidade para a escola. A crença de que o ensino com base simplesmente na erudição não dá mais conta das necessidades sociais coloca como um imperativo a maior aproximação dos saberes escolares à realidade do aluno que tem acesso à escola. Daí, possivelmente, a articulação dos conteúdos, no Projeto, com os aspectos da *vida cotidiana*, conforme noção braudeliana de *vida material*¹⁶.

Cabe lembrar que na experiência do *Projeto*, embora a presença normalizadora seja forte, o *caráter de modernização científica do ensino* que busca a inclusão nos *programas escolares de novidades provenientes de investigações das ciências de referência* que, segundo Abud (1992/1993), está ausente nas propostas pedagógicas até então é o que mobiliza a ação reformadora dos intelectuais, ou seja, o seu desejo de modificação na tradição cultural a que estavam ligadas a História e seu ensino, cuja tendência historiográfica dominante entrara em declínio (a escola metódica ou positivista).

A análise dos conteúdos no Projeto impõe retomar um aspecto do currículo ressaltado por Apple, que o entende sempre como fruto de uma seleção: “nunca é um conjunto neutro de conhecimentos [...]. Ele é sempre [...] resultado da seleção de alguém, [...] acerca do que seja conhecimento legítimo. É produto de tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam um povo” (APPLE, 1995, p. 59). Assim, os conteúdos foram selecionados a partir da cultura acadêmica, considerando determinada tradição que valorizava as categorias das durações e dos ritmos temporais e a aproximação das Ciências Sociais (BRAUDEL, 1972), além das noções antropológicas de sobrevivência humana e suas respostas culturais – as necessidades básicas do homem (MALINOWSKI, 1962).

Do ponto de vista da concepção pedagógica, a expectativa do Projeto é “em termos dos conceitos que o aluno deverá elaborar, como primeiro passo para a

16 A *vida material* ou *civilização*, para Braudel (1970), envolvia três campos: o *meio ambiente* das sociedades; as *bases materiais do cotidiano* – alimentação, vestuário, moradia –; e as *técnicas*.

formação de comportamentos mais complexos, bem como sua interiorização”¹⁷, os quais devem ser trabalhados a partir dos “esquemas que o aluno já possui, pois a matéria atua sobre experiências que o próprio aluno vivencia, como indivíduo em sociedade” (UFPR, n. 3, 1976/1977, p. 22-23). Assim, os critérios de seleção de conteúdos foram definidos a partir da teoria de desenvolvimento dos estágios cognitivos piagetianos, com base em interpretação de Presseisen e D’Amico (1975, p. 24), que consideram a dimensão pessoal e social em sua relação com a faixa etária do aluno.

Na perspectiva do Projeto defende-se que o aluno deverá chegar ao conhecimento da realidade social e histórica não pelos *fatos* (curta duração), mas pela compreensão das *estruturas* (de longa duração), que estão presentes na vida humana e são pautadas pela vivência cotidiana; e pelas *conjunturas* (de média duração) que tornam compreensível o *tempo social e individual* (UFPR, 1976/1977, p. 18, 43). A opção pelo referencial teórico braudeliano permite trabalhar os conteúdos conceitualmente e a partir de temas próximos à realidade cotidiana do aluno, em seu caráter estrutural, mobilizando seu interesse, mas evitando o risco de um ensino anedotário.

O eixo temático central era o *Homem vivendo em sociedade* (UFPR, 1976/1977, p. 15, 18), a partir do qual foram selecionadas as *matrizes curriculares ou geradoras* (UFPR, 1976/1977, p. 16, 45). Primeiramente, indicaram-se o estudo das *estruturas*, as *tendências seculares* – de ritmo equivalente ao *tempo geográfico* –, tendências marcadas pelas *permanências* na vida cotidiana do homem, portanto, compreendidas como mais próximas da experiência do aluno e onde mais facilmente se apreendem as regularidades, as quais deveriam ser trabalhadas especialmente nas séries iniciais (1ª a 4ª séries), a partir de atividades e do eixo: “A vida de todos os dias”, vista nas dimensões econômicas, históricas, geográficas, socioculturais e políticas (UFPR, 1976/1977, p. 46-57).

A seguir, propunha-se o estudo mais detalhado de “O homem brasileiro” e suas necessidades fundamentais como ser vivo e ser humano; as *estruturas de longa duração*, a serem trabalhadas nas séries finais (5ª a 8ª séries), pelas áreas de estudo, com o eixo desdobrado em estruturas etnoculturais; estruturas geográficas; e necessidades básicas: o provisionamento, a estrutura da habitação e a estrutura da veste (UFPR, 1976/1977, p. 46-57).

17 Esta concepção está fundamentada em Hirst e Peters (1972), acreditando que “não pode haver experiência ou conhecimento sem a aquisição dos conceitos pertinentes” (UFPR, 1976/1977, p. 22).

Por último, vinha o estudo das *conjunturas e dos acontecimentos de média e curta duração* – o *tempo social e individual* – que se destinava ao 2º grau, o qual deveria ser trabalhado por disciplinas, focalizando o eixo: “O homem” - “A sociedade no tempo”, analisados “nos diversos aspectos estudados pelas Ciências Sociais” (UFPR, 1976/1977, p. 46-57)¹⁸.

Desse modo, a partir do eixo central – *o homem em sociedade* – e das variáveis *tempo e sociedade*, definiram-se as *matrizes geradoras*, coerentes com a multiplicidade temporal, as quais foram revisadas no experimento da 3ª fase, em 1977, no que se refere ao ensino da 1ª à 8ª série¹⁹:

- “realidades de longa, muito longa duração”, que constituem as *tendências seculares* a serem estudadas como *atividades* através dos temas: “as necessidades básicas do homem”; “a vida de todos os dias” (1ª, 2ª e 3ª série); “necessidades básicas do homem brasileiro” (4ª série);
- “estruturas de longa duração”, estudadas como *áreas de estudo* com os temas: “as sociedades” (5ª série); “o trabalho e as técnicas” (6ª série); “os espaços, as economias e as trocas” (7ª série) e “as ciências” (8ª série);
- “conjunturas, acontecimentos de média ou curta duração”, estudadas como *disciplinas, através do tema*: “o homem” (2º grau) (UFPR, 1976/1977, p. 25, 35, 74).

As *matrizes geradoras*, por sua vez, foram desdobradas em *matrizes-base* para cada série de ensino; e *operacionais* para os planos de ensino dos professores (UFPR, 1976/1977, p. 18).

Os planos de ensino eram elaborados por um grupo de pessoas – consultores, assessores, professores e alunos do curso de graduação em História da UFPR –, agentes que participavam do planejamento até a execução e avaliação, na fase da experimentação do Projeto. Essa centralização das decisões deve-se, de um lado, à exigência de controle da experimentação por parte dos pesquisadores, e, de outro lado, pelo imperativo da regulação social, no qual o *domínio* e a *legitimação*

18 Os intelectuais elaboraram o “*modelo matricial*”, obedecendo a uma hierarquização de conteúdos e integração das Ciências Sociais “para todo o primeiro e o segundo graus”, embora a rede municipal de ensino atendesse apenas o 1º grau. Assim, para o 2º grau é apenas indicada a matriz ampla – o homem –, com a observação de que seus temas poderão ser desdobrados e ampliados a partir dos níveis anteriores.

19 A primeira fase ocorreu em 1975, com experimento na 5ª série; a segunda fase ocorreu em 1976, com revisão do experimento da 5ª série e sua adequação para a 4ª série e ampliação para a 6ª série; e a terceira fase, em 1977, com revisão dos experimentos anteriores, sua adequação e ampliação para as demais séries (UFPR, 1976/1977, p. 25).

constituíam-se parceiros fundamentais. Tanto isso é verdade que a avaliação unificada não se realizava apenas nas escolas que desenvolviam o Projeto, mas era uma prática desenvolvida em todas as áreas do currículo e escolas municipais, sendo justificada pela *racionalização e eficácia* do ensino.

As [...] mais de 20 unidades escolares [...] tornavam imperiosa a existência do estabelecimento de padrões mínimos referentes à atuação discente em cada série de forma a permitir uma real proporcionalidade entre o nível escolar atingido e a aquisição dos conhecimentos necessários para a finalização do 1º grau [...]. Adotou-se como solução uma avaliação unificada, baseada nos objetivos mínimos de cada bimestre [...] (CURITIBA, 1975a, p. 15-16).

Embora a proposta não possa escapar a críticas, é possível perceber um esforço em manter a coerência teórico-metodológica. Ao propor-se o trabalho com as durações temporais e com a aproximação das Ciências Sociais, pretendia-se possibilitar uma leitura histórica global, viabilizando a reflexão sobre a realidade social em suas várias dimensões – econômica, histórica, geográfica, política e sociocultural. Esse princípio permitiria que a sociedade, inicialmente vista sob uma perspectiva local, pudesse gradativamente ser estudada de forma comparativa a outros recortes espaciais e temporais.

Não obstante, as mudanças introduzidas não podem ser consideradas indícios imediatos de transformações na prática escolar das escolas municipais. O ensino das Ciências Humanas, especialmente nas séries iniciais, dificilmente tem encontrado espaço para uma prática mais coerente, o que está diretamente relacionado com a formação do professor, com o acesso à informação e com as condições do trabalho escolar.

A RENOVAÇÃO METODOLÓGICA NA MEMÓRIA DOS PROFESSORES

O que teria ocorrido no cotidiano da sala de aula com os Estudos Sociais? Haveria indícios de renovação metodológica nessa prática? Ao serem indagados sobre as práticas escolares realizadas no cotidiano escolar, os entrevistados não deixaram de mencionar prioritariamente a estruturação por objetivos das propostas curriculares. Registrou-se, na memória de alguns dos depoentes, que, mesmo o Projeto, que teria uma finalidade intelectual, visando ao exercício de certa razão crítica, instigando o aluno a uma análise mais contextualizada, embora não tivesse a crítica marxista ou a crítica ao sistema, trazia, entretanto, a característica

tecnicista de uma das orientações pedagógicas dominantes naquele contexto, que se revelava na *ênfase ao planejamento* e à *avaliação por objetivos* e no processo pedagógico pautado por *técnicas de ensino*.

O projeto estava vinculado àquela questão de educação por objetivos. Eu tenho uma vaga idéia... de uma coisa meio misturada que acontecia [...]. De um lado o *Projeto da longa duração* que pelo que eu compreendo [...] era uma coisa mais de análise contextualizada, até mesmo de uma análise crítica, embora não tivesse a crítica marxista ou a crítica ao sistema, mas desenvolvia o raciocínio crítico do aluno. [...]. E que não batia muito com o processo de [...] avaliação por objetivos. Isso sempre me perturbou. E a prática de sala de aula era a época do modismo de ensinar-aprender por dinâmicas de grupo (Entrevistado “C”, 12/05/06).

A forte influência do planejamento é um traço destacado por Gonçalves como uma das diretrizes da Escola Superior de Guerra (ESG) para a tomada de decisões, seja no campo político, seja no técnico, tendo em vista as finalidades de desenvolvimento econômico e social:

Cabe [...] ressaltar o detalhamento acerca do Planejamento, definido como “a atividade permanente e continuada, que se desenvolve de modo ordenado e racional, sistematizando um processo de tomada de decisões” (ESG, 1975, p. 537), que abrange ações políticas e técnicas. Quando envolver “atividades de setores ou órgãos diversos, mas interdependentes, persiste não só a necessidade de coordenação, mas também a de integração das ações planejadas pelos diversos setores” (ESG, 1975, p. 538, *apud* GONÇALVES, 2012, p. 14).

A finalidade de constituição de uma cidadania social mais ampla ficava limitada pelo quadro geral dos *dispositivos estratégicos* da regulação social, que se orientava mais por interesses políticos da modernização conservadora, centrada na ideia de progresso e de estratégias de racionalização e controle, tendo em vista o desenvolvimento do capitalismo, do que pelo interesse em desenvolver uma formação sólida e a capacidade intelectual dos alunos.

Assim, cabe pensar se o Projeto permitiu a reorientação dos “fazeress ordinários” (CERTEAU, 1994) na sala de aula. Ele teria garantido efetivamente a concretização de uma alternativa ao projeto educativo oficial de Estudos Sociais, reorientando a prática escolar, como pressuposto inicialmente?

O discurso prescritivo do Projeto propunha o desenvolvimento intelectual do aluno, defendendo que a “estrutura da matéria de Estudos Sociais favorece(ria) uma série de operações: observar, relacionar, relatar, experimentar, induzir, colecionar, comparar, analisar, inferir e extrapolar” (UFPR, 1976/1977, p. 100). Esse interesse estava implícito também na concepção de aluno, em sua representação como sujeito ativo: “o princípio da atividade do aluno, no sentido de ser este o principal agente na construção do conhecimento de sua própria aprendizagem” (UFPR, 1976/1977, p. 100).

O depoimento de uma professora, em relatório da escola acerca de sua experiência com o Projeto, revela, com efeito, a aplicação desse princípio ativista para alcançar o desenvolvimento do aluno, com ênfase na exploração do cotidiano da criança, e também aponta indícios de uma preocupação com a aquisição de conceitos, já nas séries iniciais:

[...] partimos do cotidiano do aluno, daquilo que ele tem conhecimento para o desconhecido e depois para a elaboração dos conceitos [...]. Em comparação com as turmas tradicionais, das quais também sou professora, em outro estabelecimento, as turmas do Projeto apresentam uma capacidade de elaboração de conceitos e formação de frases superior e em tempo mais curto (CURITIBA, 1976, p. 1).

Os pressupostos da escola nova estavam presentes em várias fontes, orientando o discurso e a prática escolar, perpassados por elementos da pedagogia tecnicista. “Era a escola nova. E eu também fui uma pessoa empolgada. Então, a gente usava muitas práticas de dinâmica de grupo [...], entrando no meio deles para discutir determinados temas, elaborar algum trabalho, corrigir exercícios” (Entrevistado “C”, 12/05/06).

Outra estratégia metodológica registrada pelos depoentes era a “pesquisa”, que aparece tanto na fala dos professores como nos relatórios de atividades das escolas. Entretanto, que caráter tinha essa pesquisa?

Na memória de um dos entrevistados, “eram pesquisas bibliográficas, limitadas pelas condições estruturais da escola pública, cuja biblioteca possuía um acervo precário. E, também, não era uma prática comum a todos” (Entrevistado “C”, 12/05/06). Sob a forma de microrresistências, alguns professores colocavam-se em uma situação de acomodação e de conservação das práticas tradicionais, recusando-se a qualquer alteração em seus fazeres. Afirmo o professor:

[...] acho que foi até um trabalho interessante de fazer a criança ir à biblioteca, fazê-la ler, ter a capacidade de fazer a síntese, mas [...]. Recordo [...] tinha professores que faziam isso [...] e professoras que não faziam ou negavam-se a fazê-lo (Entrevistado “C”, 12/05/06).

O Entrevistado “B”, entretanto, recupera outro significado para a prática de pesquisa – a *empíria* –, o método experimental. Por meio dele tentava-se, por exemplo, conduzir a criança à compreensão da noção temporal, na perspectiva de superação da concepção tradicional de tempo cronológico na História, desenvolvendo sua capacidade de observação:

Eu cheguei a fazer bolinhos para que eles [refletissem], [...] coloca[va] o trigo dentro da tigela. E aí a gente perguntava: que material era aquele da tigela? Será que sempre foi aquela tigela? [...] Daí eles voltavam no tempo [...] analisavam comigo outros materiais usados em outros tempos [...] (Entrevistado “B”, 07/03/06).

As crianças eram instigadas a pensar, a estabelecer relações entre o presente e o passado, buscando as permanências e mudanças, embora aqui também se perceba uma ênfase exclusiva na apropriação do cotidiano²⁰. Elas eram, também, incentivadas a realizar observações, coletar informações, a se manifestarem oralmente e a sistematizarem na escrita o que tinham discutido. “Pesquisávamos dentro da comunidade também, não era só pesquisa bibliográfica [...]. Encaminhávamos os alunos para realizar entrevistas e observações em espaços da comunidade” (Entrevistado “B”, 07/03/06). Essa professora e outra depoente das séries iniciais relatam o caso da visita a um estabelecimento comercial para observar suas condições de higiene, despertando a curiosidade e a vontade de mudança de atitudes nas crianças e, por extensão, em sua família.

- Lembra que você mandou irem ao açougue? Conta do açougue [risos]. A Vila estava bem no início, faltava higiene no açougue (Entrevistado “A”, 07/03/06).

²⁰ A leitura que influenciava essa abordagem era a de Braudel (1970), que discutia a noção de civilização e vida material, em que o cotidiano tinha um papel significativo por este historiador acreditar que nele mais facilmente seriam apreendidas as regularidades sociais. A apropriação do texto do historiador francês era reforçada na visão dos educadores pelo viés empírico da Psicologia da Aprendizagem.

- É verdade [...]. Mandei meus alunos para realizarem uma observação ao açougue [...]. Lembro que eles voltaram contando da falta de higiene, das moscas que estavam ao redor daquela carne e se perguntando: como é que nós iríamos comer aquela carne [...]? Eles [...] traziam essas informações, e depois a gente trabalhava com isso, discutindo higiene, alimentação (Entrevistado “B”, 07/03/06).

- E depois eles iam lá, no açougue, discutir com o açougueiro! [risos]. [...] *ele mudava a si mesmo e ao meio dele* [grifo nosso]. Essa era a beleza! De mudar a comunidade dele. Já não aceitava pegar as coisas com a mão suja, já não aceitava que lhe dessem um pão, pegando-o com a mão... (Entrevistado “A”, 07/03/06).

Os conteúdos nas aulas de Integração Social, para as crianças das séries iniciais, confundiam-se com os conhecimentos das Ciências Naturais. Não nos esqueçamos de que a estratégia política era integrar também as áreas de conhecimento, desde que houvesse afinidade nos conteúdos.

Mas o que é significativo na fala dos depoentes é que ela já evidencia uma tentativa de formar o aluno, senão para uma prática de pesquisa sistemática, para uma prática de observação, usando também o recurso de entrevistas, embora nos limites do empírico, da faixa etária, do nível de ensino com os quais trabalhavam e das condições das escolas municipais.

Os depoimentos não permitem afirmar a presença de uma consciência clara sobre a relação de ensino e pesquisa, na escola de 1º grau, como fio condutor da atividade pedagógica para a produção de um saber histórico escolar, como aparece em propostas pedagógicas mais recentes para o ensino de História. Mas, de qualquer modo, já constituíam alguns indicativos de esforço para que a prática escolar se transformasse.

Além disso, outro indício do interesse para a pesquisa e o uso do método histórico no ensino é encontrado já em anos anteriores, em comunicação apresentada por Westphalen (1968), coordenadora geral do Projeto.

Poderá objetar-se que a quase totalidade dos estudantes dos cursos superiores de História, no país, destina-se ao magistério de grau médio e não à pesquisa histórica. No entanto, seria um grave erro pensar que os professores de História não devem receber treinamento para a pesquisa, pois que *o manejo do método é que pode conduzir à compreensão de como os historiadores trataram e escreveram a História, e, pois, a sua melhor explicação e ensino. De outro lado, todo*

professor deve ser um pesquisador, qualquer que seja o grau de seu magistério (grifo nosso) (WESTPHALEN, 1968, p. 80).

Com efeito, havia *vestígios táticos* para a superação da prática tradicional, no sentido de orientar o aluno para a reflexão sobre a realidade que o cercava, para o desenvolvimento da capacidade de buscar informações já produzidas ou não e para sistematizá-las. A prática de pesquisa, nesse sentido, a preocupação com a aquisição de uma linguagem conceitual e a finalidade do ensino voltada à autonomia intelectual do aluno não apareciam no projeto educativo oficial com a visibilidade com que se destacavam no projeto alternativo.

Contudo, essas práticas não se constituíram como regra geral, pois dependiam da formação do professor e de seu modo de apropriação das “inovações” apresentadas. A leitura dos relatórios das escolas, por exemplo, confirmam a assertiva, pois, enquanto alguns traziam uma crítica ao procedimento metodológico da pesquisa, alegando que os alunos das escolas municipais não tinham condições para sua realização em suas casas (atribuindo a dificuldade à condição social do aluno), outros evidenciavam uma apropriação contraditória do disposto no discurso prescritivo do Projeto, alegando que os objetivos e conteúdos dos Estudos Sociais não favoreciam atividades com pesquisas (CURITIBA. Relatórios das escolas, 1979; 1984).

Outros aspectos negativos sobre o Projeto foram apontados por professores das séries iniciais, como os que concernem: à complexidade dos objetivos, dos conteúdos e da metodologia; à linguagem inacessível à criança e difícil para o professor; à falta de tempo para o preparo das atividades; à extensão dos conteúdos; ao pouco tempo para trabalhar em sala de aula; à ausência de livros didáticos naquela concepção; à dificuldade para o professor realizar pesquisas para suas aulas; ao tempo tomado pela área, prejudicando o ensino de outras (CURITIBA. Relatórios de escolas, 1978; 1979a; 1984). Ressalte-se que nem sempre o professor das séries iniciais tinha formação superior, e muito menos em História.

Apesar das críticas, registros positivos permaneceram na memória dos depoentes. Esses indícios evidenciam o quanto o Projeto havia afetado professores e alunos. O relato do Entrevistado “C” indica a forte influência em sua própria formação:

Eu, pessoalmente, posso confessar que foi talvez a coisa que mais mexeu comigo como professor de História, porque até aí eu também tinha uma visão muito factual da História. Depois [...] eu fui caminhar por uma linha mais marxista da História [...]. Mas essa época isso me encantou, porque me dava uma perspec-

tiva de visão de educação e da objetividade da História que antes eu não tinha (Entrevistado “C”, 12/05/06).

Os depoimentos dos Entrevistados “A” e “B” (Entrevista em 07/03/06) são reveladores, no sentido da incorporação conceitual por parte dos alunos na prática escolar, assim como no desenvolvimento de sua capacidade criativa, interesse pelo conhecimento e pelo exercício de raciocínio e de julgamento.

[...] a gente pôde observar isso nos alunos. Nossa, a mudança! Eles eram crianças que *perguntavam, julgavam, elas tinham interesse em buscar informações* (grifo nosso). Acabou a “decoreba”! [...] Antes era assim: você apresentava o ponto: Descobrimento do Brasil, Pedro Álvares Cabral, 1500, [fazia um] questionário de cinco perguntinhas ou dez. [...] a gente trabalhava com muita cartolina, recortes, discutia os conceitos e após aqueles trabalhos chegava a alguma conclusão, os alunos produziam um texto [...]. Foi uma revolução na cabeça do professor, também... (Entrevistado “A”, 07/03/06).

O interesse da criança era diferente! Interesse de raciocinar. [...] Então, era enfadonho para o aluno estudar “aquela” História e “aquela” Geografia [tradicionais]. Quando nós começamos com isso, [...] que reação os alunos tiveram [...] de busca, de discussão, de procurar fazer. E não tinha livro. Eles não precisavam decorar nada [...] [era] uma nova aprendizagem. Tanto para eles, como para nós professores. Eu me vi, assim, mais valorizada! (Entrevistado “B”, 07/03/06).

Eles confirmam alguns resultados alcançados pelas escolas e relacionados em Relatório do Departamento de História (UFPR), acerca do Projeto. Entre eles destacam-se: aumento da criatividade nos trabalhos das crianças; maior estímulo por parte dos professores para transmitir o conteúdo; aquisição dos conceitos trabalhados, cujo resultado aferido na avaliação demonstrou um aproveitamento superior a 70%, para a maioria dos alunos; a metodologia desenvolvida permitiu não só a elaboração de conceitos, como, em alguns casos, levou a inferências e deduções; houve presença da pesquisa como estratégia de ensino, no sentido de busca e interpretação de dados e formação de atitudes (UFPR, n. 2, 1976/1977, p. 84).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da análise do Projeto e de seu desenvolvimento pôde-se inferir que determinados professores o aceitaram entusiástica ou passivamente, e mesmo os que o aceitaram enfrentaram dificuldades de apropriação, o que gerou *procedimentos táticos* variados de enfrentamento às ordenações, como resistir às mudanças, negociar com elas ou fazer críticas diversas, até negando-se a incorporá-las. As atitudes de microrresistência se concretizaram, por exemplo, na permanência de uma postura conservadora, de “ranço” tradicional – “alguns professores preferiam passar o ponto de História e de Geografia, separadamente, no quadro para os alunos, transformando a aula em outra coisa que não Estudos Sociais”, como desvelam as “*escrituras invisíveis*” (CERTEAU, 1994) da memória do Entrevistado “C” (Entrevista em 12/05/06).

Esse professor também se recorda da pouca participação dos professores municipais em eventos políticos mais amplos, mesmo no campo educacional, como o próprio movimento pelo retorno da História e Geografia ao currículo do 1º grau, liderado localmente pelos próprios técnicos da administração educacional, segundo o entrevistado (Entrevista em 12/05/06). Mas esse processo ocorreu já em outro contexto histórico, o do percurso da redemocratização político-social do país, quando um movimento de reação mais organizado se desenvolveu, em meados dos anos 1980, com a incorporação dos professores municipais ao debate nacional que se organizava pelo retorno das disciplinas autônomas.

Os atos de resistência na escola expressavam muito mais a luta de representações sobre a prática pedagógica do que atos de rebeldia às políticas – educacional e social. Embora os professores as olhassem com desconfiança, eles não se mobilizaram de imediato contra o poder central. Suas táticas limitaram-se ao seu *não lugar*, ficaram restritas às microações articuladas contingencialmente no *lugar praticado*, ou seja, no interior da escola e da sala de aula. Os registros na *memória* dos professores demonstram que as “*artes de fazer*” no cotidiano da escola, nos moldes de uma “*caça não autorizada*”, como nomeia Certeau (1994, p. 38), constituíam-se na sucessão de pequenas ações de resistência, (re)apropriações, adequações, negociações, reinventando os usos e procedimentos com os bens culturais, mas sem afetar de imediato a organização coletiva de poder.

Por outro lado, embora o período se caracterize como de autoritarismo e repressão, criando múltiplas estratégias de controle e dominação, como a própria institucionalização da área de Estudos Sociais no ensino de 1º grau e a supressão de disciplinas escolares mais críticas do currículo do ensino de 2º grau, como a

Filosofia e a Sociologia, os estudos sobre o período revelam que nem sempre as estratégias políticas do regime militar se revelaram com força suficiente para sua concretização efetiva, havendo, no campo educacional, por exemplo, uma margem de negociação que permitiu aos educadores enfrentarem esse período com o uso de táticas diversas, seja de adesão parcial, reinvenção, seja de resistência passiva.

Esse foi o caso não só dos professores municipais como dos próprios intelectuais envolvidos naquele Projeto, os quais, chamados a participar do processo de legitimação de uma estratégia política governamental, prática usual naquele contexto, optaram por uma tática específica de (re)orientação da ordem legal. Fundamentando cientificamente o projeto governamental, deram-lhe relativa legitimidade, porém atenderam também aos interesses acadêmicos e conduziram-no a uma proposta educativa alternativa à oficial, embora ainda relativamente conservadora, entretanto, mais coerente com os interesses de desenvolvimento educacional na época.

Esse projeto educativo, parcialmente aceito pelos professores, teve dificuldade de apropriação, a tal ponto que, apenas uma década depois de sua implantação, foi deixado de lado. Já, então, entrou em curso outro contexto histórico, político e educacional, apresentando exigências mais complexas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABUD, K. M. O ensino de história como fator de coesão nacional: os programas de 1931. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, v. 13, n. 25/26, p. 163-174, setembro 1992/agosto 1993.
- APPLE, M. W. A política do conhecimento oficial: faz sentido a idéia de um currículo oficial? In: MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. (Org.) *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 1995. p. 59-91.
- BITTENCOURT, C. M. F. Propostas curriculares de história: continuidades e transformações. In: BARRETO, E. S. D. *As propostas curriculares oficiais*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1995. p. 97-114.
- BRASIL. CFE. Parecer nº 7.676/78. *Revista Documenta*, Brasília, MEC, n. 217, dez. 1978. ————. Parecer nº 785/86, anexo à Resolução nº 06/86. In: RANGEL, M. *Currículo de 1º e 2º graus no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- BRAUDEL, F. *Civilização material e capitalismo*. Lisboa: Cosmos, 1970. ————. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1972.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano – 1. Artes de fazer*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1994.

- _____. *A invenção do cotidiano – 2. Morar, cozinhar*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1996.
- CHARTIER, R. *A história cultural*. Entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1986.
- _____. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, jan./abr. 1991.
- CHEVALLARD, Y. *La transposición didáctica*. Buenos Aires: Aique, 1991.
- CURITIBA. Prefeitura Municipal de. Departamento de Bem Estar Social. Diretoria de Educação. *Relatório Geral de Atividades*. Curitiba, 1975a.
- _____. Prefeitura Municipal de. Departamento do Bem Estar Social. Diretoria de Educação. *Plano Curricular*. Volumes III-A e III-B. Curitiba, 1975b.
- _____. Prefeitura Municipal de. Departamento do Bem Estar Social. Diretoria de Educação. *Relatório das Escolas*. Escola Omar Sabbag. Atividades de Estudos Sociais, Curitiba, 1976.
- _____. Prefeitura Municipal de. Diretoria de Educação. *Relatórios das escolas*. Atividades de Estudos Sociais. Curitiba, 1978.
- _____. Prefeitura Municipal de. Diretoria de Educação. *Relatórios das escolas*. Atividades de Estudos Sociais. Curitiba, 1979a.
- _____. Prefeitura Municipal de. Diretoria de Educação. *Relatório Anual*. Curitiba, 1979b.
- _____. Prefeitura Municipal de. Diretoria de Educação. *Relatório Anual*. Curitiba, 1982.
- _____. Prefeitura Municipal de. Diretoria de Educação. *Relatórios das escolas*. Atividades de Estudos Sociais. Curitiba, 1984.
- _____. Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Educação. *Plano de Educação da Secretaria Municipal de Educação para a gestão 1986-1988*. Curitiba, 1986.
- _____. Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Educação. *Currículo Básico – Uma contribuição para a Escola Pública Brasileira*, 1988.
- ENTREVISTADO “A”. M. E. A. Professora aposentada da Rede Municipal de Ensino de Curitiba. *Entrevista concedida à Iêda Viana. Fita Magnética*. Curitiba, 07 de março de 2006.
- ENTREVISTADO “B”. E. T. Professora aposentada da Rede Municipal de Ensino de Curitiba. *Entrevista concedida à Iêda Viana. Fita Magnética*. Curitiba, 07 de março de 2006.
- ENTREVISTADO “C”. A. H. S. Ex-professor da Rede Municipal de Ensino de Curitiba. *Entrevista concedida à Iêda Viana. Fita Magnética*. Curitiba, 12 de maio de 2006.
- FENELON, D. A questão dos Estudos Sociais. Cadernos CEDES. A prática do ensino de história, São Paulo: Cortez/CEDES, n. 10, p. 11-22, 1984.
- FONSECA, S. G. *Caminhos da História Ensinada*. 3. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995.

- GONÇALVES, N. G. A Escola Superior de Guerra e a Lei 5.692/71: discursos governamentais e implementação da Lei no Paraná. In: GONÇALVES, N. G.; RANZI, S. F. (Org.) *Educação na ditadura civil-militar: políticas, ideários e práticas* (Paraná, 1964-1985). Curitiba: Editora UFPR, 2012. p. 10-28.
- HIRST, P. H.; PETERS, R. S. *A lógica da educação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas: Autores Associados, n. 1, p. 09-43, 2001.
- MALINOWSKI, B. *Uma teoria científica da cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- NADAI, E. A escola pública contemporânea: os currículos oficiais de História e ensino temático. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 99-116, set.1985/ fev. 1986.
- _____. O ensino de História no Brasil: trajetórias e perspectivas. *Revista Brasileira de História da Educação*, São Paulo: ANPUH, v. 13, n. 25/26, p. 143-162, set.1992/ ago.1993.
- PARANÁ. CEE. *Parecer nº 332/84*. 1983.
- _____. *Deliberação nº 0047/87*. 1987.
- POPKEWITZ, T. S. *Reforma educacional – uma prática sociológica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- PRESSEISEN, B.; D'AMICO, J. A Functional Social Studies Curriculum Ephasing Piagetian Operations. In: THE EDUCATIONAL FORUM, (39)2. Chicago, Ed. Kappa Delta Pi, Janeiro 1975. p. 163-175. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Projeto de Estudos Sociais a partir da longa duração. Curitiba: UFPR/Dehis, 1976/1977. 3 v. p. 450.
- SCHMIDT, M. A.; CAINELLI, M. R. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2004.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. *Projeto de Estudos Sociais a partir da longa duração*. 3 v. Curitiba: UFPR/Dehis, 1976/1977.
- VIANA, I. “*Artes de fazer*” na reforma escolar: o projeto de estudos sociais a partir da longa duração em Curitiba (décadas de 1970-1980). 236 p. 2006. Tese (Doutorado em História e Historiografia da Educação) – Setor de Educação/ UFPR. Curitiba, 2006.
- WESTPHALEN, C. M. A introdução ao estudo da História e as técnicas auxiliares do historiador. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 5. São Paulo, 07/07/1968 a 09/07/1968. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. *Anais...* São Paulo: USP, 1968.

Recebido para publicação em 28/01/2014. Aceito para publicação em 20/02/2014.

MEMÓRIA, VERDADE, JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS:

um estudo sobre as relações entre o Direito e a
memória da Ditadura Civil-Militar no Brasil*

*MEMORY, TRUTH, JUSTICE AND HUMAN RIGHTS:
A STUDY ON THE RELATIONSHIP BETWEEN LAW AND THE
MEMORY OF CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP IN BRAZIL*

Carlos Artur Gallo^a

Resumo É analisada a forma como o Direito foi apropriado pelo regime autoritário brasileiro a serviço da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Observa-se que é constituída, no Brasil, uma legalidade autoritária que resulta na legitimação dos atos praticados em nome da ditadura e propicia, após o retorno à democracia, o esquecimento dos crimes cometidos. Atualmente, vê-se que são discutidas possibilidades jurídicas de enfrentamento do tema, analisando os conceitos “justiça de transição” e “justiça anamnética”.

Palavras-chave direitos humanos; Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985); justiça anamnética; justiça de transição; legalidade.

Abstract *This paper analyzes how the Law was used by the authoritarian regime to promote the National Security Doctrine (NSD) in Brazil. We observe, on the Brazilian case, the formation of an authoritarian legality which produces the legitimation of the acts practiced in name of the dictatorial State. This contributes, after the transition to democracy, to the oblivion of human-rights violations perpetrated during the dictatorship. Today, legal possibilities to deal with the memory of this period are being discussed especially through the concepts of “transitional justice” and “anamnetical justice.”*

Keywords *anamnetical justice; Civil-Military Dictatorship in Brazil (1964-1985); human rights; legality; transitional justice.*

* Este artigo é uma versão revista e ampliada do estudo publicado em: Justiça de transição para uma transição da justiça (Porto Alegre: Avante, 2012), organizado pela ONG Acesso – Cidadania e Direitos Humanos e financiado pela Comissão de Anistia e pelo Ministério da Justiça.

^a Carlos Artur Gallo é doutorando em Ciência Política pela UFRGS e bolsista da CAPES.

INTRODUÇÃO

A democracia representativa apresenta-se, nas últimas décadas do século 20 e no despertar do novo milênio, como um tipo de valor universal e como meta a ser atingida no âmbito político interno dos Estados Nacionais. Sem adentrar nas discussões acerca dos modelos de democracia e das teorias que qualificam ou desqualificam os pilares da representação e da participação, é de se frisar que, embora, a partir da terceira onda de democratização (HUNTINGTON, 1994), o modelo de regime democrático representativo tenha sido fortemente sugerido e adotado por muitos países – especialmente no Ocidente –, há pouco mais de duas décadas, a realidade era bem diferente, e a maior parte dos países da América Latina (além de países da Ásia, Europa e África) vivia sob regimes autoritários.

No Brasil, entre o final do mês de março e o início de abril de 1964, efetivou-se um Golpe de Estado e, com o apoio das elites civis, instalou-se, nas estruturas de poder existentes, um regime burocrático-autoritário, sendo iniciado o mais longo período ditatorial da história do país. Durante os quase vinte e um anos em que estiveram no poder, os militares promoveram, com o endurecimento das políticas de Estado e a neutralização dos opositores (obtida com o exílio, a perseguição, a prisão, a tortura e a morte de militantes, principalmente comunistas ou “de esquerda”), o alinhamento do modelo econômico interno aos novos padrões internacionais de expansão do capitalismo (MARTINS, 1988, p. 114-116).

Uma vez que os agentes da repressão estavam a serviço da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), e, de acordo com esta doutrina, todos os indivíduos que se opunham ao regime eram inimigos internos declarados e, em sentido amplo, todos os cidadãos eram inimigos internos em potencial, é importante notar que parece equivocado afirmar que o uso da violência política tratou-se de exceção: afinal, sua prática era condição à uniformização e à formação de uma sociedade política passiva a serviço da própria DSN e dos militares-ditadores no poder (PADRÓS, 2006; 2008).

Neste artigo, realiza-se um estudo sobre a instrumentalização do aparato jurídico pelo regime autoritário brasileiro. Partindo-se de uma reflexão sobre a tensão existente entre legalidade e justiça durante a ditadura, são analisados: 1) como o Direito foi utilizado a serviço do regime cívico-militar, legitimando as violações aos Direitos Humanos de seus opositores; 2) os possíveis vínculos existentes entre o uso do Direito pelo regime autoritário e os limites decorrentes da apropriação

do instrumental jurídico na memória da repressão política; e 3) os mecanismos jurídicos utilizados, na atualidade, para a reconstituição dessas memórias¹.

LEGALIDADE X JUSTIÇA: O DIREITO A SERVIÇO DA DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL

Felippe Augusto de Miranda Rosa (1985, p. 52) afirma que “todo regime autoritário de longa duração [...] procura passar à história como autor de grandes transformações no mundo das leis”. Apesar disso, as transformações que são implementadas no campo do Direito não necessariamente evidenciam um amadurecimento da sociedade com vistas à melhor distribuição da justiça. Nesse sentido, de acordo com Dimitri Dimoulis (2010a, p. 21), “muitas vezes constatamos um forte descompasso entre os mandamentos do legislador e a solução que é considerada justa pelo intérprete ou pela maioria da população”.

É fato que o Direito canaliza o uso do poder para o Estado e legitima sua atuação, servindo, finalmente, à distribuição da justiça na sociedade. Essa canalização, que limita e, ao mesmo tempo, legitima o uso do poder para e em nome do Estado, é inerente à concepção do Estado Moderno. O que ocorre, contudo, e a história demonstra, é que, assim como os mecanismos jurídicos podem ser utilizados para a justiça, podem ser utilizados para a legitimação de uma ordem que, em si, é essencialmente injusta.

Nesse sentido, para ilustrar adequadamente as proporções que a manipulação do instrumental jurídico-legal, em nome do estabelecimento de uma ordem estatal alinhada a determinada crença ideológica, pode atingir, faz-se referência a duas situações ocorridas ao longo da história do século 20: a vigência do regime de *apartheid* sul-africano, que permitia que uma população majoritariamente composta por pessoas negras fosse constantemente segregada e tolhida de seus direitos mais essenciais por uma elite branca; e a promoção das leis de eugenia nazistas, que,

1 Políticas públicas específicas, com vistas ao tratamento da memória da repressão no país, foram implementadas a partir da década de 1990, fornecendo, de alguma maneira, reparação pecuniária e simbólica para parte das vítimas do aparato repressivo. Encontra-se, nesse sentido, por exemplo: i) a criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), em 1995, que ficou encarregada do reconhecimento de casos de mortes e desaparecimentos ocorridos durante a ditadura e pela concessão de indenização aos familiares das vítimas; ii) a criação da Comissão da Anistia, em 2001, para indenizar os cidadãos que foram perseguidos pelo Estado autoritário; iii) a execução dos projetos Marcas da Memória e Memórias Reveladas, responsáveis principalmente pela publicização das violações ocorridas no período entre 1964 e 1985; e iv) a instalação, em 2012, de uma Comissão Nacional da Verdade (CNV). Embora todas as medidas implementadas no caso brasileiro estejam de algum modo conectadas, para este estudo, contudo, restringe-se o recorte da análise aos reflexos da relação entre Direito, Justiça e Legalidade, durante a Ditadura Civil-Militar, e seu impacto no novo cenário político do país.

suspendendo pouco a pouco os direitos de judeus, ciganos, testemunhas de Jeová, comunistas, homossexuais, deficientes físicos e mentais, promoveu o genocídio dessas minorias durante a 2ª Guerra Mundial (1939-1945), principalmente visando à formação de uma nação composta por indivíduos de uma raça “superior”.

Em ambos os casos, a violação aos direitos humanos dos grupos referidos esteve legalmente enquadrada e, conseqüentemente, legitimada. Ainda que a legalidade dos atos de segregação racial, na África do Sul, e de perseguição, sobretudo aos judeus, na Alemanha nazista, possam parecer adequados do ponto de vista formal, no que se refere à justiça de tais práticas, no entanto, não se pode dizer o mesmo, visto que é patentemente visível, nesses casos, a injustiça objetivada com a aplicação das regras vigentes.

Nas ditaduras civis-militares latino-americanas, vivenciou-se uma situação semelhante às referidas, sob o ponto de vista jurídico, quando, guiadas pela DSN, fez-se da legislação nacional um instrumento por meio do qual, não mais se limitando o Estado a julgar e punir os indivíduos, também foi semeado o terror na sociedade (PADRÓS, 2008, p. 153). Além do que e conforme consta no livro-relatório *Brasil: nunca mais* (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 74-75), a DSN:

[...] projetou leis e regras sobre todos os setores da vida da Nação e, até mesmo, fora dela. No Conselho de Segurança Nacional, entidade máxima do regime, são traçados os “Objetivos Nacionais Permanentes” e as “bases para a política nacional”. De acordo com esses objetivos, são editados decretos e decretos-leis, são apresentados ao Parlamento projetos de lei e emendas constitucionais e, quando necessário, são editados até mesmo os “decretos secretos”, como aconteceu a partir do governo Médici.

DA CONSTITUIÇÃO DE UMA LEGALIDADE AUTORITÁRIA ÀS BASES DE UM “CULTO AO ESQUECIMENTO”

Analisando as experiências ditatoriais do Brasil, da Argentina e do Chile e observando as diferentes formas de apropriação do campo jurídico pelos regimes de exceção instalados nesses países, Anthony W. Pereira (2010, p. 58) refere que a legalidade autoritária brasileira, distinguindo-se em parte dos demais casos analisados, foi marcada pelas seguintes características: a) houve a suspensão parcial da Constituição vigente e a posterior promulgação de uma nova Constituição; b) houve o processamento dos dissidentes políticos por meio de uma justiça militar; c)

houve expurgos na Suprema Corte; e d) o *habeas corpus* foi suprimido em alguns momentos (1968-1979).

Antes de prosseguir com a exposição e com a clara intenção de afastar dela uma possível tendência a uma interpretação simplista, segundo a qual “tudo” o que era parte da legalidade vigente após o Golpe de 1964 seria irremediável e presumidamente favorável à manutenção dos militares no poder, é importante destacar a ponderação apresentada pelo referido autor (PEREIRA, 2009, p. 203), ao afirmar que:

Quando os analistas levam em consideração o direito, frequentemente presumem que governantes autoritários dispõem deste de forma direta, não mediada, contando com seus agentes para imporem sua vontade por meio de tribunais consistentemente obedientes. No entanto, mesmo uma olhada rápida a regimes autoritários reais, do presente e do passado, deve levar-nos a questionar essas pressuposições. [...] este uso do direito pode ser complicado e ambíguo, fornecendo espaços a opositores do regime e a juízes ativistas para desafiar as prerrogativas do regime e para liberalizar o governo autoritário.

A despeito dessa ambiguidade, que não deve ser esquecida, é fato que o campo do Direito (suas regras, suas práticas, seus agentes) foi, direta e indiretamente, apropriado e ressignificado a serviço do regime civil-militar brasileiro.

Nesse sentido, se há algo que ficou marcado na memória das pessoas que vivenciaram os anos de autoritarismo no Brasil, podendo inclusive ser referido como símbolo do abuso do poder pelos militares, são os Atos Institucionais (AI's). Os AI's nada mais eram do que uma ação política que os defensores do golpe utilizavam para atingir seus opositores e que, alinhada à contínua busca pela legalidade e legitimação dos atos do regime, era revestida de caráter jurídico, constituindo um novo tipo legal. Entre 1964 e 1969, foram editados dezessete AI's, regulados por cento e quatro Atos Complementares.

O primeiro deles, o AI-1, foi editado por uma junta militar nos primeiros dias após o golpe. Esse Ato, além de conferir ao ditador-presidente (o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, que seria empossado no dia 15 de abril) o poder de suspender os direitos políticos dos cidadãos e cassar mandatos políticos, permitia, mediante investigação sumária, a demissão, disponibilidade ou aposentadoria forçada de qualquer pessoa que cometesse atentado contra a segurança nacional. Fora os AI's, na tentativa de coibir as manifestações políticas estudantis, Castello Branco sanciona, em novembro de 1964, a Lei nº 4.464 (Lei Suplicy), que,

proibindo os estudantes de realizar atividades políticas, tornou ilegais a União Nacional dos Estudantes (UNE) e seus organismos estaduais (as UEE's), levando seus integrantes a atuarem na clandestinidade.

Nos próximos dois anos de seu mandato, que seria prorrogado até março de 1967 e que pode ser considerado como abrangendo a maior parte do período de institucionalização da ditadura, Castello Branco seria responsável, ainda, pela edição: a) do AI-2 (em outubro de 1965), que, entre outras medidas, extinguiu os partidos políticos brasileiros existentes até então e, com um ato complementar, em novembro, instaurou o bipartidarismo no país (possibilitando a criação da Aliança Nacional Renovadora – ARENA –, partido de apoio ao governo, e o Movimento Democrático Brasileiro – MDB –, a oposição legal e consentida); b) do AI-3 (em fevereiro de 1966), que terminou com as eleições diretas para governador e prefeitos das capitais; c) do AI-4 (em dezembro de 1966), que obrigou o Congresso Nacional (que havia sido fechado temporariamente em outubro como forma de represália) a votar rapidamente o projeto da nova Constituição da República (promulgada em fevereiro de 1967); d) da Lei de Imprensa (em fevereiro de 1967), que permitia ao Governo intervir diretamente nos meios de comunicação quando estes se manifestassem de forma incompatível com as posições oficiais; e e) da reformulação da Lei de Segurança Nacional.

O mais conhecido dos AI's editados pelo governo foi o AI-5, de 13 de dezembro de 1968, durante o mandato do ditador-presidente Arthur da Costa e Silva. Editado em um contexto bastante tumultuado, como uma resposta dos militares ao empoderamento da oposição parlamentar consentida (organizada em torno do MDB), às manifestações de rua, à persistência das organizações estudantis (que, mesmo proibidas, realizam o 30º Congresso da UNE em Ibiúna) e às ações de guerrilha urbana praticadas por seus opositores, o AI-5 pode ser considerado como um marco do endurecimento da repressão e também, como se costuma mencionar, como o “golpe dentro do golpe”. Com sua edição, suspende-se o direito de *habeas corpus*, e, além disso, é facultado aos integrantes do regime, como e quando desejassem, fechar o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais, aposentar funcionários públicos, suspender direitos civis e políticos e cassar mandatos parlamentares, entre outras medidas.

No âmbito constitucional, o regime também teve seus reflexos. A Constituição da República (CR) de 1967, cuja Assembleia Constituinte fora convocada por meio do AI-4, foi peça-chave na institucionalização e legalização do regime civil-militar. Tendo revogado a Constituição de 1946, acabou constitucionalizando não só a DSN, que era prevista na Lei de Segurança Nacional, como também incorporou

os AI's que a precederam. A Assembleia Constituinte que a redigiu, sob pressão permanente da cúpula do governo, era composta por uma maioria de governistas. Em 1969, após a edição do AI-5 e no auge do endurecimento do regime, a CR sofre sua primeira Emenda Constitucional, fato este que, somado a outras mudanças, a transforma em uma nova Constituição (PEREIRA, 2010, p. 57).

Na seara processual, a interferência do autoritarismo brasileiro expressou-se na instauração dos Inquéritos Penais Militares (IPM's), embora, como adverte Anthony W. Pereira (2010, p. 84), a repressão da oposição pela via judicial não seja uma característica surgida durante a ditadura, mas sim uma antiga prática brasileira. Instaurados de 1964 até 1979, quando foi editada a Lei nº 6.683 (popularmente chamada de Lei da Anistia), os IPM's eram julgados pela Justiça Militar, sendo a base legal definidora dessa competência para o julgamento de crimes “contra a Segurança Nacional” o AI-2. Assim como com os AI's o regime dotava de caráter jurídico e, por consequência, respaldava suas arbitrariedades mediante a fixação de competências e faculdades na legislação, com um IPM, cumprindo-se um mínimo de formalidades, eram “legalmente” caçados os inimigos da DSN.

Ademais, na condução desses processos, que em primeiro grau eram julgados pela Justiça Militar, mas havendo a possibilidade de se recorrer ao Superior Tribunal Militar (STM) e, em última instância recursal, ao Supremo Tribunal Federal (STF), a conduta dos julgadores (juízes civis de carreira que julgavam conjuntamente com oficiais militares) também colaborava com a manutenção da repressão, uma vez que “todos os juízes participantes do processo costumavam acobertar as torturas sistematicamente praticadas contra os presos [...]” (PEREIRA, 2010, p 127).

O projeto “Brasil: nunca mais” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 169-188) coletou dados de mais de setecentos processos abertos para julgar crimes políticos. O que resta evidente e merece destaque é que, no processamento dos IPM's, havia uma inversão, desfavorecendo os presos e perseguidos políticos do princípio segundo o qual “todos são inocentes até que haja prova em contrário”. Dessa forma, todo indivíduo tido como “subversivo” era presumidamente culpado de atentado à Segurança Nacional.

Paralela e concomitantemente às demais medidas implementadas pelos detentores do poder no aparato jurídico-legal, com vistas à legitimação dos atos praticados em nome do regime, encontra-se sua intervenção direta no STF. No histórico da Corte (disponível na página oficial do STF na Internet: <www.stf.jus.br>) encontra-se a seguinte menção sobre suas atividades durante a ditadura:

No período do regime militar, o Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, aumentou o número de Ministros para dezesseis, acréscimo mantido pela Constituição de 24 de janeiro de 1967. Com base no Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, foram aposentados, em 16 de janeiro de 1969, três Ministros. Posteriormente, o Ato Institucional nº 6, de 1º de fevereiro de 1969, restabeleceu o número de onze Ministros, acarretando o não-preenchimento das vagas que ocorreram até atendida essa determinação.

Além da intervenção direta na composição do STF, mediante a edição de AI's, os militares no poder intervinham indiretamente na mais alta Corte do Judiciário brasileiro, ao nomearem os novos integrantes para as vagas surgidas em virtude das aposentadorias regulares de seus integrantes. Nesse sentido, sistematizados, dados sobre a interferência dos militares no STF ficam distribuídos na Tabela 1 da seguinte forma:

Tabela 1. Composição do STF (1965-1985).

Governo	Composição do pleno	Ministros nomeados até o final do mandato	Ministros aposentados compulsoriamente até o final do mandato
Castello Branco (1965-67)*	16	8**	0
Costa e Silva (1967-69)***	16	4	3
Médici (1969-74)	11	4	0
Geisel (1974-79)	11	7	0
Figueiredo (1979-85)	11	9	0

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados disponíveis na página oficial do STF na Internet.
Notas:

* De abril de 1964 até outubro de 1965, a composição do pleno do STF era formada por 11 ministros.

** Todos após a edição do AI-2, em outubro de 1965.

*** Após a edição do AI-6, em fevereiro de 1969, a composição do pleno voltou a ser de 11 ministros.

Ao analisar a Tabela 1, fazem-se algumas observações. A primeira, relacionada aos oito ministros nomeados por Castello Branco. Tal montante foi atingido com cinco nomeações para as vagas criadas pelo AI-2 e três nomeações para as vagas surgidas em razão da aposentadoria regular ou morte dos membros do STF. Uma segunda observação se refere aos três ministros aposentados pelo AI-5: Hermes Lima, Victor Nunes Leal e Evandro Lins e Silva. Na ocasião, um quarto ministro, Antonio Gonçalves de Oliveira, apresentou sua renúncia ao cargo em solidarie-

dade aos colegas e manifestamente contrário à interferência da ditadura no Poder Judiciário².

É fato que, se não parece acertado presumir que todos os ministros nomeados durante o período autoritário compactuavam com os arbítrios que estavam sendo cometidos, de modo semelhante, não se pode afastar a hipótese de que os defensores da DSN não permitiriam que pessoas que representassem algum risco à sua manutenção no poder chegassem ao topo da hierarquia do Judiciário no país.

Em seus quase vinte e um anos de duração, a Ditadura Civil-Militar no Brasil deixaria de herança, como saldo da repressão (além dos resquícios psicológico-sociais estabelecidos pela DSN), o número de aproximadamente cinquenta mil pessoas presas somente nos primeiros meses que se seguiram ao golpe, de pelo menos 426 mortos e desaparecidos políticos (incluídos nesse cálculo trinta casos ocorridos no exterior), uma quantidade até hoje desconhecida de mortos em manifestações públicas, 7.367 pessoas indiciadas e 10.034 atingidas pelos inquéritos realizados em 707 processos que tramitaram na Justiça Militar, enquadradas nos crimes contra a Lei de Segurança Nacional, quatro cidadãos condenados à pena de morte (não consumada), 130 banidos, 4.862 indivíduos cassados, 6.592 militares atingidos, milhares de exilados e centenas de camponeses assassinados (ALMEIDA et al., 2009, p. 21).

A partir de 1974, houve uma mudança de estratégia no interior do regime, que, iniciando um processo de distensão “lenta, gradual e segura” no Governo Geisel, fez com que a transição à democracia no Brasil se desse de forma bastante controlada, minimizando as possibilidades de realização de uma ruptura radical. Em seus quase onze anos de duração, o projeto de transição brasileiro desenvolveu-se paralelamente à crise internacional do petróleo, ao fim do “milagre econômico” brasileiro e do próprio pacto de elites que sustentou o Golpe de 1964. Além disso, o enfraquecimento do regime coincidiu com o renascimento dos movimentos sociais, mobilizados na luta pela anistia, entre 1978 e 1979, e, entre 1983 e 1984, na campanha pelas “Diretas Já”.

No Brasil, o fato de o processo de liberalização ter sido excepcionalmente controlado pelos militares no poder fez com que, para as Forças Armadas, de acordo com o estudo de Carlos S. Arturi (2001, p. 12), fossem resguardadas “prerrogativas políticas extraordinárias”, as quais garantiram que, além de serem mantidos, pós-liberalização, como um ator político informal relevante, os agentes da repressão

2 Notícia disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=101851>>.

política restassem imunizados de responsabilização pelas violações cometidas em nome do regime, garantia obtida, do ponto de vista jurídico, com a Lei da Anistia.

Como se pode observar, mesmo que não seja correto afirmar que o Direito esteve totalmente a serviço do regime autoritário no Brasil, há evidências que demonstram como seus instrumentos, suas práticas e seus agentes foram, pelo menos, instrumentalizados durante a ditadura e por ela. Da instrumentalização de uma legalidade autoritária que não promoveu uma ruptura total com o Estado de Direito (PEREIRA, 2010), conjugada com aspectos institucionais do campo jurídico (a legalidade sobrepondo-se à justiça) e elementos da DSN (que promoveram um Terror de Estado, em que cada indivíduo era “inimigo interno”, e se fosse perseguido ou sofresse violência estatal era porque “algo fez”), como resultado dessa combinação, verifica-se terem sido obtidas as bases necessárias para que, mesmo após a transição para a democracia, continuassem dificultados: a preservação, o resgate da memória da repressão e a consequente identificação e eventual punição dos envolvidos nas violações aos direitos humanos.

POSSIBILIDADES JURÍDICAS DE RECONSTITUIÇÃO DA MEMÓRIA DA REPRESSÃO POLÍTICA

Viu-se que, se, durante a redemocratização no Brasil, questões relativas ao Direito e aos direitos humanos (reiteradamente violados) durante a repressão deveriam ter sido enfrentadas, essas temáticas, contudo, foram relegadas a um plano secundário da agenda política naquele momento, prevalecendo a visão de que houve uma anistia recíproca e de que todos os abusos cometidos deveriam ser esquecidos (LISBÔA, 2009, p. 207; MEZAROBBA, 2003).

Há algo a ser feito, do ponto de vista jurídico, na atualidade? A resposta depende da postura que se assume. Para aqueles que acreditam que algo há para ser feito no campo jurídico, com vistas ao enfrentamento da questão levantada, os caminhos imbricam-se na compreensão de dois conceitos: justiça de transição e justiça anamnética. O debate sobre esses conceitos é interdisciplinar, perpassando discussões no campo da Filosofia Política, da História e do Direito.

Na seara da Filosofia Política e da História, por exemplo, o instrumental teórico-analítico que confere suporte a essas análises é composto, principalmente, com base nos estudos desenvolvidos por Walter Benjamin (1994), Hannah Arendt (2005), Maurice Halbwachs (2006) e Paul Ricoeur (2007). Cada um desses autores, ainda que com perspectivas diferenciadas, estudou as conexões entre “memória”,

“esquecimento”, “verdade” e “justiça”, contribuindo, na atualidade, para a fundamentação filosófica das discussões que estão sendo travadas.

Partindo-se para os aspectos jurídicos da discussão, sabe-se que a expressão “justiça de transição” foi cunhada por Ruti Teitel (*apud* SANTOS, 2009, p. 476), em 1991, após o fim da URSS e durante a consolidação das democracias latino-americanas. Conforme assinalado por Kai Ambos (2009, p. 23-27/46-47), surge como método de restabelecimento da reconciliação da sociedade que passou por experiências traumáticas, consistindo, basicamente, na busca pela efetivação da justiça, da punição e responsabilização dos que violaram os direitos dos cidadãos, bem como na garantia de que aqueles que sofreram violência por parte dos agentes estatais em períodos autoritários sejam reconhecidos pelo Estado como vítimas, e suas histórias, que restaram adulteradas e/ou obscurecidas, sejam resgatadas.

Para promover esse resgate, Louis Bickford (*apud* MEZAROBBA, 2009, p. 37-38) ensina que a justiça de transição, combinando estratégias judiciais e semijudiciais:

[...] vale-se de duas fontes primárias para fazer um argumento normativo em favor do confronto com o passado (assumindo-se que as condições locais suportem tais iniciativas). Primeiro, o movimento de direitos humanos influenciou sobremaneira o desenvolvimento desse campo, tornando-o autoconscientemente centrado nas vítimas. [...] Uma fonte adicional de legitimidade deriva da legislação internacional de direitos humanos e da legislação humanitária.

Cecília MacDowell Santos (2009, p. 477), entretanto, chama a atenção para o fato de que o conceito de justiça de transição possui certas limitações do ponto de vista teórico e analítico, pois, além de não ser possível precisar o início e o fim de uma transição política, seus processos são mais descontínuos do que a literatura que os analisa pode dar a entender.

De forma convergente e complementar aos autores mencionados, Dimitri Dimoulis (2010b, p. 92) observa que da busca por sua implementação decorre: a atribuição de responsabilidades e, dentro do possível, a punição daqueles que tenham sido responsabilizados pelos crimes. Dito isso, o autor constata que uma questão que seria eminentemente política (que estava vinculada à estabilização do novo regime nas sociedades que vivenciaram, como no caso brasileiro, uma Ditadura Civil-Militar) torna-se, também, jurídica e filosófica. Jurídica porque se refere ao modo como serão apuradas as responsabilidades. Filosófica porque se relaciona com a busca por justificativas plausíveis às apurações.

Assim, na busca por tais justificativas, verifica-se que as discussões que se vinculavam diretamente ao entendimento que se tem acerca do que é a própria justiça incorrem, ainda, na identificação de suas potencialidades críticas. Nesse sentido, Castor Bartolomé Ruiz (2009b, p. 8) refere que a potência crítica da justiça:

[...] reside no paradoxo de ser um acontecimento ético e consequentemente utópico que se insere no presente trazendo a memória do passado como demandas de futuro. A justiça existe na forma de temporalidade aberta. Ela integra a potência anamnética que presentifica o passado e contém a potência utópica de antecipar o sentido do futuro almejado. A abertura temporal da justiça é um desdobramento da sua condição ética. A justiça não se limita à razoabilidade dos argumentos, algo do presente, nem à legitimidade dos procedimentos, próprio da ordem estabelecida. A justiça, embora exija ambos os elementos, existe a partir de sua relação com a alteridade humana, em especial o outro injustiçado, o que a torna eminentemente ética. A dimensão ética faz da memória das vítimas uma condição necessária da justiça. Os injustiçados não podem ser esquecidos, já que sua recordação é parte constitutiva do sentido da justiça. O passado da barbárie ou da injustiça há de ser lembrado como condição da justiça do presente.

Dessa forma, é a construção e defesa de uma justiça anamnética, fundamentada na memória (MATE, 2009) e na crítica ética da violência que deve guiar a fundamentação do Direito, sob pena de seguir-se compreendendo e legitimando-o como expressão máxima da justiça, quando, na verdade, destituído de uma dimensão crítica como a referida, nada mais é do que a formalidade institucionalizada, que, muitas vezes, legitima o uso da violência como recurso necessário à manutenção da legitimidade normatizada (RUÍZ, 2009b, p. 8-12).

Por isso, uma vez que para a vigência e aplicação do Direito não é necessário que a força e o poder que pelas regras são canalizados sejam utilizados de forma violenta, propõe-se a necessidade de uma reflexão com vistas à construção de uma justiça que tenha por finalidade primordial a proteção (sobretudo das vítimas) como ideal de justiça primeira (RUÍZ, 2009a, p. 105-108). Assim, na concretização de uma justiça anamnética, lembrar o que ocorreu servirá “para que não se esqueça e para que nunca mais aconteça”, como desejam os familiares de mortos e desaparecidos políticos, e, principalmente, para promover a reconciliação de uma sociedade que, uma vez consciente de seu passado, poderá projetar seu futuro com a crença na não repetição da barbárie.

Paralelamente (e anteriormente) à fixação dos conceitos, fundamentos e objetivos das justiças transicional e anamnética, contudo, e além daqueles mecanismos que foram ou não aplicados e desenvolvidos internamente nos países que vivenciaram períodos de alta violação aos direitos humanos, fizeram-se necessárias, também, readequações institucionais e procedimentais que garantissem a efetivação e proteção deles em âmbito internacional. Assim, com a organização de uma agenda política internacional que culminou na elaboração de uma legislação internacional de proteção aos direitos humanos (iniciada com a edição da Carta das Nações Unidas, Quadro 1), lançaram-se as bases, no período pós-2ª Guerra Mundial, para a criação, entre outros, da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), criada em 1978, e do Tribunal Penal Internacional (TPI), criado em 1998.

Quadro 1. Principais instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos.

Instrumento internacional	Data de adoção	Ratificação pelo Brasil
Carta das Nações Unidas	26/06/1945: Conferência de São Francisco	21/09/1945
Declaração Universal dos Direitos Humanos	10/12/1948: Resolução 217-A da Assembleia Geral da ONU	Assinada pelo Brasil em 10/12/1948
Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	16/12/1966: Resolução 2.200-A da Assembleia Geral da ONU	24/01/1992
Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio	09/12/1948: Resolução 260-A da Assembleia Geral da ONU	04/09/1951
Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes	10/12/1984: Resolução 39/46 da Assembleia Geral da ONU	28/09/1989
Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes	18/12/2002: Resolução A/RES/57/ 199	11/01/2007

Fonte: Flávia Piovesan (2008, p. 367-369).

A criação do TPI, embora recente, remonta a 1948, quando foi aprovada, na Organização das Nações Unidas (ONU), a “Convenção para a prevenção e repressão do crime de genocídio”. Postergado por décadas, requerido em 1993, durante a Conferência de Viena sobre os Direitos Humanos, seu projeto foi aprovado em 1998, durante a realização da Conferência de Roma, com a edição do Estatuto

da Corte Penal Internacional (PIOVESAN, 2008, p. 219-226). Organismo central da jurisdição internacional e do sistema global de proteção aos direitos humanos, o TPI é complementar às Cortes Nacionais, age de forma permanente e independente e, o que é mais importante, afasta a ideia de que sua jurisdição está a serviço dos “vencedores” em detrimento dos “vencidos” (PIOVESAN, 2008, p. 223), como poderia sugerir-se dos Tribunais *ad hoc* constituídos anteriormente (caso dos tribunais de Nuremberg e Ruanda, por exemplo).

No que se refere ao sistema regional de proteção aos direitos humanos, encontra-se, para exercer a competência jurisdicional dos Estados-parte da Organização dos Estados Americanos (OEA), a CIDH. De forma paralela à Corte, atua a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que, além de agir como uma espécie de guardião dos direitos humanos nos países membros da OEA, é o organismo responsável pelo recebimento das denúncias de violações (a ela encaminhadas após esgotadas as possibilidades jurídicas de resolução dos conflitos internamente), e que, antes de repassá-las para o julgamento da CIDH, tenta promover a resolução amistosa e não judicial do problema (PIOVESAN, 2008, p. 247-272).

Na CIDH, por exemplo, o Brasil foi condenado, em dezembro de 2010, a promover as buscas dos mortos e desaparecidos políticos da Guerrilha do Araguaia, operação de oposição ao regime desenvolvida por militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), entre o final dos anos 1960 e a primeira metade da década de 1970, na região do Araguaia (localizada entre o Pará, Tocantins e Goiás). Após ter esgotado as tentativas de solução da questão internamente (que se arrastava judicialmente desde a década de 1980, sem, no entanto, atender às reivindicações dos envolvidos), os familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil apresentaram denúncia à Comissão Interamericana, em 1995. Frustradas as tentativas de resolução amistosa do conflito, a questão foi repassada à Corte em 2009³.

Restrito ao âmbito jurídico nacional brasileiro e, também, em 2010 (final de abril), foi julgada pelo STF a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 153, cujo objeto de análise era a interpretação da Lei de Anistia perante os crimes cometidos pelos agentes, que, a serviço do Estado autoritário instituído a partir de 1964, perseguiram, torturaram e mataram militantes da oposição, bem como desapareceram com eles. Em um julgamento dissonante da tendência internacional de proteção aos direitos humanos adotada na decisão da

3 Dados e informações sobre o trâmite do Caso da Guerrilha do Araguaia junto à CIDH foram obtidos em sua sentença. A decisão encontra-se disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr>>.

CIDH (segundo a qual a imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade⁴ deve ser resguardada em detrimento das leis de autoanistia), assim como totalmente desalinhado dos exemplos dos judiciários argentino e chileno, a cúpula do Judiciário brasileiro, por maioria de seus membros, julgou improcedente a ADPF. Ao fazê-lo, e, por enquanto, segue valendo internamente a interpretação de que os crimes cometidos pela repressão foram “perdoados” com a Anistia de 1979, fato este que, conseqüentemente, acarreta a permanência das dificuldades enfrentadas pelos familiares de mortos e desaparecidos na localização de seus restos mortais, mas, sobretudo, na elucidação das circunstâncias de sua morte⁵.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente estudo, observou-se que a legalidade autoritária mantida e criada pelo regime ditatorial, em detrimento da justiça e legitimando a reiterada violação aos direitos humanos dos indivíduos que se opuseram ao Golpe de 1964, embora não tenha conseguido manter o regime, foi eficaz, pois colaborou para sua manutenção por quase vinte e um anos. Além do quê, constatou-se que, combinada com a DSN e o terrorismo de Estado, foi possibilitado que, em meio à sociedade, fosse gerada uma “cultura jurídica” que, com base em um clima de desconfiança mútua entre todos, foi propícia à justificação de que quem sofria violência “algo havia feito” e de que, pós-redemocratização, tudo deveria ser esquecido.

O Direito, na atualidade, conforme analisado, pode auxiliar com o tratamento da memória da repressão. Conjugando-se os postulados de uma justiça transicional com o ideal de uma justiça anamnética, vê-se que é possível não só que não se esqueça de tudo o que passou, mas, sobretudo, que algo semelhante nunca mais aconteça. Para tanto, é preciso aprofundar as análises sobre esses mecanismos, alinhando-os à realidade de cada país que tenha vivenciado experiências autoritárias.

Para finalizar, verifica-se que os reflexos do tipo de legalidade autoritária, combinados com os efeitos psicológicos da DSN, possuem poder explicativo razoável para auxiliar a compreensão do que limita ou qualifica, do ponto de vista

4 São compreendidos como “crimes contra a humanidade”, segundo disposto no art. 7º, parágrafo 1º do Estatuto de Roma: o homicídio (alínea “a”), a tortura (alínea “f”) e o desaparecimento forçado de pessoas (alínea “i”). Além disso, conforme previsto no art. 29 do Estatuto, os crimes de competência do TPI são de natureza imprescritível.

5 Para mais informações sobre o andamento e julgamento da ADPF nº 153, acessar o link no site do STF: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=153&classe=ADPF&codigoClasse=0&origem=JUR&recurso=0&tipoJulgamento=M>>.

jurídico, o tratamento destinado à memória da repressão, no caso brasileiro. Futuramente, com o intuito de aperfeiçoar e expandir as análises, devem ser agregadas outras variáveis aos estudos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Criméia Schmidt de et al (Org.). *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. 2. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.
- AMBOS, Kai. El marco jurídico de la justicia de transición. In: AMBOS, Kai; MALARINO, Ezequiel; ELSNER, Gisela (Ed.). *Justicia de transición: con informes de América Latina, Alemania, Italia y España*. Montevideo: Fundación Konrad-Adenauer-Stiftung, 2009. p. 23-129.
- ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ARTURI, Carlos S. “O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro”. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 17, p. 11-31, 2001.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Sentença do Caso Guerrilha do Araguaia*. Disponível: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2013.
- DIMOULIS, Dimitri. Apresentação. In: DIMOULIS, Dimitri. *O caso dos denunciantes invejosos: introdução prática às relações entre direito, moral e justiça*. 6.ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010a. p. 7-28.
- . Justiça de transição e função anistiantes no Brasil: hipostasiações indevidas e caminhos de responsabilização. In: DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Antonio; SWENSSON JUNIOR, Lauro Joppert (Org.). *Justiça de transição no Brasil: direito, responsabilização e verdade*. São Paulo: Saraiva, 2010b. p. 91-128.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.
- HUNTINGTON, Samuel P. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.
- LISBÔA, Suzana Keniger. Lembrar, lembrar, lembrar... 45 anos do Golpe Militar: resgatar o passado para transformar o presente. In: PADRÓS, Enrique Serra et al (Org.). *A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2009. v. 2. p. 189-235.

- MARTINS, Luciano. A “liberalização” do regime autoritário no Brasil. In: O’DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence (Org.). *Transições do regime autoritário*: América Latina. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1988. p. 108-139.
- MATE, Reyes. Fundamentos de una filosofía de la memoria. In: RUIZ, Castor Bartolomé (Org.). *Justiça e memória*: para uma crítica ética da violência. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2009. p. 17-50.
- MEZAROBBA, Glenda. *Um acerto de contas com o futuro*: a anistia e suas consequências: um estudo do caso brasileiro. 213 f. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- _____. O que é justiça de transição? Uma análise do conceito a partir do caso brasileiro. In: SOARES, Inês Virgínia Prado; KISHI, Sandra Akemi Shimada (Coord.). *Memória e verdade*: a justiça de transição no estado democrático brasileiro. Belo Horizonte: Fórum, 2009. p. 37-53.
- PADRÓS, Enrique Serra. Elementos constitutivos do Terror de Estado implementado pelas Ditaduras Cívico-Militares de Segurança Nacional latino-americanas. In: PADRÓS, Enrique Serra (Org.). *As ditaduras de Segurança Nacional*: Brasil e Cone Sul. Porto Alegre: Corag, 2006. p. 15-22.
- _____. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos et al. (Org.). *Ditadura e democracia na América Latina*: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 143-178.
- PEREIRA, Anthony W. Sistemas judiciais e repressão política no Brasil, Chile e Argentina. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (Org.). *Desarquivando a ditadura*: memória e justiça no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2009. v. 1. p. 203-224.
- _____. *Ditadura e repressão*: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. 9. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.
- ROSA, Felipe Augusto de Miranda. *Justiça e autoritarismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- RUIZ, Castor Bartolomé. A justiça perante uma crítica ética da violência. In: RUIZ, Castor Bartolomé (Org.). *Justiça e memória*: para uma crítica ética da violência. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2009a. p. 87-112.

- _____. Introdução. In: RUIZ, Castor Bartolomé (Org.). *Justiça e memória: para uma crítica ética da violência*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2009b. p. 7-16.
- SANTOS, Cecília MacDowell. A justiça ao serviço da memória: mobilização jurídica transnacional, direitos humanos e memória da ditadura. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (Org.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2009. v. 2. p. 472-495.
- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Acompanhamento processual: ADPF nº 153*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=153&classe=ADPF&codigoClasse=o&origem=JUR&recurso=o&tipoJulgamento=M>>. Acesso em: 31 jul. 2013.
- _____. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/>>. Acesso em: 31 jul. 2013.
- _____. *Notícia* (16 de janeiro de 2009). Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=101851>>. Acesso em: 31 jul. 2013.

Recebido para publicação em 26/01/2014. Aceito para publicação em 27/04/2014.

MILITÂNCIA, IMAGINÁRIO SOCIAL E NARRATIVAS JORNALÍSTICAS

As representações simbólicas sobre membros dos grupos de resistência à ditadura nas notícias sobre o passado militante da presidente Dilma Rousseff

*MILITANCY, SOCIAL IMAGINARY AND JOURNALISTIC NARRATIVES
SYMBOLIC REPRESENTATIONS OF MEMBERS OF RESISTANCE GROUPS TO
DICTATORSHIP IN THE NEWS ABOUT THE MILITANT PAST OF PRESIDENT
DILMA ROUSSEFF*

Gabriella Nunes de Gouvêa e Luiz Gonzaga Motta^a

Resumo O presente artigo analisa a dimensão simbólica do discurso jornalístico veiculado sobre a presidente Dilma Rousseff, por ocasião de sua eleição, na revista *Istoé* e no jornal *O Globo*, tendo a militância política da presidente como ponto estruturante da análise. O objetivo aqui é observar quais representações sociais sobre os militantes que atuaram nos grupos de resistência à ditadura emergem, décadas depois, nas notícias que remontam à participação da presidente eleita nesses mesmos grupos e como ocorre discursivamente a construção de tais representações. Partiu-se da premissa de que, por meio da fixação de modelos, valores e crenças, as notícias estabelecem, reproduzem e recriam normas de comportamento, sintetizam representações e atuam, então, como sistemas simbólicos¹.

Palavras-chave ditadura militar; militantes; notícias; representações sociais; Dilma Rousseff.

a Jornalista, especialista em Assessoria em Comunicação Pública e mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB); professor titular da Universidade de Brasília e professor visitante da Universidade Federal de Santa Catarina. Possui Doutorado em Comunicação de Massa pela University of Wisconsin, de Madison (1977), e estágio de pós-doutorado na Universidade Autònoma de Barcelona (2002/2003).

1 A análise constante neste artigo integra uma pesquisa mais ampla, realizada em nível de mestrado, que inclui ainda outros veículos jornalísticos, bem como aspectos relacionados às construções simbólicas acerca da condição da mulher como ator político no noticiário sobre a eleição da primeira presidente do Brasil.

Abstract *Having as structuring point of analysis the political militancy of President Dilma Rousseff, this paper analyzes the symbolic dimension of journalistic discourse, in the magazine Istoé and the newspaper O Globo, during President Dilma Rousseff's election. Our goal is to observe which social representations of the militant groups that resisted during the dictatorship emerge, decades later, in the news that date back to the participation of president-elect in these groups, and how the discursive construction of these representations occurs. We start from the premise that, by fixing models, values and beliefs, the news set, reproduce and recreate norms of behavior, synthesize representations and act then as symbolic systems.*

Keywords *military dictatorship; militants; news; social representations; Dilma Rousseff.*

UMA MULHER NO PODER: O CONTEXTO DA PESQUISA

A eleição presidencial de 2010 atualizou a presença feminina na cena política brasileira: depois de chegar ao segundo turno da disputa eleitoral e derrotar o candidato José Serra, Dilma Rousseff alcançou a Presidência da República. As questões de gênero marcaram, então, grande parte do noticiário veiculado antes, durante e depois das eleições. De fato, era impossível ignorar que, pela primeira vez, uma mulher alcançava o mais alto posto da República.

Mas, além das questões de gênero, falar sobre a presidente Dilma também suscitava outro momento importante de sua trajetória política e de vida: há cinquenta anos, ela se juntava a outros brasileiros que, descontentes com o governo e a realidade instaurada a partir de 1964, empreendiam lutas contra o regime militar.

Dilma ingressou na década de 1960 na Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM – POLOP), organização que naquela época tinha como principal atividade “imprimir material considerado subversivo pelas autoridades, essencial para formar novos quadros, mobilizar e ‘educar o proletariado’” (AMARAL, 2011, p. 39). Assim, Dilma ajudava a realizar a impressão clandestina do jornal *O Piquete*, que circulava entre operários de fábricas como a Belgo-Mineira. Ela também foi responsável pelo recebimento das mensalidades pagas por membros da organização e vendeu cartões de Natal no centro de Belo Horizonte para arrecadar dinheiro para o grupo (AMARAL, 2011, p. 40-41). Em 1967, ingressou na faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e, no ano seguinte, passou a fazer parte do grupo Comandos de Libertação Nacional

(COLINA)². No final dos anos 1960, o COLINA se une à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Presa em 1970, em um bar em São Paulo, Dilma foi encaminhada para o pátio da Operação Bandeirantes (OBAN) e também passou pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e pelo Presídio Tiradentes, onde permaneceu por quase três anos.

Guerrilheira, rebelde, militante, insurgente, revolucionária, mulher de fibra, durona, mãe, divorciada, avó: a mídia encontrou suas próprias formas de nomear a então presidente, seu passado, sua personalidade e sua atuação. As construções simbólicas presentes ali, no entanto, não surgiam ao acaso: o imaginário social está aí, enquanto um modo de ser partilhado por todos. “Todo imaginário é uma narrativa. Uma trama. Um ponto de vista. Vista de um ponto”, afirmou Juremir Machado da Silva (2003, p. 1).

De acordo com Michel Maffesoli (2001, p. 75-76), o imaginário é uma atmosfera, o estado de espírito de um grupo, uma força social de ordem espiritual que estabelece vínculo, que é “cimento social”. Dênis de Moraes (1994, p. 28) afirma ainda que o imaginário se constrói a partir do “conjunto de relações imagéticas que atuam como memória afetiva de uma cultura”, de tal forma que nele podemos encontrar as percepções que os atores sociais guardam sobre si mesmos e uns sobre os outros.

Assim, é por meio do imaginário que se formam as diversas imagens e que se partilham valores que caracterizam o modo específico e particular de uma dada sociedade. É por meio do imaginário, portanto, que se formam as representações sociais, as quais, segundo Moscovici (2003, p. 32), “são tudo o que nós temos, aquilo a que nossos sistemas perceptivos, como cognitivos, estão ajustados”. Podemos afirmar, então, que as representações sociais são formas de conhecimento, maneiras específicas por meio das quais os indivíduos apreendem, compreendem e comunicam a realidade.

Nesse contexto, o jornalismo se destaca como uma esfera de representação, pois, como afirma Gilbert Durand (1998, p. 33), “as difusoras de imagens – digamos a ‘mídia’ – encontram-se onipresentes em todos os níveis de representação e da psique do homem ocidental ou ocidentalizado”. O que se vê é que as notícias – e aí talvez seja esse seu grande diferencial em relação aos outros espaços de construção simbólica – amplificam os discursos que circulam entre os grupos sociais, as representações já existentes e as construções simbólicas recorrentes. E é por

2 Depois de desentendimentos entre membros da POLOP sobre aderir ou não à luta armada, o grupo se divide. Surgem então o Partido Operário Comunista (POC), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o grupo Comandos de Libertação Nacional (COLINA) (AMARAL, 2011).

isso que tomamos o jornalismo aqui como sistema simbólico e esfera de representação: dado o espectro amplo de pessoas que ele alcança, o jornalismo torna esses discursos mais – ou menos – (re)conhecidos.

Ao mesmo tempo em que informam e explicam determinado fato, ou seja, fornecem significados imediatos sobre o real, as notícias também fornecem referências à vida social, difundindo valores, crenças, normas de comportamento e pontos de vista (BIRD; DARDENNE, 1999). É importante destacar que a “onipresença” midiática, como definiu Durand, nos diversos níveis de representação, realiza-se tanto por meio do sistema simbólico e valorativo anterior à estruturação das notícias quanto daqueles que se instauram por meio delas: ou seja, havemos de considerar que a produção jornalística tanto reflete os enunciados e modos de enunciação compartilhados socialmente (CHILLÓN, 2000, p. 121) como alimenta a construção de representações sociais.

E é justamente na intersecção entre imaginário social, representações e o jornalismo, aplicada ao contexto da militância política de esquerda durante a ditadura militar no Brasil, que o presente estudo se centra: o objetivo aqui é analisar cinco reportagens publicadas em dois veículos jornalísticos, nos dias seguintes à eleição de 2010, quando uma mulher que integrou grupos de resistência à ditadura chegou ao poder, a fim de verificar de que forma emergem nessas narrativas os sistemas simbólicos recorrentes sobre a militância política. Como se instauram os discursos jornalísticos e quais são os sentidos que eles divulgam sobre os grupos de esquerda atuantes durante o regime militar?

Serão objeto de estudo a edição 0001, de 3 de novembro de 2010, da revista *Istoé*, e a edição do dia 1º de novembro de 2010 do jornal *O Globo*. Três reportagens da revista e duas do jornal serão analisadas neste estudo. Cabe aqui destacar que ambos os veículos impressos que integram a análise dedicaram a edição que se seguiu à eleição de 2010 para tratar sobre a presidente eleita, sendo que, no caso do jornal analisado, foi preparado um caderno especial de reportagens – anexo à edição principal –, intitulado “De Silva para Rousseff”.

Já quanto às reportagens selecionadas, somente integram o *corpus* da pesquisa aquelas que fazem referência direta e explícita ao tema da militância política de Dilma durante os anos do regime militar, o que pode, inclusive, ser evidenciado pela manchete das reportagens, como é possível verificar na descrição a seguir, em que constam título e subtítulo das matérias:

Isto é

- “1968, o ano que enfim terminou”

A geração que pagou caro por pegar em armas para enfrentar a ditadura militar brasileira chega ao poder

- “A descoberta da política no Colégio Central”

Como o ambiente escolar e a conjuntura nacional influenciaram a jovem a ser tornar, aos 16 anos, militante de esquerda

- “O homem que fez a cabeça de Dilma”

A presidente eleita chamava Apolo Heringer Lisboa, seu antigo professor de marxismo, de guru. Ele manteve por ela um amor platônico. Depois de quase 50 anos, ambos revisaram seus conceitos

O Globo

- “A escola que despertou o espírito de rebeldia”

Dilma Rousseff deixou o colégio de freiras para estudar num centro público de referência, que exalava liberdade. Ali se operou uma verdadeira revolução na cabeça da futura presidente

- “O legado da Dilma militante”

Nas organizações de esquerda, ela já mostrava perfil dirigente. Ali, discutiu teorias econômicas revolucionárias e o dilema entre guerrilha e mobilização de massas

É importante destacar que, na análise empírica do presente estudo, considerou-se tanto a vertente política da militância, ou seja, como os membros de grupos de esquerda, durante a ditadura, eram representados, tendo em vista sua atuação contra o poder instituído naquele período, como também a vertente de gênero na qual a militância se insere, uma vez que as notícias em questão constroem suas narrativas a partir do caso específico de uma mulher que atuou como militante. Para além de não corresponder às determinações políticas impostas pelo regime, as mulheres que integravam organizações de resistência à ditadura também não correspondiam aos tradicionais padrões de comportamento da época, em uma espécie de dupla transgressão: eram militantes e eram, ainda, mulheres.

Uma vez que a análise do *corpus* aqui definido será feita com base nas representações recorrentes que circularam, por ocasião da ditadura, sobre os militantes, far-se-á a seguir uma breve apresentação dos resultados obtidos a partir de um

amplo estudo bibliográfico e histórico sobre a realidade vivida pelo país naquele período, por meio do qual se pôde compreender quais eram as imagens recorrentes sobre os membros de grupos de resistência, seja a partir de sua vertente política, seja de gênero. Só a partir deste estudo, primeiro, será possível analisar as narrativas jornalísticas atuais, buscando verificar como os sentidos e as representações difundidas naquela época se apresentam tantos anos depois.

Em seguida, serão feitas algumas considerações importantes acerca da metodologia da pesquisa para, então, partir para a análise das reportagens de *O Globo* e *Istoé*.

SUBVERSIVO, GUERRILHEIRO E TERRORISTA: OS MILITANTES E SUAS IMAGENS

O estudo sobre as representações acerca dos membros de grupos de resistência durante o regime militar parte, na presente análise, de três espaços principais de construção de sentido. São eles: o governo militar, que desejava inculcar na população a ideia do “perigo vermelho”, incentivando o temor àqueles que integrassem organizações – armadas ou não – de resistência à ditadura; a imprensa, uma vez que, conforme explicitado anteriormente, ela atua como esfera de representação, na medida em que, para além de informar o público, fornece referências à sua atuação social; e pelos próprios militantes, que também buscavam obter apoio da sociedade nas ações que desenvolviam e, logo, construíam representações sobre si mesmos.

Com relação ao primeiro espaço de construção simbólica – o governo –, é importante destacar que, durante todo o período ditatorial brasileiro, os militares mostraram significativa preocupação tanto em coletar informações sobre a sociedade como em divulgar informações sobre a realidade política do país. Exemplo disso é a criação do Serviço Nacional de Informação, o SNI, em 1964, e da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP)³, em 1968. No caso desta última, o foco era a produção de campanhas e propagandas que promovessem o fortalecimento da nação e divulgassem uma visão otimista sobre os rumos do país, reforçando especialmente os benefícios econômicos que o governo traria ao povo brasileiro. Já os pronunciamentos de presidentes daquele período, como Costa e Silva e Castello Branco, mostram como o uso do verbo “salvar” contribuía para reforçar a noção de que o regime militar era a chance de “endireitar” o país, afastá-lo de eventuais

3 Para outras informações sobre a AERP, consultar D’Araújo (2006, p. 40-47).

“desvios” que ameaçavam a segurança e os interesses nacionais e colocá-lo no caminho do progresso.

Segundo João Batista de Abreu (2000), verbos como “aniquilar” e “eliminar”; expressões como “redutos da subversão” e “trilha do terrorismo”, presentes nos materiais em que os órgãos de segurança do governo fazem alusão aos militantes, exemplificam o empenho do regime em situar a luta armada, especialmente, no âmbito da marginalidade. Era comum, por exemplo, encontrar nos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) da época os militantes sendo referidos como “elementos”.

Por sua vez, com relação à imprensa, há que se considerar que, durante a ditadura, houve tanto os veículos que colaboraram de forma deliberada com o governo militar, e aí cabem muito bem as palavras de Flávio Aguiar (2002, p. 404), pois, segundo ele, “parte importante da imprensa tomou parte ativa, ou pelo menos procurou tomar, na campanha contra o governo de Goulart, e depois no apoio aos novos governantes”; como também houve veículos que, ainda que de forma não deliberada, contribuíram com a difusão dos sentidos construídos pelo regime militar. Neste último caso, para além da censura, as próprias restrições que o governo apresentava ao trabalho dos jornalistas facilitavam a reprodução, nos jornais, da versão encampada pelos militares: exemplo disso é a publicação, nas notícias, de depoimentos concedidos por presos políticos às autoridades policiais como se fossem resultado de uma tradicional entrevista jornalística, sem nenhuma consideração quanto ao contexto e às condições em que as tais “confissões” eram obtidas.

Para Abreu (2000), no caso da luta armada, a caracterização negativa foi predominante entre os veículos de comunicação, antes mesmo da instituição da censura, ou seja, foi definida pela própria mídia. Segundo o autor, no período do governo Castello Branco, na década de 1960, quando “a imprensa não vivia sob censura” (ABREU, 2000, p. 168), já podiam ser encontradas nos jornais notícias que qualificavam os militantes como “bando”, “baderneiros” ou “bandidos”.

Assim, entre os termos recorrentes naquela época e usados tanto pelo governo quanto pelos veículos de comunicação para “nomear” os opositores do regime militar (ABREU, 2000), podem ser destacados dois deles: *subversivo* e *terrorista*. No primeiro caso, o termo – que era inicialmente usado para fazer referência aos membros do governo que tivessem sido cassados ou estivessem sendo indiciados – representava “todo aquele que, de uma maneira ou de outra, se opunha ao regime de exceção recém-instalado”, desqualificando-os perante a sociedade (ABREU, 2000, p. 23).

Já o termo *terrorista* representava aquele “indivíduo responsável pela criação de um clima de insegurança com o objetivo de fazer com que a sociedade entrasse em crise” (ABREU, 2000, p. 25). Para evitar a repetição de palavras, era comum ver nos jornais termos como “assaltante”, “ladrão” e “subversivo”, sendo usados como sinônimo de terrorista para se referir não só a ações militantes de luta armada, mas a qualquer movimento de oposição ao governo (ABREU, 2000, p. 179).

É importante observar, no entanto, que o termo *terrorista* também fazia parte do vocabulário dos próprios militantes, que assim se definiam em muitos casos. Em um documento divulgado pelo grupo COLINA, em maio de 1968, intitulado “Estrutura de uma organização político-militar”, pode-se verificar o uso de termos como *revolucionários*, *combatentes*, bem como referências às atividades guerrilheiras (www.an.gov.br/mr). Aliás, o termo *guerrilheiro* e seu sentido pejorativo – em suas associações à noção de selvageria e desorganização – deu espaço à figura mítica representada por Che Guevara, especialmente a partir de sua morte. As organizações de esquerda ainda usavam em seus pronunciamentos verbos como “justiçar” – quando se referiam à morte de militares durante ações da esquerda – ou “expropriar”, em substituição ao termo roubar, por exemplo, como forma de garantir um sentido social ao roubo (ABREU, 2000).

Tendo em vista essas breves considerações sobre cada um dos espaços de construção simbólica aqui definidos, é possível estabelecer que as representações sobre os militantes de grupos de resistência à ditadura transitam entre dois enfoques: um deles, ao qual se chamará aqui de enfoque patriótico, ressalta a valentia e a nobreza da luta daqueles que buscavam o caminho que acreditavam ser melhor para o povo brasileiro, com foco na libertação, no fim das desigualdades sociais e da opressão; já o outro enfoque, opositor, ressaltava o caráter rebelde, insurgente, por vezes descabido daqueles que manifestavam sua oposição à atuação do regime instituído.

Enquanto no primeiro enfoque predomina a valorização dos militantes, valorização não necessariamente da atuação ou das ações realizadas, mas propriamente da coragem de lutar por ideais próprios, pela capacidade de agir e de se posicionar, no segundo enfoque fica evidente que a militância tendia para uma espécie de rebeldia juvenil desmotivada, desordem, despolitização, para a violência e insubordinação de seus membros.

AS MULHERES NA MILITÂNCIA: “SALTO ALTO NÃO COMBINA COM ASSALTO”

De acordo com Ruth Ribeiro de Lima (2000, p. 206), estima-se que seiscentas mulheres estiveram distribuídas entre quase todas as organizações de

esquerda no Brasil, nos anos de 1964 a 1979, sendo que, nos grupos armados, elas representaram cerca de 18% do número total de militantes (RIDENTI, 1990, p. 1). A transgressão política que se cometia – opor-se ao regime – era acompanhada, no caso das mulheres militantes, de uma transgressão comportamental: integrar as organizações de esquerda significava romper com a construção social e cultural que atribuía papéis específicos para homens e mulheres na sociedade. Assim, aos olhos da repressão, a militante cometia dois pecados: insurgir-se contra a política golpista e desconsiderar o lugar destinado à mulher, ou seja, o espaço privado (COLLING, 2004).

Há autores que destacam, inclusive, que o governo garantia desprezo maior às militantes, quando comparados os tratamentos dados a elas com aqueles dados aos homens, justamente por considerarem que cabia às mulheres a reprodução dos valores tradicionais no âmbito da família. Assim, “as mulheres militantes comprometiam não só a estabilidade do regime, mas também a socialização de seus filhos” (GIANORDOLI-NASCIMENTO; SANTOS; TRINDADE, 2012, p. 315-316).

Dessa forma, como destacado anteriormente, em se tratando de mulheres que integraram organizações de esquerda nos anos 1960 e 1970, não há como falar sobre os aspectos políticos envolvidos na militância sem trazer, concomitantemente, os aspectos comportamentais ali presentes, integrando-os: no espaço político, masculino por excelência, as relações de gênero conferiam significado às relações de poder. Nesse sentido, com base na pesquisa bibliográfica, histórica e por meio de diversos depoimentos de mulheres que integraram organizações de esquerda durante o regime militar (também aqui considera-se a construção de sentidos realizada por meio do governo, da imprensa e dos grupos de resistência), observa-se que, em geral, as representações sobre as mulheres militantes naquele período estavam relacionadas ao menos a um dos seguintes padrões: afetivo-sexuais; físicos/de beleza; e de personalidade.

Com relação ao primeiro deles, a seguinte afirmação de Colling (2004, p. 7) é bastante significativa: “a repressão caracteriza a mulher militante como Puta Comunista”. Assim, o regime associava claramente as mulheres que integravam grupos de resistência à noção de libertinagem, ou seja, tais mulheres representavam um contraponto à virgindade e ao recato que marcava os tradicionais padrões afetivo-sexuais femininos, sugerindo, em diversos momentos, uma “possível associação com a prostituição” (GIANORDOLI-NASCIMENTO; SANTOS; TRINDADE, 2012, p. 19).

Zuenir Ventura (2008, p. 38) conta que, em 1968, quando a polícia “desmantelou” o congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna, as caixas de pílulas anticoncepcionais encontradas no local foram exibidas “como troféu de

guerra”: segundo o autor, “a polícia acreditava que a exibição provaria à opinião pública que as moças tinham ido ao encontro preparadas para algo mais do que discutir as questões estudantis”.

E a construção que se fazia em torno de uma alegada falta de moral das mulheres militantes era tão intensa que, muitas vezes, elas próprias tinham problemas em se reconhecer como tal, temendo a exclusão que lhes poderia ser imposta: Rosane⁴ conta que, antes de ingressar no movimento, achava as mulheres militantes “muito liberais. Pra mim, eram muito galinhas, muito piranhas” (GIANORDOLI-NASCIMENTO; SANTOS; TRINDADE, 2007, p. 368).

Também os colegas de militância, homens, reproduziam, no interior das organizações de resistência, essas mesmas representações. Segundo Zuenir Ventura (2008, p. 40), “em 63, a hoje economista Liana Aureliano foi eleita delegada a um congresso do PC⁵ e em seguida vetada por duas bases do Recife porque não era virgem”.

Além dos padrões afetivos e sexuais, estereótipos quanto à beleza e feminilidade também faziam parte das representações que circulavam sobre as mulheres militantes: eles compõem o que chamamos aqui de padrões físicos. Segundo Maria do Carmo Brito, “eu já tinha trinta anos quando fui aceitar que a gente podia ser militante e não precisava ser necessariamente feia, horrorosa” (COSTA et al., 1980, p. 75), de forma que ela própria evidencia a concepção predominante na época de que as mulheres que integravam os grupos de resistência eram, necessariamente, mulheres sem vaidade, sem feminilidade e que não eram bonitas. Em uma charge de autoria de Ziraldo e publicada pelo jornal *O Pasquim*, no final da década de 1970, um homem repassa informações, provavelmente à polícia, sobre os responsáveis por uma pichação, dizendo: “Eram três, doutor... num fusca branco, de madrugada, sorrateiros... Duas mulheres feias e uma pessoa do sexo masculino ao volante [...]”⁶.

Assim como no caso dos padrões afetivo-sexuais, também nas próprias organizações de esquerda os padrões físicos eram compartilhados por muitos colegas de militância: segundo Reinaldo Guarany, que integrou a Ação Libertadora Nacional (ALN), “quanto mais barra-pesada fosse uma organização, mais feias eram as mulheres e menos havia; e quanto mais de proselitismo fossem, mais mulheres havia e mais jeitosinhas eram” (GUARANY, 1984, *apud* RIDENTI, 1990).

4 Os nomes utilizados pelas autoras em questão são fictícios (GIANORDOLI-NASCIMENTO; SANTOS; TRINDADE, 2007; 2012).

5 Partido Comunista.

6 Disponível em Soihet (2008, p. 13).

Outro exemplo é dado por Zuenir Ventura, mas pode ser facilmente encontrado em diversos estudos que tragam referências à militância feminina durante o regime militar no Brasil: a personagem é Iara Iavelberg, que integrou a POLOP. “Iara não tinha muito a ver com suas colegas de militância. Além de bonita, loura, alta, olhos claros e um sorriso aberto, era muito vaidosa. Cuidava do corpo talvez com o mesmo zelo com que cuidava do fuzil” (VENTURA, 2008, p. 40). Iara era apresentada, assim, como uma exceção diante das demais mulheres militantes. A propósito, a frase citada no início deste tópico pertence à Lúcia Murat Maria Vasconcelos e cabe muito bem nesta discussão. Em entrevista a Luiz Maklouf Carvalho (1998, p. 196), ela afirmou: “na luta armada a gente perde um pouco da feminilidade”, revelando que nem sempre era fácil manter a vaidade no cotidiano dos grupos de resistência.

Por fim, vale destacar os padrões de personalidade aos quais as militantes eram comumente associadas: aqui, é a bravura e a coragem das mulheres que integravam os grupos de resistência o ponto central das representações que circulavam sobre elas. No entanto, não havia valorização dessa coragem e do destemor das militantes: ao invés de qualidades, tais características eram associadas ao perigo que essas mulheres representavam, opondo tamanha valentia a um ideal de fragilidade e delicadeza femininas.

O depoimento do coronel Adyr Fiúza, no livro *Os anos de chumbo* (1994), ilustra tais argumentos: “as mulheres são muito mais ferozes do que os homens. São muito mais cruéis [...]. Muitas delas, enquanto estavam no terrorismo, [...] tinham que ser postas de castigo pela própria chefia [...] porque se excediam” (CASTRO; D’ARAÚJO; SOARES, 1994, p. 77). Pode-se, inclusive, observar que as características da personalidade das militantes sugerem uma associação com os já mencionados padrões físicos – tamanha bravura correspondia à falta de feminilidade e à masculinização.

NARRATOLOGIA E TEMATOLOGIA: SOBRE O MÉTODO

A análise da narrativa como procedimento metodológico fornece, nesta pesquisa, as bases do estudo empírico a ser realizado. De acordo com Motta (2007), narratividade significa descrever algo enunciando sucessivos estados de transformação, e, na medida em que organiza os fatos em uma sequência lógica e compreensiva, as notícias estão sim impregnadas pela narratividade. A narratologia, por sua vez, sendo uma teoria da narrativa, estuda como os sujeitos

constroem significados por meio da expressão narrativa da realidade. E aí se insere o jornalismo.

No caso específico dos meios de comunicação, vale lembrar que as narrativas são formas de exercer o poder, afinal elas não são eventuais, mas elaboradas segundo intenções específicas; não são aleatórias, mas se realizam em determinados contextos e visam a determinados efeitos (MORTA, 2007). Assim, as narrativas jornalísticas organizam as ações dos indivíduos em função de estratégias específicas e, por isso, estudar a notícia como uma narrativa implica analisar justamente tais estratégias.

Importante esclarecer que a análise da narrativa jornalística tem o conflito como elemento estruturador, uma vez que as notícias lidam com descontinuidades, com rupturas. Segundo Gancho (1998), conflito é qualquer componente da história – seja um personagem, seja mesmo uma ideia – que organiza os fatos e mantém a atenção do leitor. Nesse sentido, considerar-se-á aqui que o conflito estruturante das narrativas a serem analisadas consiste justamente na militância política durante a ditadura, uma vez que somente são objeto de estudo as narrativas – dentre os veículos jornalísticos pesquisados – que façam referência ao assunto.

Em “Para uma antropologia da notícia”, Motta (2002) apresenta etapas do que ele considera uma opção metodológica para verificar até onde as notícias estão “impregnadas” pelas sensibilidades e pelos imaginários sociais. Tais etapas não serão exatamente reproduzidas na análise do *corpus* da presente pesquisa, mas foi a partir delas que se pôde propor etapas próprias. Assim, será realizada, inicialmente, uma análise narratológica e textual-narrativa das matérias que integram o *corpus* da pesquisa e, em seguida, uma análise tematólogica.

No primeiro caso, o objetivo é verificar quais dispositivos retóricos foram usados na construção das notícias e, para isso, o foco residirá nas estratégias comunicativas, as quais se dividem em estratégias de objetivação e estratégias de subjetivação. A primeira delas faz referência aos efeitos de real, ou seja, às estratégias que dão a ideia de que não há mediação nas notícias e, para isso, será preciso observar nas narrativas o uso de expressões de tempo e lugar, de citações – já que as aspas dão a impressão de que não há intervenção do jornalista –, números e estatísticas (que conferem à narrativa rigor e precisão) e das expressões do próprio narrador-jornalista. Já as estratégias de subjetivação, ou efeitos poéticos, compreendem os recursos linguísticos que remetem o leitor à subjetividade e, por isso, é preciso analisar os adjetivos, verbos e substantivos que integram as narrativas.

Por fim, na análise tematólogica, o foco reside na interpretação, ou seja, em buscar os sentidos, as percepções culturais e simbólicas que permeiam as notícias

pesquisadas. Aqui, recorrer-se-á essencialmente ao arcabouço teórico apresentado anteriormente, elaborado acerca das vertentes política e de gênero da militância. O objetivo é situar o material jornalístico que compõe o *corpus* deste estudo no âmbito dos padrões e dos enfoques recorrentes que circularam durante o período do regime militar sobre a atuação dos militantes, a fim de observar como eles ainda permeiam o imaginário social expresso nas notícias.

A apresentação dos resultados da pesquisa, a fim de garantir maior coerência e fornecer um panorama amplo das reportagens analisadas, será realizada na mesma sequência definida acima, ou seja, primeiro serão traçados os pontos mais importantes da análise narratológica e textual-narrativa para, em seguida, partir para a análise tematológica.

O HORIZONTE DO JORNALISMO: A MILITÂNCIA NAS PÁGINAS DA REVISTA E DO JORNAL

O Colégio Estadual Central, de Belo Horizonte, onde Dilma estudou por dois anos, a partir de 1964, é tema de reportagens em ambos os veículos pesquisados. Tanto *O Globo* quanto a *Istoé* dedicaram uma matéria ao assunto, e, nas duas, liberdade é a palavra que dá o tom das narrativas: *O Globo* fala em “ilha de liberdade”, “centro público que exalava liberdade”, “ambiente que transpirava liberdade”. Já na revista *Istoé* estão presentes expressões como “espaço público e democrático”, “abrigava uma porção de tribos”, “era heterogêneo e plural”. Em determinado momento, a revista caracteriza o bar Bucheco – segundo Ricardo Amaral (2011, p. 38), diz-se Butchéco –, “onde o pessoal da POLOP se reunia”: “era um ambiente existencialista, na penumbra, com cadeiras despojadas e caixotes no lugar dos bancos tomados pela fumaça que saía dos cigarros”. Aqui, a liberdade assume traços de desprendimento com relação a valores e comportamentos tradicionais, como evidenciam os adjetivos *despojadas* e *existencialista*.

À liberdade se misturava ainda capacidade de debate e de ação: expressões e termos como “inflamada assembleia estudantil”, em *O Globo*, ou “alunos irreverentes e críticos”, como aponta a *Istoé*, a qual destaca ainda que “o colégio se tornou um dos principais focos da resistência da juventude mineira”, mostram a disposição dos jovens em discutir e lutar por aquilo que defendiam.

Deve-se ainda observar como é coincidente o uso de palavras e expressões que remetem a uma permanente inquietação: “o Estadual Central era o epicentro da agitação estudantil do período” (*O Globo*), “um caldeirão social, político e cultural em constante ebulição” (*Istoé*). *Epicentro*, *caldeirão* e *ebulição* caracterizam,

assim, a realidade da época como uma espécie de terremoto e de algo que estava, literalmente, pegando fogo.

Por outro lado, à liberdade, à agitação e à ação dos jovens se juntava a insubmissão: quando comenta sobre a arquitetura do Colégio, que foi projetado por Oscar Niemeyer, *O Globo* diz que “a rebeldia começava pelos traços do arquiteto”, e o adjetivo “comunista”, com o qual a *Istoé* identifica Niemeyer, também evidencia os padrões de não conformidade e de desobediência sobre os quais se constroem os sentidos acerca da militância a partir das narrativas jornalísticas em questão. Cabe destacar que, no caso de *O Globo*, a palavra “rebeldia” surge em determinado momento na voz da própria presidente, em um fala atribuída a ela: “‘nós éramos aqui bastante rebeldes’, recordou-se a presidente eleita, ao visitar recentemente o antigo colégio”.

É interessante observar ainda os termos utilizados em uma citação da matéria publicada em *O Globo* e atribuída à Maria José Duarte, diretora do Colégio, por ocasião da reportagem. Ao comentar sobre o comportamento dos atuais estudantes, ela diz: “alguns alunos *boicotam*, tomam *atitudes terroristas*. Eles se organizam para *soltar bomba*, arrebentar o banheiro”. A fala de Maria José é antecedida pelo seguinte período: “a diretora admite que a *rebeldia* não desapareceu por completo, mas de forma *menos engajada*”, de tal forma que a reportagem associa a “rebeldia” praticada pelos alunos da década de 1960 a um certo engajamento, ou seja, à época da ditadura, aqueles estudantes se manifestavam, mas tais manifestações estavam vinculadas a determinadas causas e também ideias.

Por outro lado, vale destacar que a fala da diretora citada pela reportagem traz termos que remetem à violência e a ações extremadas, a exemplo de “bomba” e “terroristas”, termos que não deixam de retomar as construções simbólicas especialmente veiculadas pelo governo e pela imprensa, como discutido nos tópicos anteriores, e que serviam para difundir o temor com relação aos militantes. Inclusive, a reportagem cita em seguida uma fala de duas alunas do Colégio, as quais “devolvem a queixa” – como afirma a matéria – da diretora, dizendo: “Como a diretoria barra muita coisa, somos obrigados a fazer atividades *paralelas*, como uma gincana *clandestina*”, sendo que os dois termos destacados por nós remetem, por sua vez, a algo que não é oficial, ou seja, está fora da legalidade, mesmo contexto em que a militância se deu durante a ditadura.

A personalidade e o comportamento de Dilma, por sua vez, também integram as narrativas de ambos os veículos analisados: no caso da *Istoé*, a matéria que tem como ponto de partida o Colégio em Belo Horizonte traz ainda referências ao temperamento e à atuação de Dilma na época de estudante e militante. Adjetivos como

“intelectualizada”, “intransigente”, “exaltada”, “capaz” e “combativa” estão presentes nas citações atribuídas aos entrevistados. “Inteligente”, “muito bem preparada”, “perfil de dirigente”, “engraçada”, “sonhadora”, “brincalhona” e “sempre articulada” são algumas das características da presidente eleita apontadas na reportagem “O legado da Dilma militante”, de *O Globo*, que discute também sobre a permanência dos ideais políticos da presidente, naquela época, em sua atuação hoje.

Aliás, é essa permanência de ideais políticos, ao longo dos anos, um assunto que permeia diversas reportagens nos dois veículos em questão: no caso da *Istoé*, a revista traz uma matéria na qual um único entrevistado, Apolo Heringer, conta sua história, suas memórias do tempo em que atuou com Dilma na POLOP e fala sobre as ideias políticas que os moviam. O entrevistado – que, de acordo com a revista, era chamado de guru por Dilma – já não pensa como nos anos do regime militar, pois “muitos de seus conceitos foram revistos e a pauta ambiental ganhou espaço em sua agenda”. A reportagem diz ainda que Apolo Heringer “tem a convicção de que Dilma também mudou” e que, “de fato, não há mais no vocabulário da presidente eleita temas como revolução do proletariado, estatização da terra e dos meios de produção”.

Na verdade, para além de uma discussão sobre a permanência de ideais políticos, pode-se dizer que a reportagem propõe uma espécie de balanço da vivência militante, e aí se inclui uma reflexão tanto sobre a importância das ações realizadas naquela época quanto sobre o que resta da militância nos “ex-militantes” de hoje. E não é só nessa reportagem que esse “balanço” se faz presente: também na revista, em “A descoberta da política no Colégio Central”, o economista Luiz Bernardes, que integrou o grupo Ação Popular, afirmou que tanto Dilma quanto José Serra “renegam” o passado militante. Já na reportagem “1968: o ano que enfim terminou”, Zuenir Ventura afirma que “não foi com um discurso revolucionário que este pessoal venceu eleição”.

No caso do jornal *O Globo*, a reportagem “O legado da Dilma militante” – aliás, o termo “legado” é aqui especialmente significativo, já que evidencia, de início, que a matéria se propõe a discutir sobre o que ainda resta de militante na Dilma presidente – traz o sociólogo Marcelo Ridenti como fonte, dizendo: “ela (Dilma) defende um desenvolvimentismo impulsionado pela burguesia nacional e pelo subproletariado, algo que eles tanto criticavam”. A mesma reportagem, no entanto, traz uma opinião divergente: Theotônio dos Santos, economista e professor universitário que atuou como militante na POLOP, afirma: “Dilma não rejeitou as lutas que realizou na ditadura. Numa situação ditatorial elas se justificavam. Isso

revela uma postura combativa [...]. Sobreviver à tortura e viver na clandestinidade é uma vitória pessoal muito grande”.

Por fim, a tortura a que Dilma foi submetida durante o período em que esteve presa é o foco da reportagem *1968: o ano que enfim terminou*, publicada na *Istoé*. Além de Dilma, os destinos de outros militantes presos durante o regime militar são citados na matéria. O que o repórter faz é, de fato, uma denúncia das desumanidades que foram praticadas por militares contra os presos políticos, durante aquele período, e, por isso, predominam verbos como “escapar”, “enfrentar”, “capturar”, “cercar”, “safar”, “esconder”, “varejar”. Termos como “combate”, “eliminação”, “extermínio” e expressões como “moída a pancadas”, “porções da repressão”, além de números sobre as vítimas da ditadura (as estratégias de objetivação das quais falamos) dão o tom de repulsa da reportagem à prática da tortura: “em 1971, a repressão matou 50 pessoas, superando os 29 assassinatos no ano anterior. Entre dezembro de 1972 e outubro de 1973, houve 43 mortes”.

Interessante observar que os verbos, os termos e as expressões reproduzidas acima corroboram com a discussão anterior sobre a diferença marcante entre o vocabulário utilizado, por ocasião do regime militar, por governo e grupos militantes: enquanto o primeiro buscava desqualificar a atuação dos grupos de resistência, inclusive atribuindo aos membros desses grupos um caráter animalesco, os militantes reivindicavam o direito de lutar e reforçavam o caráter desumano das ações de repressão desenvolvidas pelo governo.

Também em *O Globo*, uma matéria correlata à reportagem *O legado da Dilma militante* fala sobre os momentos vividos por ela na prisão e os relatos da tortura. O título “Ela jamais esmoreceu” faz referência à forma como a presidente fora caracterizada pelos militares em um processo do Superior Tribunal Militar (STM), à época da ditadura, e ao qual o jornal teve acesso.

A partir das considerações desenvolvidas até agora, fica, portanto, evidente que o ambiente estudantil durante a ditadura, o balanço da vivência militante e a tortura são os três grandes temas que centralizam, de maneira ampla, as reportagens analisadas. E é interessante pensar como essas narrativas, mesmo em veículos distintos, convergem entre si, trazendo à tona questões muito semelhantes, especialmente no caso dos dois primeiros temas acima citados, já que a tortura mereceu destaque mais significativo na revista *Istoé*, que dedicou uma reportagem exclusivamente ao assunto.

Considerando, dessa forma, o caminho percorrido pelas reportagens, os aspectos evidenciados em cada uma delas e tendo em mente o cenário construído inicialmente sobre as representações recorrentes difundidas durante a ditadura,

observa-se que, com relação à vertente política da militância, o enfoque patriótico se instaura por meio das referências à vida estudantil, que se apresenta como um ambiente marcado pela liberdade e que incentivou os jovens a assumirem seu protagonismo político, irem em busca de mudanças na realidade política e social do país; bem como pelas referências à tortura: a *Istoé* fala em uma “geração que pagou caro por pegar em armas para enfrentar a ditadura” e afirma que “não é exagero falar em sobreviventes”.

É fato que, desde o período do regime militar, a tortura é um assunto tratado com certo pudor: com exceção dos próprios militares, que em geral tratavam as práticas de repressão e tortura como uma resposta à altura da “extensão e profundidade da subversão comunista” (COUTO, 1999, p. 11), era muito difícil manter uma postura favorável às ações de repressão desenvolvidas pela polícia política, seja porque quase todo mundo naquela época tinha um primo, irmão, vizinho que estava preso, seja porque – por mais restritas que fossem as liberdades de expressão e de imprensa no período – vinham à tona relatos sobre como a repressão agia, chocando toda a sociedade.

Ao longo desses cinquenta anos desde o golpe de 1964, só cresceu o repúdio social às formas encontradas pela ditadura para “punir” os opositores do regime, considerando a profusão de novos relatos, pesquisas e documentos que também vieram à tona, reforçando a crueldade com que a polícia agia. Nesse sentido, falar em tortura evoca sempre uma atmosfera dramática, trágica, repugnante, que revolta e também sensibiliza.

Juntos, portanto, os relatos e números relativos à tortura e a reconstrução dos anos escolares dos jovens da época refletem uma imagem de militantes aguerridos, que tinham vitalidade e ânimo para lutar em favor do que defendiam, que estavam entregues a uma causa. Claro que as adversidades dão, como destacado acima, um tom dramático a essa luta, mas esse drama enfatiza ainda mais a valentia e a coragem dos militantes, tornando-os dignos de admiração. No caso específico dos anos escolares, a liberdade que permeia a construção das narrativas confere a elas um ar contagiante, vibrante, rico de experiências e até mesmo nostálgico. O depoimento de um colega de Dilma, em *O Globo*, evidencia que os jovens viviam intensamente aquela época: “Nosso grupo se encontrava todo santo dia e ainda era pouco. A gente mal dormia, esperando o dia seguinte chegar para se encontrar de novo”.

Ao mesmo tempo, no entanto, que a vida estudantil e a liberdade que a permeava ajudam a construir nas narrativas o enfoque patriótico, também há, por meio delas, em certa medida, um reforço às noções de que a militância muitas vezes

se associava a um “capricho” daqueles jovens, de ações promovidas muito mais para causar desordem e alvoroço, revelando a insubmissão deles aos padrões de comportamento impostos na época. O termo *rebeldia*, evidenciado anteriormente, é exemplo disso, assim como “tudo era motivo para mobilizações”, como coloca *O Globo*. Há de se considerar ainda as referências às ações violentas praticadas por organizações de esquerda que aderiram à luta armada – como no caso do “terrorismo” mencionado pela atual diretora do Colégio em Belo Horizonte onde Dilma estudou – e que também remetem a um pretenso caráter desordeiro e nem tão “político” assim daqueles grupos. No jornal *O Globo*, por exemplo, a reportagem destaca que, segundo uma entrevistada que integrou a VAR, o objetivo daquele grupo era “incendiar o país”. Por mais que aquele que pratica a violência alegue estar “fazendo justiça”, como os próprios militantes diziam à época, atentar contra a vida e a segurança de outras pessoas não se torna algo justificável.

É nesse sentido que se pode falar no enfoque oposicionista veiculado pelas narrativas e para o qual concorre ainda o “balanço” da vivência militante no qual predomina um tom pessimista, desiludido, frustrado: na *Istoé*, um entrevistado, que atuou como militante, afirma que tanto Dilma quanto José Serra (que concorreu no segundo turno das eleições de 2010), “embora os dois tenham surgido em movimentos de resistência à ditadura, hoje, eles não representam mais a antiga luta da esquerda”. Dessa forma, quem fez parte dos grupos de resistência à ditadura alega que aqueles que estiveram com eles, lado a lado, na luta contra a realidade política daquela época e que, hoje, ocupam o poder já não defendem mais os mesmos ideais. Resta, portanto, uma noção de luta perdida, que não chegou “a lugar nenhum”, como afirmou Vladimir Palmeira à *Istoé*.

Com relação aos termos utilizados para nomear os membros dos grupos de resistência à ditadura, observa-se que o termo *militante* é predominante entre todas as notícias analisadas, as quais falam em “ex-militante”, “ativa militante”, “militantes da luta armada” e “militante de esquerda”. Encontram-se ainda outros termos e expressões, como “belo-horizontinos engajados” e “companheiras” e, no caso específico da reportagem “O legado da Dilma militante”, veiculada pelo jornal *O Globo*, também está presente a palavra “guerrilheira”: “Dilma militante e guerrilheira”, “ex-guerrilheira”.

Já com relação ao regime militar, especialmente a matéria “1968, o ano que enfim terminou”, publicada pela *Istoé*, fala-se em “torturadores”, “máquina da repressão” e “eliminação total dos adversários”, de tal forma que ganha destaque a prática cruel adotada pelos órgãos de repressão contra os militantes.

Quanto às referências acerca da vertente de gênero da militância, não há, por parte de nenhuma das reportagens analisadas, discussões centradas propriamente nas questões relativas à atuação feminina em grupos de resistência à ditadura. O que há são referências pontuais, em algumas reportagens, como é o caso de *O Globo*. Nas duas matérias do jornal relativas à militância, há trechos nos quais se pode observar a presença dos padrões discutidos anteriormente: em uma das reportagens, sobre o Colégio Estadual Central, comenta-se sobre o uniforme usado pelas meninas na escola, uso “de saia cinza, bem mais curta do que as freiras permitiriam”, em uma referência à escola Nossa Senhora de Sion, onde Dilma estudou antes de ir para o Estadual Central. A menção aos padrões cristalizados em uma escola de tradição católica também está presente em outro momento da reportagem, quando se comenta sobre as aulas que Dilma tinha no colégio anterior, das freiras: “Foram apenas dois anos passados ali, mas suficientes para operar uma revolução na cabeça da jovem que, pouco antes, estudava latim, aprendia trabalhos manuais, como bordado e tricô”.

A partir desses dois trechos, pode-se observar que as narrativas jornalísticas expressam uma ligação entre o ingresso no colégio que “exalava liberdade” e a adoção de determinados padrões de comportamento, a exemplo das saias mais curtas usadas pelas meninas, em um contraponto aos tradicionais padrões expressos pela Igreja Católica com relação ao que era destinado às mulheres: bordar, tricotar, aprender latim. Nesse sentido, fica evidente que aquelas jovens alunas estavam rompendo paradigmas, mas também que a escola era um importante espaço de socialização política e também comportamental. Na reportagem veiculada pela *Istoé* sobre o colégio da capital mineira, uma colega de Dilma daquela época relembra que a presença feminina era minoritária: “quando entramos no Estadual Central, havia apenas quatro mulheres na sala”.

Iara Iavelberg, por sua vez, citada durante a discussão acerca dos padrões físicos que marcaram as representações sobre as militantes, é citada em duas reportagens analisadas: em *O Globo*, a socióloga Maria do Carmo Brito – que atuou na POLOP – faz referência à Iara, dizendo: “como Dilma tinha cabelos anelados, era muito esguia e usava óculos pesados, Iara Iavelberg sugeriu cabelos curtos, para realçar os olhos, e outra armação. E assim ela o fez”. Na revista *Istoé*, Iara é citada como “a guerrilheira loira, linda, namorada de Carlos Lamarca, que em plena clandestinidade ainda tinha espírito para levar Dilma para ‘aparar aquela juba’”. Assim, aqui a figura de Iavelberg surge justamente como a de uma militante que entendia de questões de beleza, que não perdia a feminilidade mesmo atuando

nos grupos de resistência e que, ainda, tratava de ajudar as colegas de militância a se “embelezarem”.

Em *O Globo*, um dos entrevistados, o médico Jorge Nahas – que atuou como militante na COLINA –, afirmou que Dilma atuava com a divulgação, formação e política dentro dos grupos de resistência e que, “desde cedo, mostrou perfil dirigente e sofreu com um ranço machista nas organizações de esquerda”. Importante considerar que, no trecho que antecede a citação de Nahas, o texto do jornal apresenta a fala dele como uma “revelação curiosa sobre a trajetória de Dilma na luta contra a ditadura”. Dessa forma, o adjetivo “curiosa” pode remeter a certo “talento” da presidente, desde o início de sua atuação política, para ações mais estratégicas, bem como sua capacidade de liderança. Por outro lado, analisando o depoimento de Nahas sob a perspectiva das questões de gênero presentes na militância, fica evidente que os grupos de resistência ofereciam sim obstáculos à participação feminina.

Também no jornal, uma matéria correlata – que traz informações de documentos policiais da época da ditadura – comenta sobre os relacionamentos amorosos de Dilma: no texto, diz-se que a polícia encontrou na casa em que a presidente morava quando foi presa “um bilhete amoroso, em que ela é chamada de ‘nega querida’”. Em seguida, comenta-se que Dilma e Carlos Araújo, seu segundo marido, “trocavam bilhetes por ‘teresas’, cordas de lençóis e restos de panos” enquanto estavam presos.

Tendo em vista as análises desenvolvidas até o momento, a partir do estudo sistemático das matérias, verifica-se que não há nas reportagens referências aos padrões afetivo-sexuais que marcaram as imagens que circularam sobre as mulheres militantes por ocasião da ditadura: embora se comente sobre o namorado de Dilma e sobre um colega que a admirava (na reportagem da *Istoé* sobre Apolo Heringer, diz-se que “ele manteve por ela um amor platônico”, que “nutriu uma paixão secreta pela pupila”), essas questões em nada se assemelham àquelas sobre as quais falou-se aqui, que associavam a presença feminina na militância à libertinagem e ao “descumprimento” do comportamento recatado esperado para uma mulher.

Já com relação aos padrões físicos, há especialmente um momento que chama a atenção, no jornal *O Globo*: o trecho que antecede a fala da entrevistada citando Iara Iavelberg diz: “embora pareça paradoxal, foi na clandestinidade que Dilma começou, lentamente, a abandonar a aparência de *nerd* dos anos 1960”. Ao afirmar “embora pareça paradoxal”, a reportagem evidencia uma tendência em as mulheres militantes parecerem “nerds”, o que não é propriamente um elogio. Por outro lado,

esse trecho da reportagem desconstrói a imagem de que toda militante deve ser necessariamente desleixada com a aparência, não muito feminina ou “*nerd*”, como o próprio texto as qualifica.

Por fim, quanto aos padrões de personalidade, há um trecho expressivo de *O Globo* em que são citados documentos policiais sobre a ditadura e nos quais Dilma é chamada de “Joana D’Arc”, “papisa da subversão”, “uma das molas-mestras e dos cérebros dos esquemas revolucionários” que “jamais esmoreceu”. Aqui, portanto, ela surge como uma espécie de líder, de pessoa forte nos grupos de resistência, de tal forma que a bravura não deixa de ser ressaltada. No entanto, nesse caso, assim como no trecho do entrevistado Jorge Nahas apresentado em *O Globo* e sobre o qual comentou-se há pouco, surge uma questão que não foi identificada durante a discussão que tratou sobre os padrões recorrentes de representação das mulheres militantes: os preconceitos dos membros do regime militar e da repressão contra elas, bem como os obstáculos oferecidos pelos próprios grupos de resistência à participação feminina, resultavam, em grande parte, em razão de eles constatarem que as mulheres – diferentemente do que se difundia na época – tinham sim capacidade para atuar politicamente e eram capazes de liderar e de gerenciar tanto quanto os homens. Assim, reprimi-las com mais veemência, por parte da ditadura, e afastá-las dos cargos mais importantes das organizações de esquerda, por parte dos militantes, eram formas de, veladamente, assegurar o predomínio e a posição de mando masculina.

Ao final desta pesquisa, portanto, observa-se que as representações recorrentes que circulavam sobre os militantes, por ocasião do regime militar, ainda permeiam a construção de sentidos hoje, cinquenta anos depois, nas notícias. São esses mesmos sentidos, portanto, que continuam alimentando o imaginário social e orientando nossa compreensão de mundo. Afinal, tendo em vista as considerações iniciais – do jornalismo como sistema simbólico – há de se considerar tanto que os sentidos que emergem nas notícias resultam da vivência dos jornalistas como atores sociais, que os projetam, ainda que inconscientemente nas narrativas que constroem, mas também que, uma vez projetados nas notícias, esses sentidos continuarão a existir e a determinar simbolicamente o que cada um de nós entende sobre a militância de esquerda durante a ditadura no Brasil.

Abreu (2000, p. 260) destaca que “o jornal abre janelas para que o leitor veja o mundo, com as limitações próprias de qualquer janela e, simultaneamente, com o horizonte que ela nos oferece”. É o horizonte do jornalismo, portanto, elementar na definição das representações que circulam entre nós e que recobrem o entendimento social sobre o que nos cerca.

O trecho da entrevista de Jorge Nahas é especialmente significativo, embora ele não se desdobre em um debate propriamente, porque evidencia um aspecto sobre o qual pouco se discute quando o assunto é a presença feminina em grupos de resistência, já que a ideia da dupla transgressão – como mencionado no início deste artigo – cometida pelas militantes é sempre imperativa com relação à possibilidade de as mulheres ocuparem novos espaços e desempenharem atividades diferentes daquelas que, tradicionalmente, foram construídas como “adequadas” a elas. Aliás, considerando que as reportagens analisadas foram produzidas no contexto da eleição da primeira mulher para a Presidência do país, seria bastante pertinente que as pautas jornalísticas trouxessem à tona questões relacionadas aos obstáculos enfrentados pelas mulheres integrantes de grupos de resistência por ocasião da ditadura, já que eles em muito se assemelham àqueles vividos hoje pelas mulheres que ocupam espaços de poder político, a exemplo da falta de apoio dos partidos.

Assim, prevalece nas notícias analisadas o reforço ao imaginário cristalizado, sem que haja um convite à reflexão, ao contraditório daquelas representações que determinam os papéis dos diferentes atores sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, João Batista de. *As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.
- AGUIAR, Flávio. Censura e cultura em Movimento. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- AMARAL, Ricardo Batista. *A vida quer é coragem: a trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil*. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.
- BIRD, Elizabeth; DARDENNE, Robert. Mito, registro e estórias: explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega, 1999.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.
- CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- CHILLÓN, Albert. La urdimbre mitopoética de la cultura mediática. *Análise 24*, Barcelona, 2000.
- COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. *História em Revista*, UFPel, v. 10, dezembro de 2004.
- COSTA, Albertina de Oliveira et al. *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

- COUTO, Adolpho João de Paula. *Revolução de 1964: a versão e o fato*. Porto Alegre: Gente do Livro, 1999.
- D'ARAÚJO, Maria Celina et al. *João Clemente Baena Soares: sem medo da diplomacia – depoimento ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- DURAND, Gilbert. *O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem*. Rio de Janeiro: Difel, 1998.
- GANCHÓ, Cândida Vilares. *Como analisar narrativas*. São Paulo: Ática, 1998.
- GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araujo. Mulheres brasileiras e militância política durante a ditadura militar: a complexa dinâmica dos processos identitários. *Revista Interamericana de Psicologia*, v. 41, n. 2, 2007.
- _____. *Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- LIMA, Ruth Ribeiro de. Mulher: brasileira e guerrilheira. *Diálogos*, DHI/UEM, v. 4, 2000.
- MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade. *Revista Famescos*, Porto Alegre, n. 15, agosto 2001.
- MORAES, Dênis de. *O imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais – investigações em psicologia social*. Tradução de Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. Para uma antropologia da notícia. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. XXV, n. 2, julho/dezembro 2002.
- _____. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: BENETTI, Márcia; LAGO, Cláudia (Org.). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. São Paulo: Vozes, 2007.
- RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social*, Rev. Sociol. USP, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 113-128, 2º sem. 1990.
- SILVA, Juremir Machado da. Tecnologias do imaginário: esboços para um conceito. In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, XII. *Anais...* 2003, Recife.
- SOIHET, Raquel. Preconceitos nas charges de *O Pasquim*: mulheres e a luta pelo controle do corpo. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 84, maio de 2008.
- VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

FONTES CONSULTADAS

- Biblioteca Nacional. Disponível em: <www.bndigital.bn.br>.
- Arquivo Público do Estado de São Paulo: Disponível em: <www.arquivoestado.sp.gov.br>.
- Acesso em: 15 de dezembro de 2013.

Memórias Reveladas – Arquivo Nacional. Disponível em: <www.an.gov.br/mr>.

Estrutura de uma organização político-militar. Disponível em: <http://imagem.arquivonacional.gov.br/mr/arquivos/naorestrito/62483_5389.pdf>. Acesso em 10 nov. 2013.

Recebido para publicação em 30/01/2014. Aceito para publicação em 17/03/2014.

A TRAJETÓRIA DE THEREZA SANTOS:

comunismo, raça e gênero durante o regime militar

THE TRAJECTORY OF THEREZA SANTOS:

COMMUNISM, RACE AND GENDER IN MILITARY REGIME

Flavia Rios^a

Resumo A trajetória de Thereza Santos (1938-2012) estabelece conexões históricas e sociológicas entre as mobilizações política e cultural no contexto de resistência ao regime militar em duas metrópoles brasileiras. Em contraste com outros ativistas de perfil similar, o percurso dela permite desvelar as sutilezas complexas dos arranjos – pouco conhecidos pela literatura especializada – que articulam feminismo, comunismo e antirracismo, bem como as redes anticoloniais no período recortado. Para tanto, optou-se pela narrativa como estratégia de apresentação do itinerário de Thereza Santos, cuja reconstrução se fundamentou preferencialmente em fontes primárias, como a imprensa nacional e a alternativa, e, sobretudo, em correspondências, discursos, projetos artísticos e políticos, além de sua autobiografia.

Palavras-chave comunismo; gênero; raça; anticolonialismo; regime militar.

Abstract *The trajectory of Thereza Santos (1938-2012) provides historical and sociological connections between political and cultural mobilizations in the context of resistance to the military regime in two Brazilian cities. In contrast with other activists who share a similar profile, her trajectory allows to unveil the complex subtleties of the arrangements – little known in the specialized literature – articulating feminism, communism and anti-racism, as well as anti-colonial networks in the selected period. To this end, it was chosen a narrative style as a strategy for presenting Thereza Santos' itinerary, whose reconstruction was based preferentially on primary sources such as the national and alternative press, and, above all, on correspondence, speeches, artistic and political projects and her autobiography.*

Keywords *communism; gender; race; anti-colonialism; military regime.*

a Flavia Rios é doutoranda em Sociologia na USP e bolsista FAPESP.

UMA ATRIZ BRASILEIRA NOS PROCESSOS DE INDEPENDÊNCIA NA ÁFRICA

No dia 29 de junho de 1978, o jornalista Odacir de Mattos escreveu às pressas uma carta à Thereza Santos¹. Na correspondência, ele não escondia o entusiasmo e as inquietações que, na verdade, eram as mesmas que passavam não só por sua cabeça, como também pela dos amigos, familiares e companheiros de militância política, quando souberam de seu “retorno à terra natal”, pelas páginas de um periódico carioca de grande circulação no Brasil. Saber sobre a experiência do processo político de independência e refundação dos estados nacionais africanos e, sobretudo, sobre o trauma de Thereza Santos, que fora presa em país estrangeiro sob a acusação de “atentado à segurança nacional”², era um dos assuntos sobre os quais o velho amigo pretendia conversar. Ansioso por revê-la, escrevia-lhe:

Você não imagina a minha emoção ao ler no jornal Globo de hoje que você estava no Brasil. Soubemos aqui, por uma moça que veio de Angola em maio, que você estava presa. Estou contente por tudo ter se resolvido. Estava muito apreensivo quanto ao seu destino. Desesperado por nada poder fazer, nem mesmo estabelecer contato com você, interrompido há tantos anos. [...] Desculpe escrever à máquina, mas a emoção foi muita, minha mão estava tremendo um pouco. [...] Estou ansioso por revê-la³.

Seu retorno dramático despertou a curiosidade da imprensa. O título polêmico do jornal “Atriz Thereza Santos, expulsa de Angola, de volta ao Brasil”⁴ jogava mais lenha na fogueira. Com efeito, a chegada da carioca ao Rio de Janeiro trazia elementos que, aos olhos de hoje, pareceriam cinematográficos. Descalça, magra, com apenas a roupa do corpo e sem passaporte, Thereza Santos, tão logo aterrissou no aeroporto Galeão, às sete e meia da manhã do dia 28 de junho de 1978, foi detida

1 Thereza Santos nasceu Jaci dos Santos, em 7 de julho de 1938, na cidade do Rio de Janeiro. Filha de uma família negra de classe média baixa, na infância, viveu com os avós na capital fluminense. Sua mãe era enfermeira de profissão e desejava que a filha estudasse Medicina. Jaci frequentou boas escolas e foi educada para ser uma profissional liberal com carreira prestigiada, o que manteria o projeto de ascensão social de seus progenitores, mas ela se envolveu muito cedo com o mundo da política e do teatro, tornando-se atriz, militante comunista e assumindo o nome Thereza Santos como sua identidade pública. Para mais detalhes de sua biografia, consultar *Malunga Thereza*, 2008.

2 Segundo seu depoimento ao Jornal *O Globo*, de 26/06/1978.

3 Carta de Odacir de Mattos à Thereza Santos, localizada no acervo da Unidade Especial de Informação e Memória da Universidade Federal de São Carlos (UEIM/Ufscar).

4 Jornal *O Globo*, de 29/06/1979, p. 19.

e levada à Política Federal. Naquela segunda-feira, depois de permanecer retida por oito horas, ela saiu do inquérito em companhia de seus familiares.

Nessa ocasião, ela concedeu entrevista ao jornalista do diário *O Globo*. Segundo ela, os agentes policiais lhe teriam feito três perguntas: “Por que perdeu o passaporte?”; “Por que foi presa em Angola?”; e “Por que e quando tinha saído do Brasil?”. Certamente as respostas que Thereza Santos deu aos oficiais naquele dia não foram exatamente as mesmas de outros depoimentos que daria ao longo de sua vida. Policiais, jornalistas, amigos, confidentes e leitores de sua autobiografia ouviram ou leram uma versão desse momento em sua trajetória, cujos acentos biográficos dependeram tanto das condições de repressão nacionais e internacionais como do manejo pessoal para traçar sua autoimagem como ativista política, valendo-se de sua condição racial e de gênero.

Alguns dados, porém, coincidem no tempo e no espaço. Thereza regressava ao Brasil depois de quatro anos. Ela vinha de Angola, depois de ter passado por Moçambique e Guiné-Bissau, onde, anos antes, teria atuado junto às forças revolucionárias desses países. Em Guiné, seu primeiro lugar de atuação política, cujos registros são mais confiáveis, a atriz brasileira teria recebido treinamento militar e aprendido a manejar armas soviéticas, particularmente a metralhadora AK-47, modelo popular nas lutas revolucionárias anticoloniais. Nesse país, segundo seu depoimento, teria perdido seu passaporte, passando a circular nas fronteiras dos países africanos por meio de suas redes políticas⁵.

Embora tenha afirmado essa experiência guerrilheira em diferentes depoimentos, essa não foi, evidentemente, a história contada para a polícia brasileira, tampouco para os jornalistas que a entrevistaram em 1978. Para esses, Thereza não passava de atriz e professora de teatro, que teria deixado o Brasil por um relacionamento amoroso e por expectativas profissionais. Essas duas motivações foram apresentadas ao repórter: “Saí do Brasil em 1974, convidada pelo partido Africano de Independência de Guiné e Cabo Verde – PAIGC. Eu conhecia o atual ministro da Justiça de lá, Fidelis Cabral, que estudou no Brasil, onde fomos amigos e noivos. Fui lá trabalhar”⁶.

5 Carta de Thereza Santos ao então secretário da cultura do Estado de São Paulo, em 1994, em que apresenta um pequeno relato de sua trajetória. Nele, afirma ter sido guerrilheira em Guiné-Bissau (consultar acervo da NEAB/UEIM-USFSCar); o mesmo relato foi apresentado ao pesquisador Fábio de Oliveira Nogueira, em entrevista realizada na capital paulista, no ano de 2005; e, alguns anos depois, a mesma referência é encontrada em sua autobiografia (SANTOS, 2008). Agradeço a Fábio Nogueira por disponibilizar sua entrevista com Thereza Santos, além de ter lido e feito comentários críticos ao presente artigo.

6 *O Globo*, 26 junho de 1978, p. 16.

Quando chegou a Guiné, o país já tinha se autodeclarado independente, mas Portugal ainda não reconhecia a autonomia política da ex-colônia, o que veio a ocorrer somente em 10 de setembro de 1974. Longe de apresentar qualquer referência ao seu passado guerrilheiro no contexto conturbado de luta armada, Thereza vestia, em seu relato concedido ao *O Globo*, a personagem da boa moça, voltada às causas humanitárias, afirmando trabalhar com crianças órfãs junto à ONU, na região fronteira entre o território guineense e o senegalês:

No início, passei um ano na fronteira entre a Guiné e o Senegal, numa escola da UNICEF (órgão das nações unidas para a infância) para filhos de guerrilheiros e mortos na luta pela independência de Guiné. Trabalhei como professora primária e fazendo teatro, a pedido do presidente de Guiné, Luis Cabral. Em novembro de 1974, fui para Bissau, a capital do país, onde fundei a escola de teatro e montei algumas peças inclusive de minha autoria⁷.

Com efeito, ao que tudo indica, Thereza trabalhou na reconstrução das nações em processo de independência, seja no âmbito da cultura, seja no da luta armada. Em Guiné-Bissau, ela iniciaria um trabalho teatral, contudo ficou mais detida na atuação pedagógica: “Não tinha vocação para educadora, queria me dedicar mais ao trabalho cultural” (*Versus*, fevereiro de 1979, p. 42). Não deixa de ser plausível supor que Thereza possa ter recebido uma proposta melhor do governo angolano para desenvolver suas atividades lá. Depois de ter ido a Lisboa para tentar, sem sucesso, regularizar sua documentação junto à embaixada brasileira, ela chegou a Angola, em 24 de janeiro de 1976, dois meses depois de a nação ter se declarado independente. Assim, ela presenciou o desmantelamento do Estado colonial: “os portugueses quando foram expulsos de Luanda destruíram o que achavam pela frente e jogaram no mar o que não podiam levar”⁸, disse Thereza ao comentar as dificuldades de infraestrutura na capital angolana no período pós-colonial.

Ela tinha boas relações com a cúpula do Movimento pela Libertação de Angola (MPLA), uma das principais organizações que atuaram na guerra pela independência e que, naquela altura, exercia controle político de Luanda. Dessa forma, o perímetro da atuação político-cultural empreendida pela atriz brasileira esteve relativamente condicionado às redes de relações e influência do partido político liderado por Agostinho Neto.

⁷ *O Globo*, 26 junho de 1978, p. 16.

⁸ *Versus*, 02/1978.

Nesse país, atuou diretamente no Ministério da Cultura, junto ao poder instuído pelo partido do Movimento pela Libertação de Angola (MPLA), recriando o teatro e outras formas expressivas e dramatúrgicas na jovem nação. Em Luanda, Thereza atuava na área cultural, tendo sido nomeada para assessorar o ministro da educação, o revolucionário e poeta Antônio Jacinto: “Eu desenvolvia minhas funções no Ministério da Educação, ao mesmo tempo em que fazia pesquisa no interior do país, visando levantar materiais para o aniversário da independência”⁹. Thereza redigia, dirigia, formava os atores e organizava a Escola de Teatro na jovem nação negra socialista¹⁰. Títulos como *História de Angola, África, liberdade e Angola, terra e cultura* foram algumas das produções dramatúrgicas realizadas por ela e encenadas em datas e eventos comemorativos, nacionais e internacionais, tais como congressos do MPLA, o Festival de Cultura Africana (FESTAC), entre outros.

Logo que chegou ao Brasil, em 1978, ela relatou aos jornais da imprensa alternativa um de seus espetáculos mais significativos:

Um dos trabalhos mais importantes que criei foi o comboio de cultura, utilizando os vagões da estrada de ferro. Fizemos a linha que vai de Luanda até Malage, cidade onde houve debate com a juventude do MPLA. O comboio era composto por dois vagões de passageiros, um de restaurante, e vagões de carga que foram preparados pelos principais organismos do partido. [...] O espetáculo era na própria estação. Aberto a toda população, que visitava e até participava. Foi magnífico¹¹.

A saída de Thereza de Angola foi por motivos políticos. Segundo a atriz, um conflito envolvendo alunos brancos de sua escola de teatro teria levado ao primeiro desentendimento entre sua atuação e a direção do partido. Um dos incidentes relatados por ela revela tanto a situação particular da repressão contra os militantes como o tenso clima político daquele momento:

Entre os meus 89 alunos, havia quatro brancos, e começou a haver pressões, eu acho que bem de cima, apesar de o ministro da cultura também ser branco, para que as peças fossem representadas exclusivamente por negros. Diziam que os

9 *Versus*, fevereiro de 1979, p. 43.

10 Consultar Vaz (1978).

11 *Versus*, 02/1978.

brancos também deveriam varrer as ruas, como se trabalhar varrendo ruas ou em teatro fosse determinado pela cor da pele¹².

Conflitos e fracionamentos do partido do presidente Agostinho Neto, mais as sucessivas tentativas de golpe, em maio de 1978, que tinha como propósito maior o intervencionismo político soviético sobre Angola, resultaram em massacres e aprisionamento de um grande número de pessoas, inclusive importantes figuras do MPLA, além de populares envolvidos na revolta. Para Thereza, aquela experiência foi demasiadamente forte e abalaria parcialmente suas convicções socialistas, especialmente porque a violência tinha chegado muito perto de sua casa e de seus alunos, além de amigos e companheiros de trabalho. Por conta disso, decidiu sair do país. As forças políticas, entretanto, mantiveram-na presa a despeito de seus protestos e solicitações de retorno ao Brasil. Thereza Santos fez greve de fome por vinte e seis dias para forçar sua saída de Angola¹³.

O regresso de Thereza ao Brasil e suas sucessivas denúncias na imprensa carioca e paulista sobre o processo de independência dos países africanos rompiam com as visões edílicas e românticas nutridas por alguns intelectuais negros que se reportavam à África mítica, muito distante das reais experiências do processo pós-colonial. Thereza voltaria ao Brasil “com os olhos secos”, como no verso do poeta revolucionário Agostinho Neto. Tinha visto a complexidade do processo de formação dos estados nacionais africanos contra o colonialismo português, confrontou-se com os conflitos de natureza étnica e racial e sentiu na pele a ascensão dos poderes repressivos para o estabelecimento do estado socialista.

Repressão e prisão por motivos políticos, no entanto, não eram novidade para Thereza. Ao contrário, foi o temor de ser pega pela polícia política do regime dos generais um dos principais motivos que a fizeram deixar o país em direção à África. Militante comunista, a atriz Thereza Santos já tinha vivido, desde o Golpe de 1964, momentos conturbados, envolvendo fuga, prisão e arte, três vértices não raros na trajetória de militantes comunistas que viveram os tempos mais sombrios da Ditadura Militar¹⁴.

¹² *Versus*, 02/1978.

¹³ Conforme declarou ao *O Globo*, de 26/02/1978; *Versus*, 1978.

¹⁴ Existe longa literatura sobre o assunto no Brasil. Cita-se aqui uma delas por ter certas similitudes com a de Thereza Santos. Trata-se da trajetória de Zózimo Bulbul, ator, comunista e militante do movimento negro e protagonista do filme *Compasso de espera* (1969), produção censurada por conter cenas de “conflito racial”. Com sua carreira profissional e política ameaçada no Brasil, Zózimo dirige-se aos EUA e depois à Europa. Para mais detalhes de seu percurso, consultar Noel Carvalho (2012).

MOBILIZAÇÃO NEGRA, COMUNISMO E REPRESSÃO MILITAR

A fuga de Thereza Santos para São Paulo, em 1969, deixando para trás familiares, incluindo seu filho, não teve cobertura da imprensa. Em um contexto de maior repressão, com o Ato Institucional Número Cinco (AI-5), Thereza foi interrogada pelo Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), um dos órgãos da polícia política, localizado no Rio de Janeiro, que atuou severamente na repressão à luta de resistência à Ditadura Militar e na perseguição aos quadros do movimento afro-brasileiro pró-independência dos países africanos (SANTOS, 2010). Thereza Santos tinha envolvimento em ambos os círculos políticos. Naquela ocasião, prestou depoimentos e foi interrogada por diversas vezes e, segundo sua autobiografia (SANTOS, 2008), conseguiu demonstrar que não tinha qualquer envolvimento com o PCB, sendo apenas uma atriz de teatro. Tão logo teve chance de sair da órbita de interesses dos órgãos de repressão, Thereza mudou-se em segredo de cidade.

A atriz carioca chegou clandestinamente à capital de São Paulo e encontrou abrigo e proteção nas redes comunistas. Por esses círculos, conheceu pessoas ligadas às associações negras de São Paulo, como o jornalista investigativo Odacir de Mattos, que, anos antes, a tinha entrevistado para coletar dados para a *Revista Realidade*, o que resultou em uma extensa reportagem sobre o racismo à brasileira, com depoimentos de pessoas de diferentes capitais do país¹⁵. Odacir pertenceu à Associação Cultural do Negro (1954-1976), entidade central para encontros literários e culturais¹⁶, cujos fins eram tanto lúdicos como políticos (SILVA, 2012b). Ele conhecia bem os artistas, intelectuais e ativistas negros paulistas das gerações de 1950 e 1960, muitos dos quais foram colaboradores e informantes em pesquisas realizadas por sociólogos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, especialmente Roger Bastide, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni. Por Odacir, Thereza foi apresentada a Eduardo de Oliveira e Oliveira, então estudante de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo¹⁷. Dessa dupla resultou uma parceria profissional e política fértil, capaz de ampliar os horizontes do ativismo negro paulista. Do encontro, comentaria Thereza Santos, em suas memórias:

15 Trata-se de reportagem publicada na *Revista Realidade*, n. 19, em outubro de 1967.

16 Para mais detalhes, consultar Ferreira (2010). “Entrevista com Oswaldo de Camargo”.

17 José de Souza Martins fez comentário instigante sobre Eduardo Oliveira Oliveira. Para mais detalhes, consultar entrevista concedida a Conrado Pires de Castro, na *Revista Tempo Social*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 211-276, junho 2010.

O encontro com Eduardo de Oliveira e Oliveira foi muito promissor para nós dois, pois tínhamos muito em comum, como: visão da questão do negro no Brasil no mesmo ângulo, paixão pela arte, pela África e pela literatura; e, principalmente, o desejo de quebrar as estruturas da relação desigual da sociedade branca com a comunidade negra. Havia um entendimento claro, quer dizer, negro entre nós¹⁸.

Para Thereza Santos, cultura e política não se constituíam propriamente como esferas separadas e isoladas; tampouco a cultura era mero instrumento da ação partidária, como acreditavam muitos dirigentes do partido comunista brasileiro, organização da qual ela fazia parte desde a juventude¹⁹. Em sua concepção, a política poderia se expressar culturalmente, e a cultura, por sua vez, longe de ser apenas o lugar do alienar-se, era sim um caminho para a superação. Por isso ela se dizia apaixonada pela arte. Assim, o artístico-político ou o político-artístico eram faces duplas para a revolução cultural, isto é, para interferir no curso da história.

O teatro era a forma artística que ela conhecia com profundidade. Intérprete, a Thereza que chega a São Paulo fugida da perseguição da polícia política já vislumbrava investir na carreira profissional de atriz. Ela fora formada por duas vertentes teatrais avizinhas, porém concorrentes. Eram, pois, duas propostas artísticas bastante vigorosas no Rio de Janeiro. De um lado, uma passagem longa pelo Centro Popular de Cultura (CPC), na União Nacional dos Estudantes, a UNE; de outro, uma participação curta e impactante no Teatro Experimental do Negro, o TEN.

Thereza ingressou na Juventude Comunista aos quinze anos de idade; já tinha, portanto, desde sua formação secundarista, vínculos fortes com a militância política e com os meios artísticos do PCB. Mas foi quando ingressou no ensino superior, na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, contrariando sua mãe, que desejava ver a filha médica, que Thereza se envolveria mais profundamente com o teatro. Na universidade, os veteranos eram seus velhos conhecidos da órbita do partidão. No núcleo artístico do CPC, Thereza se envolveu com o teatro engajado, de rua, que atingia grande concentração de trabalhadores:

Os palcos eram os terminais de ônibus ou a Central do Brasil na hora do rush.

Os cenários eram caixotes de frutas e legumes que carregávamos. Muitas vezes a

¹⁸ Consultar Santos (2008, p. 40).

¹⁹ Embora não seja essa a opinião de muitos intelectuais e, sobretudo, artistas comunistas. Exceções marcantes romperam essa regra, como Mario Lago, Jorge Amado e Édson Carneiro, entre outros. Para o primeiro, consultar Velloso (2007), e para os dois últimos, Rossi (2008) e (2011), respectivamente.

polícia chegava e baixava o pau, armava um corredor polonês e não tinha como escapar sem algumas cacetadas. Tudo pela revolução sonhada!²⁰

Ao que parece, a concepção de cultura popular pregada pelo CPC, entre os finais de 1950 e início da década de 1960, pouco tinha a ver com a produção artística dos populares; isso porque, para essa linhagem teatral, o povo tinha produtos artísticos menos elaborados e superficiais, servindo apenas para fins lúdicos, ao contrário dos núcleos de cultura popular da UNE, que apresentariam qualidade artística superior e sofisticada, com finalidade de atingir e conscientizar o povo. Assim, como disse Ortiz (1985), o CPC apresentava uma perspectiva “extremamente etnocêntrica” das atividades e dos artefatos artísticos dos populares, visão essa que Thereza Santos romperia em 1961, ao se envolver com a produção artística alheia aos interesses e às expectativas de uma interpretação ortodoxa marxista: o carnaval²¹.

A ruptura com o CPC ocorreu, no entanto, aos poucos. Antes Thereza tinha dedicado muitas de suas energias, no interior da UNE, especialmente à construção de um espaço físico voltado para as encenações teatrais: organizava eventos, fazia peças e arrecadava fundos para a organização estudantil, localizada na praia do Flamengo. Quando veio o Golpe, Thereza era testemunha *in loco* de um das primeiras investidas da virada repressiva do Estado brasileiro: “depois de fugirmos pelos fundos do prédio e cair numa lavanderia, dei a volta pela Rua do Catete e voltei para frente da UNE, que estava em chamas. Chorava desesperada por ver todo o trabalho e os sonhos destruídos”²². Era o dia 1º de abril de 1964.

Ao contrário do CPC, sua passagem pelo Teatro Experimental do Negro, criado no pós-guerra por Abdias do Nascimento, amigo da família Santos, foi relativamente breve, especialmente porque, pouco depois, o TEN sairia de cena em razão da mudança de regime e do autoexílio de Abdias do Nascimento nos Estados Unidos, em finais da década de 1960²³. Thereza se lembra de ter encontrado Abdias do Nascimento no Teatro da UNE²⁴, onde, por algum tempo, o grupo do TEN fazia

20 Consultar Santos (2008, p. 26).

21 É bem verdade que as escolas de samba não eram estranhas aos comunistas cariocas, especialmente entre os intelectuais e artistas, durante as décadas de 1930 e 1940. Na década seguinte, no entanto, essa hegemonia comunista, em certos enredos carnavalescos, seria perdida, como conta Guimarães (2009). Exatamente por isso que o trabalho de Thereza Santos na Escola de Samba já não era tão valorizado. Para mais detalhes sobre carnaval e PCB, consultar também Gawryszewski (2011), e para entender a relação entre raça e o partido comunista brasileiro, consultar Chadarevian (2012).

22 Consultar Santos (2008, p. 27).

23 Sobre o exílio de Abdias do Nascimento, consultar Custódio (2012).

24 Depoimento concedido em entrevista a Fabio Nogueira (2006).

seus ensaios, até serem expulsos da entidade estudantil²⁵. Mesmo assim, o teatro negro manteve seus trabalhos e revelou importantes estrelas nacionais, como Ruth de Souza e Léa Garcia, entre outras (MACEDO, 2005). O envolvimento com o TEN, que era bastante influenciado pela negritude francófona (BARBOSA, 2004), deixaria traços profundos na concepção dramatúrgica de Thereza, particularmente no que se refere à participação negra em todo o processo de produção teatral. O mais importante para esse grupo era a concepção do negro como agente transformador, e não apenas como tema ou objeto do discurso ou mesmo coadjuvante na performance artística.

Além das experiências estéticas e teatrais relativas ao coletivo negro, Thereza também já tinha enfrentado pessoalmente problemas de discriminação racial no Rio de Janeiro. O caso foi noticiado na grande imprensa carioca e paulista, quando a atriz, no início do ano de 1966, apresentou queixa à polícia, recorrendo à lei Afonso Arinos. Na ocasião, Thereza teria sido impedida de permanecer em um clube de elite no Leblon, onde estava acompanhada por seus colegas de partido. O encaminhamento do problema para instâncias públicas, em um contexto em que o racismo era tema delicado na representação nacional, certamente deve ter deixado impressões importantes na percepção de Thereza acerca das diferenças de tratamento no país, até mesmo porque, segundo seu relato à imprensa, as objeções à sua permanência naquele estabelecimento envolveram argumentos relativos a suas características raciais, e não de classe²⁶.

Assim, ao chegar em São Paulo, Thereza Santos trazia da capital fluminense essas experiências, que influenciaram inevitavelmente sua peça de estreia como dramaturga: *E agora... falamos nós*. No folder de divulgação, ela declarou em tom provocador: “Agora também creio que quero ser autora e diretora. Não gosto de fazer nada pela metade; tenho a pretensão de ser inteira, por isso me lancei neste trabalho que, creio, poucas pessoas, tendo a experiência que tenho, cometeriam a loucura de realizar. Mas eu sou louca, e aí está a prova”²⁷. Até então, ela fora atriz, intérprete musical e coreógrafa; e já possuía experiência internacional nas viagens que fizera para a União Soviética, na década de 1960.

A coreografia foi uma dimensão artística que Thereza desenvolveu quando trabalhou na Escola de Samba Estação Primeira-Mangueira, onde dirigiu e montou uma ala composta somente por crianças, organizando a performance infantil para

25 Consultar Semog e Nascimento (2006).

26 Para mais detalhes, consultar “Atriz denuncia clube à polícia: Racismo”, *Folha de São Paulo*, 5 de março de 1996.

27 Documento de divulgação da peça *E agora... falamos nós*, localizado no NEAB/UEIM-USFscar.

o desfile de carnaval. Essa atividade política junto à comunidade do samba não era bem vista pela cúpula do partidão, mas, mesmo assim, Thereza Santos percebia que esse espaço era o lugar privilegiado para a ação política, valendo-se da própria produção cultural popular. Foi na escola de Cartola, dona Zica e tantos outros sambistas que Thereza Santos conseguiu organizar coletivamente as mulheres, quando sugeriu a criação do departamento feminino da Mangueira. Quando a escola predileta de Thereza ganhou seu bicampeonato, em 1968, um amigo lhe escreveu da França: “A Mangueira ganhou pela segunda vez consecutiva, estou muito feliz que seja esse o pretexto de te escrever”²⁸. Esse trabalho pintaria para sempre o coração de Thereza em verde e rosa.

Duas turnês artísticas na Europa, em 1962 e 1968, com Jorge Goulart, Nora Ney e Sérgio Ricardo, exigiram de Thereza Santos atuações musicais. Como atriz, ela tinha experiência de mais de doze anos no teatro, com destaque para as peças “Pindura saía”, criada e dirigida por Graça Mello – e que contava com participação especial do Grêmio Recreativo Estação-Primeira da Mangueira, na encenação de 1966, no Teatro República, sediado no centro histórico do Rio de Janeiro –, *A escada*, de Jorge Andrade e dirigida por Ivan de Albuquerque no Teatro Ipanema, em 1963, e *A mulher sem pecado*, de Nelson Rodrigues, dirigida pelo polonês Zbigniew Ziembinski. Quando chegou a São Paulo, foi trabalhar com o diretor Ademar Guerra, sendo *Tom Paine* a peça que atuou em 1970, no teatro Vereda, pouco antes de estreiar como diretora.

No cinema, Thereza atuou no filme *Orfeu do carnaval*, ganhador do Cannes em 1960, o qual teve no elenco principal a atriz originária do TEN, Léa Garcia. Quando se lançou como dramaturga, Thereza já tinha feito televisão, interpretando a personagem Beatriz, na novela *Nino, o italianinho*, na extinta TV Tupi, exibida às sete horas da noite, de 1969 até meados de 1970²⁹. Mas foi no espetáculo que despontou pela primeira vez na cena paulista, em novembro de 1971, que Thereza ousou mais. Ela escreveu o texto em coautoria com Eduardo de Oliveira e Oliveira e dirigiu o elenco.

O elenco era composto por jovens negros que tinham trabalhado com Eduardo no *Coral Crioulo*, criado em coautoria com o angolano K. Massangu para uma apresentação na Feira Internacional da Indústria Têxtil (FENIT), em 1969, na cidade

28 Carta de 25 de março de 1968, localizada no Acervo Thereza Santos, doado à Unidade Especial de Informação e Memória (UEIM), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR).

29 Para saber mais sobre esse papel de Thereza Santos e outras atrizes e atores negros nas telenovelas brasileiras, basta ver o filme *A negação do Brasil* e o livro de mesmo nome de Joel Zito Araújo.

de São Paulo. Eduardo era pianista e tinha feito seus estudos na Escola Superior de música na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, sua terra natal³⁰. Na ocasião da montagem do coral, estava no mestrado em Ciências Sociais, área em que já tinha se diplomado como bacharel pela Universidade de São Paulo. A dupla formação, em Música e Sociologia, casou-se naquela produção cultural. *Crioulo* cumpriu bem seu papel no evento internacional, mas tinha sérias dificuldades de se manter, caso não houvesse uma proposta sólida para o grupo. O receio de que o grupo se dissolvesse fez com que Eduardo buscasse novas formas de intervenção. Suas expectativas ganharam fôlego quando conheceu Thereza. Eduardo também registrou sua avaliação:

Meu encontro com Thereza Santos foi providencial. Depois do “fracasso positivo” que foi o *Coral crioulo*, o qual esteve ameaçado de se tornar bizantino, era preciso que déssemos continuidade a um trabalho que tinha se mostrado positivo, mas que se dirigisse, pelo menos a um público mais amplo³¹.

Se a formação em música de Eduardo de Oliveira e K. Massangu fez com que a peça assumisse um caráter marcadamente musical, foi Thereza Santos quem realmente imprimiu o caráter dramático ao espetáculo, responsabilizando-se pela composição da performance (dicção, expressão corporal e outras técnicas dramáticas), tendo como apoio o dançarino Valdir Gonçalves, que trabalhou na construção da coreografia. Os atores tinham várias origens sociais, alguns deles vinham dos bairros da Casa Verde e da Brasilândia, territórios com grande concentração demográfica de negros (SILVA, 2012b). Um dos atores, Hamilton Cardoso, deixou registrado o que o impressionou em sua formação com Thereza Santos: “Conheci-a, quando em meio a palavras, preleções sobre o racismo, a dominação sexual, ensinava-me a fazer teatro. Falar poesias como Monangabaê, Sou negro, ou a cantar músicas africanas”³².

A peça foi dividida em dois tempos: “Do cativo à liberdade” e “Da liberdade ao reconhecimento”. A construção do argumento para o primeiro ato apoiou-se na pesquisa histórica e sociológica que Eduardo de Oliveira vinha realizando para a confecção de sua dissertação, o que lhes permitiu coletar um repertório vasto da

30 Informações coletadas no acervo de Eduardo de Oliveira e Oliveira, localizado no UEIM/UFscar.

31 Fragmento extraído do *folder* de apresentação da peça *E agora...falamos nós*, localizado no Acervo Eduardo de Oliveira e Oliveira, do Núcleo Especial de Informação e Memória (UEIM/UFscar).

32 Depoimento apresentado ao jornal *Versus*, em 1978.

iconografia do Brasil escravocrata, além de inserir produções do poeta caribenho Amié Cesarie (1913-2008) e do senegalês Léopold Sédar Senghor (1906-2001). Thereza Santos já conhecia a moderna literatura angolana, desde a década de 1960, período de sua atuação na rede transnacional, no Brasil, sediada no círculo político anticolonialista do Rio de Janeiro, liderado por José Maria Nunes Pereira (D'ÁVILA, 2011); essa experiência lhe permitiu inserir no repertório da peça as produções literárias de Antônio Jacinto e Agostinho Neto, entre outras³³.

A seleta musical, com base nas canções do folclore angolano, contou com as orientações de K. Massunga. No segundo momento da peça, a ênfase recaía sobre as formas de resistência dos negros, tanto pela via cultural como pela política. Um elemento artístico que compôs o espetáculo foi o uso de imagens históricas e modernas projetadas por *slides* durante toda a peça. A indumentária do elenco inspirava-se tanto nas roupas usadas por negros no século 19 como também nos arranjos mais modernos de tecidos africanos com cores vibrantes, usados sobre uma calça de brim e uma blusa branca, composição básica para todos os atores, independentemente do sexo. O uso de turbantes e adereços no pescoço marcou as vestes femininas. A montagem procurava sensibilizar o público para a história social e política do negro no Brasil, ao mesmo tempo em que rechaçava a possibilidade de uma integração com aniquilação cultural.

E agora... falamos nós foi vista por estudantes secundaristas, universitários, alguns amigos e parentes do elenco, além dos ativistas e artistas negros. Sua maior e melhor crítica pode ser encontrada na cobertura realizada pelo jornal *Bondinho*, periódico da chamada imprensa nanica, interessada em produção cultural³⁴. Do público, um jovem registrou suas impressões sobre a montagem e a relevância dela para seu interesse político: “A peça *E agora... falamos nós* foi como uma descarga elétrica na minha mente, a primeira vez que a questão racial me tocou a fundo”, disse mais tarde Astrogildo Esteves, em depoimento para a imprensa alternativa paulista.

Provavelmente esse espetáculo foi o evento mais bem-sucedido do Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN), entidade idealizada e criada por Thereza, em 1971, com a finalidade de abrigar os projetos culturais do grupo negro que se formava no início daquela década. Segundo Joana Silva (2012a), o CECAN se diferenciava das demais organizações negras paulistas daquele período, isso porque “sua liderança apresentava discurso e práxis que almejava construir uma consciência negra e uma

33 Extraído da Peça *E agora... falamos nós*, documento cedido por Vera Benedito (Acervo Privado).

34 Consultar *Bondinho*, 9 a 22 de dezembro de 1971, p. 33-34.

identidade étnica, resgatando e interpretando uma cultura própria ao seu grupo étnico – algo que não aparecera até então”³⁵. Em outras palavras, essa entidade gestava um novo projeto e discurso político que reorientavam os horizontes da mobilização política contra o racismo. O teatro era a forma artística mais importante do CECAN, que continuou desenvolvendo trabalhos até 1974³⁶, quando sua principal liderança, Thereza Santos, deixou nas mãos de Odacir de Mattos essa responsabilidade e saiu do Brasil.

Sua viagem teve que ser organizada às pressas, quando foi informada de que seu nome estava em uma lista de artistas e militantes políticos visados pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)³⁷. Thereza Santos, percebendo a iminência de uma nova prisão, finalizou rapidamente as gravações da novela *Mulheres de areia*, em que contracenava com Adoniran Barbosa, compondo o casal Vilma e Chico Belo, entre os anos de 1973 e início de 1974. Sua nova condição seria, então, a de exilada política na África.

DEMOCRATIZAÇÃO, FEMINISMO E ANTIRRACISMO

Thereza Santos voltou de Angola ao Brasil em um momento em que este país vivia um processo lento e gradual de abertura política. A imprensa ainda passava por censuras prévias, mas, mesmo assim, muitos periódicos alternativos insistiam em formar uma grande rede de contestação (KUCISNKI, 1991). O jornal *Versus* era um dos poucos periódicos de esquerda, com circulação nacional, que fazia ecoar vozes dissonantes à ideologia racial hegemônica³⁸. Nele, havia um coletivo de jovens negros de inspiração marxista que reportavam e denunciavam cenas cotidianas de preconceito e discriminação raciais, incluindo reflexões sobre a situação das mulheres negras, escritas por Neusa Pereira, ativista do movimento negro e da convergência socialista³⁹. Esses jornalistas faziam ecoar o compromisso com a

35 Consultar Silva (2012a, p. 22).

36 Interessante é notar que o CECAN reduziu suas atividades na ocasião da saída de Thereza Santos, mas voltou a funcionar um pouco depois. Segundo Silva, o centro mudou completamente sua orientação no que toca ao peso do teatro na entidade.

37 Para mais detalhes sobre a atuação dos órgãos de repressão política contra os ativistas e as atividades dos negros organizados em São Paulo, consultar Kössling (2007).

38 Referência apenas aos jornais de esquerda, pois, no que se refere à imprensa negra do período, podem-se citar numerosas publicações, em diferentes partes do país, que denunciavam o preconceito e a discriminação de cunho racial (ALBERTO, 2011), a título de exemplo, cita-se *Árvore das palavras* (SP), *Tiçã* (RGS), *SINBA* (RJ) e *Jornegro* (SP). Nos documentos do DOPS/SP, também foram encontrados registros da participação de Thereza Santos em reuniões feministas.

39 A Convergência Socialista foi o nome mais amplo dado a um movimento iniciado em 1978, cujo objetivo era criar uma rede ampla de apoio aos candidatos socialistas, abrigados no MDB (KINZO, 1988). A ideia desse movimento era criar certa unidade programática entre os trotskistas, além de todos aqueles que se orientavam pela cartilha do socialismo (BERBEL, 1991). Liga Operária foi

luta pela cidadania negra, ao mesmo tempo em que tentavam conciliá-la à luta de classes. Um dos promissores jornalistas de *Versus*, Hamilton Cardoso (1953-1999), que conhecera Thereza no Centro de Cultura e Arte Negra, tendo participado do elenco da peça *E agora... falamos nós*, apresentou longas reportagens sobre o exílio da ativista negra em Guiné-Bissau e Angola.

No Brasil, Thereza encontrou transformações em curso. Em meados de 1978, muitos dos jovens, que foram influenciados por suas iniciativas político-culturais nos anos iniciais da década de 1970, estavam se preparando para um ato público contra o racismo nas escadarias do Teatro Municipal, movimento este que envolveria entidades e coletivos negros de várias regiões do país (GONZALEZ, 1982; MOURA, 1981; HANCHARD, 2001). Era a fundação do Movimento Unificado contra a Discriminação Racial, marco central do ativismo negro contemporâneo. Por sua vez, o CECAN que Thereza tinha deixado sob a coordenação de Odacir de Mattos fora renovado e passava a receber outros públicos e já gestava outras formas de intervenção política.

Mas as mudanças não paravam por aí. Crescia também a contestação feminista ao modelo societário brasileiro, marcado pelo patriarcalismo e pelo sexismo (GONZALEZ, 1983). A chamada década da mulher, entre 1975 a 1985, é central para a compreensão do ativismo feminista no Brasil e particularmente para a emergência da rede de mobilização coletiva, que envolve o movimento feminista e o florescimento do movimento de mulheres negras, este surgido em contraste com o feminismo e o ativismo negro. Essa luta ganhou contorno, na medida em que os coletivos de mulheres formularam respostas críticas às resoluções das Conferências Internacionais da ONU, que, desde 1974, se preocupavam com o tema da reprodução no veio das discussões em torno do controle populacional como um dos critérios para o desenvolvimento dos países ditos de terceiro mundo.

Naquele final da década de 1970, as mulheres negras já vinham se organizando em grupos e se mobilizando em defesa de suas causas específicas, confrontando o machismo e o sexismo do movimento negro e denunciando o racismo presente nas práticas e no discurso do movimento feminista (ROLLAND, 2000). Nesse contexto, a intelectual Lélia Gonzalez foi decisiva nas discussões teóricas sobre o

fundada na Argentina em 1974, sob a liderança de Jorge Pinheiro (do antigo movimento nacionalista revolucionário) com mais cinco brasileiros exilados e derrotados na luta armada pelo regime militar. Mário Pedrosa foi a referência intelectual fundamental para que a organização viesse a assumir orientação trotskista. O grupo retorna ao Brasil e se instala em Santo André, associando-se também a estudantes da Escola de Sociologia e Política, estes já próximos do jornal *Versus*. A Liga Operária entra neste periódico em um momento em que a sede da instituição passava a receber exilados brasileiros vindos do Cone Sul (KUCINSKI, 1991).

assunto (BARRETO, 2007; VIANNA, 2006; RATTIS; RIOS, 2010). Na política doméstica, esse grupo social tornou-se agente político importante para expandir a segunda onda do feminismo no Brasil, caracterizada pelos bordões: “Diferentes, mas não desiguais” e “O pessoal é político”.

Thereza foi tomando pé aos poucos das mudanças por que o país vinha passando. Muito abalada emocionalmente pelas condições de seu regresso ao Brasil e bastante fraca fisicamente, ela foi paulatinamente encontrando nos amigos, familiares e redes ativistas suporte para um novo recomeço⁴⁰. Nesse novo momento, ela já deixava o papel de atriz e procurava novas formas de inserção no mundo cultural. Tentou organizar novos coletivos teatrais alternativos, ligando-se ao ativismo. Além dos trabalhos artísticos, Thereza passou a ser mais requisitada para tratar das questões referentes às mulheres negras naqueles anos efervescentes da década da redemocratização⁴¹. Nesse contexto, a atriz integrou como titular o Conselho da Condição Feminina, presidido pela socióloga Eva Alterman Blay, durante a gestão do Governador Franco Montoro (PMDB). A composição desse conselho foi extremamente conflituosa e envolveu uma atuação organizada das mulheres negras de São Paulo, como relata Sueli Carneiro em sua biografia (BORGES, 2009). Edna Rolland, em depoimento gravado no CPDOC-FGV, em 2004, descreveu os conflitos entre as feministas e o movimento de mulheres negras no contexto da formação do conselho, inicialmente composto exclusivamente por feministas brancas. A denúncia envolveu uma crítica ao etnocentrismo do feminismo e rompeu com uma perspectiva universalista cega às desigualdades e diferenças étnicas, raciais e de classe.

Uma das ações mais significativas das mulheres negras na primeira gestão do Conselho Estadual da Condição Feminina foi a elaboração de indicadores de desigualdades educacionais, no mercado de trabalho e nos rendimentos. Sueli Carneiro e Thereza Santos (1985) produziram uma publicação institucional no Conselho em que apresentavam a situação da população negra no Estado de São Paulo. As disparidades do grau de escolaridade por grupos de cor, bem como o tipo de inserção dos negros no mercado de trabalho, foram algumas das reflexões apresentadas pelas autoras, que demonstraram existir desigualdades raciais no

40 Contudo, ela amargurou como ninguém o suicídio de seu amigo Eduardo de Oliveira e Oliveira, no dia 20 de dezembro de 1980. Um obituário emblemático escrito sobre Oliveira pode ser encontrado em Gilda de Souza (1981).

41 Esse foi o caso, por exemplo, do encontro nacional afro-brasileiro realizado em 1982, no Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Cândido Mendes, quando ela é convidada a compor a mesa denominada “Mulher negra: tripla discriminação”; debate esse que contou com ativistas negras de outras partes do país.

interior do segmento feminino. Um dos pontos que mais chamou a atenção era o fato de que, na década de 1980, as mulheres negras viviam em condições altamente precárias, apresentando baixa escolaridade, contrastadas com as mulheres brancas no Estado de São Paulo.

Em 1986, quando o país fervilhava por conta do processo político que levaria à reforma constitucional, Thereza Santos se candidatou à deputada pela legenda do PMDB em São Paulo, seguindo o percurso de outros comunistas, que rejeitaram o partido dos trabalhadores em favor do PMDB. Ela não foi eleita e reorientou sua carreira ao pleitear vaga de gestora pública, o que conseguiu graças à sua rede comunista influente na secretaria da Cultura do Estado, posto que base aliada do governo André Montoro. Na posição de assessora na referida secretaria, promoveu vários eventos artísticos, especialmente com as escolas de samba.

No contexto dos preparativos do centenário da Abolição, ela e sua equipe de trabalho elaboraram projeto denominado Consciência e Liberdade, que envolvia todo o Estado de São Paulo, por meio de forte articulação com as lideranças dos municípios. A proposta era de grande envergadura, o que permitia um trabalho complexo, envolvendo várias formas artísticas: das exposições de artes plásticas itinerantes às mostras teatrais e cinematográficas, passando pela dança, por festivais de músicas e concursos literários. Mais do que a imagem e a performance, o projeto também guardava momentos para debates e reflexões sobre a realidade vivida pelos negros, como o seminário “A situação do negro no Estado de São Paulo”, assim como concurso de monografias que discutissem “a contribuição do negro na cultura brasileira”. A ação não se reduzia à questão nacional: Thereza nunca deixou para trás sua experiência africana e por isso promoveu uma grande mostra de trajes tradicionais da África, cujo objetivo era mostrar, por meio das indumentárias, a diversidade dos países e culturas daquele continente⁴².

Esses projetos realizados naqueles finais dos anos de 1980 marcariam decisivamente a biografia de Thereza Santos. As ações desenvolvidas por essa ativista na qualidade de gestora pública podem ser entendidas como uma parte do processo de institucionalização da agenda pública direcionada ao segmento negro. Na gestão pública, Thereza Santos permaneceria até o ano de 2002, quando, por motivos de saúde, pediu afastamento do cargo⁴³. Curiosamente, no final da vida, houve um

42 Essas informações foram extraídas do Catálogo do Centenário da Abolição do Estado de São Paulo, Secretaria da Cultura, Assessoria Afro-Brasileira, 1988. Fonte: UEIM/Ufscar.

43 Durante o tratamento médico, ela amargurou uma saída dramática da Secretaria da Cultura, pois não conseguiu assegurar a aposentadoria compatível à função que desempenhou por mais de dezesseis anos.

desencontro entre a trajetória pessoal da ativista e a ascensão da temática racial no espaço público brasileiro. Enquanto o último ganhava fôlego e visibilidade, a atriz saía de cena, passando a reivindicar, junto ao governo federal, a condição de exilada política⁴⁴.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Neste artigo, foi explorado o uso da metodologia de análise de trajetória, meio pelo qual flagraram-se o percurso e a circulação de uma ativista em rede de relações pouco exploradas pela literatura especializada no estudo do regime militar brasileiro. A trajetória de Thereza Santos foi construída por fontes documentais e orais, a exemplo dos “relatos biográficos e depoimentos” – em que pesem suas principais críticas, entre as quais o perigo de cair na armadilha do “ideólogo da própria vida” (BOURDIEU, 1998). Para os fins deste artigo, mais do que apreender as dimensões clássicas dos estudos de trajetórias, como origem dos pais, trajeto educacional e posições ocupacionais, pretendeu-se, sob inspiração do trabalho de Sainteny (1999), investigar a vida política e profissional da ativista, enfatizando os caminhos percorridos em associações, partidos e movimentos sociais, espaços institucionais do Estado, isso porque esses dados são determinantes para explicar o tipo de engajamento, vínculo e forma de atuação na configuração e fisionomia de redes de ativismo. Com isso, almejou-se identificar o percurso da personagem em tela e suas posições, considerando suas redes culturais e de ativismo, antes, durante e após o regime militar.

Considera-se que a análise de itinerário político pode ser uma estratégia metodológica relevante para compreender a maneira como os ativistas circulavam nas redes antiditadura militar. Ademais, sugere-se que novas investigações precisam dar atenção para o fato de que algumas formas organizativas, bem como símbolos e estratégias de ação coletiva, foram compartilhadas entre comunistas e negros, feministas e movimento anticolonial, notando a circulação e o uso de repertório de ação, espécie de caixa vazia que é operada por ativistas na ação coletiva⁴⁵. Assim, a forma teatral, assim como os símbolos de emancipação, foram entendidos nesta análise como repertório de ação coletiva, compartilhados por uma rede complexa que extrapolava as fronteiras do Estado-Nação.

44 Exatamente no momento em que reascendem os debates e as movimentações políticas em torno das vítimas e dos perseguidos políticos pela Ditadura Militar.

45 Análise pormenorizada do conceito de repertório pode ser encontrada em Alonso (2012).

Ademais sugere-se que a circulação internacional de ativistas esteve diretamente relacionada com o ordenamento e as estruturas de oportunidades políticas internacionais, especialmente a bipolaridade engendrada pela Guerra Fria e o arco do anticolonialismo, de um lado, assim como as restrições nacionais, marcadas por regime político autoritário, de outro. Nesse sentido, o caso de Thereza Santos parece servir como uma evidência de que, embora investigações brasileiras insistam em estudar de forma apartada movimentos sociais, organizações clandestinas, partidos, políticos e Estado, a investida na trajetória de ativistas em suas redes de relações políticas, formas e estratégias de ação sugere um emaranhado muito mais complexo e inusitado do que se costuma demonstrar em análises que priorizam exclusivamente registrar as ações das esquerdas políticas na resistência ao regime militar, deixando para trás diversas outras identidades e experiências que não podem ser apreendidas unicamente por esses registros.

O itinerário de Thereza Santos também pode ser inserido no perfil do feminismo do Brasil durante os anos 1970: “uma parte expressiva dos grupos feministas estava articulada a organizações de influência marxista, clandestinas à época, e fortemente comprometida com a oposição à ditadura militar, o que imprimiu ao movimento características próprias” (SARTI, 2004, p. 36). Contudo, diferentemente das feministas brasileiras que foram para a Europa ou para a América Latina, Thereza dirigiu-se ao outro lado do Atlântico, sobretudo por conta de seus laços prévios com o comunismo e o anticolonialismo, um ativismo transnacional que garantiu a circulação da atriz brasileira no Atlântico sul⁴⁶. Nesse sentido, Thereza Santos pode ser entendida como *broker*, espécie de ativista mediadora entre diferentes redes sociais, estabelecendo conexões entre o comunismo, a mobilização anticolonial e o emergente movimento negro e, em seu retorno ao Brasil, o feminismo⁴⁷.

Em nosso país, conhece-se muito pouco do ativismo transnacional que se fortaleceu durante a última ditadura. A maior limitação em realizar tais estudos é que investigações que contemplam vários continentes, como Europa, África e América, são muito custosas. Muitas vezes, as fontes e os dados se limitam aos relatos autobiográficos e às memórias, como é o caso de parte significativa das fontes usadas neste trabalho. Nesse sentido, o presente artigo visa, em caráter

46 Ação coletiva transnacional é definida por Bulow (2014, p. 16) como “o processo pelo qual indivíduos, grupos, ou organizações não-estatais se mobilizam conjuntamente em torno de temas, objetivos e alvos que vinculam as arenas doméstica e internacionais”.

47 *Brokereege* é o termo usado para se referir aos ativistas que têm papel mediador em diferentes redes de ativismo. Ângela Alonso (2010), ao analisar o ativismo transnacional antiescravagista, fez uso desse termo para classificar o tipo de atuação política de Joaquim Nabuco.

exploratório, tencionar analiticamente os pontos interseccionais da rede de ativismo antiditadura militar no Brasil, argumentando que, a despeito da relativa autonomia identitária, autoproclamada pelos militantes, a circulação de ativistas e o compartilhamento de repertório de ação coletiva dentro e fora das fronteiras nacionais devem ser dignos de maior atenção dos que trabalham com a Sociologia histórica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, Ângela. O abolicionista cosmopolita: Joaquim Nabuco e a rede abolicionista transnacional. *Novos estudos*, São Paulo, Cebrap, n. 88, 2010.
- . Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia & Antropologia*, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 21-41, 2012.
- ALBERTO, Paulina. *Terms of inclusion: black intellectuals in twentieth century-Brazil*. University of North Carolina Press: Chapel Hill, 2011.
- ARAÚJO, Joel Zito. *A negação do Brasil*. São Paulo: SENAC, 2000.
- BARBOSA, Muryatan. *Guerreiro Ramos e o personalismo negro*. 213 p. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – FFLCH-USP. São Paulo, 2004.
- BARRETO, Raquel de Andrade. Aquela “neguinha” atrevida: Lélia Gonzalez e o movimento negro brasileiro. In: FERREIRA, J.; REIS, D. A. (Org.) *Revolução e democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 453-478.
- BERBEL, M. R. *Partido dos trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira*. 1991. Dissertação (Mestrado em História) – FFLCH. São Paulo, 1991.
- BORGES, Rosane. *Sueli Carneiro*. São Paulo: Selo Negro/Summus, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M.; AMADO, J. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- BULOW, Marisa Von. *A batalha do livre comércio*. São Paulo: Unesp, 2014.
- CHADAREVIAN, Pedro. Raça, Classe e Revolução no Partido Comunista Brasileiro. *Política & Sociedade* (Impresso), v. 11, p. 255-283, 2012.
- CARNEIRO, Sueli; SANTOS, Thereza. *Mulher negra*. São Paulo: Nobel. Conselho Estadual da Condição Feminina., 1985
- CARVALHO, Noel. O produtor e cineasta Zózimo Bulbul – o inventor do cinema negro brasileiro. *Revista Crioula*, São Paulo, n. 12, 2012.
- CASTRO, Conrado Pires de. Luiz Pereira e sua circunstância: entrevista com José de Souza Martins. *Revista Tempo Social*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 211-276, junho 2010.
- CUSTÓDIO, Túlio. *Construindo o autoexílio: a trajetória de Abdias do Nascimento nos EUA, 1968-1981*. 169 p. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2012.

- D'ÁVILA, Jarry. *Hotel trópico*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011.
- FERREIRA, Ligia. Entrevista com Oswaldo de Camargo. *Via Atlântica*, São Paulo, USP, n. 18, 2010.
- GAWRYSZEWSKI, Alberto. Carnaval e festas comunistas no Rio de Janeiro (1945-1958). *Textos Escolhidos de Cultura e Artes Populares*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 239-257, 2011.
- GONZALEZ, Lélia. O movimento negro na última década. In: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *O lugar do negro*. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1982.
- _____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *ANPOCS, Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, n. 2, p. 223-244, 1983.
- GUIMARÃES, Valéria. *Bambas comunistas: militância vermelha e outros carnavais*. 2009. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_secao=11&id_noticia=148897>. Acesso em: 2011.
- HANCHARD, Michael. *Orfeu e o poder*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.
- KINZO, Maria D'Alva. *Oposição e autoritarismo: a gênese e trajetória do MDB 1966-1979*. São Paulo: Vértice/IDESP, 1988.
- KÖSSLING, Karin Sant' Anna. *As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do Deops/SP (1964-1983)*. 314 p. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – São Paulo, 2007.
- KUCINSKI, B. *Jornalistas e revolucionários*. São Paulo: Ed. Página Aberta, 1991.
- MACEDO, Márcio. *Abdias do nascimento: a trajetória de um negro revoltado (1914-1968)*. 284 p. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – FFLCH/USP. São Paulo, 2005.
- MOURA, Clóvis. Organizações negras. In: SINGER, P.; BRAND, V. (Org.). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1985.
- RATTS, Alex; RIOS, Flavia. *Lélia Gonzalez*. São Paulo: Selo Negro/Summus, 2010.
- ROLAND, Edna. Movimento de mulheres negras brasileiras. In: GUIMARÃES, A. S.; HUNTLEY, L. *Tirando a máscara*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- ROSSI, Luís Gustavo. *As cores da revolução: a literatura de Jorge Amado nos anos 30*. Campinas: Ed. Unicamp e Annablume, 2008.
- _____. *O intelectual "feiticeiro": Édison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil*. 228 p. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia). Campinas, UNICAMP, 2011.
- SAINTENY, Guillaume. Logiques D'Engagement et logiques de Retribution au sein de L'écologisme Francais. *Chiers internationaux de Sociologie*, Presses Universitaires de France, V. CVI, p. 175-200, 1999.

- SANTOS, José Francisco. *Movimento afro-brasileiro pró-libertação de Angola (Mabla)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – PUC, São Paulo, 2010.
- SANTOS, Thereza. *Malunga Thereza Santos*. São Carlos: EDUFscar, 2008.
- SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 264, 2004.
- SEMOG, Éle; NASCIMENTO, Abdias. *O Griot e as muralhas*. Rio de Janeiro, Pallas, 2006.
- SILVA, Joana. *Centro de cultura e arte negra*. São Paulo: Selo Negro/Summus, 2012a.
- SILVA, Mario. Fazer História; fazer sentido: Associação Cultural do Negro (1954-1964). *Lua Nova*, São Paulo, n. 85, 2012b.
- SOUZA, Gilda de Mello. *Homenagem a Eduardo de Oliveira Oliveira*. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 58-68, 1981.
- VAZ, Carlos. *Para um conhecimento do teatro africano*. Lisboa: Ulmeiro, 1978. 204 p.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. Inventando à vida: a presença de Mário Lago. In: FERREIRA, J.; REIS, D. A. (Org.). *A formação das tradições*. Coleção: As esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 1. p.540-559.
- VIANA, Elizabeth. *Relações raciais, gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez (1970 - 1990)*. 247 p. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – IFCS-UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

FONTES DOCUMENTAIS

- Cartas, projetos e documentos de Thereza Santos – Acervo NEAB/UEIM/UFscar.
- Documentos de Eduardo de Oliveira e Oliveira – Acervo NEAB/UEIM/UFscar.
- Jornal Bondinho*, 9-22 de dezembro de 1971.
- Jornal O Globo*, 26/06/1978.
- Jornal Versus*, janeiro a março de 1979 – As raízes de Thereza Santos.
- Folha de São Paulo*, 5 março de 1996.
- Registros Policiais – DEOPS/SP
- Revista Realidade*, ano de 1967.
- Revista Tempo Social*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 211-276, junho 2010.
- Peça teatral *E... agora falamos nós* – Acervo Privado Vera Benedito.

ENTREVISTAS

Adomair O. Ogunbiyi – Entrevista concedida a Flavia Rios. Maranhão, Brasil, 2014.

Thereza Santos – Entrevista concedida a Fabio Nogueira de Oliveira. São Paulo, Brasil, 2006.

Recebido para publicação em 31/01/2014. Aceito para publicação em 12/03/2014.

A DITADURA ENQUADRADA:

representações do regime autoritário brasileiro pelo cinema

Wallace Andrioli Guedes^a

Evento central para a compreensão da sociedade brasileira da segunda metade do século 20, o Golpe Civil-Militar de 1964 e a longa ditadura que dele decorreu se consolidaram também como espécie de subgênero cinematográfico no Brasil, por serem temas recorrentes em filmes realizados de 1965 até a contemporaneidade. Tais filmes trafegaram pelas mais diversas opções estéticas, dos experimentalismos do Cinema Novo (*O desafio* e *Terra em transe*, por exemplo) ao cinema mais comercial de *Pra frente Brasil* (1982) e dos recentes *O que é isso, companheiro?* (1997) e *Zuzu Angel* (2006), passando ainda pela pornochanchada, em *E agora, José? Tortura do sexo* (1980) e *A freira e a tortura* (1984), e pelo documentário, formato escolhido por um grande número de obras sobre o período.

A produção é vasta e heterogênea e, ao mesmo tempo, carecia de uma sistematização acadêmica que conseguisse dar conta de como o cinema brasileiro representou, ao longo do tempo, a ditadura civil-militar que governou o país por vinte e um anos. Nesse sentido, *Ditadura em imagem e som*, livro de Caroline Gomes Leme – mestre e doutoranda em Sociologia pela UNICAMP – é providencial.

Reconhecendo a dificuldade de ampla análise decorrente da heterogeneidade anteriormente apontada, Leme opta por um recorte que, primeiramente, deixa de fora as obras produzidas no calor do golpe, ainda vinculadas à estética cinemano-vista, como os já citados *O desafio* e *Terra em transe*, além de *O bravo guerreiro* (1969), *Os inconfidentes* (1972), *Fome de amor* (1969) e *Os herdeiros* (1969). Tal exclusão ocorre por Leme considerar que tais filmes, apesar de estarem em diálogo com o momento histórico autoritário do país, serem feitos mais sob a ditadura que sobre ela. Ademais, ainda que o regime recém-instaurado no país de fato apareça como tema nessas obras, seja explicitamente, seja de maneira alegórica, a argumentação da autora se justifica em sua opção por um cinema pós-1978, já marcado pelo ambiente da abertura política e da longa transição para a democracia e por um cinema que pode, por isso, falar do tema com menos constrangimentos.

O segundo ponto que caracteriza o recorte proposto por Leme e que define a estrutura de seu texto se refere à análise dos filmes sobre a ditadura, a partir de

a Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

eixos temáticos. Assim, *Ditadura em imagem e som* está dividido em capítulos que discutem, de maneira ampla, a abordagem cinematográfica para temas como a tortura (capítulo “A tortura e o invisível”), as direitas políticas (capítulo “Direita nas telas”), a oposição ao regime (capítulo “A oposição derrotada”), a relação entre a sociedade civil e a ditadura (capítulo “Apolíticos? Sociedade civil e ‘povo’, da ditadura à abertura”) e a juventude durante os anos autoritários (capítulo “Filhos da (não) revolução”). Em cada um desses capítulos, Leme passa por todos os filmes produzidos entre 1979 e 2009 que abordaram os temas em questão.

Nesse caminho, a autora ainda dedica um capítulo às primeiras representações cinematográficas do regime, recuperando obras pouco lembradas, como *Paula – A história de uma subversiva* (1979), de Francisco Ramalho Jr., e *E agora, José? Tortura do sexo*, de Ody Fraga. O caso desse último é interessante, uma vez que, possuindo trama muito semelhante à do longa-metragem *Pra frente Brasil*, passou longe de receber o mesmo destaque do filme de Roberto Farias, seja na cobertura da imprensa no período, seja na construção de uma memória sobre a ditadura no cinema brasileiro – e mesmo na atenção recebida pela censura, uma vez que *E agora, José?* foi liberado sem cortes para exibição, enquanto *Pra frente Brasil* permaneceu interditado por quase um ano. Por que isso teria ocorrido? Leme aponta como primeira razão a vinculação do longa-metragem de Farias com o chamado “cinemão”, uma vez que se tratava de uma produção de grande orçamento (trinta e cinco milhões de cruzeiros) da Embrafilme, também responsável por sua distribuição, enquanto *E agora, José?* era um filme pequeno, de viés erótico e baixo orçamento, proveniente da Boca do Lixo paulistana. Já a explicação para o cerceamento censório a *Pra frente Brasil* estaria não só no reconhecimento do potencial alcance de público de tal obra – de fato, bem maior que o do filme de Ody Fraga, por ser protagonizado por atores conhecidos do grande público por seu trabalho em novelas televisivas –, mas na mudança de comando ocorrida na Divisão de Censura às Diversões Públicas (DCDP), em princípios da década de 1980, quando a flexibilização promovida na gestão de José Vieira Madeira, em um contexto de forte atuação do Conselho Superior de Censura (CSC)¹, foi relativizada pela entrada de Solange Hernandez na direção do órgão.

Após o olhar geral para a produção cinematográfica dentro dos subtemas escolhidos em cada capítulo, Leme se dedica a analisar com maiores cuidados uma obra emblemática de cada um desses subtemas, realizando, assim, o que

1 Instância de recurso para processos censórios criada pela Lei nº. 5.536, de 21/11/1968, mas regulamentada e implementada somente em 1979.

ela chama de movimento duplo, composto por uma “panorâmica” seguida de um “close”. O objetivo da autora com esse movimento é permanecer atenta não só ao conteúdo das produções acerca da ditadura brasileira, mas também à forma como tais obras constroem seus olhares sobre o período. Assim, a análise política não se desprende, em nenhum momento, do cuidado com as imagens, fundamental quando se estuda cinema.

Os filmes escolhidos por Leme para análise contemplam diferentes caminhos representativos seguidos pelo cinema que fala do regime autoritário brasileiro. *Ação entre amigos* (1998), de Beto Brant, se filia ao *thriller*, ao fazer uso de elementos típicos desse gênero (a violência, o mistério, a investigação, a construção de ação e suspense nos momentos finais da narrativa, etc.) – como o fizeram, aliás, diversas outras obras que abordam a ditadura, desde a década de 1980 (*Pra frente Brasil*, *A próxima vítima*, *O bom burguês*). *Corpo em delito* (1990), de Nuno César Abreu, e *Zuzu Angel* (2006), de Sergio Rezende, ocupam lugares distantes na história da representação cinematográfica da ditadura: enquanto o primeiro é um caso raro de filme sobre o período protagonizado por um personagem de direita – o que abre espaço para a discussão acerca dos alicerces civis que ajudavam a sustentar o regime, uma vez que o referido personagem é um médico atuante na tortura a presos políticos –, o segundo é dos exemplares melhor acabados de um esquema maniqueísta que constitui memória hegemônica da ditadura não só no cinema, como também em livros didáticos, discursos políticos e outros materiais, conforme ressalta o historiador Daniel Aarão Reis (2014, p. 12-13). Já os dois últimos filmes analisados por Leme, *A terceira morte de Joaquim Bolívar* (2000), de Flávio Cândido, e *Nunca fomos tão felizes* (1984), de Murilo Salles, destoam dos outros por promoverem rupturas com a estética naturalista tão presente no cinema político brasileiro pós-Cinema Novo. Enquanto Cândido tenta se aproximar da linguagem alegórica do Glauber Rocha de *Terra em transe* para falar das derrotas da esquerda brasileira, Salles faz um filme de tempos mortos, pleno de não acontecimentos, os quais traduzem, em imagens, o tédio e o vazio experimentados por seu protagonista, jovem separado do pai pela brutalidade do tempo em que vivem.

Os méritos do trabalho de Leme são muitos. Primeiramente, a socióloga consegue traçar um panorama amplo da representação cinematográfica da ditadura, tipo de produção acadêmica que abre caminhos para diversas pesquisas monográficas a partir de discussões iniciadas em *Ditadura em imagem e som* – exemplos: as contribuições do cinema para a construção de uma memória hegemônica sobre o regime; as relações entre a dinâmica no setor censório e as mudanças na representação da ditadura pelos filmes; e o uso de determinados

gêneros cinematográficos (especialmente o *thriller*) em filmes que abordam o período. Outro ponto que merece ser valorizado no texto de Leme é a capacidade de passar da visão panorâmica para a análise minuciosa e altamente qualificada de filmes específicos – e aqui é importante destacar também a seleção feita pela autora, que contempla tanto filmes conhecidos pelo grande público (*Ação entre amigos* e, especialmente, *Zuzu Angel*) quanto obras menos vistas, como *Nunca fomos tão felizes*, *Corpo em delito* e principalmente *A terceira morte de Joaquim Bolívar*.

Por fim, *Ditadura em imagem e som* tem o mérito de dialogar o tempo inteiro com questões que mobilizam a historiografia contemporânea sobre a ditadura. A relação entre História e memória, as bases civis que sustentavam o regime, o papel exercido pela luta armada no período, a discussão sobre a tortura e as mortes enquanto política de Estado ou resultados de ações isoladas de extremistas despreparados... são todos temas abordados por Leme em seu olhar para os filmes já realizados sobre a Ditadura Civil-Militar brasileira.

Realizar uma necessária síntese de vasta produção cinematográfica sobre um período histórico central no Brasil recente, analisar alguns desses filmes com refinamento que caberia em dissertações e teses específicas sobre tais obras e ainda se manter atualizado nos debates historiográficos atuais sobre o assunto não são qualidades facilmente encontradas, todas juntas, em um único trabalho; eis que esse é o caso de *Ditadura em imagem e som*, de Caroline Gomes Leme.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- LEME, Caroline Gomes. *Ditadura em imagem e som*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*. Do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

Recebida para publicação em 23/03/2014. Aceita para publicação em 20/04/2014.

APRESENTAÇÃO

Sedi Hirano^a

Escrito entre dezembro de 1963 e janeiro de 1964, o texto “A industrialização e a crise do Poder” foi o trabalho final entregue na disciplina Sociologia Industrial e do Desenvolvimento, ministrada por Fernando Henrique Cardoso, primeiro assistente da Cadeira de Sociologia I, no formato de Regime Especial de Trabalho¹.

O curso enfatizava fortemente a análise da conjuntura nacional, em diálogo com a questão do desenvolvimento e das bases para o processo da industrialização, esta contínua e estável, no marco da modernização e racionalização da sociedade brasileira. Visto na atualidade, o texto apresenta forte perspectiva economicista e explora a articulação entre as esferas política e econômica, tendo esta última primazia. É também expoente do pensamento da época, refletindo o caráter da formação do sociólogo no período: o professor Florestan Fernandes era defensor da uma utopia do desenvolvimento e incentivava os alunos a uma formação teórica refinada como instrumento de análise da realidade brasileira, incluindo os fatos da conjuntura nacional.

Naquela época, vivenciavam-se os fatos históricos mencionados no trabalho, que refletiam os impasses do processo de industrialização do país. Inscrevem-se aí a questão do Congresso Nacional e de sua atuação durante o governo João Goulart. Foi um período crítico, em termos econômicos, políticos e sociais, em que explodiram rebeliões e manifestações operárias, reivindicando as chamadas reformas de base e a ampliação dos direitos sociais.

Nesse bojo, destaca-se no texto a análise da revolta dos sargentos, cabos e suboficiais, que teve como motivação básica uma decisão do Supremo Tribunal Federal, reafirmando a inelegibilidade dos militares de baixa patente ao Legislativo, conforme definido pela Constituição de 1946. A rebelião ocorreu no dia 12 de setembro de 1963. Cerca de seiscentos cabos, sargentos e suboficiais da Aeronáutica e da Marinha se apoderaram dos prédios onde estavam instalados o Departamento Federal de Segurança (DFS), a Estação Central da Radiopatrulha, o Ministério da Marinha, a Rádio Nacional e o Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos (DTVI).

^a Professor Emérito do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo.

¹ Regime Especial de Trabalho era o nome que se dava a um estudo concentrado em uma das três áreas das Ciências Sociais: Sociologia, Antropologia e Ciência Política.

As comunicações com o resto do país foram cortadas e, além disso, um grupo de cento e cinquenta cabos e sargentos tentou ocupar o Ministério da Aeronáutica, sem sucesso². A revolta, mesmo sendo considerada isolada, congregava as contradições políticas, sociais e militares da época. O citado acontecimento teve o apoio de deputados federais de esquerda, como Sérgio Magalhães, Neiva Moreira, Lamartine Távora e Marco Antônio Coelho, incluindo os representantes da Frente Parlamentar Nacionalista. Destaque-se que todos os que se situavam à margem esquerda hipotecaram solidariedade. Essas tensões crescentes, radicalizadas pelas esquerdas, abriram brechas que resultariam no Golpe Militar de 1964, que teria lugar três meses após a finalização deste trabalho.

No mês seguinte à revolta dos sargentos, a entrevista concedida a um jornalista estadunidense pelo governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, repercutiu negativamente entre os ministros militares que pressionaram Jango a solicitar, junto ao Congresso Nacional, a decretação do estado de sítio por trinta dias. Contudo, o temor de que a suspensão das liberdades públicas viesse a permitir a repressão aos movimentos de esquerda fez a bancada petebista mudar de ideia, somando-se aos grupos conservadores de direita e retirando seu apoio a Jango. Note-se que a direita, desde o início, manifestara-se contrária ao estado de sítio, temerosa do excessivo poder que seria concedido ao presidente. A perda dos parlamentares resultou na retirada, da parte de Jango, do pedido de estado de sítio³.

Mas não cabe a esta breve apresentação encerrar a análise dos fatos, e, sim, antes, introduzi-los em favor da inteligibilidade do texto. Vale destacar, nesses parágrafos finais, que o presente trabalho foi considerado publicável pelo professor Fernando Henrique Cardoso, que se propôs a encaminhá-lo à Revista Brasileira, na época, o principal veículo de comunicação dos intelectuais de esquerda. Entretanto, após a fatalidade do golpe, o professor Fernando Henrique teve de se exilar no Chile, afastando-se da Cadeira de Sociologia I da Universidade de São Paulo. Logo depois, fui indicado por Florestan Fernandes para a vaga de instrutor extra-numerário dessa Cadeira, na mesma Universidade.

Antes de encerrar, agradeço aos pesquisadores que apoiaram e possibilitaram a publicação deste texto: Tatiana Helena Lotierzo, Luis Felipe Kojima Hirano, Ailton Teodoro Pereira e, em nome da Comissão Editorial da Revista Plural, também a Lucas Amaral de Oliveira.

2 BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (CPDOC); Forense-Universitária e FINEP.

3 *Idem, ibidem*.

A INDUSTRIALIZAÇÃO E A CRISE DO PODER

Sedi Hirano^a

Produtor de mercadorias de exportação, o Brasil sofre as injunções da demanda do mercado externo há quase quatro séculos. O reflexo, em razão da crise do sistema exógeno-importador, fez-se sentir por longos anos, com aparente mecanicidade, o que, aliás, quase sempre serviu de justificativa para o argumento de que a sociedade brasileira era fruto do sistema econômico externo dominante, ou seja, do capitalismo internacional, sendo, portanto, uma economia reflexa. E de fato o era. Entretanto, é preciso desmistificar as causas imediatas, emergidas da crise do capitalismo “trustificado”, notando que as tensões sociais e políticas surgem como consequência de um processo mais amplo, engendrado não só pelo modo de produção capitalista, mas também pela coexistência de um sistema pré-industrial. Antes da crise internacional de 1929, existia no país uma tênue industrialização que satisfazia, de maneira discreta, o mercado de consumo em adendo às importações, havendo com isso condições para a industrialização, em face da implantação de mão de obra assalariada – principalmente a dos imigrantes – e também da acumulação capitalista proporcionada pela economia cafeeira, desde o fim do século 19 (CARDOSO, 1960).

Por isso:

o quadro explicativo mais amplo só se completa quando se considera que, anteriormente, a economia brasileira sofrera modificações que se referiam ao próprio regime social de produção: intensificou-se o processo de organização capitalista da vida econômica – a produção passou a ser com base na mão de obra livre e apoiava-se em uma estrutura mercantil generalizada, o que supõe a criação de um mercado consumidor de mão de obra (CARDOSO, 1960, p. 41).

Alguns países acompanharam a grande crise do capitalismo norte-americano entre os anos de 1929 e 1930. Não foi o caso do Brasil, onde ela atuou como uma força propulsora dos fatores de produção até então amortecidos pela concorrência com os produtos importados. Os acontecimentos de 1929 possibilitaram, assim, a revitalização da pequena indústria nacional, que se viu impelida a responder às

a Professor de Sociologia I para o 3º ano noturno. Regime Especial de Trabalho, 03/01/1964.

pressões do mercado consumidor frente à carência da importação. Contudo, não se deve exagerar, afirmando que houve um aumento da “propensão ao consumo”, pois a taxa de exploração elevada não permitia a emergência de consumidores com alto poder aquisitivo (RANGEL, 1963). Desse modo, é a pressão de consumidores privados pela crise que possibilita o desenvolvimento do processo de industrialização em São Paulo e em outras regiões do Centro Sul (PRADO JR., 1962)¹.

Dessa expansão surge a ampliação do mercado pelo uso das forças produtivas disponíveis, em estado de desemprego ou em escala de subemprego, principalmente entre os imigrantes, que trabalhavam nas grandes fazendas de café e caminhavam em direção aos centros urbanos, além dos pequenos agricultores – potencialmente, os futuros trabalhadores das cidades. Diversificava-se, assim, a divisão social do trabalho.

Logo, do ponto de vista econômico, o Brasil passa da situação de consumidor de produtos externos, com certo grau de imprevisibilidade causado por crises cíclicas, a consumidor de mercadorias internamente produzidas. Beneficiam-se disso, de forma ampla, os setores em processo de industrialização, em fase de grande expansão. Em outras palavras, o país passa da procura externa inelástica, com preços oscilantes, para a procura interna elástica, com preços crescentes. De agroexportador desloca-se a emergente civilização urbano-industrial, prejudicando, em parte, os setores exportadores (mas não completamente, pois havia a política de valorização do café) (FURTADO, 1963).

A partir de 1930, diversifica-se, portanto, o emprego da mão de obra livre que se transfere do campo à cidade, aumentando, em decorrência, a redistribuição de renda, com maximização da exploração capitalista (RANGEL, 1963).

O surto de desenvolvimento econômico, entretanto, não se dá de forma contínua, em parte pela falta da capacidade de importação ocasionada pelo desequilíbrio do comércio externo, com tarifas cambiais manipuladas, sem planejamento, que visavam atender apenas aos grupos econômicos nacionais e estrangeiros. Além disso, deve-se também levar em consideração aqueles investimentos estrangeiros que usufruem de grandes lucros, sorvendo com isso os dividendos acumulados pela exportação de produtos primários. Frente a tais fatores, trata-se de um desenvolvimento que se dá através de “surto de crescimento descontínuos” (CARDOSO, 1962; PRADO JR., 1962, sendo exatamente a descontinuidade econômica – fenômeno específico de países de economia do tipo “colonial” agroexportador e de

1 O autor aborda a penetração capitalista no campo de culturas como algodão e hortaliças em São Paulo e a cultura diversificada de trigo, do arroz e de outros produtos alimentícios no Rio Grande do Sul. Vide também Schilling (1959).

incipiente industrialização – o fator que desencadeia instabilidade econômica e crise político-social.

Visto que a industrialização é impulsionada pela utilização de técnicas modernas, com o emprego de capital e da força de trabalho livre, dentro de um processo histórico inovador, ela representa a civilização urbano-industrial em um estágio bem avançado em relação à exploração pré-capitalista das riquezas naturais, pois emergem na sociedade brasileira, a partir da relação de produção capitalista moderna, novos valores e padrões de conduta, condizentes com a situação de cada um na estrutura “societária”, em que predominam os valores racionais, libertando-se dos laços “comunitários” tradicionais a que se ligam os antigos agricultores.

A civilização urbano-industrial, entretanto, conforme delineado anteriormente, cria uma série de êmulos capazes de amortecer a consciência do “novo proletariado” – que se incorpora ao sistema à procura de ascensão social – e, em outro nível do comportamento, a adesão do proletariado à ideologia burguesa, o que produz uma reificação da ordem social como um todo, sugerindo estabilidade e permanência “naturais”, próprias e inerentes ao sistema capitalista, exatamente em seu núcleo mais dinâmico, na esfera das relações sociais de apropriação” (IANNI, 1963, p. 78 e 79).

Tendo sido, portanto, o desenvolvimento econômico um processo não homogêneo, mas um complexo heterogêneo – em que muitas vezes a própria burguesia, da mesma forma que o proletariado, encontra-se fragmentada em sua maneira de conceber a realidade socioeconômica e política –, não é de se estranhar que, no momento atual (IANNI, 1963, p. 79), a própria burguesia não seja capaz de coordenar, em um todo harmônico, o projeto que trace sua ascensão no poder de maneira absoluta, com dominância de todos os fatores que direta ou indiretamente interfiram no processo industrial. Isso acontece porque a burguesia “limita-se a examinar a superfície diretamente perceptível” (LUKACS, 1958, p. 15-16), sendo, portanto, incapaz de compreender o verdadeiro sentido da história. Na medida em que somente capte as manifestações superficiais da realidade, ela será por isso incapaz de ter a visão globalizadora dos fenômenos sociais, deixando-se levar pelas mistificações do real como ele se apresenta, em grande parte manipuladas por interesses alienígenas que atuam como elemento dissolvente dos valores “nacionalistas”, interferindo de fato na realidade brasileira.

Tal incapacidade da burguesia urbano-industrial de compreender a realidade a leva a tomar atitudes completamente contraditórias, pois existe um desnível insólito entre o projeto a ser executado e o plano de execução. Aceita-se o projeto que preconiza a desinflação e o desenvolvimento a partir da restrição ao crédito, que é

sua *alma mater* na fase atual, para continuar investindo. Desse impasse surge a incapacidade de levar a execução de qualquer plano à risca, pois o controle da realidade econômica é incompatível com os interesses imediatos de lucro daquele grupo, visto que controlar a realidade econômica, por sua vez, significa utilizar a acumulação capitalista em setores vitais e talvez pouco rentáveis no início. Tal medida provoca o espanto da burguesia urbano-industrial. No entanto,

numa economia de fato planificada estes objetivos passam a nortear a atividade econômica do país a partir do momento em que o Plano é aceito. Todo o mecanismo econômico é preparado para realizar os objetivos do Plano. Numa economia capitalista não. Os meios de produção pertencem a indivíduos ou pequenos grupos que os fazem funcionar para os seus interesses e objetivos individuais (SINGER, 1963, p. 6).

É o que vemos na fase atual. Elabora-se um plano trienal que preconiza uma série de metas a serem atingidas, mas já de antemão elas são prejudicadas pela própria incompreensão dos diversos setores industriais, que não agem de forma coordenada em defesa de tais interesses: o interesse particular suplanta, em um regime de capitalismo competitivo, os interesses gerais. Desse modo, as mudanças estruturais produzidas pela emergência do capitalismo urbano-industrial chocam-se com a falta de objetividade da burguesia face aos problemas estruturais, que urge medidas decididas para superar a atual fase de inquietação social. A burguesia não sabe o que fazer com a reforma agrária, urbana, universitária e quiçá a reforma constitucional que, como está, permite alguns privilégios a grupos restritos da sociedade brasileira.

Isso ocorre pelo fato de ser a burguesia nacional, em princípio, representante do mundo moderno. Por essa natureza dualista, ela tende a acomodar-se com o imperialismo econômico internacional e com os resquícios “semifeudais” dos representantes do setor arcaico de algumas regiões do Brasil (E. VARGA, 1963, p. 155).

Reiterando alguns pontos, a descontinuidade do desenvolvimento industrial fez com que surgissem na realidade brasileira várias tensões e conflitos de ordem diversa, quanto à forma de manifestação, como a revolta dos sargentos, as greves reivindicatórias por melhores salários, o pedido do estado de sítio e outras inquietações sociais de ordem mística. Mas, em toda manifestação, afigura um problema crucial: a implosão dos entraves que obstam a transformação capitalista da economia brasileira.

I

Quem executará as medidas necessárias para que a civilização urbano-industrial se desenvolva com continuidade? As crises apontam que o Brasil se encontra em um impasse. Resta, portanto, saber que rumo tomará a sociedade brasileira nos próximos decênios.

Enfaticamente, acrescenta-se que a atual crise político-social só poderá ser entendida quando inserida no contexto global, em que o modo de produção capitalista e a correlação das forças políticas nacionais e internacionais façam fluir sintomas indicadores da situação transitória de uma economia em processo de desenvolvimento industrial.

II

Não se processa a industrialização de forma articulada, contínua e homogênea – o que não é característica do capitalismo. Antes, ela é circunscrita às áreas da região Centro-Sul, com disparidades econômicas regionais abissais, as quais, a seu turno, são resultantes do desenvolvimento histórico do capitalismo, que produziu, na realidade político-social do Brasil, grupos econômicos díspares, cujos porta-vozes na política são os senadores, os deputados federais e estaduais e os vereadores, ora transformados em defensores dos interesses desses grupos, nos quais se inserem. Ao defendê-los, defendem-se.

Sendo a eleição presidencial uma empreitada que requer grande mobilização de capitais, em associação com determinados grupos de interesses, sobretudo em razão da extensão territorial do país, que potencia os custos de campanha, torna-se difícil que candidatos não influentes e de poder econômico limitado alcancem a primeira magistratura.

Visto serem os grupos empresariais modernos e arcaicos os grandes detentores do capital e os proprietários dos meios de comunicação, o candidato presidencial que recebe seu apoio financeiro quase sempre vence as eleições. Por outro lado, o poder econômico da região Centro-Sul somente predomina em relação ao candidato presidencial por razões óbvias. No tocante aos representantes do povo no Congresso Nacional, predomina a manipulação do eleitorado pelos grupos locais, resultando deste processo um legislativo heterogêneo, que traduz as diversidades regionais. Ideias e valores, modos de pensar e agir historicamente divergentes colocam-se face a face. A mentalidade patriarcal e patrimonialista se defronta com a mentalidade urbano-industrial. Por esse motivo, o Congresso é composto

por pessoas com mentalidades díspares, que se refletem nos comportamentos dos políticos, em que o etnocentrismo e a mentalidade paroquial e tradicionalista, muitas vezes, suplantam a atitude racional em face dos problemas nacionais.

Enquanto isso, o Executivo procura imunizar-se dos preconceitos regionais e provincianos, valendo-se da impossibilidade de cada região apresentar “seu” candidato presidencial.

Ao inserir os partidos políticos em tal contexto global, percebe-se claramente que as atitudes e opiniões dos representantes do povo se manifestam de acordo com sua situação no processo, perdendo, assim, o teor “ideológico” que cada representante, pelo menos em tese, dá ao partido. Em consequência, os interesses locais frequentemente superam os interesses nacionais e partidários como um todo. Vê-se daí que os partidos, como as siglas e brasões de famílias oligárquicas dominantes, simplesmente ostentam um valor nominal, diluindo-se o “modelo” ideológico e doutrinário de cada partido conforme a ação manifesta dos grupos de interesse suprapartidários que refletem o poder das grandes famílias. O PTB do Norte e do Nordeste, por exemplo, em muitos aspectos é completamente diferente do PTB do Centro-Sul, que, por sua vez, encontra-se ainda subdividido em duas facções: o grupo compacto mais ideológico e o grupo fisiológico aderente. Diante dessa realidade, verifica-se que a maioria partidária é uma maioria mitificada (artificial), ou seja, ela constitui, por vezes, uma falsa ou real ostentação de poder e prestígio político, dando-se, coerentemente ou contraditoriamente, por tudo isso, a ação inconsequente das legendas partidárias que apoiam o Executivo, enfraquecendo-o ou fortalecendo-o conjunturalmente e levando-o, frequentemente, às crises políticas sucessivas.

O poder partidário majoritário inexistente de fato, sendo simplesmente uma maioria nominal. Se não o fosse, as crises seriam enquadradas dentro de um esquema político racional, de um projeto emergido da realidade social e capaz, portanto, de ser implementado com diretrizes bem definidas, que refletissem os interesses da sociedade brasileira como um todo. Os partidos políticos no Brasil são, em consequência, mero suporte jurídico para garantir o registro de candidatos dos vários grupos de interesse econômico.

Naturalmente, a descontinuidade do processo industrial também se manifesta nas ações desconexas do Congresso Nacional, atomizado em duas casas:

A omissão do nosso executivo da ação parlamentar entrega a iniciativa das leis a caprichos individuais, o que torna a legislação esparsa, muitas vezes supérflua quando não demagógica e desligada das verdadeiras necessidades públicas. A

atividade mais frequente se cifra em concessões de vantagens salariais ou outras, aos servidores públicos civis e militares e às demais classes de assalariados. Fora disto, as leis de certa importância mais frequente são as de prorrogação anual de proteção aos inquilinos, da elevação de tributos, também rotineiramente periódica, para fazer face (sempre de modo insuficiente) ao alargamento do desequilíbrio orçamentário e ainda segundo os outros: “O senado pouco participa dele” (MELO FRANCO, 1963, p. 3).

Nota-se com clareza que a função do Congresso Nacional é meramente “legislativa”, mais corporativo-administrativa, e procura dar continuidade ao sistema, visando fundamentalmente

dar o reconhecimento de utilidade pública a tal ou qual associação de longínquo município, isentar do pagamento de imposto aduaneiro a imagem da santa destinada à igreja do arraial de catingas, ou ainda conceder pensão especial à viúva do mata-mosquito ou do velho jornalista. Percorre-se a ordem do dia de qualquer das casas do Congresso, em seção de rotina, e se verá que a grande massa das deliberações versa sobre pequenos atos administrativos (MELO FRANCO, 1963).

É isso o Congresso Nacional, segundo o testemunho de um parlamentar que participou e participa ainda daquela instituição democrática há mais de uma década². Enquanto o país atravessa um estágio de transição social e econômica, necessitando de medidas racionais e urgentes que venham ao encontro das necessidades sociais, o Congresso Nacional se perde com questiúnculas de menor importância.

Destarte, o Poder Legislativo brasileiro não acompanhou o Brasil em sua trajetória histórica, interferindo, com seu gênio criativo, pela adoção de um projeto de ação capaz de quebrar as áreas de estrangulamento geradas pela industrialização desigual e descontínua. É o que se vê: o Poder Executivo só consegue maioria parlamentar para sustentar-se no poder a partir de uma política conciliatória, tentando, com isso, adotar medidas adequadas. Entretanto, a própria ação política presidencial gera o emperramento da máquina administrativa, pois a conciliação

2 Laski (1957, p. 55) comenta a inconveniência da existência de duas câmaras: “Uma segunda câmara eleita não está tampouco em melhor situação. Se ela é eleita ao mesmo tempo e pelo mesmo procedimento que a primeira, refletirá meramente a sua composição; se o é em épocas diferentes e, ainda mais, com procedimento distinto, estorvará o trabalho do governo em exercício e com a sua condição de privilégio limitado, se inclinará demasiado a proteger os interesses que aquele reduzido se acentue”.

na política significa ceder para governar. Esse recuo quebra qualquer ação verdadeira e ideologicamente coerente para a redefinição da situação presente. Em vista disso, objetiva-se um poder sem poder, pois sua existência é apenas “jurídica”: a conciliação o demonstra. Concilia-se para ficar, e não para executar as medidas que a industrialização necessariamente exige, rumo à superação da estrutura “pré-industrial” e patrimonialista. Emerge dessas condições a crise que redundou na revolta dos sargentos e, mais precisamente, no pedido do estado de sítio. Destaque-se que, sendo a industrialização ainda recente no Brasil, suas linhas de ação ainda não se encontram plenamente definidas. Portanto, vê-se um sistema em “pleno desenvolvimento, não tendo ainda produzido todos os seus efeitos, nem permitindo que alguns produtos sociais mais típicos se expressem abertamente” (IANNI, 1963, p. 17).

Esse é exatamente o contexto de emergência das sucessivas crises mencionadas, que se manifestam de uma forma isolada, quando mistificadas. Todavia, a matriz fundamental do processo radica exatamente nas mudanças estruturais que estão ocorrendo na realidade brasileira, com a introdução do modo de produção capitalista. Decorre daí o surgimento de uma civilização urbano-industrial que carrega em seu bojo as tensões sociais e os conflitos que se verificam nas áreas de determinadas instituições: o conflito e o antagonismo ou, ainda, o desajustamento entre valores e padrões, por um lado nacionais e antinacionais, por outro patrimoniais, tradicionais e rotinizados, que são, em consequência, componentes normais das condições de vida nos ambientes urbanizados do país (IANNI, 1963).

III

Como ficou delineado, as manifestações da crise são decorrências da formação do capitalismo industrial, que se processa ora de maneira lenta, ora rápida e, em geral, descontínua. Ao mesmo tempo, o Congresso Nacional se rotiniza em suas regras procedimentais, “legislando” em torno de pequenos atos administrativos, incompatíveis com o processo de racionalização burocrática emergente. Por outro lado, a Constituição Brasileira, formalizada após a ditadura Vargas, delimita demasiadamente a ação do Poder Executivo, o qual encontra espaço para a proposição de medidas políticas concretas, quando concilia interesses díspares em uma ação conjunta entre o Legislativo e o Executivo. Ação essa que pretende traduzir os interesses gerais da nação. Frequentemente, a ação do Poder Executivo é tolhida por alguns itens constitucionais que constroem a ação presidencial no Congresso Nacional. Por outro lado, como já vimos, os parlamentares estão voltados

para nichos provinciais de pequena relevância. À luz desses fatos, encontram-se os sargentos, militares subalternos na hierarquia militar, que reivindicam os direitos que a democracia representativa propicia a todos os cidadãos brasileiros: a participação ativa e efetiva na vida política brasileira e a possibilidade de serem eleitos para cargos de representação política, que são vetados pela mencionada Constituição.

Entretanto, nesse período de consolidação do processo de desenvolvimento industrial, o aspecto aparentemente isolado da revolta dos sargentos ganha uma dimensão que ultrapassa a esfera castrense e penetra no campo da ampliação dos direitos políticos: o direito de votar e ser votado. Esta rebelião reivindicatória dos militares subalternos adquire (nos primórdios da década de 1960) uma dimensão política nova, interferindo de modo multilateral e multidimensional na realidade brasileira e desencadeando outros movimentos políticos em outros segmentos militares, em um ritmo crescente de radicalização de posições entre as forças em embate. Nesse sentido, a rebelião significou e significa ainda a negação da realidade política institucionalizada, isto é, a negação da inelegibilidade consagrada pela Constituição do Brasil de 1946. Os segmentos militares de baixo escalão passam a fazer parte das forças de pressão popular, entrando na esfera que congrega um feixe de reivindicações chamadas “reformas de base”, necessárias para desencadear um desenvolvimento mais equilibrado e planejado da economia brasileira, por meio da inclusão de segmentos excluídos. As ações dos militares subalternos são, portanto, qualitativamente idênticas, apesar da virulência com que se desencadearam suas lutas por direitos políticos – e que as diferencia daquelas dos demais segmentos.

Acrescenta-se ainda que a industrialização sempre desponta em meio a uma estrutura incompatível com a nova ordem. Consequentemente, no início, ela não produz uma superestrutura capaz de redefinir a situação presente. A redefinição ocorre de maneira lenta e desigual, em face da descontinuidade e heterogeneidade com que se desenvolvem as forças produtivas no Brasil, pois a população nacional adquire sua “personalidade básica” no interior de uma estrutura em que os padrões e os valores sociais são canalizados para a preservação do *status quo*. Todavia, à medida que a população pertencente aos setores pré-capitalistas incorpora-se à moderna sociedade urbano-industrial, sua mentalidade vai sendo moldada conforme os padrões e valores emergentes elaborados a partir de 1930 – como, por exemplo, a consciência de que os direitos dos trabalhadores são garantidos pela Legislação Trabalhista, que é alimentada, em muitos deles, pelo mito do êxito pessoal, etc.

Verifica-se cristalinamente que o operário recém-egresso do campo incorpora-se quase passivamente a um contexto político-social previamente traçado pela civilização urbano-industrial, onde se dá o amortecimento de sua consciência política. Hoje (1963), de modo geral, o que acontece no movimento operário não é mais do que a simples greve de reivindicação salarial, manipulada pelos organismos elaborados pelo governo para aumentar a “propensão para o consumo”, greve essa que é provocada pela depreciação do salário frente à inflação e, talvez, para pressionar os atores políticos contrários a uma política de industrialização realizada sob o controle do Estado. Na época da ditadura Vargas, as greves eram voltadas às medidas jurídicas que estabeleciam a relação de convivência entre a burguesia e o proletariado, em termos “legais”, e não mais em termos policiais, como era anteriormente. Observa-se ainda que, na atualidade (1963), alguns setores sindicais vão aos poucos redefinindo-se para quebrar os vínculos criados pelo Estado-Novo, na tentativa de construir um sindicato mais propenso a defender os interesses da classe operária, em um sentido mais amplo e revolucionário. Porém esse movimento é facilmente desmobilizado pelo governo, que monopoliza postos-chave no Estado, como o Ministério do Trabalho, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), etc., que estão sob o controle direto da Presidência da República.

No contexto da industrialização descontínua, emergem ações de caráter revolucionário que significam a antecipação do futuro por meio de um projeto viável, como expressão da *contingência presente*. Conforme entende Sartre (1960b), a *contingência presente* consiste em negar, na ação, o presente e concretizar o futuro, ou seja, realizar um projeto por meio da ação revolucionária consciente. É, portanto, pela cisão, pela negação dos valores tradicionais que perpetua o passado na ação do presente e que se pode vislumbrar o futuro como um projeto possível, implodindo a continuidade do passado no presente e no futuro.

A consciência de futuro dissolve a visão mistificada da realidade como sendo imutável. A burguesia, no entendimento de Sartre, não tem nenhuma perspectiva revolucionária, enquanto o revolucionário, a partir da condição presente, nega a realidade, formulando um projeto de futuro. Assim, todos aqueles que querem e, conseqüentemente, lutam para mudar a situação do presente transcendem, logicamente, à “situação contingência”, transpondo-a, negando seus valores pela ação e utilizando, se necessário, a violência coletiva – ou ainda, como no caso dos sargentos, transformando-se em franco-atiradores. Mas é preciso notar que a esse movimento faltou o respaldo da ação coletiva cristalizado em um projeto revolucionário, visto que ele era desprovido de diretrizes claramente definidas. Desse

modo, a revolução metamorfoseou-se em uma “rebeliãozinha” de um pequeno grupo de militares subalternos, que tomaram alguns pontos de Brasília para depois devolvê-los aos donos dos privilégios.

No entanto, a importância do fato não se radica “na quartelada” ou em uma simples rebelião, mas nos reflexos que produziu em forças sociais que lutavam de forma não coesa, mas estavam decididas a mudar o rumo da história. Várias organizações que surgiram no processo de industrialização manifestaram-se prontamente, apoiando o movimento. As oposições também se apresentaram, engrossando o apoio a ele. O mais importante, a tal respeito, é o fato de que um grupo de militares subalternos polarizou a sociedade brasileira em seu conjunto – na medida em que as forças de pressão popular não são frutos ou produtos de apenas um grupo –, visto que a movimentação de rebeldia foi gerada por um processo mais amplo. Isso poderia transformar-se em uma força motriz revolucionária, em cuja estrutura estaria o processo de industrialização que abriu alternativas para a participação de múltiplos atores como sujeitos da história.

Da negação de um dos itens da Constituição explode a rebelião e o Congresso Nacional se mostra incapaz de propor soluções condizentes e em consonância com os fatores novos³. Essa situação é acrescida pela de insegurança do Poder Executivo, provocada por uma série de manifestações ofensivas, coordenadas por forças conservadoras contra o governo, por setores ligados aos setores tradicionais e alienígenas. Desponta nesse cenário a figura do Senhor João Goulart, solicitando o estado de sítio: uma arma excepcional para tomar medidas excepcionais, que de fato urgia tomar, pois a onda de boatos e inquietações sociais avassalava o Poder Executivo. No entanto, as bases de sustentação do poder estavam corroídas pela conciliação incessante – e por isso faltou o apoio das forças com que se supunha contar.

Porém, face aos acontecimentos imprevisíveis, medidas acauteladoras foram tomadas. O Congresso Nacional, inoperante para os tempos que corriam, estava em questão, juntamente com o Poder Executivo. Os políticos estavam prestes a perder seus privilégios; grupos poderosos sentiram-se inseguros. O estado de

3 Harold J. Laski, em *Introducción a la política*, diz: “a experiência do sistema de grupos (...), quando atua, o único procedimento para controlar um Legislativo é organizar uma coalizão de grupos (partidos) que produza uma maioria capaz de dominá-lo, e o resultado disto é substituir a manobra à responsabilidade e privar a política daquela coerência e amplitude que a capacita para ser julgada efetivamente” (p. 52). Mais adiante, acrescenta a inconveniência da existência de duas câmaras: “qualquer um que recorde o tempo que necessitou, na Inglaterra, para levar ao Estado Legal medidas transcendentais como a reforma eleitoral, a autonomia Irlandesa ou da educação nacional, se sentirá propenso a pedir uma técnica para acelerar a aprovação da legislação do que retardá-la”.

sítio pedia a cabeça de dois governadores, mas o fulcro da questão não estava na personalidade desses homens públicos. O imprevisível se afigurava como um fator de insegurança e ainda de maior intranquilidade do que antes, pois a prisão desses dois políticos não significava o enclausuramento, mas sim o aguçamento da crise. Outra dúvida assaltava: quem seria o interventor, um militar ou um civil? O que fariam os interventores após a deposição dos governadores? E quem seria mais atingido, após os dois primeiros?

Por outro lado, o sítio votado seria um fato consumado, sendo o processo irreversível. E votar o estado de sítio seria a negação dos parlamentares como políticos, ou seja, negar a si mesmos e a seus privilégios, como representantes do povo, “a serviço do povo”. O sítio, por outro lado, seria a manifestação de poder de um grupo – portanto, não seria viável despojar o Congresso de seu poder. Por tudo isso, era óbvio que o pedido não seria deferido, pois ninguém votaria contra os interesses já estabelecidos. Em consequência, nesse ponto, os interesses individuais dos congressistas coincidiam com o interesse geral dos deputados e senadores, resultando, *ipso facto*, na retirada do Congresso Nacional. Diante disso, para que se efetivasse o estado de sítio, faltou o apoio necessário e obrigatório das forças populares. Pode-se afirmar que a conciliação do governo teve um efeito dissolvente e se desvinculou da simpatia popular, em razão de suas ações vacilantes durante toda a trajetória presidencial, acentuada, sobremaneira, naquela ocasião de crise aguda na gestão do Estado.

Depara-se, no momento atual (1963), com o seguinte: o governo não é suficientemente forte para executar as reformas necessárias e está longe de configurar-se como um capitalismo de Estado politicamente poderoso, para colocar em ação um planejamento racional que se traduza em desenvolvimento equilibrado. O Congresso Nacional, por outro lado, está totalmente incapacitado, por motivos já expostos, para legislar em favor de uma política racionalmente desenvolvimentista, dado que a industrialização foi implantada de forma concentrada em algumas regiões do território nacional – principalmente no Sul-Sudeste –, abarcando uma parte restrita da região central do Brasil. O Congresso, apequenado por motivos particulares, não tem visão para estabelecer um projeto de Estado.

Aventamos, enfim, que a industrialização e o modo de produção capitalista desenvolver-se-ão em um processo descontínuo, em que setores-chave interferirão no processo de modernização do país.

Pode-se afirmar que a política econômico-financeira do Ministério da Fazenda é afetada por injunções de fatores internos e externos de múltiplas procedências, muitos dos quais incontrolláveis, como o desenvolvimento e a crise das economias

centrais, que afetam a demanda de produtos primários de exportação, e uma completa ausência de uma política econômica de caráter nacional, afetada por uma variedade de demandas particularistas.

Concluindo, a industrialização no Brasil far-se-á de uma maneira segmentada, descontrolada, sem planejamento no longo prazo. Isso produzirá crises que irão inquietar os segmentos da sociedade brasileira nos próximos anos. O desenvolvimento da civilização urbano-industrial não está, ainda, suficientemente avançado para forçar um curso normal de seu processo em benefício de toda a coletividade. Por sua vez, o Congresso Nacional continuará atuando como uma força de entravamento do processo de modernização, por fatores já explicitados, visto que a existência de uma multiplicidade de partidos políticos, sem ideologia, reflete a fobia democrática, na prática, inconsequente, e na ação, descoordenada.

Todavia, se não for criado nenhum dispositivo tendente a amainar a radicalização entre a burguesia e o proletariado, ocorrerá, nos próximos decênios, o fortalecimento das forças de pressão popular que emergirão como o único partido de cunho ideológico, em sentido estrito, com componente de ação revolucionária.

Por fim, os reflexos da competição internacional entre o socialismo e o imperialismo terão uma importância considerável no desencadeamento da Revolução Brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARDOSO, Fernando Henrique. Condições Sociais da Industrialização de São Paulo. p. 38 e 39. *Brasiliense*, 28, março-abril de 1960
- CARDOSO, Fernando Henrique. Proletariado no Brasil: situação e comportamento. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 41, p. 98, 1962.
- E. VARGA. *Capitalismo do século XX*. Editora Civilização Brasileira; Coleção BUP, 1963. p. 155 (nota de rodapé).
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963. p. 225.
- IANNI, Octávio. *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*. Polarizações da Ideologia do Empreendedor; Civilização Brasileira, 1963. p. 78 e 79, capítulo VI.
- LASKI, Harold J. *Introducción a la política*. Argentina – Siglo Veinte: Colección Panoram, 1957. p. 55.
- LUKACS, George. *La crisis de la filosofía burguesa*. Argentina/Buenos Aires: Editora Siglo Veinte; Colección Panorama, 1958. p. 15 e 16.

- MELO FRANCO, Afonso Arinos. A crise e o Poder Legislativo. *Jornal do Brasil*, domingo, 06/10/1963, Caderno Especial, p. 3.
- PRADO JR., Caio. Crise em marcha. *Brasiliense*, n. 42, p. 161-198, jul.-ago. 1962.
- RANGEL, Ignácio. *A inflação brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1963. p. 30 e 31.
- SARTRE, J. P. *La república del silencio: estudios políticos y literarios*. Buenos Aires: Editora Losada, 1960a.
- _____. *La filosofía de la revolution*. Buenos Aires: Editora Losada, 1960b. p. 113.
- SCHILLING, Paulo. *Trigo: trigo e o latifúndio no Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959. (Recursos naturais do Brasil, v. 16.)
- SINGER, Paul. *Análise do plano trienal*. Rio de Janeiro: Editora Universitária (UNE), 1963. p. 6.

VISÕES SOBRE EDUCAÇÃO:

o caso de uma instituição penitenciária feminina no interior paulista

VISIONS ON EDUCATION: WOMEN'S CORRECTIONAL INSTITUTION CASE IN THE INTERIOR OF SAO PAULO STATE

Igor José Siquieri Savenhago^a e Wlaumir Donisete de Souza^b

Resumo Este artigo analisa, a partir do referencial teórico de Paulo Freire e César Antunes, o discurso no processo educativo manifestado em cartas de detentas e ex-detentas que participaram, entre 2004 e 2007, de um programa de reintegração social em uma penitenciária feminina de Ribeirão Preto, no interior paulista, com base na análise do discurso de linha francesa. Como as cartas eram direcionadas aos coordenadores do programa, representantes do sistema prisional, o objetivo é analisar, por meio dos relatos, como era feito, pelo Estado, o controle social do processo educativo na prisão, para garantir a circulação de determinados saberes em detrimento de outros; como as detentas percebiam esse processo, reconhecendo ou não o padrão social de controle; e como elas o assimilavam e o reproduziam ou a ele resistiam.

Palavras-chave educação; socialização; controle social; análise do discurso; sistema prisional.

Abstract Based on Paulo Freire and César Antunes' theoretical reference framework and on French discourse analysis, this article analyses the discourse of the educative process expressed in letters by prisoners and former prisoners who participated, from 2004 to 2007, in a social reintegration program in a female prison in the City of Ribeirão Preto, in São Paulo inland State. As the letters were directed to the program coordinators, representatives of the prison system, the objective is to investigate, by means of reports, how the State determined the social control of the educative process in prison in order to assure the circulation of particular knowledges in prejudice of others; how the prisoners perceived that process, recognizing or not the social patterns of control; and how they assimilated and reproduced that process or how they eventually resisted to it.

Keywords education; socialization; social control; French discourse analysis; prison system.

^a Jornalista, mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) pela Ufscar e professor de Jornalismo do Centro Universitário Barão de Mauá.

^b Graduado em Filosofia pela PUC, mestre em História pela UNESP-Franca, doutor em Sociologia pela UNESP-Araraquara e professor no Centro Universitário Barão de Mauá.

DA EDUCAÇÃO

Educação, na vertente crítico-social, está aliada à noção de transformação. Educar tende a ser tomado como sinônimo de consciência crítica do comportamento, análise do contexto dos conhecimentos, estímulo ao pensar crítico e não reprodutivista. Para Paulo Freire (1987), reconhecido educador do século 20, a educação, para além de transformadora, pode ser “libertadora”, conceito que ele opõe ao de “educação bancária”, que consiste em um sistema em que o professor impõe informações, o aluno os assimila sem crítica ou contextualização, devolve ao professor em provas que medem a memorização e, depois, esquece esses conteúdos. A educação libertadora, contudo, seria ativa, em um processo dialético de ensino-aprendizagem. Já a educação bancária pressupõe a passividade do aprendiz que reproduz os conhecimentos. No segundo caso, o portador do saber é o professor e, mais que isso, da verdade. O aluno seria um mero depositário, que não tem autonomia ou condições para o diálogo, palavra-chave na pedagogia de Freire.

Para que a educação transforme e liberte, é preciso que seja dialógica, que professor e alunos sejam agentes de troca e que o conhecimento seja produzido nesse processo de mão dupla, que é o de ensinar-aprender, classificado por Freire como *dodicência*. Ao mesmo tempo em que ensina, o professor aprende. Ao mesmo tempo em que aprende, o aluno ensina, porque chega à escola já com conhecimentos, que não podem ser desprezados. A relação dialógica é, portanto, dialética no sentido socrático do termo e, em Marx, para além deste, ou seja, visa ir à prática, e não se conter na teoria.

Se não for dialógica, a educação passa a ser sinônimo de reprodução, imposição de valores de determinado grupo social sobre outro, de uma cultura sobre outra. A educação não crítica é a consolidação das visões de mundo daqueles que ocupam uma esfera de poder e buscam mantê-la/consolidá-la na mente dos educandos.

Na história do Brasil, segundo César Nunes (2012)¹, a educação sempre foi uma forma de controle social. Desde os jesuítas – com sua catequética sobre os índios e as elites, que disseminaram no país, durante praticamente quatro séculos, a ideia de ensino conjugado com práticas religiosas e dicotomizada das práticas sociais – ao século 20, enfatizou-se uma educação livresca, teórica, verbalista e reprodutivista, em oposição a uma educação promotora de diálogo entre teoria e prática, crítica e transformadora.

1 “Educação, universidade e sociedade”, palestra proferida no Centro Universitário Barão de Mauá, em Ribeirão Preto/SP, em 30 de janeiro de 2012.

Com os governos ditatoriais do século 20, o país passou por uma reestruturação do ensino que visava garantir a adesão mental às posturas militares em coalizão com o sistema capitalista: carteiras em fila, Hino Nacional, professor visto como modelo e regente exclusivo do ambiente, castigos físicos por mau comportamento ou dificuldade/incapacidade de aprendizagem, Educação Moral e Cívica, Estudos dos Problemas Brasileiros, História e Geografia acríticas, englobadas em uma única disciplina – Estudos Sociais –, factual e descontextualizada.

Por fim, fomentou-se a educação para o trabalho, para o mercado, impulsionada pela industrialização de parte do território nacional e que culminou na política de escolas técnicas e universidades divididas em departamentos, para atender às demandas do capital internacional que se instalava na busca por mão de obra barata na periferia do sistema capitalista.

O educar para a transformação, para a busca da cidadania ativa, para o questionamento das práticas vigentes, para a resistência às regras e práticas sociais que sempre favoreceram as classes sociais dominantes nunca foi o forte do Brasil, segundo Nunes (2012). Nesse sentido, educação se torna apenas um processo voltado à manutenção do *status quo*, à reafirmação das práticas valorizadas pelos poderes constituídos em base católica.

Para o filósofo Michel Foucault (1986, p. 56), tais práticas podem ser classificadas como “discursivas”, já que elas se impõem justamente pelo discurso, definido por ele como “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam”. Seria não aquilo que pode ser lido a partir da organização de signos linguísticos, mas um algo “mais”, o que está por trás do texto, as condições sociais nas quais os signos são utilizados, discurso este constituído por relações de poder e saber.

Falar e ver constituem práticas sociais por definição permanentemente presas, amarradas às relações de poder, que se supõem e as atualizam. Nesse sentido, o discurso ultrapassa a simples referência a coisas, existe para além da mera utilização de letras, palavras e frases, não pode ser entendido como um fenômeno de mera expressão de algo: apresenta regularidades intrínsecas a si mesmo, através das quais é possível definir uma rede conceitual que lhe é própria. [...] As regras de formação dos conceitos não residem na mentalidade nem na consciência dos indivíduos; pelo contrário, elas estão no próprio discurso e se impõem a todos aqueles que falam ou tentam falar dentro de um determinado campo discursivo (FOUCAULT, 1986, p. 70).

Para tentar compreender melhor essa teoria, recorre-se à obra *Vigiar e punir* (2002), do próprio Foucault. Nela, o filósofo explica que, em comunidades humanas primitivas, o controle social tinha um caráter físico. Quem infringia as normas vigentes era decapitado, tinha as mãos e os pés cortados, era enforcado e tinha um olho arrancado. Enfim, as leis previam castigos corporais. Não é preciso ir tão longe na história, por exemplo, do Brasil para observar o tratamento que era dado aos escravos, torturados com instrumentos produzidos exclusivamente para castigar.

Com o tempo, a tortura física foi substituída pela vigilância e pela circulação de saberes, por meio de práticas tidas como educativas. Não era mais necessário impor dores ao corpo para a manutenção da ordem, mas arquitetar maneiras de impedir que a sociedade tivesse acesso a informações consideradas estratégicas para o controle social e vigiar para que os desertores não tivessem sucesso na disseminação de práticas de resistência ao sistema. Com isso, caberia aos grupos dominantes se esforçarem para “converter” os que resistissem, obrigando-os a se (re)inserirem nas regras vigentes.

Dessa forma, as relações de poder que constituem o discurso não se caracterizam mais, segundo Foucault, por formas de repressão, mas pela produção de ideias, palavras e ações. Dito de outra forma: por meio da circulação de um saber. Os mecanismos de controle não estão preocupados em inibir, restringir, obrigar a calar, mas em fazer falar, de modo que o saber colocado em circulação pelo poder seja expandido, espalhado, difundido entre os sujeitos do discurso. É a produção de sentidos, palavras e atos a partir do saber circulante que garante que o poder seja ramificado e consolidado. Esse processo é camuflado em dois fatores: o código jurídico, que garante uma legitimidade das formas de controle do discurso; e a disciplina, que organiza a assimilação e difusão do discurso pelos indivíduos. De acordo com Foucault (1999), portanto, não há exercício do poder sem a constituição de um campo de saber. E a recíproca é verdadeira, pois não há a constituição de um campo de saber sem o exercício do poder.

Michel Pêcheux, outro filósofo francês, que, como Foucault, integrou um movimento chamado Nova História, na qual se inclui a linha francesa da Análise do Discurso, costumava explicar essa estratégia de controle pelo discurso a partir da terminologia “formação discursiva”, que, segundo ele (PÊCHEUX, 1995, p. 160) é:

aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc).

Isso poderia ser entendido, de forma simplificada, como a dinâmica de funcionamento de uma sociedade ou grupo que permite ao indivíduo ocupar um lugar social (que pode ser o de um médico, de um professor, de Presidente da República, de um jogador de futebol, de um chefe do tráfico, de um morador da favela, de um ganhador de um bom salário, de um diretor de um clube, de um presidiário, etc). Esses lugares sociais trazem “adesivadas” consigo atribuições consolidadas historicamente que devem ser cumpridas para que se reconheça o exercício de uma função como satisfatório. Assim, espera-se de um médico, por exemplo, que seja dele a versão final sobre o diagnóstico de determinada doença e, além disso, suas opiniões sobre aspectos relacionados ao corpo humano gozam de maior credibilidade do que se fossem dadas por um advogado ou um matemático.

Já de um presidiário a expectativa é outra. Pode ser, por exemplo, que ele se arrependa do delito que cometeu, afaste-se da ligação com o crime e demonstre que mudou suas metas de vida. Nesse caso, pelo fato de haver se desviado de condutas consideradas legítimas pelo grupo do qual fazia parte, o que culminou em sua prisão, o detento não goza de credibilidade semelhante à do médico para colocar seu discurso em circulação.

O que determina essas atribuições dos lugares sociais, segundo Pêcheux (1995), são as formações ideológicas. Elas é que determinam o que pensar em determinado grupo e definem quem pode enunciar, de onde enunciar, por que enunciar e como enunciar. A inserção em uma formação ideológica ocorre quando o indivíduo interpelado em sujeito identifica-se com determinados saberes, dizeres e poderes. Como as formações ideológicas determinam as formações discursivas, o indivíduo passa a enunciar de uma posição no discurso, não ocupando mais o lugar de indivíduo, de sujeito empírico, mas de sujeito discursivo. “O sujeito é, desde sempre, ‘um indivíduo interpelado em sujeito’”, escreve Pêcheux (1995, p. 155).

Assim, seu lugar social e sua posição no discurso ficam intimamente ligados, já que um determina o outro. Ao falar de um determinado lugar social, o sujeito é constituído e fisgado pela ideologia, e isso acaba se tornando também constitutivo do discurso. Da mesma forma, é pela prática discursiva e sua legitimação histórica que se consolida o lugar social. Só há prática, portanto, “através de e sob uma ideologia”; e “só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos” (PÊCHEUX, 1995, p. 149). O sujeito, portanto, não pode ser anterior a uma ideologia.

Ao fazer parte de uma formação discursiva, o sujeito se reveste do que Pêcheux (1995) denomina forma-sujeito, ou seja, é interpelado em sujeito e reconhece o que pode e deve ser dito (e também o que não pode e não deve ser dito), a partir da

posição que assumiu no discurso. A forma-sujeito pode ocupar diferentes posições no discurso ou, segundo Pêcheux (1995), posições-sujeito.

Percebe-se, portanto, que o sujeito, quando enuncia, fica “preso” à formação discursiva – não necessariamente à mesma sempre, já que pode haver migração de uma formação discursiva para outra.

É justamente aqui que reside uma das missões básicas da educação, enquanto ferramenta de controle social, de reafirmação da ordem vigente. Cabe a ela, na vertente tradicional, bancária, promover a “conversão” a um sistema. Com base na teoria de Pêcheux (1995), quem está inserido em uma formação discursiva que não seja aceita socialmente como lugar de práticas consideradas corretas, como a do crime, deve mudar de formação discursiva, ser seduzido por práticas legitimadas sócio-historicamente, deixando de sustentar e disseminar valores da criminalidade e passando a reproduzir discursos das esferas dominantes.

Para Pêcheux, (1995), as classes dominantes perpetuam sua dominação por meio de práticas de exploração, utilizando de dois tipos de aparelhos: os repressivos de Estado (polícia, Justiça e aí se pode incluir o sistema prisional) e os ideológicos de Estado (a escola, a família, a universidade e a igreja são exemplos).

Pêcheux (1995) explica, com base na teoria de Althusser (2007), que os aparelhos repressivos e ideológicos de Estado não são “expressão da ideologia dominante”, mas os meios pelas quais é possível expandir os tentáculos da ideologia, de sua dominação. “É pela instalação dos aparelhos ideológicos do Estado, nos quais essa ideologia é realizada e se realiza, que ela se torna dominante”. Mas o autor faz uma ressalva. Segundo ele, os aparelhos ideológicos de Estado não são apenas “máquinas ideológicas que reproduzem, pura e simplesmente, as relações de produção existentes”. Para Pêcheux, os aparelhos ideológicos configuram-se como um palco da luta de classes e, dessa forma, acabam constituindo “simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção”. Esse aspecto produz nas classes dominantes um esforço, nesse movimento de transformação das relações de produção, para impor/fazer emergir novos mecanismos de desigualdade-subordinação, que passarão a integrar as formações ideológicas/discursivas dominantes (Pêcheux, 1995, p. 145).

Pêcheux (1995) acreditava que esse processo característico da luta de classes, a saber – práticas de resistência ao discurso dominante, que resultam em novos mecanismos de dominação, que resultam em novas práticas de resistência –, permanece até que haja uma ruptura nas estruturas sociais e o consequente desaparecimento das classes dominantes. Haverá a emergência de uma outra classe, que era dominada e agora passa a ser dominante, e assim por diante. Mas,

para que se promova essa ruptura, é necessário que os discursos de resistência aos sistemas opressores circulem com mais frequência e velocidade, recrutando novos sujeitos, inclusive no campo da ciência.

Na verdade, todo “ponto de vista” é o ponto de vista de um sujeito: uma ciência não poderia, pois, ser um ponto de vista sobre o real, uma visão ou uma construção que representasse o real (um “modelo” do real): uma ciência é o real sob a modalidade-pensada, de modo que o real de que tratam as ciências não é senão o real que produz o concreto-figurado que se impõe ao sujeito na necessidade “cega” da ideologia (PÊCHEUX, 1995, p. 179).

Nesse espaço de embates, há um esforço da ideologia dominante em reforçar o conjunto de dizeres possíveis e os sentidos que podem circular. O esforço é na direção de manter o controle sobre a memória dos sujeitos e evitar que venham à tona discursos considerados perigosos, que poderiam “ameaçar” sua hegemonia. Por isso, esses discursos são censurados, abafados, silenciados, não se ramificam tanto e tão rapidamente como os discursos aceitos socialmente como legítimos. Não por acaso, a pedagogia crítica dos conteúdos é uma forma de resistência face à educação reprodutivista.

Orlandi (1999) afirma, porém, que não é pelo fato de que alguns discursos são silenciados que eles desaparecem. Eles permanecem inscritos na rede de memória, bastando que sejam retomados para que se ramifiquem.

Dentro dessa perspectiva, salienta-se a concepção de um novo olhar sobre a ciência e a educação, que lance luz sobre as formas de resistência que emergem frente aos sistemas de dominação. Nesse sentido, segundo Pêcheux (1995), é possível revelar aspectos que desvelariam outros olhares para a própria ciência e a educação, que foram construídas sob a égide de verdades absolutas, pois observa também o ponto de vista de outros sujeitos, os menos favorecidos, como os presidiários, também discursivamente.

DA PRISÃO

Partindo desses aspectos teóricos, pergunta-se: quando o objeto de estudo é o sistema prisional, como funcionariam as estratégias educativas para a difusão de discursos que permitem o controle social?

A partir da teoria de Foucault, Guerra (2006, p. 205) lembra que o castigo cedeu lugar à observação:

Ao contrário da escuridão das masmorras ou da punição exemplar transformada em espetáculo – o corpo do supliciado diante do corpo do rei, na presença da população – o poder disciplinar projeta luz sobre cada condenado, baseando-se na visibilidade, na regulamentação minuciosa do tempo e na localização precisa dos corpos no espaço, o que possibilita o controle, o registro e o acúmulo de saber sobre os indivíduos vigiados, tornados dóceis e úteis à sociedade.

Foucault (2002) explica que uma das formas de se exercer a vigilância como ferramenta de poder é por meio do *panoptismo*, que consiste, em linhas gerais, em manter a disciplina – definida pelo autor como o processo técnico unitário pelo qual a força do corpo é com o mínimo ônus reduzida como força política e maximizada como força útil –, por meio da observação constante dos encarcerados, uma vigilância a todo o tempo controlada. Segundo o autor, o *panóptico*:

é um tipo de implantação dos corpos no espaço, de distribuição dos indivíduos em relação mútua, de organização hierárquica, de disposição dos centros e dos canais de poder, de definição de seus instrumentos e de modos de intervenção, que se podem utilizar nos hospitais, nas oficinas, nas escolas, nas prisões. Cada vez que se tratar de uma multiplicidade de indivíduos a que se deve impor uma tarefa ou um comportamento, o esquema panóptico poderá ser utilizado (FOUCAULT, 2002, p. 170).

Com a imposição de tarefas ou comportamentos, a prisão se apresenta como um sistema educador, que, em tese, promove o aprendizado e permite aos indivíduos uma volta estruturada ao meio social. Pode-se afirmar, a partir disso, que o sistema carcerário atual se aproxima muito dos conceitos estabelecidos pelo estudo do *panoptismo* e caracterizar as penitenciárias, de acordo com o pensamento de Foucault, como um laboratório de poder, onde os mecanismos de observação interferem diretamente no sujeito, podendo, inclusive, alterar comportamentos, temporariamente ou até definitivamente. Como essas relações de poder produzem saberes e vice-versa, o estudo desses saberes – cartas escritas na prisão, por exemplo – permite investigar os mecanismos utilizados para a manutenção do poder e as relações de força que esse processo implica.

Considerando esses aspectos, é missão do próprio pesquisador virar seus holofotes para os discursos que, historicamente, foram ocultados, abafados, silenciados, porque não interessavam à ideologia dominante ou ameaçavam sua hegemonia. E é justamente a isso que este artigo se propõe, a partir de agora, com

a análise de cartas escritas por detentas e ex-detentas da Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto.

DAS CARTAS

O estudo que deu origem a este artigo analisou dezoito cartas de detentas e ex-detentas da Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto, interior de São Paulo, a pouco mais de trezentos quilômetros da capital do Estado. Essas cartas faziam parte de um conjunto de mais de duzentos relatos gerados a partir do programa de reintegração social Liberdade Consciente, que teve início no presídio em março de 2004 e vigorou até o início de 2007. Na época, o governo paulista alegou, como motivo para a extinção, a necessidade de realizar mudanças estruturais no sistema penitenciário.

Preocupada com o alto índice de reincidência criminal, a diretoria daquele presídio decidiu implantar o programa, que consistia em promover dinâmicas de grupo, reuniões, diálogos, para que as presas, tão logo saíssem do presídio, conseguissem se readaptar à vida fora da prisão. Participavam do programa as detentas que estavam com pedidos de liberdade condicional ou de inserção no regime semiaberto protocolados, aguardando a decisão do juiz.

Durante os encontros do Programa Liberdade Consciente, havia orientações de psicólogos e assistentes sociais, que buscavam abordar temas com os quais as presas teriam contato assim que fossem libertadas, como dificuldade financeira, problemas para conseguir trabalho, restabelecimento de laços familiares, discriminação, proximidade com as drogas e possibilidade de reincidir na criminalidade.

Como aquelas mulheres privadas da liberdade esperavam que a vida fosse recomeçar fora do presídio? Quais eram seus sonhos? Essas eram algumas das perguntas que os profissionais que coordenavam o programa faziam, e as presas respondiam, na maioria das vezes, escrevendo. Confeccionavam cartas, que eram entregues à diretoria da Penitenciária Feminina, em que constavam resumos das histórias pessoais de cada uma e relatos sobre a entrada para o tráfico de drogas ou sobre o cometimento de outros delitos e como desejavam levar a vida após o juiz lhes conceder a liberdade.

Quando livres, as ex-detentas escreviam novas cartas, para informar aos coordenadores do Liberdade Consciente as facilidades e dificuldades encontradas no processo de readaptação ao meio social. As coordenadoras do programa guardavam os endereços das detentas que deixavam o presídio e, alguns meses depois,

por meio de carta, pediam notícias. Na maioria dos casos, as ex-participantes do Programa respondiam, também por carta.

Todos os relatos, de detentas e ex-detentas, eram depositados em uma pasta, para que fosse permitido, mesmo à distância, um acompanhamento da evolução de cada uma delas no processo de readaptação à sociedade.

De todos os relatos, vinte e quatro foram inicialmente recolhidos para o estudo, dos quais dezoito foram definitivamente selecionados, por conterem elementos considerados relevantes para a proposta de pesquisa. Nessas cartas, as presas discursam, entre outras coisas, sobre o arrependimento e o desejo de abandonar o crime, a vontade de voltar a morar com a família, o objetivo de arrumar um emprego depois de sair da prisão e suas pretensões em frequentar, novamente, a escola.

Para efeito específico deste artigo, o objetivo será observar nos relatos, por meio de uma análise discursiva, de acordo com a linha francesa de Foucault e Pêcheux, como o controle social é exercido para garantir a circulação de determinados saberes e forçar uma mudança de formação discursiva – do crime para as práticas aceitas socialmente –, de que forma esse controle é reconhecido pelas presas e como elas o reproduzem ou a ele resistem.

DA ANÁLISE

A análise das dezoito cartas recolhidas na Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto, durante a vigência do Programa Liberdade Consciente, possibilitou extrair os seguintes movimentos discursivos: 1) Mudança de formação discursiva: do crime para Deus-Família-Trabalho; e 2) O presídio como escola.

MUDANÇA DE FORMAÇÃO DISCURSIVA: DO CRIME PARA DEUS-FAMÍLIA-TRABALHO

Os sujeitos que enunciaram nas cartas, principalmente as escritas no interior do presídio, fizeram poucas menções ao dia a dia da detenção, às suas relações com outras presas e com os funcionários e à dificuldade de sobrevivência naquele ambiente. A maioria dedicou quase toda a sua escrita a replicar sentidos dominantes de religião, família e trabalho. Essa formação discursiva, na qual esses sujeitos discursivos se inserem a partir da prisão, passa a representar uma esperança de salvação e um recomeço de vida inquestionável, zerado, com o crime apagado, como se pudesse ser extinto da história de vida de cada detenta.

Na maioria dos casos, os sujeitos reproduzem sentidos dominantes e, poucas vezes, há tentativas de romper com isso por meio das cartas, como, por

exemplo, fazer falar um dizer de denúncia contra a opressão do sistema. Nas vezes em que isso parece que vai acontecer, há um corte abrupto, uma mudança repentina de formação discursiva, e o que se percebe é que tanto os dizeres do crime quanto de denúncia às condições do presídio são abafados, dando lugar a dizeres de agradecimento.

Nota-se, ainda, que a estratégia discursiva dos sujeitos é quase que totalmente fundamentada no discurso religioso. A maioria justifica a entrada para o crime por influência de más companhias. Depois, procura se mostrar arrependida e pede perdão, clamando por mais uma chance de viver em sociedade. Para que a convivência aqui fora, então, seja possível, assim que o sujeito for libertado, é necessário comprovar que houve sua total “conversão” ao discurso com suas práticas dominantes. Assim, os sujeitos procuram convencer seus interlocutores de que podem mudar de vida, de que podem se adequar às posturas aceitas como corretas pela sociedade e aos valores consolidados sócio-historicamente pelo sistema capitalista. Mas, sem a influência de Deus, isso se torna praticamente impossível. Em outros termos, ratificam a ideia de que o sistema prisional foi capaz de reeducá-las em acordo com a cosmovisão dominante.

Percebe-se, também, um silenciamento do crime. Os sujeitos, geralmente, se referem ao delito a partir do número do Código Penal correspondente ao tipo pelo qual foram condenados. Por exemplo: “Fui pega no 12” ou “Estou no artigo 157”. Quando há referências ao crime, são feitas de forma branda. Isso indicia que os sujeitos reconhecem os códigos dominantes em uma de suas formas mais elaboradas de controle e coerção, o sistema legal. Esses aspectos aparecem em quase todas as cartas.

Partindo para os relatos, na carta 1, por exemplo, o sujeito procura construir-se com uma autoimagem de mulher que se doa aos filhos, religiosa e trabalhadora. Isso pode ser observado nas seguintes recortes: “até a idade de 14 anos eu fui uma menina que trabalhava na *rossa* (sic), era crente”; “comecei a *trabalha* (sic) de doméstica”; “não tive medo, continuei na luta, até de boia-fria eu tentei, até que um dia fui trabalhar de *camareine* (sic) em um hotel perto da rodoviária”.

Esses recortes demonstram a construção de um sujeito que nunca deixou de buscar emprego, o que o coloca em uma posição de trabalhadora responsável, incansável e dedicada, ao mesmo tempo em que colada ao estereótipo de mulher da classe trabalhadora.

Se houve algum culpado para que esteja preso, esse culpado é a sociedade. Como pode ser notado em “eu queria *volta* (sic) a viver *mais* (sic) a sociedade não deixou”, ou então, “aí fui presa outra vez, daí para cá só deu *desaserto* (sic) em

minha vida”. Aqui, pode-se perceber um apagamento das razões que justificam sua prisão, pois o sujeito não faz emergir, pelo texto, indícios sobre o crime cometido. Todavia, a capacidade de culpabilizar a sociedade demonstra que ocorreu certo tipo de consciência da exclusão social decorrente da concentração de renda e ausência de educação formal – o que o discurso dominante faz questão de ocultar, responsabilizando única e exclusivamente a pessoa em situação de crime. O sucesso ou o fracasso são responsabilidades individuais no capitalismo liberal, portanto, descontextualizados.

A todo o momento em que o sujeito se depara com seu crime, usa artifícios para despistar o leitor, que simultaneamente é o sensor, uma vez que escreve dentro do sistema prisional para aqueles que o controlam, como, por exemplo: “*comesei* (sic) a conhecer outro tipo de pessoas que *era* (sic) muito *deferente* (sic) da minha vidinha da *rossa* (sic), comecei aí a sair de noite, conhecer rapazes, *deferente* (sic), bom, resumindo, fui mãe com 20 anos, fui pra cadeia com 23 – 1973, saí com 30 – 1981 [...]”.

Observa-se que, provavelmente, o motivo que tenha justificado sua prisão esteja ligado a essas amizades diferentes, que o sujeito discursiviza na adolescência, mas isso não é confirmado, por causa da expressão utilizada no texto. Ao escrever “bom, resumindo”, o sujeito demonstra que não irá se aprofundar, não contará detalhes sobre os momentos em que esteve envolvido com a criminalidade ou confessará com todos os termos o que fez. O uso desse termo cria um efeito de síntese máxima das lembranças. O sujeito faz aparecer sentidos de desligamento total do crime, o que mostra ter havido uma mudança de formação discursiva, adequando-se ao sistema.

Mais à frente, o sujeito antecipa a imagem que começou a construir acima, a de alguém preocupado com o trabalho, com a família e temente a Deus. É importante destacar que o sujeito se ampara em três aparelhos ideológicos do Estado – emprego, família e religião –, consolidados historicamente e aceitos socialmente como meios pelos quais a ideologia dominante se dissemina enquanto projeto amplo de educação reprodutivista.

Inscrevendo-se como capturado pela ideologia dominante e realizador dela, filiando-se a uma memória discursiva que confere aos aparelhos ideológicos de Estado um *status* de que podem produzir mudanças, de que podem permitir um recomeço da vida em sociedade, um recomeço em que o crime tenha sido zerado, apagado, o sujeito replica sentidos aceitos socialmente e, mais, diz, admite que o sistema prisional foi capaz de reeducá-lo.

Ao se referir a Deus, por exemplo, busca um argumento inquestionável para dizer que é possível, sim, renovar-se após deixar a penitenciária. O sujeito procura, também, trazer Deus para o contexto familiar, para que não haja dúvida nenhuma de que a felicidade será plena depois de ganhar a liberdade. Os recortes a seguir revelam isso: “ela [a filha] tem um pequeno problema que, para os homens é *difício* (sic) *mais* (sic) para Deus não é nada, eu confio nele e sei um dia eu e minha fé vamos *venser* (sic)”; “nós vamos *venser* (sic) se Deus *quizer* (sic) e ele quer”.

Na carta 2, sobressai o desejo de zerar o crime, de uma reintegração perfeita com a sociedade, após sair da prisão. A recorrência aos sentidos dominantes de família e trabalho pode ser percebida nos seguintes recortes: “é triste viver *lonje* (sic) das pessoas que amamos”; “dar educação para meus filhos e *guiar eles* (sic) pelo caminho do bem”; “tenho uma família maravilhosa lá fora que me espera e não quero nunca mais *envergonha eles* (sic)”; “estou *amaziada* (sic) *a* (sic) 20 anos”; “hoje meus pensamentos são os melhores, sair, arrumar um serviço, *ergue* (sic) a cabeça”; “ter minhas filhas de volta e fazer para elas tudo o que estiver no meu alcance *paque* (sic) um dia elas *possa* (sic) se orgulhar de mim” e, finalmente, “só me resta a liberdade para provar para muitos que mudei e vou ser feliz perto da minha família”.

Com esses recortes, o sujeito encara como naturais e evidentes os sentidos produzidos pela ideologia dominante, como o de que é vergonhoso ser detenta e de que o caminho do bem, representado pela proximidade com a educação e pela distância da criminalidade, deve ser aceito. Ao replicar esses sentidos, desfilando-se da formação discursiva do crime e filiando-se a outras formações discursivas, a dos aparelhos ideológicos de Estado, o sujeito espera se convencer, mais facilmente, de que realmente mudará seu comportamento assim que sair do presídio. Essa pretensão de reintegrar-se perfeitamente com a sociedade é referendada, instituída de forma inquestionável, pela figura de Deus. Nos recortes: “e tenho fé em Deus que vou *supera* (sic) tudo isto e fazer vida nova” e “meu marido é trabalhador graças a deus”, isso pode ser notado. Por outro lado, a escrita revela a total adesão do modelo de família, a partir do conceito de maternidade enquanto central à mulher-mãe.

De acordo com a teoria de Pêcheux (1995), permite-se dizer que os sujeitos são capturados pela ideologia dominante. Ao entrarem para o crime, os sujeitos romperam com sentidos aceitos socialmente, desviando-se de comportamentos legitimados como corretos. Diante disso, a função da prisão é fazê-los retornar ao lugar tido como óbvio pela ideologia dominante.

Já Foucault (1999) explica essa questão a partir do exercício do poder por meio de um saber. Nesse caso, a dominação é possível quando se evoca o conjunto Deus, família e trabalho – além do modelo de mulher-mãe-esposa. Fazer com que os sujeitos-detentos falem sobre esse conjunto, difundam-no e espalhem-no é função do sistema prisional, para que o controle sobre os discursos se consolide. Assim, para Foucault é a produção de palavras e atos (representados pelas cartas), a partir de um saber circulante (que o recomeço é possível por meio da família, do trabalho e de Deus) que garante a ramificação e consolidação do poder (sistema prisional e educação informal ou para o trabalho), produzindo indivíduos dóceis e úteis ao sistema (detentos e ex-detentos).

Essa estratégia discursiva continua perpassando os relatos. Na carta 3, ao falar da prisão, o sujeito também silencia o crime cometido. O sujeito identifica o delito apenas com um número, referente ao artigo do Código Penal no qual foi condenado, conforme a formulação: “Me encontro em cárcere privado, aproximadamente no artigo 157”. A expressão “cárcere privado” é usada para amenizar a situação em que se encontra, ou seja, pelo efeito ideológico, apaga termos como prisão, presídio, sistema penitenciário, detenção, produzindo um efeito de abrandamento em relação ao lugar e à condição em que o sujeito se encontra.

Em outro trecho, o sujeito escreve: “Procurei ser independente da pior forma possível”. Construído dessa forma, o enunciado apaga as pistas sobre o crime cometido, o que para o sujeito é possível dizer de si, anotando algo sobre seu desejo de independência – algo que é desejável e aceito socialmente –, mas ressaltando que foi “da pior forma possível”, o que silencia o crime, como foi visto em Orlandi (1992), o delito, a infração.

O dizer sobre o crime é impossível para esse sujeito, considerando a formação discursiva em que está inserido, a qual é resultado das formações ideológicas provenientes das classes dominantes e seus aparelhos ideológicos. Como nas formações discursivas os sentidos são naturalizados, mas estão em errância o tempo todo, o sujeito, ao migrar de uma para outra – do crime para Deus-Família-Trabalho –, acredita ser possível promover o apagamento de um passado ligado ao crime. O “pagamento”, por meio da submissão ao controle da prisão, representaria o “apagamento” dos delitos. Na religião, seria o perdão de Deus; na família, a adesão à maternidade; no trabalho, a busca pelo emprego.

Na carta 5, o sujeito até inicia uma tentativa de expor o que acontece no interior da prisão, do desconforto de estar preso, mas só inicia. Ao perceber que aquilo que está enunciando pode representar a entrada em um terreno perigoso diante dos tentáculos de poder do sistema prisional, que impõe certos sentidos

em detrimento de outros e submete seus moradores a um jogo ideológico próprio, o sujeito recorre a Deus como um salvador, que vai livrá-lo desse desconforto e desse sofrimento.

No recorte destacado a seguir, o sujeito começa dizendo que a prisão é um lugar triste, mas, logo em seguida, rompe com esses sentidos e recorre, imediatamente, à figura de Deus: “[...] tudo o que eu mais queria nesse momento era não ver ninguém das minhas companheiras nesse sofrimento. Aqui a gente sabe qual é o dia a dia de cada uma nesse lugar triste. O que me *feiz* (sic) mais bem nesse lugar foi também que eu aprendi a me apegar a Deus, porque eu não dava valor *mais* (sic) hoje eu tenho só de agradecer por tudo que Deus está fazendo na minha vida. Cada amanhecer, cada anoitecer. E agradecer a Deus pois o tempo que fiquei *preza* (sic) nunca arrumei *eni mizade* (sic)”.

Nota-se que o sujeito rompe abruptamente com os sentidos de sofrimento para inscrever sua escrita no discurso religioso, ou seja, retorna ao que seria, imaginariamente, um dizer aceito no âmbito sócio-histórico, repetindo efeitos de agradecimento. O que poderia ser uma revolta anteriormente, quando ele começa a falar sobre o desconforto da prisão, vira resignação, aceitação, um sinônimo de “amém”. Chega ao ponto de comparar a cela onde vive com as outras presas, espaço que costuma ser apertado e desconfortável, a uma família em que reina a harmonia. Aliás, no recorte em que o sujeito faz referência a isso, aparece o termo “moro”, do verbo morar: “a *sera* (sic) que eu moro consideramos uma família”.

Por outro lado, demonstra também o quanto a resistência pode ser realizada de dentro do discurso dominante, ou seja, os termos família, irmã e, por vezes, mãe são apreendidos do modelo cristão-burguês e reinventados com sentidos próprios ao mundo das pessoas em conflito com a lei.

Logo abaixo, há uma nova tentativa de dizer sobre os problemas da prisão – “esse lugar (sic) eu sentir muita falta das pessoas que eu amo, porque esse tempo perdido que estou passando aqui não volta +, então na hora em que eu ganhar a minha tão sonhada liberdade eu quero *da* (sic) todo o amor para a minha filha e fazer ela a filha + feliz do mundo” –, mas, novamente, traz ao texto sentidos de aceitação e agradecimento: “E agradecer todos *voceis* (sic) da direção da penitenciária, não tenho nada a reclamar de *nem um* de *voceis* (sic). Só tenho agradecer. Fiquem com Deus, que estou com ele”.

Na carta 9, o sujeito diz estar arrependido e procura mostrar-se dessa forma durante todo o texto, apresentando-se, de acordo com Foucault (2002), como dócil e útil, e dizendo que, a partir do momento em que for libertado, não mais causará, por meio do crime, problemas à sociedade.

Toda a carta demonstra, também sob o olhar de Pêcheux (1995), a constituição desse sujeito dentro de uma ideologia dominante. Mesmo enfrentando um dia a dia complicado, com o pai alcoólatra e violento, o sujeito relata que nunca faltou nada em casa e que sempre teve tudo o que era importante para sua sobrevivência. Esse dizer é típico da ideologia capitalista amalgamada com o cristianismo ocidental, em que o “ter tudo” representa estar cercado de valores materiais e que o macho cumpriu o papel de provedor.

Nota-se que esse sujeito não considera características como a harmonia familiar, o respeito e o carinho entre os habitantes de uma mesma casa como fatores indispensáveis à vida e à constituição do lar. Uma mostra disso é que o sujeito afirma não entender muito bem as próprias atitudes, já que vivia em boas condições financeiras. A partir dessa concepção, só entra no crime quem atravessa condições financeiras desfavoráveis; só os pobres podem ser criminosos. Outros fatores são desconsiderados. O conforto e os bens de consumo já seriam, em tese, suficientes para evitar comportamentos que transgredissem os valores sociais, o que o inscreve na ideologia do capital patriarcal, uma vez que se naturaliza a violência do macho provedor, tornando-o inquestionável face à submissão feminina.

Isso pode ser observado no seguinte recorte: “[...] sou de 1 família de *clase* (sic) média, meus pais sempre *dedicou* (sic) a vida deles a mim e aos meus 4 irmãos, a *rasão* (sic) pela qual eu entrei para esta vida é sem 1 sentido e sem 1 porquê, dentro da casa de meus pais eu sempre tive de tudo e nunca faltou nada nem para mim e nem para meus irmãos”. Como sua entrada e a dos irmãos no crime foge, portanto, à questão da posse material, fica difícil, para esse sujeito, achar uma explicação para o que considera um comportamento transgressor.

O PRESÍDIO COMO ESCOLA

Se nas cartas escritas dentro da Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto foi possível perceber a mudança/adaptação de formação discursiva provocada pela inserção no processo educativo reprodutivista do sistema prisional, nos relatos de fora da prisão, de sujeitos discursivos que se colocam na condição de ex-detentas – passaram um período no cárcere, mas ganharam a liberdade –, há o esforço de classificar o presídio como escola, reforçando sentidos da ideologia dominante, de que o portador do saber e da verdade é o representante do sistema. Nesse contexto, os coordenadores do Programa Liberdade Consciente se comparam à figura do professor, que impõe determinado conhecimento que precisa ser assimilado, não

posto em diálogo, não questionado, mas aceito como o único caminho possível, a ser aceito e reproduzido, a verdade.

Na carta 14, destaca-se a forma como o presídio é apresentado. De acordo com o sujeito, existem dois lados dentro da penitenciária: o do bem e o do mal. Entretanto, apenas o do bem é valorizado e caracterizado. O do mal é apenas citado, sem detalhamento. Assim, conhece-se mais do “céu” do que do “inferno”, que deve ser negado, uma vez que é ocupado apenas pelos resistentes meliantes. Esses fatores podem ser facilmente observados quando o sujeito diz sobre as pessoas de quem ele tem saudades, identificando-as como se fizessem parte de uma trupe do bem.

Esta carta apresenta o sistema prisional como educador: “porque é de pessoas como vocês que o sistema precisa, porque vocês *exerce* (sic) o lado humano de vocês, e nos trata como tais”; “não *sai* revoltada, porque tanto aí quanto em Pradópolis encontrei funcionários de bons corações, até as escoltas, que todos reclamam, eu fiz feliz” e “felicidades a vocês, até qualquer hora, para trocarmos ideias, do lado de fora é claro, se ‘Deus’ *quizer* (sic)”.

Um desses funcionários, citados no texto, é a professora formal, que representa o aprendizado proporcionado pelo presídio. “Sabe, a professora [...] me dizia que não me dava parabéns, porque eu não escrevia em cima da linha, nunca uma professora tinha notado isso, e eu disse para ela, e ela achou graça, e me dizia que tinha sido falha das professoras”. Por essa observação, é possível extrair que, se a escola aqui fora falhou, a do presídio não, já que foi decisiva na correção dos erros desse sujeito.

Essa forma de dizer remete ao conceito de *panoptismo*, abordado por Foucault, em que o presídio é visto como um sistema que educa, por meio da observação constante dos encarcerados e da organização dos corpos no espaço da prisão. Em *Vigiar e punir* (2002), Foucault traça todo um histórico das maneiras usadas para aplicar o castigo nos prisioneiros, demonstrando como os antigos métodos de tortura foram, aos poucos, substituídos por vigilância, entendida como uma forma de aplicar a pena que faz o sentenciado se dobrar às exigências do poder mais facilmente, já que o *panóptico* funciona como um controle constante. A observação inflexível permite um maior controle das ações de cada sentenciado e, conseqüentemente, do acesso deles às práticas discursivas.

Neste, não foi por acaso que as cartas foram implementadas no sistema carcerário, uma vez que atingia o controle da subjetividade a ponto de poder produzir provas do “acerto” ou do “erro”. Todavia, a reprodução por escrito do “acerto” pode escamotear formas sutis de resistência.

Por isso, nas tentativas de dizer sobre os problemas do presídio, o sujeito dessa carta ameniza, como ao se referir ao “cadeião”, que pode parecer um termo pejorativo, mas vem acompanhado de “risos”, o que parece representar, portanto, um discurso interiorizado pelos participantes do sistema e que se pretende oculto aos de fora. A outra tentativa está no final do texto: “esses lugares, onde a maldade está presente sem fim”. Não há, no entanto, uma continuação. O texto termina neste ponto, e fica-se sem saber quais são as tais maldades ou quais são os lugares em que a maldade está presente, posto que fazem parte do “inferno”. Como o termo “lugares” está no plural, poderia indicar mais de um lugar ou outros lugares, como o próprio ambiente externo ao cárcere, e não exclusivamente a prisão.

Esse sujeito, então, silencia o lado crítico do presídio. Há um abafamento. Uma mostra disso é que, apesar de pintar o sistema como educador, bom, recuperador, ele não quer voltar para lá: “para trocarmos idéias, do lado de fora é claro”. Mais um indício que pode ser destacado é que, mesmo passando por um sistema que, segundo o sujeito, teria sido benéfico, não houve uma recuperação plena: “e que um dia serei uma pessoa renovada”. O verbo no futuro – “serei” – indica que essa condição não se realiza no presente. O sujeito (ainda) não é uma pessoa renovada, apesar de o texto tentar passar uma imagem contrária às coordenadoras/sensoras do Programa Liberdade Consciente. Os olhos do poder exercido pelo sistema prisional sobre o relato impedem certos dizeres de denúncia e crítica e impõem, fortemente, aquilo que se pode e se deve dizer.

Na carta 17, o presídio é comparado, mais uma vez, a uma escola. Há um apagamento absoluto de qualquer assunto que possa comprometer o sistema, o que é demonstrado quando a autora escreve: “E das minhas piores horas eu pude aprender somente coisas boas”. Novamente, nessa carta, pode ser retomado o conceito de *panoptismo*, abordado por Foucault (2002), que remete o interlocutor a um sistema que educa, exerce controles internos, confere subjetividade e não mais reprime o crime com violência, com o suplício do condenado, embora isso não pareça estar totalmente eliminado. Todavia, o projeto em análise prioriza o controle das ideias com base no controle do espaço, em detrimento da violência física.

Esse sujeito deposita, também, grande energia em replicar sentidos de agradecimento. Além de fazer referência aos funcionários da penitenciária na primeira parte do texto, ele ainda dedica praticamente a metade final da carta só para essa finalidade. E, antes de arrematar com o desejo de que Deus os ilumine, procura exaltar seus atributos: “Obrigada por serem tão profissionais e tão humanas ao mesmo tempo”, como se uma coisa não fosse possível sem a outra. Aqui, o sujeito

deixa transparecer que as funções do presídio poderiam não parecer tão humanas anteriormente, quando ainda não as conhecia, mas os funcionários demonstraram o contrário, ou seja, o controle físico da prisão não é inexistente, mas substituído por outro controle.

Portanto, não existe nada nessa carta que possa romper com esses sentidos. Esse sujeito faz prevalecer apenas aqueles ligados à satisfação por estar livre e ter convivido com pessoas com as quais considera que aprendeu muito. Parece que, depois de ter enfrentado o inferno do crime, esse sujeito entrou no paraíso pela porta da prisão, o que demonstraria, segundo Foucault (2002), a eficiência do panóptico.

Já na carta 18, uma característica a ser observada é que o sujeito abre uma polissemia para o termo “liberdade”. Primeiramente, a liberdade é vista como a saída da prisão. E, em um segundo momento, como um livrar-se das lembranças amargas do período em que morava no presídio. Esse sujeito demonstra que, mesmo que a primeira liberdade tenha chegado, a segunda ainda não se firmou. As recordações do passado e os sofrimentos pelos quais passou ainda o torturam, o que faz com que ainda esse sujeito esteja “preso” a elas, mesmo gozando de uma liberdade física. Isso demonstra que esse sujeito põe em confronto duas formações discursivas: uma proveniente da ideologia dominante, que possibilita ao sujeito acreditar que a felicidade chega apenas com o fato de ter saído da prisão, e outra que questiona essa teoria, que percebe que a ideologia dominante promove exclusões.

Esse segundo sentido de liberdade, porém, ainda fica abafado no dizer desse sujeito. Ainda não é possível falar amplamente sobre ele. É mais fácil replicar sentidos da ideologia dominante, por ora, do que seguir pelo caminho mais doloroso de tentar romper com eles. Percebe-se, portanto, que, ao se referir ao seu sofrimento, o sujeito não o liga às condições internas do presídio, mas ao fato de ter se separado da família: “*Foram* (sic) muito o sofrimento que eu passei aí dentro. Principalmente a falta que a família faz, ficar longe do filho então é quase insuportável”.

É por meio do desligamento do mundo que esse sujeito discursiviza o sofrimento, e não por meio da ligação ao poder e ao controle, que caracterizam o sistema prisional. Pelo contrário, a prisão é vista como uma experiência positiva, que possibilita o aprendizado. O enunciado a seguir indica um sujeito que não demonstra vergonha por ter passado pela condição de detento: “Não tenho vergonha ou receio de expor minha vida nesse período de sofrimento, afinal, faz parte da minha vida e que sirva de lição também para outras pessoas, apesar de que às vezes só aprendemos com o erro”.

Nessa carta, não há a preocupação de silenciar o passado. Esse percurso discursivo, no entanto, tem um preço. Ao assumir sua condição, o sujeito enfrenta uma dificuldade maior em ter de encarar a sociedade, com seus sentidos pré-construídos, seus mecanismos ideológicos que enxergam no ex-detento alguém que rompeu com os comportamentos aceitos como legítimos e corretos, ou seja, uma sociedade que acaba também trazendo sofrimento, porque fecha o ex-detento atrás das grades do preconceito: “Muitos ficam felizes quando um reeducando ganha sua liberdade e volta para a sociedade, outros, nem tanto, nesse meio tempo para cá passei por muitas aprovações, preconceito e desconfiança das pessoas nos lugares em que chego, curiosidades de muitos, ou seja, das especulações de como é o cotidiano em uma penitenciária ou em uma cadeia”.

Interessante notar que, quando diz sobre essas relações, o sujeito usa o termo “reeducando”, para se referir a si próprio, o que provoca um efeito de abrandamento, fortalece a luta para ser aceito na vida em sociedade e remete, mais uma vez, à prisão com uma ideia de um sistema educador. Essa nomenclatura, “reeducando”, pode, na visão desse sujeito, contribuir positivamente para reduzir os julgamentos sobre as condutas de pessoas que acabaram de sair da prisão em comparação com termos como “ex-detento” ou “ex-presidiário”. O sentido que ele tenta produzir com “reeducando” é o de alguém que está tentando, a partir do momento em que foi preso, readaptar-se às posturas consagradas pela sociedade em suas veias discursivas reprodutivistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguindo a proposta de analisar cartas de detentas e ex-detentas a partir da linha francesa de Análise do Discurso, considerando o objetivo de observar, por meio de dezoito relatos escritos durante a vigência do Programa Liberdade Consciente, na Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto, como funciona o processo educativo na prisão para garantir a circulação de determinados saberes em detrimento de outros, além de como as detentas reconhecem o padrão social de controle e se elas o reproduzem ou a ele resistem, é necessário lembrar que os interlocutores das cartas, nesse caso específico, são as coordenadoras do sistema prisional, representantes do Estado, o que condiciona os dizeres.

Se tais cartas fossem direcionadas a familiares, amigos ou representantes do crime, os movimentos discursivos tenderiam a resultar em textos diferentes, com outros dizeres possíveis. Segundo Orlandi e Rodrigues (2005), o dizer de um sujeito sempre se sustenta em outros dizeres, visando, também, produzir efeitos em seu

interlocutor. Os dizeres, portanto, variam dependendo da relação de poder que o interlocutor mantém com o sujeito, o lugar social de quem diz e de quem ouve.

A autora explica que esse processo ocorre porque o sujeito constrói uma imagem do outro e de como o enunciado será recebido e entendido pelo interlocutor. Ela afirma que os sujeitos antecipam, ao enunciar, a possível reação ou compreensão do interlocutor. Com essa antecipação, também se esforçam para produzir determinada imagem no interlocutor, ou seja, fazer com que o interlocutor enxergue o sujeito conforme o sujeito deseja ser visto.

Com base nesses pressupostos e olhando para as cartas selecionadas para análise, é permitido afirmar que, como o interlocutor das cartas é representado pelo Estado, os sentidos que circulam nos relatos, em sua maioria, são os propagados pelo poder e pela ideologia do sistema. Não há espaço para o rompimento com os discursos estabelecidos, nem mesmo nas cartas escritas por ex-detentas, fora do presídio.

Os sujeitos procuram convencer seus interlocutores de que podem mudar de vida, de que podem se adequar às práticas aceitas como corretas pela sociedade, aos valores consolidados pelo sistema capitalista patriarcal. Assim, considerando a materialidade discursiva em questão – cartas escritas na Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto, entre 2004 e 2007, durante um programa de reintegração social –, reconhecem e reproduzem, em sua grande maioria, o padrão social de controle, ditado por uma instituição vista como educadora, a partir da vertente tradicional, no caso, o presídio, e difundida no âmbito da formação discursiva Deus-Família-Trabalho.

Não se pode esquecer, no entanto, que a adesão ao discurso dominante e sua reprodução podem fazer parte apenas de uma estratégia de convencimento para facilitar sua existência dentro da penitenciária e os trâmites para sua “liberdade”, o que demonstraria que o que parece resignação pode ser resistência; o que parece obediência pode ganhar sentidos de esperteza; o que parece aceitação pode ter contornos de dissimulação, inquietações que podem motivar novos estudos sobre o tema em meio à trama da reincidência criminal ou não, problemas que podem gerar uma ampla discussão, em uma perspectiva dialógica de ciência e educação. Haja controle discursivo!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal Editora, 2007.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FOUCAULT, Michel (Org.). *Foucault: a critical reader*. New York: Basil Blackwell, 1986.

———. *Microfísica do poder*. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

———. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 2002.

GUERRA, Vânia Maria Lescano. O legado de Michel Foucault: saber e verdade nas ciências humanas. In: NOLASCO, Edgar Cezar; GUERRA, Vânia Maria Lescano (Org.). *Discurso, alteridades e gênero*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2006.

ORLANDI, Eni. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.

———. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

ORLANDI, E. de L. P.; RODRIGUES, Suzy Lagazzi (Org.). *Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade*. 1. ed. Campinas: Pontes, 2005. v. III.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et. al. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

Recebido para publicação em 13/08/2013. Aceito para publicação em 12/02/2014.

UM MAPEAMENTO DAS APROXIMAÇÕES ENTRE WEBER E NIETZSCHE

A MAPPING OF SIMILARITIES BETWEEN WEBER AND NIETZSCHE

Leandro dos Santos^a

Resumo Este artigo tem por objetivo um levantamento dos principais tópicos de aproximação entre a Sociologia de Max Weber (1864-1920) e a Filosofia de Friedrich W. Nietzsche (1844-1900). Para tanto, sublinharam-se os pontos mais expressivos e correntemente observados na literatura acerca das aproximações entre Weber e Nietzsche. Nesse sentido, os traços de maior afinidade foram encontrados nos seguintes temas: poder, conhecimento, modernidade e ética.

Palavras-chave Max Weber; F. Nietzsche; Sociologia alemã.

Abstract *This article aims to survey the main points of contact between the Sociology of Max Weber (1864-1920) and the Philosophy of Friedrich W. Nietzsche (1844-1900). Therefore, we emphasize the most expressive and commonly observed points in the literature dealing with the similarities between Weber and Nietzsche. In this sense, the traits that show higher affinity were found in the following topics: power, knowledge, ethics, and modernity.*

Keywords *Max Weber; F. Nietzsche; German Sociology.*

A ideia de um mapeamento das aproximações entre Weber e Nietzsche tem por objetivo realizar um levantamento dos tópicos de maior relevância no que se refere a essa articulação. Para tanto, realizar-se-á um esforço de apresentação que sintetiza o estado da arte no campo de comentadores especializados na discussão sobre a afinidade entre os dois autores alemães. Com isso, espera-se contribuir com um delineamento amplo e conciso dos temas fundamentais presentes na reflexão sobre as afinidades temáticas entre Weber e Nietzsche.

a Mestre em Sociologia Política e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política – UFSC.

No que segue, começar-se-á por uma introdução, em que se apresentam sumariamente a recepção weberiana do pensamento de Nietzsche e um panorama sobre o campo da literatura dos comentadores que exploraram a relação entre os dois autores. Na sequência, agrupam-se os tópicos de maior relevância e recorrência no que se refere às ligações entre Weber e Nietzsche, traçadas a partir de uma pesquisa sobre essa literatura especializada. Como resultado, foi possível destacar quatro grandes temas de aproximação: a) a questão do poder; b) considerações epistemológicas; c) apreensão da modernidade; e d) postura ética ou posicionamento diante do mundo.

No decurso desta pesquisa bibliográfica, observou-se que o elo fundamental que liga o pensamento de Weber ao encontro da Filosofia nietzschiana é a questão dos valores culturais. Aqui se articulam todos os quatro eixos estruturantes expostos. É a questão dos valores que fará com que Weber reflita sobre os conflitos e as divergências no seio da vida social, construa sua metodologia e o alcance do conhecimento científico e, por fim, formule o diagnóstico do “desencantamento do mundo” e a resposta individual a este mundo moderno.

INTRODUÇÃO

Uma estimativa sobre a consideração pessoal de Weber em relação à relevância do pensamento nietzschiano no ambiente intelectual de seu tempo pode ser avaliada em um de seus comentários, poucas semanas antes de sua morte. Em fevereiro de 1920, Weber assim se referiu ao peso das contribuições de Nietzsche, bem como de Marx:

A honestidade de um intelectual atual, sobretudo de um filósofo atual, pode ser medida por sua atitude com respeito a Nietzsche e Marx. Quem quer que não admita que partes consideráveis de seu próprio trabalho não poderiam ter sido realizadas sem o trabalho desses dois apenas engana a si mesmo e aos outros. O mundo que espiritualmente e intelectualmente vivenciamos hoje é um mundo substancialmente modelado por Nietzsche e Marx (HENNIS, 1986, p. 181).

Do exposto, ainda que a título indicativo, percebe-se a considerável importância que Weber conferia ao pensamento de Nietzsche, bem como ao de Marx. É de se esperar que, diante de uma declaração dessa envergadura, o próprio Weber tenha considerado, ao menos relativamente, seu trabalho à luz das considerações de Nietzsche e Marx. De fato, a vida intelectual alemã, no período em que Weber

se situa, em função de suas convicções, era fortemente influenciada por Marx e Nietzsche. Na evolução de sua obra, Weber procurou fazer frente à concepção unilateral da história presente na tese materialista quanto aos condicionamentos econômicos dos processos sociais, de modo que o debate travado com Marx ou com o marxismo é facilmente observável. Já a relação com o pensamento nietzschiano se torna uma “presa esquiva” ao leitor que queira demarcar tal aproximação, ainda mais prejudicada por uma imagem posteriormente atribuída a Weber enquanto homem puro e inteiramente dedicado à ciência, democrata e liberal (FLEISCHMANN, 1977).

Em lugar de um condicionamento unilateral dos fenômenos históricos, Weber concluiu por um condicionamento recíproco entre os fatores econômicos e culturais. E é justamente nessa dimensão da cultura que está a chave para entender a presença da filosofia de Nietzsche em sua obra e, mais especialmente, de seus últimos trabalhos. Aqui assume importância a questão dos valores morais, da carga idiossincrática e contingente de tais valores, o que faz desaguar no caráter plural e agonístico da cultura na trama das relações sociais.

Nessa época, que transcorre nos fins do século 19, a influência de Nietzsche no campo intelectual alemão já era acentuada, e os sociólogos que provinham quase todos da Filosofia o haviam descoberto muito cedo. A recepção weberiana e a imagem que o sociólogo construiu acerca do pensamento de Nietzsche se devem muito à interlocução com dois de seus contemporâneos e amigos pessoais, Ernst Troeltsch e Georg Simmel.

Para Troeltsch, foi Nietzsche quem primeiro se insurgiu de maneira bem-sucedida contra a concepção dos valores metafísicos, morais ou religiosos, enquanto entidades absolutas e esvaziadas do conteúdo humano, demasiadamente humano. Nietzsche abriu caminho para uma compreensão mais empírica e sociológica dos valores culturais, enraizando-os no contexto humano da criatividade, força e ação. Aos olhos de Troeltsch, “foi mérito incontestável de Nietzsche ter transformado a teoria da vontade de Shopenhauer em uma teoria que torna compreensíveis os fenômenos sociais a partir do indivíduo forte” (FLEISCHMANN, 1977, p. 170).

A relação entre Simmel e Weber, de amplo reconhecimento, é também determinante na leitura weberiana de Nietzsche. A esse respeito, é testemunho marcante o exemplar com anotações de Weber às margens do livro *Shopenhauer e Nietzsche* (1907), escrito por Simmel. Nessa escrita, a Filosofia de Nietzsche se apresenta como uma revolução no campo da moral, assentada em uma rejeição dos princípios de altruísmo, piedade e de qualquer sombra valorativa em que possa se abrigar “confortavelmente” o espírito ou o comportamento mediano da

massa. Qualquer indício da moral utilitária ou de rebanho é visto como sintoma de decadência, uma vez que exalta a mediocridade – aqui a dignidade do gênero humano reside na força das realizações individuais, no exercício de impor seus próprios valores. Mais uma vez, retoma-se a ideia de que o pensamento nietzschiano forneceria a chave para compreender de forma concreta a formação dos valores culturais, o que remete às personalidades fortes, na imposição da vontade de poder, e às estruturas de dominação na sociedade.

Em suma, na leitura da filosofia nietzschiana que gravita em torno das figuras mais caras a Weber, Simmel e Troeltsch, os termos como indivíduo, força, ação e valores são bastante destacáveis e demonstram a linha interpretativa e, além disso, operativa com que Weber incorpora em seu próprio pensamento. Essa captura de uma espécie de “nietzscheísmo político” difere, portanto, de um “nietzscheísmo poético” presente no movimento literário encabeçado por Stefan George (FLEISCHMANN, 1977). A questão nuclear dessa leitura mais dura de Nietzsche era a concepção dos valores culturais enquanto manifestações concretas do poder e circunscritas à arbitrariedade própria que se inscreve nas individualidades históricas.

Na obra de Weber é possível verificar passagens textuais que, de maneira mais ou menos explícita, apontam para o pensamento nietzschiano – que a seguir apenas pontua-se com dois exemplos. Ainda que sejam raras as referências a qualquer que seja o autor nos textos weberianos, pode-se demonstrar, por exemplo, menção direta a Nietzsche, em *Introdução à ética econômica das religiões mundiais*, escrita em 1913. Aqui o sociólogo observa que uma “determinação de classe, bastante geral e abstrata, da ética religiosa poderá ser deduzida da teoria do ‘ressentimento’, conhecida desde o brilhante ensaio de Friedrich Nietzsche” (WEBER, 1982, p. 313).

Em outras passagens, a recepção da obra nietzschiana se apresenta de forma mais latente, com a utilização de expressões, mas sem a referência direta ao autor. Como ilustração, aparece no fechamento de *Ética protestante*, originariamente escrita no período de 1904-1905, quando Weber escreve: “então, para os ‘últimos homens’ desse desenvolvimento cultural, bem poderiam tornar-se verdadeiras as palavras [...]”, trecho que se completa com o famoso registro das ameaças à condição humana no desenvolvimento do espírito capitalista: “especialistas sem espírito e gozadores sem coração” (WEBER, 2004, p. 166). Aqui a expressão “últimos homens” deriva de Nietzsche, que a utiliza, por exemplo, na crítica que faz à ideia de felicidade das modernas sociedades capitalistas.

No contexto da literatura de comentadores, não há uma extensa produção acerca das conexões e proximidades entre Weber e Nietzsche, sendo a contribuição

de alguns poucos textos de fundamental importância à introdução nesse debate. Nas últimas décadas, assistiu-se a um considerável aumento de estudos sobre o pensamento de Nietzsche. O desenvolvimento dessa literatura especializada sobre as relações entre Weber e Nietzsche no contexto internacional pode ser ilustrado, muito didaticamente, por meio de uma periodização. Para tanto, seguiu-se de perto o esquema descrito por Öelze (2000), em que se apresentam quatro etapas desse desenvolvimento.

Na primeira fase repousaria uma compreensão, ainda que velada, da recepção weberiana de Nietzsche, ou seja, haveria o entendimento dos traços nietzschianos em Weber, mas que não foi devidamente sistematizada em uma exposição pública nos trabalhos daquela geração. Nessa fase que se estenderia até 1933, figurariam autores como Karl Löwith, Siegfried Landshut e Thomas Mann.

A segunda fase, que se estenderia de 1959 a 1965, inauguraria a exposição claramente tematizada sobre a relação Weber e Nietzsche. Essa etapa é fundamentalmente balizada pelo texto seminal de Eugène Fleischmann, intitulado *De Weber a Nietzsche*, de 1964. Esse texto ainda se constitui como o trabalho que apresenta mais vastamente os tópicos de aproximação entre Weber e Nietzsche, referência indispensável no debate em questão.

Da terceira fase em diante, que se estende de 1982 a 1989, a questão sobre as relações entre Weber e Nietzsche adquiriria maior expressão em termos quantitativos. Destaca-se, nesse período, principalmente o livro *Max Webers Fragestellung* [A questão de Max Weber], de Wilhelm Hennis, também destacada referência nesse campo, onde consta mais especificamente o capítulo intitulado “Die Spuren Nietzsche im Werk Max Webers” [“Os traços de Nietzsche no trabalho de Max Weber”]. Outras expressões desse período seriam duas obras de Robert Eden, *Bad conscience for a Nietzschean age: Weber’s calling for science* [Má consciência de uma era nietzschiana: o chamado de Weber à ciência], de 1983, e *Political leadership and nihilism: a study of Weber and Nietzsche* [Liderança política e niilismo: um estudo de Weber e Nietzsche], de 1984.

Gabriel Cohn, situando-se no intervalo entre a segunda e a terceira fase, inaugura a discussão sobre o assunto no Brasil, apresentando, no livro *Crítica e resignação*, de 1979, o capítulo “Weber, Nietzsche e a crítica dos valores”. A partir da década de 1980, adentrar-se-ia, conforme sugestão de Öelze, na quarta etapa dos estudos sobre as relações entre Weber e Nietzsche, fase essa em que se elabora uma análise mais aprofundada sobre temas específicos de aproximação.

Uma nota importante surge da constatação de que, desde a terceira fase no desenvolvimento da literatura de comentadores, a questão da influência nietzs-

chiana sobre Weber tornou-se marginal, não constituindo uma preocupação dos estudos mais recentes. Desde então, uma abordagem comparativa entre os dois autores alemães é o que mais marcadamente caracteriza os trabalhos de análise. Aliás, sobre isso, é possível identificar algumas diferenças no posicionamento dos comentadores acerca das relações entre Weber e Nietzsche.

A QUESTÃO DO PODER NA VIDA SOCIAL

Em seu artigo *De Weber a Nietzsche*, Fleischmann esforça-se em delinear os traços nietzscheanos presentes na obra de Weber. Com esse trabalho de inaugural sistematização sobre as relações entre Weber e Nietzsche, o autor praticamente alicerça os fundamentos da literatura e os debates posteriores em torno das proximidades entre os dois intelectuais alemães. Como enfatiza, “Weber é também um dos sociólogos que não hesitaram em trabalhar à luz das hipóteses nietzscheanas” (FLEISCHMANN, 1977, p. 178). Uma das clareiras iluminadas – entre outras – pelas hipóteses nietzschiadas e de grande impacto na obra weberiana se configura no desenvolvimento de um projeto de “Sociologia da dominação”. Na última fase da Sociologia geral de Weber, a questão do poder apresenta-se como um centro de gravidade. Segundo Fleischmann, Weber teria aceitado uma indicação de Nietzsche de que queria no “lugar da ‘Sociologia’, uma *doutrina das configurações de domínio*” (NIETZSCHE, 2008, p. 249). Nesse sentido, Weber teria dado execução ao plano, na medida em que buscava “apreender as relações de dominação que se escondem por trás da hierarquia de valores existente em uma sociedade dada” (NIETZSCHE, 2008, p. 181-182).

Fleischmann sustenta que a questão do poder se apresenta como chave de entendimento de algumas importantes seções da obra weberiana, notadamente encontradas na Sociologia da religião e da política. No que se refere aos estudos da religião, essa “não deixa de ser um dos domínios possíveis do exercício do poder do homem sobre o homem e que ela é, por conseguinte, [...] uma subseção da ‘grande’ Sociologia da dominação” (NIETZSCHE, 2008, p. 181).

Sobre o campo propriamente político, a questão do poder fica ainda mais evidente. Nessa dimensão, Weber introduz categorias do pensamento nietzschiado em torno do poder que, no filósofo, remetem para muito além das fronteiras do campo político. Como exemplo, citam-se a utilização dos conceitos de “vontade de poder” e a noção de um “novo homem” (o “além-do-homem” nietzschiado). A atenção weberiana pela política prática (a “pequena política”, nos termos nietzschiados) é notadamente uma das grandes marcas que diferenciam os pensadores.

A concepção weberiana da política, que também se estende à sua Sociologia geral, é essencialmente marcada pelos elementos de poder e dominação. Acerca de um discurso de Weber em Friburgo (1895), Fleischmann aponta como o pensamento weberiano se desenvolve em torno das ideias de poder e dominação. Nesse discurso, estariam afirmações tais como: a “vontade de poder e de dominação não é somente privilégio do estadista, ela também está no centro da vida econômica” e “toda a civilização nada mais é do que uma luta pela vida, onde os mais viáveis prevalecem e dominam” (FLEISCHMANN, 1977, p. 156).

Essa imagem do mundo como uma configuração de forças, embate de vontades, é um relevante ponto de contato entre Weber e Nietzsche. Como atesta Renarde Freire Nobre (2004, p. 35), a “afinidade pelo reconhecimento da cultura e da vida como campos de domínio e de luta é, sem dúvida, um ponto forte na relação entre Weber e Nietzsche”. Essa visão traz também em seu bojo o compartilhamento de dois pressupostos fundamentais: o caráter *perspectivista* e *agonístico* da cultura e da vida.

O caráter perspectivista consiste na “idéia de que as ações e vivências humanas possuem sentimentos múltiplos em cuja singularidade são irreduzíveis umas às outras, expressando finalidades últimas incondicionais ou irracionais” (NOBRE, 2003, p. 54). O perspectivismo no seio da vida social se expressa na forma de uma subjetividade última dos valores que motivam a ação humana e conferem sentido à existência. Esses valores como fins não seriam produtos de um processo inteiramente racional, mas expressões que respondem a motivações irracionais.

Diante de um universo social em que os valores culturais manifestam-se por meio de perspectivas, isto é, de escolhas subjetivas, impõe-se o segundo pressuposto compartilhado por ambos os autores: o caráter agonístico, entendido como o conflito entre as diferenças de vontade e perspectivas. Para que se faça valer determinados valores, torna-se necessário afirmá-los em um campo de disputa em que se encontram outras perspectivas de valores, outras vontades de poder que entram em cena para impor seus significados. Para ambos, o “curso de uma ação ou o fluxo de uma força só se efetiva sob tensão com outros cursos possíveis” (NOBRE, 2003, p. 57).

Dado que as perspectivas valorativas buscam por sua efetivação na dinâmica da vida social, estas só podem se estabelecer no decurso de relações de confrontação, de embate, uma vez que “tudo que se efetiva indis põem-se e luta” (NOBRE, 2003, p. 57). Diante de uma visão geral sobre o processo de construção de valores na dinâmica vida social, compartilhada por Weber e Nietzsche, é que se torna relevante uma atenção sistematicamente dirigida às relações de poder e conflito.

CONSIDERAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS

Entre os temas destacáveis na relação entre Weber e Nietzsche, não haveria exagero em dizer que a mais recorrentemente enfatizada na literatura especializada gira em torno das considerações de cunho epistemológico e dos procedimentos metodológicos.

Como visto anteriormente, Weber e Nietzsche compartilham o pressuposto de que os valores na vida social são questões de perspectiva, valorações específicas que entram em conflito na busca por sua efetivação na vida social ou mesmo na vida em geral. A fim de abarcar reflexivamente tal “pluralismo de valores”, torna-se necessário, para tanto, um método apropriado que dê conta da tarefa. Nessa direção é que se observa uma forte afinidade entre a elaboração weberiana dos “tipos ideais” com o “perspectivismo” nietzschiano. E, conforme expresso por Otávio Velho, essa proximidade não seria “de pouca importância, pois é por aí que ambos relativizam as totalidades e os cursos definidos da história” (VELHO, 1995, p. 89-90).

Na terceira dissertação da *Genealogia da moral*, Nietzsche apresenta a concepção perspectivista como um método de conhecimento da realidade: “Existe apenas uma visão perspectiva, apenas um ‘conhecer’ perspectivo; e quanto mais afetos permitirmos falar sobre uma coisa, quanto mais olhos, diferentes olhos, soubermos utilizar para essa coisa, tanto mais completo será nosso ‘conceito’ dela, nossa ‘objetividade’” (NIETZSCHE, 1998, p. 109). Na mesma direção, a construção dos tipos ideais em Weber corresponderia a um procedimento metodológico diante de um universo plural de ações e valores. Conforme entendimento de Nobre (2003, p. 55), a “tipificação” significaria “uma confirmação de que todo conhecimento parte de um ponto de vista particular”, e a “ideação”, “uma confirmação de que a objetividade (ou a pureza lógica) não é uma propriedade da realidade mas, sim, da representação teórica”.

Fleischmann observa, quanto aos tipos ideais, que essa elaboração metodológica se aproxima da filosofia dos valores de Nietzsche. A crítica nietzschiana dos valores aponta para a precariedade das pretensões de determinação da “verdade”, sejam quais forem: filosóficas, positivistas, religiosas ou morais. Segundo aponta Fleischmann, o elemento de contato entre a Filosofia weberiana da ciência com a crítica nietzschiana dos valores seria o elemento da arbitrariedade dos valores, isto é, de seu caráter perspectivista. Desse modo, indo ao encontro do questionamento sobre o caráter normativo e transcendente dos valores, Weber, “que jamais

teve ilusões sobre o caráter subjetivo, arbitrário, ‘demasiado humano’ dos valores, coloca-se visivelmente do lado de Nietzsche” (FLEISCHMANN, 1977, p. 144).

Ainda em torno dos valores, Otávio Velho faz ver também uma relação dos “tipos ideais” com a crítica nietzschiana da linguagem. Em ambos os casos, o que estaria em jogo seria o entendimento de que o mundo, o mundo mesmo, não se reduz às malhas da linguagem. O tipo ideal parece enquadrar-se na discussão de Nietzsche sobre a linguagem, na medida em que as considera como uma “utopia (não é ‘verdadeiro’), inevitável e extremado” (VELHO, 1995, p. 82).

Fleischmann sustenta que Weber teria mantido a compreensão de “que *tudo* o que podemos *conhecer* cientificamente a respeito da realidade humana são justamente essas sínteses históricas parciais construídas de acordo com as regras da causalidade em torno de um tipo ‘ideal’” (FLEISCHMANN, 1977, p. 144). Por um lado, a questão sobre a margem de parcialidade e precariedade contida nas possibilidades do conhecimento sobre a realidade aproxima a construção weberiana dos tipos ideais com a postura perspectivista de Nietzsche. Por outro, Weber, como cientista, ainda se importa com a questão da veracidade. Como sugere Cohn, em um primeiro momento, Weber compartilharia com Nietzsche a visão de que existem múltiplas histórias possíveis de serem interpretadas, “falar de uma história ou de outra é uma questão de ‘perspectiva’, de interpretação” (COHN, 1979, p. 107). No entanto, sustenta o comentador, Weber não se despede de uma busca pela veracidade, que somente é atingida e tornada válida por meio do método científico. Embora exista a possibilidade de múltiplas reconstruções histórias, já que assentadas a partir de uma perspectiva, Weber jamais chegaria “ao ponto de negar a idéia de que se possa alcançar uma verdade científica a respeito da história e da sociedade, ainda que particularizada” (COHN, 1979, p. 107).

Para que a construção dos tipos ideais seja um tipo de conhecimento válido, Weber procurou assentar tal construto *ideal* no domínio empírico dos acontecimentos históricos e segundo as regras da causalidade. Segundo Fleischmann (1977, p. 148), isso quer “dizer que o ‘tipo ideal’ continua pura ficção na medida em que não seja confrontado com o desenrolar real – isto é, causal – dos acontecimentos”.

Tal *verdade* poderia ser assegurada uma vez que a “exigência da análise causal *prende* o pesquisador às regras universalmente aceitas do método científico, e assegura o caráter também universal das suas conclusões” (COHN, 1979, p. 110). A procura em se sustentar a produção de uma *verdade* a partir da análise das causalidades históricas e da sua verificação empírica sinaliza um dos traços de afastamento de Weber em relação a Nietzsche. Nesse sentido, segundo Cohn, Weber não iria tão longe quanto Nietzsche na crítica do “substancialismo” do

conhecimento, ou seja, das pretensões de se atingir pelo intelecto “verdades essenciais”. Ainda que a operacionalização dos tipos ideais compartilhe os traços com a epistemologia perspectivista de Nietzsche, a necessidade de evidências empíricas e conexões causais faria Weber, nesse quesito, afastar-se da posição nietzschiana. Dessa maneira, Weber estaria como que se movendo “exatamente dentro do universo que Nietzsche está procurando aniquilar pela crítica imanente” (COHN, 1979, p. 107).

Sobre isso, Otávio Velho oferece uma interpretação que reconduz a tentativa weberiana de fundamentar a legitimidade do conhecimento científico na senda da Filosofia nietzschiana. Segundo esse comentador, a operacionalização do método weberiano retornaria a relacionar-se com a perspectiva filosófica de Nietzsche por meio do caráter *utilitário* dos valores e das verdades, isto é, pelas vias do “pragmatismo” que habita a Filosofia nietzschiana. Nesse caso, os conceitos e as regras da causalidade, embora se constituam como “*aparentes verdades*”, guardariam, ainda assim – e nisso reside seu valor –, a necessária utilidade para a manutenção da vida humana. Essa interpretação reenfatiza o aspecto operacional dos tipos ideais, isto é, instrumento para um tipo de conhecimento possível da realidade. Para Velho (1995, p. 83), trata-se de, “reconhecida a verdadeira natureza dos conceitos, utilizá-los como instrumento”.

APREENSÃO DA MODERNIDADE

Conforme assevera Otávio Velho (1995, p. 99), a “questão do Ocidente e sua especificidade” é o assunto central que transpassa toda a produção weberiana. Como bem observa o comentador, essa mesma questão é o núcleo em que gravita o conjunto das reflexões nietzschianas, o cerne mesmo de suas preocupações materializadas na vasta produção.

Desde seus primeiros escritos, portanto, já em *O nascimento da tragédia* (1871), encontra-se a problemática sobre a especificidade do Ocidente e os *frutos maduros* de um processo de civilização que caracterizam a época moderna. Para Nietzsche, a problemática fundamental gravita sobre as disposições diante da vida contidas na “*sabedoria teórica ou racional*”, representada pela figura de Sócrates como fundador dessa mentalidade. A característica específica desta “sabedoria racional”, duramente e constantemente martelada por Nietzsche, está em sua posição de rejeição da vida, uma hostilidade para tudo aquilo que é natural.

No que se refere à proximidade de Weber e Nietzsche em torno da questão da racionalidade ocidental, assevera Velho (1995, p. 99) que estaríamos “em posição

privilegiada para avaliar a complexidade, não só epistemológica e metodológica, mas, também, substantiva e filosófica, da comparação entre os dois, a qual incorpora e ultrapassa a esfera da influência”.

As questões relacionadas ao desenvolvimento do processo de racionalização no Ocidente aparecem tipificadas em Weber na forma do “desencantamento do mundo” e da perda do sentido da vida, experiências que caracterizariam o ambiente *espiritual* do mundo moderno. Na percepção dessa trajetória histórica do Ocidente que culmina com o advento do racionalismo ocidental moderno, Weber e Nietzsche aparentam-se. As características do “mundo desencantado” e racionalizado apresentado por Weber aproximam-se essencialmente das ideias nietzschianas sobre a “morte de Deus” e “niilismo”, isto é, o processo de “desvalorização dos valores supremos”. Exposições acerca de uma perda do sentido do mundo e dos valores supremos são compartilhadas por ambos os autores e estariam relacionadas com a escalada de um racionalismo tipicamente ocidental (europeu), cujo ápice projeta-se à modernidade.

Em Nietzsche, o alegórico anúncio da “morte de Deus” se apresenta como um signo para o estado do “niilismo”. Por conseguinte, a época moderna vivenciaria a condição de perda do sentido da vida conferida pela força daqueles valores esfacelados. A experiência do “niilismo” figura no pensamento nietzschiano como a característica fundamental da atmosfera *espiritual* (moral-cultural) em que respira o mundo moderno.

Em Weber, a interpretação do esvaziamento de sentido do mundo experimentada na modernidade é emblematicamente demonstrada nos termos do “desencantamento do mundo”. Nesse sentido, Weber teria recolocado o “problema da ‘perda de sentido’ e da ‘morte de Deus’ fundamentalmente pela idéia de desencantamento do mundo” (NOBRE, 2003, p. 60). Segundo definição de Nobre, o *desencantamento* descrito por Weber designaria um duplo aspecto. Por um lado, representaria a “fragmentação das ‘esferas culturais’ devido aos processos históricos de racionalização”. Por outro lado, refletiria a “expulsão dos valores superiores para o âmbito do misticismo ou das vivências mais íntimas devido à disseminação de procedimentos formais nas esferas mais cotidianas” (NOBRE, 2003, p. 60).

A “decadência” dos valores supremos que afeta a esfera *espiritual* do mundo moderno é acompanhada também de uma crise das instituições. Em Weber, a expressão da decadência nas instituições políticas modernas pode ser percebida sob os aspectos da burocratização – que é o efeito da racionalização ocidental na esfera institucional da política – e o amortecimento da vontade criadora de valores. De um lado, o desenvolvimento da burocracia se institucionalizara como

sistema de “mediocridade” pela ascensão ao poder da burguesia. Sobre isso, Fleischmann retira de um pronunciamento de Weber o seguinte comentário: “A burguesia, ‘os últimos homens que inventaram a felicidade’ [...] inventou um meio para se conservar em vida: é a burocratização da vida social e da vida do Estado” (FLEISCHMANN, 1977, p. 164).

A referência aos “últimos homens”, acima transcrita, reporta-se diretamente a Nietzsche. Em uma das passagens contidas em *Zaratustra*, Nietzsche assim descreve o tipo “último-homem”: “A terra tornar-se-á então mais pequena, e sobre ela andarão aos pulos o último homem, que tudo apouca. A sua raça é indestrutível como a da pulga; o último homem é o que vive mais tempo” (NIETZSCHE, [s/d], p. 15). A alusão depreciativa ao tipo de vida burguês expresso segue ao longo do trecho.

A burocratização da vida social e política torna-se, assim, uma ameaça às possibilidades de criação dos novos valores. E é aqui nesse contexto que reaparece em Weber outra forte marca do pensamento nietzschiano, a tipologia psicossociológica da noção do “além-do-homem” [*übermensch*]. O “além-do-homem” nietzschiano aparece, na obra de Weber transubstanciado na figura do “líder carismático”, como sendo aquele que é capaz de enfrentar a crise dos valores e, de modo particular, confrontar o abatimento da força criadora provocada pela burocratização da vida política. Desse modo, e acompanhando Nietzsche, Weber também diagnosticaria a decadência da época como impotência para a construção de novos valores. Para Fleischmann (1977, p. 165), essa “opção por esse homem de poderosa vontade – e as razões que o levaram até esse ponto – que faz de Weber o executor testamentário de Nietzsche no domínio da política”.

Vê-se que, nesse ponto, Weber e Nietzsche compartilham também o diagnóstico de uma crise cultural da modernidade, no sentido de um enfraquecimento do potencial criativo de novos valores, de que seriam portadores os grandes indivíduos. Conforme indica Nobre (2003, p. 60), os dois autores “concebiam os tempos áureos como períodos de criação, e os criadores como grandes homens”. No contexto cultural de crise, a decadência também se mostraria em condições “inóspitas ao aparecimento desses tipos extraordinários, quer porque impunham à especialização, quer porque enalteciam a opinião da maioria” (NOBRE, 2003, p. 60).

POSTURA ÉTICA OU POSICIONAMENTO NO MUNDO

Em um contexto sociocultural em que os valores supremos se esfacelam, em que o sentido do mundo se esvai, só restaria ao próprio indivíduo dotar seu mundo de significado e sentido. Referindo-se a uma passagem da carta endere-

çada ao economista Robert Liefmann, em 1920, Cohn (1979, p. 102) comenta que não seria possível olvidar Nietzsche, quando Weber “ênfatiza o caráter radicalmente destituído de sentido intrínseco do ‘mundo’ e que, portanto, compete aos próprios homens outorgarem significado a alguns entre os infinitos eventos que o constituem”.

Tanto Weber quanto Nietzsche esboçaram um posicionamento diante do mundo em termos de resposta face ao diagnóstico do ambiente cultural da modernidade. Eis que o panorama descrito era de uma escalada na depreciação dos valores supremos, um mundo de significativa fuga dos sentidos; em suma, uma era de *niilismo* e *desencantamento*. É, portanto, na formulação de uma *postura ética*, isto é, no sentido de uma postura diante do mundo, que se revela mais um paralelo entre as considerações de Weber e Nietzsche. Outro importante traço comum destacável é que tal postura assume um caráter individual enquanto instância na qual se desenvolve a criação dos valores face ao niilismo e à perda do sentido do mundo da época moderna. A formulação de uma nova postura ética exigiria uma conduta “digna” e “coerente” em relação ao seu tempo, “à altura das ‘verdades’ trazidas com a crise dos valores superiores” (NOBRE, 2003, p. 62).

Na configuração dessa postura ética diante do mundo, dois atributos se encontram compartilhados por ambos os autores: o “realismo ético” e o “subjetivismo ético”. Segundo Nobre (2003, p. 65), o “realismo ético” corresponde a uma “dose de resignação (ou pessimismo) contida em ambas as máximas, apontando ora para as forças racionais modeladoras de um mundo como destino (Weber) ora para as forças naturais modeladoras da vida como destino (Nietzsche)”.

Quanto ao “subjetivismo ético”, refletiria a “enorme dose de coragem na qual a dignidade se edifica na personalidade ou no espírito, como capacidade de agir com distanciamento e profundidade em relação às pessoas e às coisas” (NOBRE, 2003, p. 65). O traço subjetivista da postura ética significa que o indivíduo é intimado, ele próprio, a responsabilizar-se pela criação dos novos valores. O “indivíduo é ‘convidado’ a dar, ele próprio, sentido à sua presença no mundo” (NOBRE, 2003, p. 83). Em um contexto cultural marcado pelo esfacelamento dos valores supremos e pela perda do sentido do mundo, é o homem, em sua individualidade, convocado e encarregado de atribuir sentido à sua existência.

As características da postura ética prescritas por Weber e Nietzsche ainda apontam em comum para dois ataques fundamentais: um “anti-idealismo” e um “anti-universalismo”. Assim, na configuração dessa postura diante do mundo e da vida, não há direcionamentos a uma instância abstrata, aos idealismos e universa-

lismos com os presentes em doutrinas morais e metafísicas. É uma postura ética que exige respostas no nível particular e no concreto.

Para enfrentar as necessidades do tempo histórico, ambos apostam na “emergência de um espírito que possa encarar de frente (sic) a sua época e, nela, dar conta de sua tarefa ou de sua obra” (NOBRE, 2003, p. 65-6). Dessa forma, no caráter individual exigido por essa ética, transparece a marca *virtuose* e *aristocrática* da proposta, em que honra, bravura e coragem seriam atributos necessários para armar o espírito individual de força suficiente para erigir seus valores.

Nas possibilidades de enfrentamento dos processos históricos que arrastam a todos à “jaula de ferro”, Otávio Velho (1995, p. 105) faz notar que a noção de “carisma” em Weber representaria, em “nossa sociedade, o antagonista histórico da racionalização”. Nesse sentido, o carisma simboliza essa postura ética exigida, constituindo-se enquanto antagonista diante de um mundo cada vez mais submetido ao processo de racionalização, fragmentação e perda de seu sentido.

O carisma pensado por Weber repousaria em uma atitude face ao mundo moderno, a qual em muito se aparenta com os atributos do “além-do-homem” nietzschiano. Ambos miram formações socioculturais que manifestam o esvaziamento do sentido do mundo. O carisma “deveria se opor, embora paradoxalmente, às estruturas desencantadas e sem espírito da racionalidade burocrática extremada, tal como o sobre-homem se opõe ao niilismo em todas as suas formas” (VELHO, 1995, p. 105).

Ainda no que se refere à atitude diante da modernidade, Velho (1995, p. 103-104) aponta que Weber e Nietzsche compartilharam também a própria visão do processo histórico, ressaltando, no entanto, que variaram “na *atitude* diante dele”. Enquanto Weber visava armar o “espírito à altura do seu tempo e de suas significações fragmentadas”, Nietzsche “desejava o espírito à altura da vida e precisamente contra tais significações” (NOBRE, 2003, p. 74). Haveria, portanto, uma diferença fundamental na direção em que as posturas éticas se inclinam. Tais diferenças corresponderiam, fundamentalmente, há um *leitmotiv* racionalista (Weber) e a outro vitalista (Nietzsche), de maneira que os autores “localizaram as ações do espírito digno em ‘disposições’ distintas: num caso, o *ethos* da consciência reflexiva, no outro, o *pathos* da sensibilidade artística” (NOBRE, 2003, p. 74). Aqui, a diferença fundamental entre *ethos* (ética) e *pathos* (sentimento) é que, enquanto Weber se refere à cultura racional do caráter, Nietzsche dá atenção aos impulsos não racionais na construção do caráter individual.

A marca da diferença estaria em que, enquanto a postura ética vislumbrada por Weber se apresenta em uma forma de resignação perante o desenrolar dos

acontecimentos inerentes ao processo de racionalização, em Nietzsche a prescrição de uma conduta diante da vida inclinar-se-ia para uma reviravolta dos valores, que se encontrariam já desgastados pelos acontecimentos em curso. Conforme constata Nobre (2003, p. 74-75), haveria aqui a tensão entre uma “postura ética centrada no ideal de ‘inserção’ crítica nas condições objetivas (responsabilidade)” e outra “centrada no ideal da ‘transvaloração’ dos valores (extemporaneidade)”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordar a recepção weberiana das ideias de Nietzsche se reveste de especial interesse para o ensino da teoria social, no sentido de identificar as ligações e afinidades teóricas daquele clássico da Sociologia com relação a um pensador não menos impactante no cenário intelectual da modernidade, como Nietzsche, cuja área de influência recobre vários campos culturais. Nesse sentido, o próprio Weber fez menção sobre a importância de considerar seu trabalho intelectual à luz das obras de Nietzsche e Marx.

Na esteira deixada pela literatura especializada acerca das proximidades entre a Sociologia de Max Weber e a Filosofia de Nietzsche, foi possível, na exploração aqui realizada, observar a recorrência com que se aponta a existência de alguns traços comuns presentes em temas de especial importância na obra de ambos os autores. Foi possível destacar, assim, relevos no terreno de considerações sobre a relação entre os dois autores. Esse foi o caso dos tópicos sobre as relações de poder e o caráter agonístico da existência, que transpassa a obra de ambos os autores; das considerações epistemológicas, em que se assume a perspectiva de certa arbitrariedade do conhecimento em relação à complexidade do mundo; da apreensão quanto à crise dos valores supremos (nihilismo) e à perda do sentido do mundo (desencantamento) no que se refere ao ambiente cultural da modernidade; e da postura necessária diante desse mundo moderno, que é fortemente marcada por um realismo e subjetivismo ético.

No decurso desta pesquisa bibliográfica, foi possível observar que o elo fundamental que liga o pensamento de Weber à Filosofia nietzschiana é a questão dos valores culturais. Aqui se articulam todos os quatro eixos estruturantes expostos. É a questão dos valores que fará com que Weber reflita sobre os conflitos e as divergências no seio da vida social, construa sua metodologia e o alcance do conhecimento científico e, por fim, formule o diagnóstico do “desencantamento do mundo” e a resposta individual a este mundo moderno.

Ambos os autores veem no processo sociocultural em curso, de amplas e profundas mutações no contexto alemão, a implicação de uma crise dos valores culturais. Aqui a personalidade individual, que se encontra para eles sob ataque diante de valores que induzem ao nivelamento e à homogeneização cultural, seja por meio da democracia e do socialismo, seja pela via da burocratização da vida social, é também de onde se pode encontrar a fonte em que se alicerçam as possibilidades de enfrentamento da crise cultural, resistência que será feita por meio do erigir de novos valores que possam ultrapassar o niilismo e o desencantamento do mundo, vivenciados em seu ápice no estágio moderno da civilização ocidental. Toda a questão do ambiente cultural remete aos valores e ao poder, força em estabelecer tais valores em um contexto de lutas e embate de perspectivas.

Se Nietzsche como filósofo e fora das amarras acadêmicas pode vivenciar uma maior liberdade de espírito, Weber como acadêmico e cientista tem de se mover dentro de um universo que o prende a certos procedimentos que são também alvo da crítica nietzschiana. Mesmo assim, Weber assume a parcialidade e precariedade do conhecimento produzido pela ciência, e é no terreno da política que o cientista deposita maiores expectativas na criação dos novos valores-chave de entendimento para a compreensão do líder carismático que irrompe contra a ordem burocrática. Mesmo advogando no trabalho científico, uma separação entre juízos de valor e juízo de fato perpassa ao fundo do pensamento weberiano, e é visivelmente expresso em muitas de suas manifestações públicas, como uma tensão que oscila, ainda que de modo contido, entre a crítica embasada no posicionamento valorativo e a resignação diante dos fatos e acontecimentos históricos. Como indicação sugestiva, deixe-se que a passagem a seguir, contida nos parágrafos finais de *Ética protestante*, em relação ao qual se pensa as consequências do processo de racionalização ocidental, testemunhe o tom dessa tensão insinuada – sem, contudo desfazer o projeto metodológico de Weber.

Ninguém sabe ainda quem no futuro vai viver sob essa crosta e, se ao cabo desse desenvolvimento monstro não de surgir profetas inteiramente novos, ou um vigoroso renascer de velhas idéias e antigos ideais, ou – se nem uma coisa nem outra – o que vai restar não será uma petrificação mecanizada, arrematada com uma espécie convulsiva de auto-suficiência. Então, para os “últimos homens” desse desenvolvimento cultural, bem poderia tornar-se verdade as palavras: “Especialistas sem espírito, gozadores sem coração: esse Nada imagina ter chegado a um grau de humanidade nunca antes alcançado” (WEBER, 2004, p. 166).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COHN, Gabriel. Weber, Nietzsche e a crítica dos valores. In: COHN, Gabriel. *Crítica e resignação*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.
- FLEISCHMANN, Eugène. Weber e Nietzsche. In: COHN, GABRIEL (Org.). *Sociologia: para ler os clássicos*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.
- HENNIS, Wilhelm. Les traces de Nietzsche dans l'oeuvre de Max Weber. In: HENNIS, Wilhelm. *La problematique de Max Weber*. Paris: Presses Universitaires de France, 1986. p. 181-206.
- NIETZSCHE, Friedrich W. *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- . *A vontade de poder*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- . *Assim falava Zaratustra*. São Paulo: Formar, [s/d].
- NOBRE, Renarde Freire. Weber, Nietzsche e as respostas éticas à crítica da modernidade. *Trans/Form/Ação*, v. 26, n. 1, p. 53-86, 2003.
- . Três teses comparativas entre os pensamentos de Weber e de Nietzsche. *Rev. bras. Ci. Soc.*, v. 19, n. 56, p. 29-43, Out. 2004.
- ÖELZE, Berthold. Weber e Nietzsche. In: SOUZA, Jessé (Org.). *A atualidade de Max Weber*. Brasília: UNB, 2000. p. 261-275.
- VELHO, Otávio. Considerações (in)tempestivas sobre Nietzsche e Weber. In: VELHO, Otávio. *Besta-fera: recriação do mundo – ensaios críticos de antropologia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p. 77-115.
- WEBER, Max. A psicologia social das religiões mundiais. In: WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.
- . *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

A NOÇÃO DE VIDA EM HANNAH ARENDT E NA PSICANÁLISE

THE NOTION OF LIFE IN HANNAH ARENDT AND IN PSYCHOANALYSIS

Gabriela Gomes Costardi^a

Resumo Este artigo se propõe a analisar a noção de vida tal como ela é concebida no pensamento de Hannah Arendt e na Psicanálise de Freud e Lacan, desde onde se pretende contextualizar a ausência da noção de sexualidade na obra da autora. Para tal, lança-se mão das reflexões de Arendt sobre a passagem da vida da esfera pública para a privada na modernidade, fator determinante para a constituição do âmbito social, o que permite observar que a pensadora política fundamenta sua análise sobre a vida nas noções de natureza e produtividade. Analisa-se, então, a ideia psicanalítica de vida a partir do desenvolvimento da teoria pulsional em Freud e das contribuições de Lacan, a fim de demarcar como, nesse referencial, a vida coloca em jogo as noções de símbolo e morte. Por fim, observa-se que a sexualidade, conforme postulada pela Psicanálise, é derivada da compreensão de que a linguagem operou uma subversão irreversível na noção de natureza e que o não compartilhamento dessa perspectiva por Hannah Arendt está ligado ao seu silêncio sobre o sexual.

Palavras-chave vida; Hannah Arendt; sexualidade; Psicanálise; pulsão.

Abstract *This article intends to analyze the conception of life in Hannah Arendt's thought and in Freud's and Lacan's Psychoanalysis in order to contextualize the absence of the sexuality notion in Arendt's work. We bring the political thinker's reflections about the passage of life from the private to the public sphere in modernity, a crucial factor for the constitution of the social realm, and we point out that the author bases her analysis about life in the notions of nature and productivity. Then we examine the psychoanalytical idea of life, using the Freudian drive theory and the Lacanian contributions, and we remark that, in this framework, the notions of symbol and death play a crucial role. Finally, we state that the sexuality, as it is postulated by Psychoanalysis, derives from the conception that language irreversibly subverts*

a Doutoranda em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo e pesquisadora do Programa de Teoria Crítica da Universidade da Califórnia, Los Angeles, EUA.

the notion of nature, and Hannah Arendt's silence about the sexual is connected with her divergence about this point.

Keywords *life; Hannah Arendt; sexuality; Psychoanalysis; drive.*

*Estou convencida de que de todas as manifestações do efêmero, o corpo humano é o mais vulnerável, a única fonte de toda a alegria, todo o sofrimento e toda a verdade*¹. Alina Szapocznikow, 1972.

A vida corporificada tornou-se o bem supremo de nossos tempos seculares. Nem a honra, nem a excelência, nem a coragem ou o idealismo suplantariam o fim último de viver, a vida em si mesma, máximo valor e máxima experiência.

Utilizar-se-ão as reflexões de Hannah Arendt sobre a concepção de vida e o quadro referencial que essa concepção implica como chaves para adentrar na análise da autora sobre a sociedade moderna, colocando em jogo as noções de natureza e produtividade. Analisar-se-á também o conceito psicanalítico de vida, um pensamento que nasceu no seio dos impasses da sociedade moderna e que concebe a vida a partir de sua relação com o símbolo e com a morte. Desse percurso pretende-se propor um entendimento sobre o fato de que a Psicanálise tenha feito da sexualidade um ponto-chave em sua abordagem da vida e da morte, do corpo e da reprodução, enquanto Arendt tenha silenciado sobre esse tema em sua análise das mesmas questões.

POLÍTICA EM HANNAH ARENDT – O AVESSO DA VIDA

Hannah Arendt não se ocupa em formular uma teoria geral sobre política, mas pensa a partir de eventos. São os acontecimentos, e não as mentalidades, que para ela têm a capacidade de quebrar o automatismo dos processos sociais, instaurar o novo, colocando em cena a liberdade, o que localiza a política em um campo diretamente oposto ao da vida, já que esta responde ao que é necessário e recorrente. A autora pensa a política no seio da ação, a qual está atrelada à liberdade, à pluralidade e ao poder. “Os homens são livres – diferentemente de possuírem o dom da liberdade – no momento em que agem, nem antes nem depois; pois ser livre e agir são uma mesma coisa” (ARENDT, 2009, p. 199). Ao pensar a política como ação e localizar a liberdade nesse campo, Arendt insere esses conceitos em uma vertente positiva relativa à participação e à deliberação conjunta. Liberdade,

1 Em livre tradução.

nesse caso, opõe-se tanto à noção filosófica que a associa à vontade livre e soberana quanto às concepções marxista e liberal, as quais pensam liberdade como consequência da justiça social, no primeiro caso, ou da igualdade de direitos, no segundo (WELLMER, 2002, p. 220). Para a autora, justiça social e igualdade de direitos são apenas precondições para a realização da liberdade que, para tomar corpo de fato, requer a interação efetiva entre os homens no âmbito da política.

Dois aspectos se destacam na teoria arendtiana da liberdade: igualdade e indeterminação. Começar-se-á aqui considerando a relação entre liberdade e igualdade. Arendt (2009, p. 158-159) recupera o pensamento aristotélico que diferencia o âmbito privado da família como lugar do cuidado com as necessidades biológicas e da incessante produção e consumo do que é necessário à manutenção da vida, do âmbito público, em que os cidadãos livres das necessidades biológicas se associam para cuidar dos negócios comuns. Nesse referencial, a questão da igualdade e da desigualdade de posições entre as pessoas é bem delimitada. O repetitivo trabalho requerido pelo funcionamento corporal não deixa nada atrás de si e está a cargo da esposa, dos filhos e escravos. O senhor é uma exceção, a ele cabe o comando dos demais, estabelecendo-se na casa uma desigualdade. Aí não há liberdade, nem do lado do que manda, nem dos que obedecem, já que a hierarquia que viabiliza o domínio predefine lugares, e as relações regem-se pela finalidade utilitária da administração da vida. Mas o senhor da casa, livre do trabalho cíclico relativo aos processos corporais, pode adentrar na cena pública, agora como cidadão, aquele que fala e age diante de seus iguais. A igualdade que se produz na pólis, portanto, é da ordem da isonomia, um artifício necessário para permitir que se passe da singularidade que é dada a cada um no nascimento à distinção que se produz entre “iguais” no espaço público; a igualdade antiga não se refere à noção moderna de que os homens são iguais porque nasceram iguais:

A isonomia garantia um tipo de igualdade, mas não porque todos os homens nascessem ou fossem criados iguais, mas, ao contrário, porque os homens eram por natureza não iguais e precisavam de uma instituição artificial, a pólis, que [...] os tornaria iguais (ARENDT, 2011, p. 58).

A singularidade é a diferença radical que marca um indivíduo por aquilo que ele recebeu em seu nascimento e que só pode ser acolhida no âmbito privado, já a distinção se produz em meio à pluralidade de iguais, que se diferenciam por falar e agir em um espaço de aparência. Ser igual no âmbito público implica que não haja imposição de ideias por força da hierarquia ou da violência, mas que seja a persua-

asão o meio pelo qual os cidadãos deliberam sobre os assuntos de interesse comum. Nesse sentido, não há liberdade nas relações em que a hierarquia do âmbito privado se impõe, tais como: aluno e professor; filho e pai; escravo e senhor; empregado e chefe; paciente e médico; fiel e pastor. A igualdade é condição para que a fala e a ação circulem entre os homens e não se restrinjam a interações com destinos e efeitos predefinidos por relações hierárquicas, mantendo sua capacidade de gerar resultados inesperados e colocando em jogo uma noção de liberdade que quebra em ato as cadeias do habitual. Dessa forma, tem-se que a liberdade dá testemunho da indeterminação que habita o cerne dos assuntos humanos quando os homens interagem em condições de igualdade política.

Vê-se que, para Arendt, a liberdade não é uma experiência referente ao mundo interior do indivíduo, em que ele poderia superar as amarras sociais, mas sim o fato de que realizar uma ação entre indivíduos no plural implica não ser possível determinar o curso dos eventos e suas consequências, já que o impulso que desencadeia a ação terá que circular pela rede de relações, intenções, interesses, disposições e opiniões formada pelos indivíduos que agem em conjunto. Nesse sentido, coloca-se a análise da autora sobre as palavras gregas e latinas utilizadas para designar a ação, as quais se dividem em dois momentos que expressavam o caráter de interdependência entre o iniciador e os realizadores da ação.

Aos dois termos gregos *archein* (“começar”, “liderar” e, finalmente, “governar”) e *pattein* (“atravessar”, “realizar” e “acabar”) correspondem os dois verbos latinos *agere* (“pôr em movimento”, “liderar”) e *gerere* (cujo significador original é “conduzir”) (ARENDT, 2010a, p. 236).

O impulso inicial para criar algo, a idealização de uma nova realidade, o poder de iniciativa e a tomada de responsabilidade pelo início estão a cargo de alguém que lidera, que põe em movimento, mas a realização da ação depende de que se consiga implicar outros, reunir pessoas que tomem parte no curso dos eventos, os quais, por sua vez, dependem de quem iniciou a ação para ter uma oportunidade de agir. Daí o caráter dividido do empreendimento humano, a impossibilidade de saber exatamente aonde se vai chegar quando se age na esfera pública. O fato é que, nas línguas modernas, essa diferença se esvaiu, e as palavras passaram a designar dois sentidos diversos. A ação em si ficou sendo referida apenas pelos termos que designavam seu curso, e aqueles que designavam seu início passaram a indicar um tipo de liderança que não implica a interdependência do suporte de outros, mas uma relação de obediência. O iniciador da ação antigo e o governante atual estão

em posições diversas, na medida em que o primeiro precisava da ajuda de outros enquanto o segundo impõe suas ordens a quem deve cumpri-las e reivindica para si o sucesso do feito de muitos.

Por meio dessa reivindicação, o governante monopoliza, por assim dizer, a força daqueles sem cujo auxílio ele jamais teria sido capaz de realizar coisa alguma. E assim surge a ilusão de força extraordinária e, com ela, a falácia do homem forte que é poderoso por estar só (ARENDT, 2010a, p. 237).

Entende-se que essa mudança observada nas línguas modernas dá testemunho de uma tentativa de restabelecer a unidade da ação e recusar seu caráter indeterminado e contingente, defender-se da liberdade, a qual só pode ser suportada atualmente como um atributo do mundo interior do indivíduo, no sentido de um espaço fora do alcance das restrições sociais, ou seja, a liberdade como soberania da vontade. Cabe pontuar que, contrariamente a essa posição, a Psicanálise, sendo uma práxis nascida na sociedade moderna, opera a partir de uma experiência de indeterminação que tem lugar fora da cena pública, mas que não se restringe ao solipsismo de uma liberdade privada derivada da noção de soberania.

Como inspira sua concepção de ação política no modelo ateniense, fundado sobre uma exclusão contrária aos valores modernos, Hannah Arendt é por vezes tida como uma pensadora nostálgica. É importante observar, no entanto, que ela reconheceu, em acontecimentos de seu tempo (e não de um tempo perdido) – como o conselho revolucionário que ficou encarregado de responder à tirania russa durante a Revolução Húngara, em 1956, ou os movimentos de desobediência civil que obtiveram conquistas quanto aos direitos civis e protestaram contra a guerra do Vietnã, nos Estados Unidos, na década de 1960 – a possibilidade de a associação dos cidadãos na esfera pública quebrar o automatismo dos processos sociais, provocando mudanças na cena política em curso. Foi isso que Arendt (1958) reconheceu na revolução popular ocorrida na Hungria, ocupada pelos russos, em 1956, quando uma manifestação estudantil em nome da liberdade mobilizou a população mais ampla, que, diante da tentativa de dispersão da manifestação pela polícia, se revoltou. O exército, chamado para ajudar a polícia, mudou de lado e armou o grupo revoltoso, sendo a ditadura destituída em poucos dias: “Foi como se a ideologia, de qualquer tonalidade ou marca, tivesse se dizimado da existência e da memória no momento em que as pessoas, intelectuais e trabalhadores, comunistas e não comunistas,

encontraram-se juntos nas ruas lutando por liberdade” (ARENDT, 2010c, p. 27)². O grupo que empreendeu a resistência não se filiou por pertencer a uma classe específica, nem em nome de um ideal doutrinário; as pessoas não foram guiadas por uma liderança carismática, nem se renderam a uma preparação calculada ou a uma necessidade decisiva, mas o fato é que o curso dos acontecimentos sofreu do inesperado, de uma associação popular que não respondia aos moldes da resistência tradicional, fazendo entrar em cena a liberdade.

Assim, a crítica arendtiana à época moderna fundamenta-se na restrição do espaço público capaz de acolher a deliberação de homens iguais como modo próprio de operação, a qual colocaria em cena a liberdade que emerge da ação entre homens no plural. Arendt fundamenta sua análise sobre a destruição do espaço público na invasão dele pelas necessidades biológicas que outrora estavam a cargo da esfera privada. Para a autora, isso implica a ruína da esfera pública enquanto lugar da liberdade, já que a vida biológica está sob o regime da necessidade, bem como houve a substituição do âmbito privado pela noção de intimidade, já que o primeiro perdeu sua prerrogativa de guardar da luz as atividades ligadas à vida, e tudo o que restou e é privado foi o espaço íntimo do corpo e do mundo subjetivo. Em suma, os homens modernos menos agem do que se comportam, o que os torna bastante familiarizados com os hábitos, os condicionamentos, a instrumentalização e as estatísticas, e (quase) estranhos à experiência da liberdade.

A VIDA VAI AO PÚBLICO

Como se tratou anteriormente, o modelo de organização social da antiga Atenas dividia nitidamente a administração da vida, regida pela necessidade e relegada ao âmbito privado, da ação política, regida pela liberdade e realizada no âmbito público. Esse modo de organização está atrelado a uma concepção de homem em vigor na época, expresso do seguinte modo: “Tudo o que os homens tinham em comum com as outras formas de vida animal não era considerado humano” (ARENDT, 2010a, p. 104). Ou seja, não se pode reconhecer a especificidade do homem no registro da biologia, nem nas atividades que se dedicam a prover as demandas do corpo, já que esse âmbito é regido pela coação das urgências orgânicas. As necessidades humanas são aqui naturalizadas, e os homens são diferenciados dos animais pela capacidade de agir e falar em um espaço de liberdade³. Nesse sentido, os escravos

2 Em livre tradução. Consultar: <<http://www.jstor.org/stable/2127387>>.

3 Para uma crítica, de perspectiva marxiana, ao antagonismo entre as noções de necessidade e liberdade na obra de Arendt ver Gaspar (2011, p. 64).

e as mulheres não são humanos: *animal laborans* é sua designação mais propícia, pois se restringem a realizar as atividades que visam à necessidade, e sua fala está referida à autoridade do senhor, não havendo possibilidade de que algo novo se instaure por sua fala e ação (ARENDT, 2010a, p. 104).

Em *A condição humana*, Hannah Arendt define como, a partir da época moderna, as atividades escondidas na privatividade do lar tomaram a cena pública, ficando a política propriamente dita relegada à finalidade de servir às necessidades de sobrevivência; a política tornou-se uma função da vida, dedicando-se primordialmente a administrar questões econômicas. “A sociedade é a forma na qual o fato da dependência mútua em prol da vida, e de nada mais, adquire importância pública, e na qual se permite que as atividades relacionadas com a mera sobrevivência apareçam em público” (ARENDT, 2010a, p. 56). Um dos importantes impactos da destruição dos âmbitos privado e público pela emergência do social é a dificuldade de coexistência da diferença; a sociedade é o espaço do mesmo, a grande família, onde todos se guiam por um único interesse, e não por opiniões individuais; é o lugar da massa. Se a igualdade na esfera privada é relativa à biologia que reúne a todos como membros da espécie humana e, na esfera pública, ela apresenta-se como isonomia política, que garante a todos o direito de se expressar igualmente, na esfera social a presença da igualdade ocorre como demanda de conformidade, de homogeneidade identitária, empuxo à normalização e ao estabelecimento de padrões. “A humanidade socializada é aquele estado da humanidade no qual impera somente um interesse, e o sujeito desse interesse são as classes ou o gênero humano, mas não o homem nem os homens” (ARENDT, 2010a, p. 401). Em suma, quando absorvido pela lógica social, o espaço público não permite a aparência dos homens enquanto indivíduos, condição necessária à ação política, mas considera-os enquanto integrantes do gênero humano, entidade globalizante e abstrata que deve ser administrada por uma racionalidade predeterminada.

O que a autora ressalta é que a transposição das atividades do privado para o público destrói ambos os espaços em suas lógicas próprias, na medida em que uma esfera necessita da outra como ponto de referência. Se a esfera pública é o foro privilegiado da ação humana, por outro lado, ela só pode funcionar dessa forma porque não está encarregada de acolher a totalidade da experiência humana. Nem todas as atividades se beneficiam da exposição à luz do público, é preciso lembrar que a distinção que tem lugar na cena política se fundamenta em assuntos de relevância para o mundo comum e tem como critério de pertencimento a grandeza. Na política, coloca-se a vida natural em risco em nome das grandes ações e persegue-se a imortalidade por via da lembrança que a história pode guardar

dos feitos elevados; a morte que contraria o ciclo natural da vida, a morte heroica, é frequentemente meio de imortalidade no registro da política. Assim, que lugar senão o privado poderia acolher a idiossincrasia, a singularidade, o irrelevante, a preocupação com a vida? Veja como Arendt demarca claramente essa separação e como ela faz sua crítica operar: “Dada sua inerente não mundanidade [*worldlessness*], o amor só pode ser falsificado e pervertido quando utilizado para fins políticos, como a transformação ou a salvação do mundo” (ARENDT, 2010a, p. 63). A autora entende que a esfera privada é o habitat legítimo do amor. Sendo esse um afeto que estabelece e regula laços interpessoais baseados em preferências idiossincráticas, inescrutáveis por vezes, o amor é um antídoto para a capacidade de julgamento, faculdade política por excelência segundo Arendt. Ao acusar a perversão deste afeto quando utilizado para fins políticos, a pensadora condena a dominação de líderes carismáticos sobre as massas que, tomadas pelo amor/adoração, têm perturbada sua capacidade de julgar, ficando privadas de agir e deliberar em conjunto. Fica claro, dessa forma, como para a autora o que é pertinente ao âmbito privado não o é ao público, cada esfera é apta a acolher um nível diverso da experiência humana e ambas se limitam entre si.

Ao pensar sobre o borramento desses limites entre o privado e o público, Arendt destaca para um novo modo de funcionamento das questões ligadas à vida. Ela afirma que, ao dependerem um do outro para funcionar em sua especificidade, público e privado também se limitam. Assim, com a transposição da lógica da necessidade para o público, a vida perdeu o equilíbrio que lhe era conferido pela experiência de perecimento característica da esfera privada.

Quando a atividade do trabalho foi liberada das restrições que lhe eram impostas por seu banimento, o domínio privado, [...] foi como se o elemento de crescimento inerente a toda a vida orgânica houvesse completamente superado e prevalecido sobre os processos de perecimento por meio dos quais a vida orgânica é controlada e equilibrada no lar da natureza (ARENDT, 2010a, p. 57).

A partir dessa noção de perda de limites, Arendt faz uma análise da vida em termos de positividade e produtividade, o que se converte em capacidade destrutiva, quando alinhado ao excesso. A vida se libera das amarras da casa e adentra à luz do público, em toda a sua capacidade de fertilidade, produção, abundância, crescimento e proliferação. E, nessa vertente, a autora é capaz de abordar o apelo que surge do referencial da vida à cultura moderna e à sedução que esse referencial exerce no mundo atual.

A positividade, processualidade, o caráter expressivo e expansivo da vida na esfera pública não é de forma alguma um argumento contra sua responsabilidade no processo restritivo, conservativo, reificante e thanatopolítico, o qual ela provoca e aumenta [...] (BLENOWE, 2010, p. 121)⁴.

Arendt enfatiza que esse conjunto de noções ligadas à vida pode destruir o mundo. Para abordar esse ponto de sua análise, far-se-ão algumas considerações sobre a ideia de processo. Processo é uma noção que está ligada, primeiramente, ao âmbito da vida. Não se encontra na esfera das necessidades corporais uma relação propriamente de causa e efeito, mas sim a repetição de ciclos que acontecem em uma infundável relação de produção e consumo. A atividade responsável por produzir aquilo que será consumido pelo processo vital é o trabalho; ele não deixa nada atrás de si, pois seus produtos são integrados quase imediatamente à vida orgânica e perecem, caso não o sejam. Portanto, ainda que seja essencial à sobrevivência humana, o trabalho não acrescenta nada ao artifício humano, ele é incapaz de constituir o mundo, pois não produz nada em condições de durar (ARENDT, 2010a, p. 107).

O mundo é feito de objetos que, por permanecerem por certo tempo à disposição dos homens, oferecem uma espécie de identidade, objetividade e estabilidade a eles. As obras de arte são os melhores exemplos de objetos mundanos, segundo a autora, na medida em que podem alcançar uma permanência que atravessa gerações, integrando-se à tradição e constituindo o mundo comum. A atividade que constrói o mundo é a fabricação; sem dúvida ela violenta a natureza, mas seu produto não será consumido pelo processo vital imediatamente, senão constituirá um artifício que pretende ser mais duradouro do que o ciclo de vida individual. A questão do processo também aparece na fabricação, mas ele não é um fim em si mesmo, ele se interrompe com a produção do objeto, contrariamente ao trabalho, que quase não distingue processo e produto. A fabricação é uma atividade que se limita pela relação de utilidade, ela opera pela lógica dos meios e fins, oferecendo resistência à relação produção-consumo pela via do objeto. O produto da fabricação é para ser usado, não consumido, seu desgaste é incidental, e não inerente. Uma das belas reflexões de Arendt, nesse sentido, é sobre a etimologia latina da palavra objeto. Segundo ela, *obicere* traz implícita a ideia de “algo que é lançado ou colocado contra” (ARENDT, 2010a, p. 137). Portanto, o objeto da fabricação é aquilo que gera estabilidade e identidade aos homens, mas também é o que resiste à devoração, que

4 Em livre tradução. Consultar: <<http://hhs.sagepub.com/content/23/5/113>>.

contraria o imperativo da produção desenfreada, que limita o movimento da vida que se autoalimentar, fazendo com que tudo o mais pereça. Uma das críticas da pensadora ao sistema produtivo moderno, o qual tomou como fim último a administração econômica em detrimento da liberdade, é que a fabricação foi dividida em tantas subpartes e seus objetos pretendem ser tão perecíveis que ela se transformou em nada mais nada menos do que trabalho.

O fato é que vida e mundo têm lógicas incompatíveis: enquanto a primeira está implicada em um processo ininterrupto de produção e consumo, o segundo vela pelas noções de estabilidade e duração. Enquanto habitavam esferas separadas, nenhum ameaçava o outro e ambos se limitavam entre si, mas, com a emancipação da vida do âmbito privado, o conflito entre suas lógicas se coloca. E, com a crescente expansão da vida, Arendt chama a atenção para a possibilidade de destruição do mundo. A instauração desse paradigma subverte os instrumentos e as ideologias que visam à destruição, já que estes precisam aderir à noção produtiva para se legitimar. Em relação à eliminação da vida, dá-se o paradoxo de uma morte que se realiza em nome da potencialização do vivo. É o que se vê, por exemplo, na ideologia do racismo nazista que eliminaria as raças inferiores em nome de criar uma raça superior, o que não responde à lógica da guerra, que pretende destruir inimigos políticos⁵.

O que chama a atenção é que, ao trazer para o centro de sua crítica da sociedade moderna a noção de vida, Hannah Arendt jamais menciona a sexualidade em suas reflexões; tudo o que se refere ao corpo fica relegado à intimidade e não fará parte de suas análises políticas. Encontra-se, no entanto, uma menção sobre a sexualidade, quando a autora diferencia as faculdades do espírito das paixões da alma, o que deixa claro seu entendimento da sexualidade e do corpo enquanto dados naturais. Arendt (2010b) esclarece que as faculdades do espírito – pensar, querer e julgar – não encontram equivalência em uma experiência somática; ao contrário das emoções, tais como a mágoa, a alegria, o ódio, a inveja, etc. O corpo sofre alterações ao experimentar os afetos, e aí reside sua natureza animal, geradora de respostas comuns entre os membros da espécie humana. O impulso sexual responderia, então, à necessidade de manutenção da vida, tal como o medo levaria à busca de proteção diante do perigo da morte. E, enquanto o impulso sexual se

5 Veja como essa análise converge com a de Foucault: “Tirar a vida, o imperativo de morte, só é admissível, no sistema do biopoder, se tende não à vitória sobre os adversários políticos, mas à eliminação do perigo biológico e ao fortalecimento, diretamente ligado a essa eliminação, da própria espécie ou da raça. A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização” (FOUCAULT, 1999, p. 306).

refere a sensações corporais repetitivas e monótonas, apenas sua manifestação no mundo das aparências, o amor aparece de forma múltipla e rica. A partir desse ponto de vista, a autora entende que a Psicologia e a Psicanálise, estando aptas a navegar apenas no âmbito dos humores internos, não encontram achados interessantes nem significativos, e o que se descobriu com a moderna busca em iluminar as profundezas da alma foi um tesouro de perversidades, a fealdade que não faz jus à multifacetada expressão humana testemunhada no âmbito público (ARENDT, 2010b, p. 51).

Se o fundamento psíquico interno de nossa aparência individual não fosse sempre o mesmo, não poderia haver ciência psicológica, que, enquanto ciência, se apoiasse em um “por dentro todos nos parecemos” de ordem psíquica, assim como a fisiologia e a medicina apoiam-se na “mesmidade” de nossos órgãos internos (ARENDT, 2010b, p. 50).

Fica clara, assim, a impossibilidade de Arendt fazer entrar para a política um corpo vivo, que sofre, deleita-se, afeta-se e se satisfaz em seu contato com o outro; tem a ver com a naturalização que ela imputa a esse, tal como à vida, e daí sua ausência de reflexão sobre a sexualidade. Nessa linha, Kristeva aponta que a pensadora política reduz sua análise sobre a violência ao não reconhecer o corpo como lócus da individualidade.

Devemos lembrar, todavia, que a recusa a contemplar a singularidade do corpo e do psiquismo é o que levou Arendt a recusar o reconhecimento do papel desempenhado pelo sadomasoquismo na experiência da violência, particularmente na violência política que acompanha o totalitarismo bem como os movimentos da moderna Esquerda (KRISTEVA, 2001, p. 180).

Para Arendt, o corpo é o organismo, incomunicável e privativo. Ela o localiza na esfera da intimidade, aquela que substituiu a esfera privada quando da emergência do social na modernidade, sendo o que restou da noção de propriedade privada. Nesse novo referencial, a demanda de felicidade ofuscou a de liberdade, que era própria ao público. A mundanidade da política e as recompensas e os castigos da vida pós-morte cederam lugar para a busca da satisfação corporal. É na urgência de ser feliz e desfrutar do corpo, no limite da dor e do prazer, que se movem os homens dos tempos atuais.

Sob esse aspecto, o corpo realmente passa a ser a quintessência de toda a propriedade, uma vez que é a única coisa que não se pode compartilhar, ainda que se desejasse. Nada, de fato, é menos comum e menos comunicável – e, portanto, mais seguramente protegido contra a visibilidade e a audibilidade do domínio público – o que se passa dentro do nosso corpo, seus prazeres e suas dores, seu trabalho e seu consumo (ARENDT, 2010a, p. 138-139).

Assim, há dois aspectos a ressaltar sobre a concepção arendtiana de vida: a autora adere ao referencial aristotélico ao tomar a vida como um dado da natureza relativo às necessidades do corpo, à biologia da espécie humana, e acrescenta a isso um aspecto produtivo ao reconhecê-la fora dos limites da vida privada, enquanto fundamento constitutivo do social na modernidade. Tendo isso em mente, passa-se a analisar uma concepção de vida que nasceu no seio da sociedade moderna, por uma teoria que se construiu a partir da escuta clínica dos sujeitos desse tempo.

A VIDA PARA A PSICANÁLISE

Que é a vida para a Psicanálise? Parte-se do seguinte ponto: a Psicanálise pensou a vida não em si mesma, mas a partir das forças que a animam. Lacan, em seu segundo seminário, diz que “[a] biologia freudiana não tem nada a ver com biologia. Trata-se de uma manipulação de símbolos no intuito de resolver questões energéticas [...]” (LACAN, 1985, p. 100). A energética freudiana leva à noção de que a matéria orgânica é animada, e o que a alma recebe o nome de pulsão; em outras palavras, a energética freudiana refere-se ao corpo pulsional.

Freud trabalha o nascimento da pulsão a partir de uma noção homeostática de aparelho psíquico⁶; ele parte do princípio de que o organismo recebe estímulos tanto internos quanto externos, os quais “perturbam” sua homeostase, portanto, requerem algum tipo de tratamento, a fim de serem eliminados. A evitação tem certa eficácia diante dos estímulos externos – por exemplo, fechar os olhos quando se está diante de uma intensa luz –, mas não é possível evitar aquilo que estimula do interior, como a fome. Assim, Freud entende que os estímulos permanecem certo tempo no organismo e causam um aparelho psíquico, ou melhor, eles deixam traços, desde sua entrada até sua saída, marcam uma espécie de superfície que ele entendeu como parte do cérebro e, assim, perdem certa quantidade de energia. Essas marcas constituem facilitadores, caminhos pelos quais novos estímulos passarão, isto é,

6 Sobre a formação do aparelho psíquico, ver seção B do capítulo VII de *Interpretação dos sonhos*, do autor.

as marcas serão sempre reativadas por novos estímulos e tornar-se-ão um modo de ligação usual das cargas energéticas, contribuindo para a manutenção de um nível de excitação relativamente confortável no sistema. Os traços primeiros são uma espécie de protótipo de um sistema simbólico, e Freud postula que a pulsão se instaura na passagem do estímulo por essas marcas do aparelho psíquico, referidas ao símbolo e à linguagem, ou seja, a pulsão está no limite entre o orgânico e o psíquico. Isso quer dizer que o estímulo origina-se no organismo, mas seu destino será definido pela ligação que ele estabelece com a linguagem, já que a experiência analítica demonstrou que as representações estão sujeitas à censura e, portanto, disfarçam-se, combinam-se, invertem-se, determinando as vicissitudes da energia que afetou o aparelho psíquico (FREUD, 2006, p. 152).

Far-se-á um breve apanhado do desenvolvimento da teoria das pulsões para chegar a observar de que forma ela tornou-se o principal campo de reflexão sobre a vida na psicanálise. A primeira tentativa de classificação das pulsões feita por Freud partiu da diferença comumente reconhecida entre fome e amor, quando ele postulou que há pulsões que se dedicam a preservar o organismo, as pulsões do ego, e outras que são responsáveis pelo prazer do órgão, as pulsões sexuais. Essa divisão está fundamentada na noção de que a satisfação das necessidades corporais implica uma redução da tensão, o que gera uma experiência de prazer, o qual foi reconhecido por Freud como possuindo a qualidade do sexual, já que ele observou tratar-se de uma experiência relativa ao prazer genital, apesar de ter origem em outros órgãos corporais, as pulsões parciais. A terminologia pulsão sexual foi enunciada pela primeira vez em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*; e até aí Freud opunha, de forma mais ampla, o ego à sexualidade e utilizava para designar o que posteriormente conceituou como pulsão sexual as expressões: excitação, ideias afetivas, estímulos endógenos, entre outros. Já a conceituação das pulsões do ego foi feita pela primeira vez em *A concepção psicanalítica da perturbação psicogênica da visão*, em que elas foram identificadas explicitamente como pulsões de autoconservação. Nesse momento, o fundador da Psicanálise sediou no organismo o conflito entre essas duas correntes pulsionais e colocou as pulsões sexuais do lado daquilo que visa ao prazer, podendo, inclusive, ameaçar o funcionamento dos órgãos do corpo. Assim, o que é prazer para as pulsões sexuais é ameaça para as pulsões do ego, e isso gera a defesa pelo recalque. O problema é que a pulsão sexual não é eliminada com o recalque; pelo contrário, ela continua atuando de forma poderosa. Freud explicita esse mecanismo valendo-se da questão do olhar: o prazer sexual ligado ao olhar, quando excessivo, atrai a ação censora das pulsões do ego, que pretendem evitar que a função orgânica

seja perturbada; mas, estabelecido o conflito entre os dois conjuntos pulsionais, a perturbação orgânica da visão aumenta, o que se vê ocorrer na cegueira histérica (FREUD, 1976). O que se pode já demarcar antes de avançar na discussão sobre as pulsões é que o corpo para a Psicanálise não é um dado natural, contrariamente à posição de Hannah Arendt. Freud articulou sua teoria a partir do tratamento de pessoas que tinham seu corpo afetado pela linguagem, os histéricos, e, a partir dessa clínica, ele formulou sua metapsicologia, sendo as teorias pulsionais um esforço de pensar sobre o corpo que é recortado e impresso pelo símbolo. É desse encontro do orgânico com a linguagem que nasce o sexual, daí advém a pulsão. A ideia de um corpo natural só é pensável na Psicanálise a partir da inserção na linguagem, de onde se pode imaginá-lo como um estado originário perdido, isto é, não há a coexistência do âmbito da natureza e da cultura, mas a noção de natureza é propriamente uma produção que se faz a partir da cultura. Por exemplo, pensa-se que a retirada da lei relegaria as pessoas à selvageria da natureza, que povos indígenas vivem em harmonia com a natureza, que os animais são felizes porque estão em continuidade com o ambiente natural, enfim, tem-se representações da natureza que dizem da inserção no mundo simbólico e não se tem de fato acesso à natureza.

A teoria das pulsões confere novo passo em *À guisa de introdução ao narcisismo*. Freud não invalida o antigo par pulsional “pulsões sexuais x pulsões do ego”, mas, a partir da análise de alguns fenômenos, postula outra classificação para a pulsão, conforme ela se ligue ao ego ou aos objetos externos. Ele se fundamenta na definição de narcisismo de Paul Nacke, a qual denota “a atitude de uma pessoa que trata seu próprio corpo da mesma forma pela qual o corpo de um objeto sexual é comumente tratado” (FREUD, 2004, p. 97), mas desliga esse conceito da perversão, conforme sua origem, e define-o como “o complemento libidinal do egoísmo do instinto de autopreservação” (FREUD, 2004, p. 97). Nessa nova conceituação, a ideia de que no ego atuam as pulsões de autoconservação e de que as pulsões sexuais ligam o sujeito ao objeto fica relativizada, pois também há um investimento sexual no ego. O psicanalista vienense chega a discutir a validade de manter a separação entre esses dois tipos de pulsão, mas opta por reafirmá-la, com o intuito de fazer valer a noção de conflito pulsional que ele observava na clínica.

Em *Além do princípio do prazer*, Freud formulou a última versão de sua teoria pulsional. *O princípio do prazer* foi o princípio homeostático que teve papel regulador nas teorias pulsionais de até então. Ele implica que o aparelho psíquico funcione com níveis constantes e reduzidos de tensão, ou seja, quando o aparelho experimenta algum excesso de excitação, ele coloca em ação mecanismos

para reduzi-lo, diminuindo o desprazer e produzindo o prazer. Contudo, Freud se depara com um fenômeno clínico no qual não reconhece a atuação do princípio do prazer: a repetição na transferência de situações difíceis e emoções penosas. O fracasso, a rejeição, a confusão, o sentimento de inferioridade, nada disso produziu prazer no passado e nem tem chance de produzi-lo em sua repetição atual. Essas experiências seriam muito menos desprazerosas se retornassem a partir de sonhos ou lembranças, e sua repetição em ato não está referida ao princípio do prazer. A transferência coloca a repetição no âmbito de uma compulsão, a qual o paciente não pode evitar, apesar do sofrimento que lhe causa.

A partir da noção de compulsão à repetição, Freud passa a analisar a neurose traumática. A série prazer-desprazer está ligada a um funcionamento do aparelho psíquico em que certos mecanismos de defesa mantêm as excitações que o invadem sob algum tipo de controle. Nos casos em que há uma invasão do aparelho por grandes quantidades de estímulos – como nos traumas –, o princípio do prazer fica posto de lado. Nas neuroses traumáticas houve um rompimento do escudo protetor que maneja a entrada e a saída dos estímulos do aparelho psíquico e uma falha na preparação para o medo, que é a última linha de defesa desse escudo. Os sonhos desses pacientes repetem a situação do trauma em que a neurose se instaurou, mas com um objetivo que não é regido pelo princípio do prazer, como acontece na realização alucinatória dos desejos; senão, eles têm a intenção de dominar retrospectivamente o estímulo, revivendo o medo, cuja omissão constituiu a causa da neurose traumática. Esse objetivo não é contraditório ao princípio do prazer, mas independente dele, e Freud levanta a hipótese de que seja mais primitivo do que este último. O psicanalista passa, então, da análise de fenômenos pontuais à postulação de um princípio do funcionamento mental, já que, em toda a vida pulsional, operaria um mecanismo análogo ao descrito a partir das neuroses traumáticas. As pulsões⁷ respondem ao processo primário, no qual as catexias são livremente móveis; os extratos mentais mais elevados precisam sujeitar essas excitações, para que elas respondam ao princípio do prazer, e esse assujeitamento é independente do princípio do prazer e até o despreza. Assim, tudo o que não for inserido nesse princípio apresenta um caráter pulsional acentuado, levando à compulsão à repetição.

A partir dessa postulação, Freud estabelece uma ligação entre o pulsional e a compulsão à repetição, dizendo que “uma pulsão seria, portanto, uma força

7 Nesse texto, parece que o sentido dado por Freud à palavra pulsão refere-se apenas ao seu elemento quantitativo.

impelente [*Drang*] interna ao organismo vivo que visa a restabelecer um estado anterior, o qual o ser vivo precisou abandonar devido à influência de forças perturbadoras externas” (FREUD, 2006b, p. 160). Quando se detém sobre o que significa a tendência de retorno, o referido autor encontra-se com a questão da morte e, então, postula um mito: a substância inanimada foi animada por determinada força, e a tensão que se produziu gerou uma tendência de retorno ao estado anterior. A morte, porém, não é perseguida a qualquer preço, há um curso a ser seguido para alcançá-la, e as pulsões de autoconservação se encarregam de fazer valer esse ciclo até que a morte se estabeleça: “o organismo deseja morrer apenas do seu próprio modo” (FREUD, 2006, p. 57). Nesse mito da tendência ao retorno, Freud, apoiado na teoria biológica de Weissmann, reconhece uma exceção quanto às células germinais, as quais não têm como objetivo final a morte. Elas se separam do organismo, fundem-se com outras células similares e geram uma nova vida, assegurando a “imortalidade” da substância viva – esse mecanismo de ligação de elementos em unidades maiores é o modo de atuação das pulsões que promovem a vida, às quais o autor recorreu com a mitologia grega para chamar de Eros. Foi a característica libidinal do investimento egoico postulado já no narcisismo que possibilitou ao psicanalista vienense estender a libido para as células individuais e tomá-las como uma expressão de Eros, o qual também possui uma parte voltada aos objetos, estabelecendo, dessa forma, o par pulsão de vida *versus* pulsão de morte. A partir desse momento, pode-se dizer que a vida para Freud é uma pulsão, a qual se opõe (e se conjuga) a outra pulsão, de princípio contrário ao seu: a pulsão de morte.

Passa-se a seguir a explorar os desenvolvimentos de Lacan sobre o tema. Em seu segundo seminário, o autor comenta o texto *Além do princípio do prazer*, com base na noção de máquina, enquanto encarnação da mais radical atividade simbólica no homem. Ele diz que a divisão que Descartes fez entre o corpo e a alma, deixando o primeiro do lado da máquina, não pode ser desfeita.

Está máquina (relógio) [...]. Não é, pura e simplesmente, o contrário do vivente, o simulacro do vivente. [...] a máquina está ligada a funções radicalmente humanas. Não é um simples artifício, como poderíamos dizê-lo das cadeiras, das mesas, e dos outros objetos mais ou menos simbólicos em meio aos quais moramos sem nos darmos conta de que são nosso próprio retrato (LACAN, 1985, p. 99).

O psicanalista francês diz que o homem tem um corpo, à oposição dos animais que são um corpo, e esse corpo, enquanto animado por uma energética, responde

ao princípio do prazer. O que perturba esse princípio é o símbolo; é ele que faz o corpo não tornar a se equilibrar e repetir o sofrimento compulsivamente. A linguagem desregula o corpo biológico e aí está a pulsão de morte. Para Lacan, a pulsão de vida está do lado da morte natural, que se experimenta ao cumprir-se o ciclo vital, e a pulsão de morte diz da morte enquanto expressão de que o homem não vai apenas ao encontro de seu bem, vai também ao encontro do que está além do princípio do prazer. Repete-se, no entanto, que não há corpo humano que não esteja submetido ao simbólico, o que leva à noção de que as pulsões de vida e de morte sempre se manifestam amalgamadas. Esse é um dos pontos que levam Lacan a encontrar monismo onde Freud queria dualismo, quando ele chega a dizer: “Toda pulsão é virtualmente pulsão de morte” (LACAN, 1998, p. 863), ou seja, o corpo sempre está atravessado pelo símbolo e deseja escolher sua morte para além da natureza. “A exceção, no reino da vida, são os corpos habitados pela língua, que verdadeiramente maculam o animado, os corpos da espécie humana” (MILLER, 2004, p. 45).

Para a Psicanálise, a vida e a morte, tal como experienciadas no âmbito humano, são fenômenos regulados pelo símbolo. O símbolo funciona de diferentes modos nessa relação entre vida e morte: ele, o qual perturba o equilíbrio do corpo vivo e o leva à morte, antecipa a morte para pô-la em meio à vida humana e imortaliza o homem porque transmite seus (de)feitos aos que o sucedem. Ao contrário do animal, um homem morre, já que ele não é apenas um membro da espécie humana, mas um ser individualizado pelo símbolo. Os animais, por sua vez, já nascem mortos enquanto indivíduos e, ao mesmo tempo, são imortais por sua condição natural de membros de uma espécie. “Se o conceito de espécie é fundado, se a história natural existe, é que não há somente cavalos, mas o cavalo” (LACAN, 2009, p. 164, grifo do autor)⁸.

Além de pensar a vida em termos da incidência do símbolo na energética do corpo, Lacan também a associa ao contexto do corpo vivo do qual se goza. “[...] nós não sabemos o que é estar vivo, senão apenas isto, que um corpo, isso se goza” (LACAN, 2008, p. 29). O vivo, nesse sentido, é o que não está afetado pelo símbolo, já que este mata a Coisa, fazendo-a presente na ausência; o que se subtrai ao símbolo vive e goza. O gozo é a satisfação paradoxal, que não responde ao princípio do prazer, e da qual nada se sabe. Ainda que o gozo advenha do corpo vivo, ele não

8 Essa passagem de Lacan ressoa, embora em contexto oposto, à celebre passagem arendtiana: “A ação, única atividade que ocorre diretamente entre os homens, sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição da pluralidade, ao fato de que os homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo” (ARENDT, 2010a, p. 8).

é propriamente sujeito à pulsão de vida, ele pode estar do lado da morte. É nesse lugar, o do gozo, que se vê surgir a ligação entre a pulsão e o superego. O superego, na cultura atual, é mais uma injunção de gozo do que uma restrição a ele. Ele não se dedica a adaptar o indivíduo aos moldes da vida, moderar suas demandas de satisfação, inserir o contrapeso da realidade na corrida em busca da felicidade, mas, antes, persegue uma satisfação que é totalmente desadaptada, aparentada com a morte. É sua voz que repete: “Goza! Sempre e mais, sê feliz, tem sucesso, vence na vida, consome tudo, desfruta do corpo... Vive!”.

Assim, pode-se formular um ponto que oriente a reflexão sobre a vida no campo psicanalítico. A vida para a Psicanálise é a vida humana; ela sofre as interferências do símbolo desde onde se conjuga com a morte.

VIDA E SEXUALIDADE EM HANNAH ARENDT E NA PSICANÁLISE

Colocando frente a frente o que se definiu como eixos para abordar o conceito de vida em Hannah Arendt e na Psicanálise, entende-se que ambas as análises não são essencialmente convergentes, embora apontem para um ponto comum: o imperativo da felicidade vigente na época atual, sendo esta uma experiência de satisfação ligada ao corpo. Quanto à não convergência das análises, destacam-se dois pontos. Primeiro, se para Hannah Arendt a vida é natural, para a Psicanálise, ela é irreversivelmente marcada pelo símbolo. Segundo a concepção arendtiana, corpo, sexualidade, vida e necessidade se referem à natureza, constituindo o que o homem tem em comum com os animais. Já para a Psicanálise, há um hiato entre o âmbito humano e o natural, pois a linguagem subverte as funções da biologia. A rigor, homens e animais não compartilham nenhuma natureza. Ainda que ambos se comuniquem, reproduzam-se, vivam, tenham corpos e necessidades biológicas, cada uma dessas funções responde a um regime diverso, conforme se refira a homens ou a animais. Quanto ao segundo aspecto, ou seja, o fato de Hannah Arendt pensar a vida a partir de um paradigma positivo com base em noções como produção, fertilidade, abundância e processo, observa-se que a divergência da Psicanálise em relação a esse referencial ocorre na medida em que esta última liga a vida à morte, trazendo para sua análise as marcas da perturbação, da desadaptação e da divisão do sujeito que habita um corpo.

Entende-se que as diferenças apontadas quanto às noções de vida e sexualidade nas obras de Freud, Lacan e Hannah Arendt designam posicionamentos fundamentais desses autores. Arendt dedica-se a uma crítica da sociedade moderna, fazendo-se tributária da divisão entre natureza e política de Aristóteles, com vistas

a iluminar o que falta em um tempo marcado pela intimidade solipsista. E, ainda que suas propostas inspirem ações afirmativas no contexto político corrente, seu pensamento sofre de uma separação artificial entre vida e política, advogando a exclusão das questões ligadas à administração das necessidades da atividade deliberativa que tem lugar no espaço público⁹. Já a Psicanálise é uma prática constituída a partir da escuta de sujeitos inseridos no regime da intimidade e dá testemunho da relação intrínseca entre o símbolo e os dados da biologia no homem. A novidade que a Psicanálise trouxe em relação à sexualidade foi exatamente a subversão de seu caráter natural, a noção de que o sexo não é um fato do instinto, mas da pulsão, de que o corpo sofre da linguagem, além de gozar dela. Isso implica que, ainda que o homem socializado não tenha como experiência privilegiada a liberdade na esfera pública, ele não pode ser reduzido à animalidade; a linguagem está irremediavelmente imiscuída em suas entranhas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ARENDT, Hannah. O que é liberdade? In: ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- . *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.
- . *A vida do espírito: o pensar, o querer, o julgar*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010b.
- . Totalitarian imperialism: reflections on Hungarian revolution. *The journal of politics*. v. 20, n. 1, p. 5-43, Feb. 1958. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2127387>>. Acesso em: 30 jun. 2010c.
- . *Sobre a revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- BENHABIB, Seyla. Models of public space: Hannah Arendt, the liberal tradition, and Jürgen Habermas. In: CRAIG, Calhon (Org.). *Habermas and the public sphere*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1992. p. 73-98.
- BLENCOWE, Claire. Foucault's and Arendt's "insider view" of biopolitics: a critique of Agamben. *History of Human Sciences*, v. 23, n. 5, p. 113-130, 2010. Disponível em: <<http://hhs.sagepub.com/content/23/5/113>>. Acesso em: 24 jan. 2013.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1999.

9 Sobre uma crítica à predefinição do que pertence aos âmbitos público e privado feita por Arendt, ver a noção de "essencialismo fenomenológico", em Benhabib (1992, p. 80).

- FREUD, Sigmund. A concepção psicanalítica da perturbação psicogênica da visão. In: FREUD, Sigmund. *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. XI. p. 193-203.
- _____. À guisa de introdução ao narcisismo. In: FREUD, Sigmund. *Obras psicológicas de Sigmund Freud* – escritos sobre a psicologia do inconsciente. Rio de Janeiro: Imago, 2004. v. II. p. 95-131.
- _____. A interpretação dos sonhos. In: FREUD, Sigmund. *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1987. vol. IV e V.
- _____. Além do princípio de prazer. In: FREUD, Sigmund. *Obras psicológicas de Sigmund Freud* – escritos sobre a psicologia do inconsciente. Tradução de Luiz Alberto Hanns. Rio de Janeiro: Imago, 2006a. v. II. p. 123-198.
- _____. Pulsões e destinos da pulsão. In: FREUD, Sigmund. *Obras psicológicas de Sigmund Freud* – escritos sobre a psicologia do inconsciente. Tradução de Luiz Alberto Hanns. Rio de Janeiro: Imago, 2006b. v. II. p. 133-173.
- _____. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: FREUD, Sigmund. *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1972. p. 123–250. v. VII.
- GARSPAR, Ronaldo. Hannah Arendt: sobre Karl Marx e a revolução. *Lutas sociais*. São Paulo, n. 27, p. 58-68. 2 sem. 2011.
- KRISTEVA, Julia. *Hannah Arendt*. New York: Columbia Press University, 2001.
- LACAN, Jacques. *O seminário, livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- _____. Posição do inconsciente. In: LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. p. 843-864.
- _____. *O seminário, livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.
- _____. *O seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.
- MILLER, Jacques-Alain. Biologia lacaniana e acontecimentos de corpo. *Opção lacaniana*, São Paulo, n. 41, p. 7–67, 2004.
- WELLMER, Albrecht. Arendt on revolution. In: VILLA, Dana (Org.). *The Cambridge Companion to Hannah Arendt*. New York: Cambridge University Press, 2002. p. 220-241.

Recebido para publicação em 08/05/2013. Aceito para publicação em 12/11/2013.

MATIZES VERDES, MODERNIZAÇÃO ECOLÓGICA E USURPAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

GREEN NUANCES, ECOLOGICAL MODERNIZATION AND BIODIVERSITY MISAPPROPRIATION

Filipe Aquino^a

Resumo A partir da categorização proposta pelo sociólogo espanhol Joan Martínez Alier sobre as correntes ecológicas, este artigo analisa diferentes matizes presentes no movimento ambientalista, buscando apontar e comentar suas múltiplas tendências, considerações e implicações. Ao utilizar a Amazônia como pano de fundo e as transformações lá ocorridas nos últimos vinte anos, investigam-se as condições que situam a modernização ecológica como instrumento da tecnociência que age sob e sobre a biodiversidade a partir da biotecnologia, transformando a questão ambiental em um campo de conflitos, depredação sociocultural e renovação econômica do grande capital transnacional.

Palavras-chave ecologia; ambientalismo; biodiversidade; Amazônia.

Abstract *Based on the categorization proposed by the Spanish sociologist Joan Martinez Alier on the ecological currents, this article analyzes different nuances present in the environmental movement seeking to identify and comment on its multiple tendencies, considerations and implications. Using the Amazon region and the transformation that have occurred there over the past 20 years as a background, we investigate the conditions that situate ecological modernization as a techno science instrument which act under and upon biodiversity from biotechnology, transforming the environmental issue in a field of conflicts, sociocultural depredation and economic renewal of the large transnational capital.*

Keywords *ecology; environmentalism; biodiversity; Amazon.*

a Mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atualmente, doutorando em Sociologia pela Universidade do Porto.

INTRODUÇÃO: INSUSTENTABILIDADES

O conceito de responsabilidade socioambiental deriva diretamente da ideia de crescimento econômico e surge como forma de enfrentar discursivamente a insustentabilidade do atual modelo político, social, econômico e ambiental. “A teoria do desenvolvimento sustentável possui raízes nas discussões sobre ambientalismo que buscavam um conceito alternativo de desenvolvimento a partir dos debates sobre os riscos da degradação do meio ambiente” (SOUZA, 1995, p. 5). Sob esse ponto de vista, o desenvolvimento sustentável desponta como uma “nova filosofia do desenvolvimento que combina eficiência econômica, com justiça social e prudência ecológica” (BRÜZEKE, 1994, p.b9). Compreender as motivações e a racionalidade dos diferentes atores é indispensável para que se entenda a nova estratégica discursiva que utiliza o discurso socioambiental como força-motriz do ideal de desenvolvimento hegemônico atualmente vigente. Sob a ótica da sustentabilidade, investiga-se, ainda, a discriminação social, econômica e ambiental das populações periféricas, fruto do ciclo danoso do grande capital.

Para situar mais claramente essas questões, partiu-se de análises do movimento ambientalista, ou *movimento verde*, que se apresenta como amplo, com variadas formas de pensar e agir.

Sob a chancela do movimento ecológico, veremos o desenvolvimento das lutas em torno de questões as mais diversas: extinção de espécies, desmatamento, uso de agrotóxicos, urbanização desenfreada, explosão demográfica, poluição do ar e da água, contaminação de alimentos, erosão dos solos, diminuição das terras agricultáveis pela construção de grandes barragens, ameaça nuclear, guerra bacteriológica, corrida armamentista, tecnologias que afirmam a concentração de poder, entre outras. Não há, praticamente, setor do agir humano onde ocorram lutas e reivindicações que o movimento ecológico não seja capaz de incorporar (GONÇALVES, 2006, p. 12).

Ante a multiplicidade de enfoques e abordagens da *questão verde*, optou-se pelo mapeamento proposto pelo sociólogo Joan Martínez Alier (2009), que divide as correntes do ambientalismo em três grandes grupos, com diferentes práticas socioteóricas: o *culto ao silvestre*, o *evangelho da eficiência* e o *ecologismo dos pobres*.

O CULTO AO SILVESTRE

O *culto ao silvestre* ou *culto à vida selvagem* é a corrente do movimento ambientalista que difunde a ideia de defesa da natureza intocada, semeando o amor aos bosques e aos cursos d'água. O movimento ambientalista que prega o culto à vida silvestre centra a resolução dos problemas ecológicos na preservação (pura e simples) da natureza idílica, natural, intocada. Para Joan Martínez Alier (2009, p. 22):

O “culto ao silvestre” surge do amor às belas paisagens e de valores profundos, jamais para os interesses materiais. A biologia da conservação, que se desenvolve desde 1960, fornece a base científica que respalda essa primeira corrente ambientalista.

O *culto ao silvestre* ganhou espaço na mídia especialmente por denunciar que a “perda da biodiversidade caminha de forma rápida” (MARTÍNEZ ALIER, 2009, p. 23), com o desaparecimento de espécies animais e vegetais que antes eram abundantes. A agricultura, de subsistência ou do agronegócio, desagrada profundamente os defensores dessa corrente ecológica, uma vez que “essas atividades ganharam espaço às expensas da vida silvestre” (MARTÍNEZ ALIER, 2009, p. 24). A sacralidade da natureza, portanto, é o ideal-base, sendo o homem apenas mais um elemento a compor o universo. Carlos Cardoso Aveline (2007, p. 14) define assim os ideais da *ecologia profunda* (um outro significante para o *culto ao silvestre*):

A natureza, cuja evolução é eterna, possui valor em si mesma, independentemente da utilidade econômica que tem para o ser humano que vive nela. Esta ideia central define a chamada ecologia profunda – cuja influência é hoje cada vez maior – e expressa a percepção prática de que o homem é parte inseparável, física, psicológica e espiritualmente, do ambiente em que vive.

Em resumo: a corrente ecológica denominada *culto ao silvestre* apresenta como principal proposta política a manutenção de “reservas naturais, em geral denominadas parques nacionais ou naturais, livres da ação e interferências humanas” (MARTÍNEZ ALIER, 2009, p. 24). Além disso, os componentes dessa corrente do ecologismo orientam-se para a preservação da vida silvestre, “sem se pronunciar diretamente sobre a industrialização ou a urbanização, mantendo-se indiferentes ou em oposição ao crescimento econômico, muito preocupados com

o crescimento populacional e respaldados cientificamente pela biologia conservacionista” (MARTÍNEZ ALIER, 2009, p. 38).

O EVANGELHO DA ECOEFICIÊNCIA

O ano de 1972 singularizou-se na história do pensamento ambientalista, pois foi quando surgiu um estudo de fundamental relevância para as questões relacionadas ao meio ambiente. Para Anthony Giddens (2010, p. 86), o estudo, que ficou conhecido como *Limites do crescimento*, do Clube de Roma¹, afirmou que “nossa civilização está esgotando os recursos dos quais depende a continuação de nossa existência”. Foi também no ano de 1972 que a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano destacou a importância de conciliar o desenvolvimento econômico com o uso sustentável dos recursos naturais. Com o pensamento da valorização do meio ambiente, em especial dos recursos naturais nele disponíveis, a corrente ecológica denominada *evangelho da ecoeficiência* é o segmento do pensamento ambientalista que se “preocupa com o manejo sustentável e com o ‘uso responsável’ dos recursos naturais” (MARTÍNEZ ALIER, 2009, p. 27). Preocupa-se também com o controle dos níveis de contaminação do ar, da água e dos solos. O foco dos entusiastas dessa corrente está direcionado aos impactos ambientais da produção de bens e aos riscos à saúde decorrentes de atividades industriais, da urbanização e da agricultura e pesca modernas.

As novas tecnologias e a internalização das externalidades² se apresentam como fundamentais para a modernização tecnológica e para a economia ecológica como um todo. Os defensores do *evangelho da ecoeficiência* advogam pelo crescimento econômico, porém apregoam a tal crescimento a ideia de “desenvolvimento sustentável”. É aqui que reside o pensamento mais visível nos *media* e na sociedade contemporânea, seja por parte das empresas, seja da parte dos cidadãos, seja por parte do poder público: a ideia de aproveitar melhor os recursos e as matérias-primas e ter uma vida “sustentável”. Uma dita vida sustentável atrela-se

1 Criado em 1968, é formado por “personalidades” de diferentes comunidades, como acadêmica, política, empresarial, religiosa, entre outras. Discutem-se especialmente temas como energia, poluição, saneamento, saúde, ambiente, tecnologia e crescimento populacional.

2 Uma externalidade acontece quando uma pessoa ou um processo produtivo influencia o bem-estar de outra pessoa. A externalidade pode ser positiva – quando gera, por exemplo, empregos para a população ao redor – ou negativa – quando destrói recursos naturais. O processo de internalização das externalidades deve ser a base de toda a política ambiental, pois assim criam-se formas para que a empresa seja obrigada a investir em controles ambientais que mitiguem os impactos de seus processos, além de fazer com que os custos socioambientais da poluição sejam integrados ao processo produtivo por meio de multas ambientais e taxas, por exemplo.

a um “desenvolvimento responsável” da economia e da sociedade. Para Martínez Alier (2009, p. 28), “efetivamente, a ‘ecoeffiência’ tem sido descrita como ‘o vínculo empresarial com o ‘desenvolvimento sustentável’”. A palavra *desenvolvimento*, portanto, demanda alterações na estrutura econômica e social, ao passo que a palavra *crescimento* significa uma expansão na escala da economia que provavelmente não tem condições de se sustentar ecologicamente. Martínez Alier entende “desenvolvimento” como um termo de forte conotação de crescimento econômico e modernização uniforme. Nessa ordem, para ele seria preferível falar em “sustentabilidade”. Giddens (2010, p. 88) alerta: “Os dois termos fundamentais, ‘sustentabilidade’ e ‘desenvolvimento’, têm significados meio contraditórios. ‘Sustentabilidade’ implica continuidade e equilíbrio, enquanto ‘desenvolvimento’ implica dinamismo e mudança”. Logo, por mais distintos que possam ser os conceitos sobre sustentabilidade/responsabilidade socioambiental, há um distanciamento entre a prática diária dos chefes governamentais e empresariais e o ideal almejado pelo discurso sustentável, especialmente porque existe uma

inversão de valores, tendo em conta que o discurso da lucratividade a partir da sustentabilidade indica que o mundo ideal sob os aspectos fundamentais do desenvolvimento ainda está sendo sobreposto ou subjugado pela lógica do capital (DA SILVA, 2011, p. 25).

A noção de tempo que norteia o processo, portanto, é a do capital, não a da natureza. É o tempo da concorrência, o da exploração dos recursos naturais, o da necessidade de exportação de toneladas crescentes de recursos minerais, etc. Sob esse parâmetro, há um nítido choque entre o conceito e a ação propostos pelo *evangelho da ecoeficiência*, que surge como uma nova roupagem para que o capitalismo continue hegemônico e vencedor.

Desenvolvimento sustentável apresenta uma conotação positiva de que é possível aliar crescimento econômico, uso adequado dos recursos da natureza e melhoria da qualidade de vida. Não fica claro, entretanto, de que forma essa interrelação pode ser conseguida na prática, sem profundas transformações, tanto a nível local quanto a nível mundial, nas relações de poder que se estabeleceram historicamente a partir da gênese e desenvolvimento do modo de produção capitalista (SOUZA, 1995, p. 37).

Quando se trata da questão ecoeficiente, é comum encontrar um aglomerado de metas e objetivos como conceitos. Exemplificando a dificuldade em encontrar uma fórmula precisa para se obter a ecoeficiência, William Lafferty e James Meadowcroft destacam:

Desenvolvimento sustentável indica uma preocupação interdependente com: a promoção do bem-estar humano; a satisfação das necessidades básicas; a proteção do meio ambiente; a consideração para com o destino das futuras gerações; a conquista da igualdade entre ricos e pobres; e a participação numa base ampla no processo decisório (*apud* GIDDENS, 2010, p. 88).

Desse modo, em sentido mais simples, pode-se afirmar que a sustentabilidade implica que, ao lidar com problemas ambientais, está-se “em busca de soluções duradouras, não de jeitinhos a curto prazo” (GIDDENS, 2010, p. 88). Por conta disso, é interessante acompanhar o processo de aceitação do conceito de sustentabilidade nas empresas, sobretudo para delimitar o ponto a partir do qual ele foi transformado em *arma discursiva empresarial* fundamental para a construção de imagem de marca ecorresponsável. Em 1989, na Suécia, Karl-Henrik Robèrt desenvolveu parâmetros para o melhor aproveitamento de insumos e recursos denominados *The Natural Step (TNS)*. Apesar de o problema ecológico gerar discussões há anos, especialmente na Europa, até a data, o tema não era tão corriqueiro na agenda das corporações. “Treze anos atrás, quando o TNS iniciou as suas atividades, a percepção de que as empresas eram totalmente ignorantes do ponto de vista ambiental era maior do que hoje” (ROBÈRT, 2011, p. 15).

Atualmente, a agenda midiática dá voz – e, em outros casos, “vende espaços” – a empresas engajadas em relação aos temas ambientais e – na pior das hipóteses – cada vez mais empenhadas em comunicar suas práticas de sustentabilidade. O Ikea e o McDonald’s suecos – dois casos citados por Karl-Henrike Robèrt – servem de exemplos. No Ikea, um dos problemas enfrentados pela organização era que “as pessoas haviam rotulado o desenvolvimento sustentável de ‘frescura’” (ROBÈRT, 2011, p. 98). Para combater esse pensamento, o Ikea criou um folheto intitulado “Lixo é dinheiro”, no qual argumentou que o desperdício equivaleria a custos, pois revelava que algo não estava operando de forma totalmente correta. O McDonald’s sueco, por sua vez, sofreu com a administração municipal, que resolveu processar a companhia por não usar embalagens reutilizáveis: o lixo produzido não era compatível com as resoluções da Agenda 21. A empresa acabou por realizar um acordo com o poder público municipal e se comprometeu a “adotar energia renovável, fazer

suas compras de alimentos com fornecedores agrícolas que possuíssem programas administrativos voltados para o desenvolvimento sustentável, além de desenvolver programas de reciclagem em todos os seus restaurantes” (ROBERT, 2011, p. 136).

Sob esse quadro, na perspectiva de aproveitar tudo o que for possível para reduzir o desperdício, os praticantes do *evangelho da ecoeficiência* acabam por utilizá-lo como uma forma de ganho, tanto em termos de redução de despesas quanto em termos de construção de “imagem corporativa”, pois, como alerta Laymert Garcia dos Santos (2011, p. 30): “o lema do capitalismo verde é salvar o planeta e ganhar dinheiro ao mesmo tempo”.

O ECOLOGISMO DOS POBRES

O *ecologismo dos pobres*, *ecologismo popular* ou *movimento por justiça ambiental* centra seus esforços na diminuição dos conflitos originados a partir dos embates ambientais em níveis local, regional, nacional e global, que são causados pelo crescimento econômico e pela desigualdade social. É também denominada *ecologismo de livelihood* (subsistência ou ganha-pão), do sustento e da sobrevivência humana (GARI, 2000 *apud* MARTÍNEZ ALIER, 2009) e *ecologia da libertação* (PEET; WATTS, 1996, *apud* MARTÍNEZ ALIER, 2009). Essa corrente do ambientalismo ressalta que o crescimento econômico implica maiores impactos no meio ambiente, dando destaque para a alteração no deslocamento geográfico das fontes de recursos e das áreas de descarte dos resíduos operacionais. Nesse sentido, de acordo com Martínez Alier (2009, p. 34), observa que

países industrializados dependem de importações provenientes do Sul para atender parcela crescente das suas demandas por matérias-primas e bens de consumo. Os Estados Unidos importam metade do petróleo que consomem. A União Européia importa uma quantidade de materiais (inclusive energéticos) quase quatro vezes maior do que a que exporta.

O eixo principal dessa corrente ecológica não é uma reverência à natureza, mas sim um interesse material pelo meio ambiente como fonte de condição para a subsistência; não é advogar em razão dos direitos de espécies ameaçadas de extinção e da preocupação com as futuras gerações de humanos, mas sim, pelos humanos pobres de hoje (MARTÍNEZ ALIER, 2009). Portanto, o *ecologismo dos pobres* não compartilha dos mesmos fundamentos éticos nem estéticos das correntes anteriores citadas. Sua preocupação tem origem em uma demanda por justiça

social contemporânea, em particular se entender-se que as fronteiras do gás, do petróleo, do alumínio, do cobre, do eucalipto, do ouro, da soja (transgênica ou não), etc. avançam na direção de novos territórios, e, a partir disso, deve-se pensar na geração de impactos que não são solucionados pelas políticas econômicas ou pelas inovações tecnológicas. Em geral, esses impactos atingem de forma desproporcional diferentes grupos sociais. Na medida em que a escala da economia é expandida, mais resíduos são gerados e mais os sistemas naturais são comprometidos, o que acaba deteriorando os direitos das gerações futuras. Alguns exemplos de conflitos ambientais nos quais o *ecologismo dos pobres* deve ser considerado são os provocados pelo uso da água, pelo acesso às florestas, contaminação de áreas e o comércio ecológico desigual. Em muitos contextos, os agentes participantes de ambos os lados desses conflitos não utilizavam um discurso ambientalista – isso explica por que o *ecologismo dos pobres* e o movimento por justiça ambiental não foram plenamente identificados até os anos de 1980. O fato é que a continuidade do atual sistema de produção do capitalismo hegemônico é ambientalmente insustentável e socialmente injusto, o que acaba por intensificar os conflitos socioambientais de diversas regiões. Para enfrentar esses problemas, o *ecologismo dos pobres* tem como fundamentos a economia ecológica e a ecologia política.

A economia ecológica tem como seu precursor mais importante o economista Georgescu-Roegen, cujos estudos entre os anos cinquenta e setenta buscaram integrar os processos econômicos e os processos de organização da natureza em seus fluxos de energia e materiais na produção da vida, em especial através das implicações das leis da termodinâmica no funcionamento da economia. [...] Uma das principais contribuições de Georgescu-Roegen e diversos de seus seguidores tem sido a crítica do regime energético da atual sociedade industrial e de mercado, baseado no uso intensivo de combustíveis fósseis não renováveis que aceleram processos entrópicos globais no planeta. As características desse regime energético, aliado aos padrões de produção e consumo das sociedades capitalistas contemporâneas, geram intensos fluxos de materiais e energia incompatíveis com o metabolismo ecológico e social do planeta, sendo, portanto, insustentáveis. A consequência é a aceleração de entropias globais, ou seja, processos de desorganização dos ecossistemas e da própria vida, acentuados pela emergência dos chamados riscos ecológicos globais nas últimas décadas, como as mudanças climáticas globais (PORTO; MILANEZ, 2009, p. 1985).

A ecologia política, por sua vez, apresenta-se como um

campo de discussões teóricas e políticas que estuda os conflitos ecológicos distributivos, ou simplesmente os conflitos sócio-ambientais. Ela se fortalece principalmente a partir dos anos 80 pela crescente articulação entre os movimentos ambientalistas e sociais. A ecologia política amplia a crítica dos fundamentos filosóficos da economia neoclássica ao avançar sobre a economia prática de tradição marxista, incorporando questões ecológicas no entendimento das dinâmicas econômicas e de poder que caracterizam as sociedades modernas (MARTÍNEZ ALIER; PORTO, 2007, p. 508).

Portanto, a articulação entre ecologia política e economia ecológica fornece uma importante base teórica porque se passa a considerar os problemas socio-ambientais como conflitos distributivos, frutos das desigualdades e contradições dos processos econômicos e sociais atuais. Desafortunadamente, esses conflitos concentram-se sobre as populações mais pobres, discriminadas e socialmente excluídas. Citam-se como conflitos desiguais as lutas empreendidas pelo movimento Chipko em defesa das floretas no Himalaia; a união preservacionista liderada por Chico Mendes; a resistência dos atingidos por barragens espalhados por diversas regiões do Brasil; a disputa por vez e voz dos pescadores artesanais residentes nas imediações do Porto do Itaqui, em São Luís, capital do Maranhão; o sofrimento das dezenas de famílias que vivem ao longo da Estrada de Ferro Carajás, no Norte do país; a luta empreendida pelas populações indígenas e quilombolas pelo reconhecimento de suas histórias e seus territórios; entre muitos outros casos. “Tais conflitos, porém, tendem a se radicalizar em situações de injustiça presentes em sociedades marcadas por fortes desigualdades sociais, discriminações étnicas e assimetrias de informação e poder” (PORTO; MILANEZ, 2009, p. 1985).

Nessa perspectiva, os processos de desenvolvimento que formam “centros” e “periferias” regionais e mundiais precisam ser questionados, pois não há como falar em sustentabilidade enquanto o meio ambiente é ameaçado pelo crescimento populacional, pelo abandono dos povos da floresta e das periferias, pela crescente exploração dos recursos minerais e pelo hiperconsumo.

A AMAZÔNIA COMO ÚLTIMA FRONTEIRA: RIQUEZAS MUNDIALMENTE RECONHECIDAS E AMEAÇADAS

Percebe-se que há um enfrentamento entre os agentes da expansão econômica e os da conservação do meio ambiente. A principal proposta para a solução desse enfrentamento parece residir na modernização ecológica – ao menos para aqueles que ainda acreditam nas promessas de inclusão do desenvolvimento tecnocientí-

fico. Para Laymert Garcia dos Santos (2011), essas promessas se esfumaram e parecem só fazer sentido a partir do insistente assédio da mídia e, em especial, da publicidade. A ideia de modernização ecológica caminha sob dois pontos principais: o primeiro, de ordem econômica, opera, de forma geral, a partir de ecoimpostos e mercados de licenças de emissões; o segundo, com base na ordem tecnológica, atua no apoio de medidas voltadas para a economia e/ou melhor aproveitamento da energia e de matérias-primas – encaixando-se perfeitamente ao *evangelho da ecoeficiência* outrora citado.

Alguns estudiosos, políticos, ambientalistas e, principalmente, corporações transnacionais apostam que as novas tecnologias resolverão os problemas surgidos na difícil relação economia-meio ambiente. Entretanto, deve-se ressaltar que as novas tecnologias não são, necessariamente, a “solução perfeita”, principalmente se considerar-se a existência de perigos³ (novos e antigos, alguns ainda não totalmente conhecidos), como a localização de incineradores, o uso de áreas de destinação e de armazenagem de resíduos radioativos, o uso das sementes transgênicas, geneticamente modificadas, ou ainda a questão dos transportes e novos combustíveis, como o etanol⁴, entre outros exemplos. “Até pouco tempo atrás, tratar de uma possível crise ambiental no Brasil era algo marginal, pois tal fato era considerado um fenômeno de país industrializado” (SANTOS, 2011, p. 35). Hoje, sobretudo pela riqueza da biodiversidade amazônica, pela quantidade de minerais encontrada em solo nacional e pelas necessidades e opressões socioeconômicas que o mundo globalizado impõe, em especial a determinadas populações, é premente tratar, no Brasil, da relação entre economia e meio ambiente. Não há mais como negar que a questão ambiental seja uma questão maior.

Muitos países criaram, inspirados por doutrinas liberais, projetos nacionais de “construção”. No Brasil, sob a rubrica do “desenvolvimento”, esses ideais cresceram com o amparo do Estado e tomaram a forma de uma aliança entre diferentes setores da elite e das classes médias urbanas (ROCHA, 2010). Nesse espectro, “a Amazônia

3 Conforme destaca Laymert Garcia dos Santos (2007, p. 52), o *risco*, o *acidente* e o *efeito colateral* são partes inerentes do progresso tecnológico. A tecnociência parece só saber lidar com os riscos tecnológicos propondo mais tecnologia, o que faz o risco mudar de patamar. “Nesse sentido, e paradoxalmente, quanto mais avança o progresso, mais avançam o risco e a incerteza”.

4 Segundo notícia veiculada em 09/11/2008 pelo jornal *O Estado de São Paulo*, a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) efetuou estudos e concluiu que, ao longo dos primeiros cinco anos de uso da tecnologia *flex fuel*, o Brasil “economizou” 42,5 milhões de toneladas de dióxido de carbono (CO₂), que deixaram de ser emitidas graças à substituição de gasolina por álcool combustível. Segundo o estudo, isso equivale a três anos e meio de emissões de CO₂ da cidade de São Paulo, ou seja, é como se todos os veículos e fábricas da metrópole tivessem deixado de funcionar durante esse período. Entretanto, o estudo dá a dimensão de que só as novas tecnologias não resolverão todos os problemas: um mês de desmatamento na Amazônia emite tanto CO₂ quanto o que foi economizado com cinco anos de carro *flex*.

brasileira foi concebida, pelas elites nacionais, como uma fronteira de recursos na qual o capital poderia refazer seu ciclo de acumulação com base nos novos estoques disponíveis” (CASTRO, 2005, p. 10). Assim, a partir dos anos 1970, a Amazônia brasileira foi integrada ao processo de desenvolvimento nacional. De acordo com Laymert Garcia dos Santos, esse processo consistiu em ocupar e movimentar a Amazônia com grandes projetos agropecuários, rodoviários, hidrelétricos, de mineração e de colonização. Infelizmente, tais projetos têm forte impacto ambiental porque se fundamentaram – e se baseiam, ainda – na destruição ou na facilitação da destruição da floresta. Sintomático da gravidade e da destruição perpetrada com o incentivo do governo brasileiro é o fato de que, “até o final dos anos 80, o Estado brasileiro concedeu US\$ 2,5 bilhões em subsídios para os fazendeiros que queriam queimar as florestas para ‘beneficiar’ a terra, transformando o solo em ‘fazenda aberta’” (SANTOS, 2011, p. 22).

A Amazônia brasileira⁵, para efeitos de governo e economia, é delimitada por uma área denominada *Amazônia Legal*, definida a partir da criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966. “A chamada Amazônia Legal brasileira tem uma superfície de aproximadamente cinco milhões de km², ou seja, 60% do território do Brasil” (SANTOS, 2011, p. 17). As florestas úmidas que a compõem caracterizam-se pela vasta biodiversidade animal e vegetal. Para se ter noção dessa riqueza, Laymert Garcia dos Santos (2011, p. 17) destaca: “enquanto na floresta amazônica se conhecem mais de 2.500 espécies de árvores, nas florestas temperadas de toda a França apenas cerca de 50 espécies são encontradas”. Toda essa vastidão permite vislumbrar a riqueza de uma biodiversidade internacionalmente reconhecida e, ao mesmo tempo, ameaçada. O Brasil, país de dimensões continentais, não apresenta, historicamente, um nível de devastação equânime entre as regiões geográficas do país. A floresta amazônica, por exemplo,

permaneceu praticamente intocada até a década de 1960, apesar do ciclo da borracha, que, entre 1840 e 1910, acarretou a drástica redução dos povos indígenas e levou entre 600 mil e 700 mil nordestinos para a região como mão de obra quase escrava (SANTOS, 2011, p. 39-40).

O quadro, a partir dos incentivos desenvolvimentistas da década de 1970, apresenta-se nitidamente diferente. Segundo Philip Fearnside (1991 *apud* SANTOS,

5 “Brasileira” na medida em que a Amazônia é uma floresta tropical que se faz presente em outros sete países (Peru, Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia, Guiana e Suriname).

2011), as taxas de desmatamento da Amazônia brasileira atingiram em média 22 mil km² por ano de 1978 a 1988; 18 mil km² em 1989; e 14 mil km² em 1990. Apesar de existir quem pense que ainda há muita área de floresta, é inegável a constatação do poder destrutivo e a quantidade de km² que foi catapultada à devastação. Para ilustrar com um dado mais atual acerca da devastação histórica ocorrida na área, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente (ALENCASTRO, 2011), a taxa de desmate anual para o ano de 2009-2010 ficou em 7.000 km². Como lembra Laymert Garcia dos Santos (2011, p. 39):

o processo de ocupação do Brasil fez prevalecer a devastação, e mais de cinco séculos de relação predatória com os recursos naturais consolidaram esse padrão, que acabou acentuado e intensificado pela modernização capitalista e as técnicas industriais do século XX.

Diante de tal situação, é possível afirmar que a Amazônia Brasileira só despertou a atenção do mundo porque seu desmatamento parece conectar, em um cenário catastrófico, três grandes tendências contemporâneas que podem desaguar em um desastre ambiental de proporções globais e desdobramentos inimagináveis: o efeito estufa, a destruição da camada de ozônio e a perda da biodiversidade (SANTOS, 2011, p. 15). Essas tendências foram cortejadas ao longo das últimas décadas pela modificação contínua e acelerada da floresta amazônica, ocasionando perdas de coberturas vegetais consideráveis.

Estados como Maranhão, Mato Grosso, Pará e Rondônia tiveram seu uso do solo enormemente alterado, com redução de biodiversidade (florestal e animal) e de técnicas de cultivos agroflorestais desenvolvidas por diversos grupos sociais em unidades produtivas familiares (CASTRO, 2005, p. 6).

A expansão do desmatamento pelo território brasileiro reflete os múltiplos papéis exercidos por diferentes agentes e seus variados objetivos. O poder público, as empresas nacionais e as transnacionais são quem mais se destaca na promoção da degradação, estimulando, assim, o agravamento dos problemas socioambientais.

As causas do desmatamento na Amazônia são múltiplas e traduzem a complexidade dos atores sociais e dos interesses que fazem da fronteira um lugar de encontro, de oportunidades, de capitalização e, justamente por isso, também de tensão e conflito (CASTRO, 2005, p. 6).

A abertura de estradas, a expansão da infraestrutura (especialmente ferrovias e portos), a exploração desenfreada dos recursos naturais, a derrubada da cobertura florestal, o abuso no uso de energias não renováveis e o avanço da pecuária, da soja e do eucalipto são alguns dos fatores que aceleram o processo de depredação dos ecossistemas. Um dos principais problemas dessa degradação é que ela afeta com diferentes intensidades diferentes grupos sociais, conforme apontado por Martinez Alier em seu conceito de *ecologismo dos pobres*. Para Laymert Garcia dos Santos (2011, p. 46):

Os povos da floresta podem acabar tendo de enfrentar uma escolha impossível entre o velho, violento e predatório estilo de desenvolvimento que a elite brasileira sempre lhes reservou, ou o desenvolvimento predatório pós-moderno, high-tech, que as corporações transnacionais, o Banco Mundial e as agências internacionais estão planejando para integrar a biodiversidade no mercado global.

Apesar de merecerem toda a atenção por sua situação de vulnerabilidade ante os poderosos interesses dos agentes econômicos, principalmente os transnacionais, os povos da floresta⁶ são apenas parte dos atingidos. O esforço em inserir a Amazônia na lógica do capital acaba por prejudicar toda a sociedade, pois se fundamenta na utilização do patrimônio natural, bem comum de todos nós, como matéria-prima para a feitura de produtos. A realidade econômica a que se está submetido transforma constantemente o mundo e é a grande responsável pela maior parte da perda da biodiversidade. Nos últimos anos, a riqueza da biodiversidade brasileira vem sendo destruída para promover a integração da região amazônica na economia de mercado.

Entretanto, realça-se que a biotecnologia e as revoluções causadas pelas novas técnicas envolvidas nesse processo se configuram como um novo paradigma tecnológico. Porém, nessa conjuntura, um problema ascende: para Laymert Garcia dos Santos (2011, p. 24), “a biotecnologia parece expressar um novo tipo de predação, uma forma bastante perversa de destruição, e uma maneira sofisticada de submeter a biodiversidade à lei do mercado”. Ao contrário do que se pode imaginar, a

6 Laymert Garcia dos Santos (2007, p. 49), relacionando aspectos do desenvolvimento econômico e da sociobiodiversidade, pondera: “Há uma questão que *nunca* ou *quase nunca* entra no espectro dos cientistas brasileiros: é a presença em nosso espaço territorial de cerca de duzentos povos indígenas, em sua maior parte concentrados nas terras mais ricas em diversidade biológica, e representando cerca de 10% da Amazônia Legal. Pois tudo se passa como se eles simplesmente não existissem, não contribuíssem em nada para a singularidade da natureza e da cultura do país, e não significassem nada para o nosso futuro científico”.

biotecnologia não tece laos à biodiversidade, pois, mesmo considerando que a existência da biotecnologia tende, sob uma primeira análise, a minimizar o perigo da extinção, pois, em última instância, manteria o *habitat* preservado, é possível que a biotecnologia, ao romper com os processos de desenvolvimento natural, ou seja, ao desrespeitar o “tempo da natureza”, acabe por acelerar mudanças genéticas, intervindo diretamente nos genomas, o que, por fim, resultaria em perda da sociobiodiversidade.

O interesse dos agentes do capitalismo pela biodiversidade, em especial por meio da biotecnologia, dá-se diante do fato de que, embora seja difícil, senão impossível, avaliar a riqueza da biodiversidade brasileira em sua totalidade, e até mesmo a riqueza de cada espécie, é possível pulverizá-la em fragmentos microscópicos e apropriar-se dessas unidades mínimas, registrá-las (patenteá-las) e conferir-lhes valor econômico que pode render elevadas quantias no mercado global (SANTOS, 2011, p. 25). Exemplo disso é mostrado por Norman Myers (*apud* SANTOS, 2011), ao advertir que um em cada quatro produtos vendidos nas farmácias – seja medicinal, seja farmacêutico – é fabricado a partir de coletas materiais extraídas de plantas nativas das florestas tropicais. Constam nessa lista antibióticos, antivirais, analgésicos, tranquilizantes, diuréticos, entre outros. Em termos de vendas, esses produtos atingem atualmente cerca de U\$ 20 bilhões/ano. A organização não governamental World Resources Institute (WRI), dedicada à causa ambiental, oferece uma dimensão do que está por vir em um de seus relatórios, ao concluir que menos de 1% das plantas tropicais tiveram seus usos potenciais investigados. Nesse quadro, o potencial da biodiversidade é visto sobretudo como matéria-prima fundamental para a feitura de produtos (alimentos, medicamentos, fibras, etc.) que só a biotecnologia poderá realizar.

Como já visto que a biotecnologia pode se tornar uma ameaça à biodiversidade, fica o questionamento: como esperar que uma força produtora de uniformidade (no caso, a biotecnologia) conserve a diversidade? Partindo do princípio de que o objetivo maior da produção moderna é obter o máximo de produtividade, o que resultaria da produção que envolvesse a riqueza de diversidade pluralista de plantas e animais, o que seria nada mais que uma teia de uniformidade e monocultura. Isso explica, por exemplo, o fato de que muitas florestas, não só na Amazônia, mas em outras regiões, cederam lugar a plantações de soja, arroz ou eucalipto – em geral, a escolha prioriza o que é mais rentável no momento.

A tendência principal permanece, que é a do desflorestamento, da conversão da floresta em pastagens, em áreas degradadas; mais recentemente, as pastagens

e áreas de sistemas agroflorestais têm sido substituídas pela monocultura de grãos, com a entrada sobretudo da soja (CASTRO, 2005, p. 6).

Com a biotecnologia, instaura-se a conversão de formas de vida em matérias-primas valiosíssimas. A rentabilidade da biotecnologia vem da exploração da biodiversidade por meio do sistema de patentes e do direito de propriedade intelectual (SANTOS, 2011, p. 30). Prova de que a vida pode ser monopolizada é a questão do germoplasma⁷ silvestre, que rendeu US\$ 66 bilhões para a economia norte-americana. O patenteamento de diferentes formas de vida ganhou importância quando do debate acerca do futuro da biodiversidade das florestas tropicais. Até 1980, o patenteamento de seres vivos era impossível, até que Ananda Chakrabarty pleiteia junto à Suprema Corte norte-americana os direitos sobre uma bactéria capaz de digerir petróleo que ela mesma criara por meio da reengenharia genética. Diante da proibição do patenteamento de seres vivos, o argumento de Ananda era que sua bactéria não era produto da natureza, e sim um produto manufaturado. A Suprema Corte concedeu ganho de causa, e, a partir desse “ponto conquistado”, os agentes do grande capital, em especial os laboratórios das grandes companhias, passaram a se dedicar ainda mais às pesquisas. Em 1985, a primeira planta foi patenteada. Em 1987, o primeiro animal. Em 1992, a Plant Generic Systems registrou uma linhagem especial de vegetais comestíveis resistentes a um herbicida específico⁸.

O patenteamento de algo considerado “humano” resistiu até o *caso Moore*. Episódio especial na história da leucemia mundial, John Moore, ao enfrentar um tratamento de câncer entre 1976 e 1983, no UCLA Medical Center, despertou o interesse dos médicos acerca das potencialidades de seu corpo, que poderiam render milhões⁹. Em um trabalho conjunto, uma equipe médica dividiu entre si sangue, espermatozoides, medula, pele e tecidos. Em seguida, patenteou partes do corpo do paciente sem seu consentimento ou comunicação, usufruindo de vantagens pecuniárias. Quando Moore descobriu que estava sendo “usado”, moveu um processo reivindicando o direito a suas células (SANTOS, 2011). A Suprema Corte norte-americana lhe negou o ganho de causa, argumentando que Moore não detinha direitos de propriedade sobre suas células descartadas, tampouco sobre os lucros obtidos a

7 Germoplasmas são unidades conservadoras de material genético e podem servir para o uso imediato ou como material potencial para uso futuro. São usados especialmente em pesquisas que tratam do “melhoramento genético” de plantas e animais.

8 A Hoeschst, gigante do setor químico, possui os direitos de uso e comercialização sobre a planta e o herbicida.

9 Segundo Laymert Garcia dos Santos, cerca de US\$ 3 bilhões, em valores de 1990.

partir delas, uma vez que, depois de coletadas, elas deixavam de ser propriedade dele. Após o caso, Marie-Angèle Hermitte, especialista em patentes, sentenciou:

Durante muito tempo o lixo hospitalar não teve valor algum. [...] Mas a situação mudou: órgãos, veias, placentas, tecidos podem ser diversamente reciclados pela indústria, e principalmente hormônios, anticorpos, fragmentos genéticos, linfócitos podem ser isolados, eventualmente multiplicados, fazendo do corpo e de seus restos uma verdadeira matéria-prima (1988, p. 20, *apud* SANTOS, 2011).

Assim, com a biotecnologia, nanotecnologia e manipulação genética, uma nova fronteira de depredação ambiental parece figurar no horizonte.

A engenharia genética, com suas técnicas de seleção, acabará por funcionar como uma máquina de hierarquização social. E, se for socializada, produzirá padronizações. De uma forma ou de outra, todos os cidadãos terão por genitores ou co-genitores a ciência; ou, num caso mais extremo, um Estado totalitário que tutele e determine o perfil biológico de seus cidadãos. Éramos frutos do acaso e das probabilidades, uma espécie de loteria biológica que nos protegia contra a arbitrariedade. A partir de agora, terceiros poderão nos determinar biologicamente. Nós próprios, os únicos direta e essencialmente interessados, só poderemos saber dos resultados quando eles estiverem irreversivelmente impressos em nosso ser pelos códigos genéticos que alguém resolveu escolher sem nossa aprovação (DUPAS, 2006, p. 207).

Nessa perspectiva, após esse panorama situacional da relação economia-meio ambiente, conclui-se que a Amazônia, repositório singular de biodiversidade, configura-se como uma área que merece atenção e cuidados. Observada a partir das correntes ecológicas categorizadas por Joan Martinez Alier, a Amazônia torna-se um alvo-chave para os seguidores do *evangelho da ecoeficiência*, uma vez que suas potencialidades podem render inúmeras vantagens competitivas, sobretudo econômicas. Considerando o receituário do *ecologismo dos pobres*, que denuncia a desproporcionalidade dos conflitos distributivos, peixes, árvores, água, minérios e os povos ribeirinhos e indígenas transformam-se em objetos de constante exploração e em matérias-primas disponíveis para a renovação capitalista. A sacralidade da natureza, ideal-base da corrente denominada *culto ao silvestre*, encontra-se diminuída e desrespeitada, uma vez que se depara com um Estado ora fraco na formulação de políticas socioeconômicas consistentes

para os povos ribeirinhos e para as regiões de floresta, ora mancomunado com os interesses privados de grandes organizações não governamentais e corporações multinacionais. Encarando as potencialidades da biotecnologia anteriormente mencionadas – que, em muitos casos, poderia ser substituída pelo termo “biopirataria” –, firma-se a necessidade de sérios debates, pois a questão configura-se como uma nova janela de conflitos econômicos, culturais, sociais, ambientais e ético-filosóficos, sobretudo se considerar-se que a biotecnologia representa uma forma assombrosa de depredação ambiental com potencial danoso irreversível e incalculável para o futuro da humanidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCASTRO, Catarina. Amazônia tem menor índice de desmatamento registrado no mês de agosto. *O Globo*, Rio de Janeiro, 3 out. 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/mat/2011/10/03/amazonia-tem-menor-indice-de-desmatamento-registrado-no-mes-de-agosto-925492224.asp>>. Acesso em: 27/10/2011.
- AVELINE, Carlos Cardoso. *A vida secreta da natureza – uma iniciação à ecologia profunda*. São Paulo: Editora Bodigaya, 2007.
- BRÜZEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável como desafio para as ciências. *Novos Cadernos Naea*, v. 12, p. 141-159, 1994.
- CASTRO, E. M. R.. Dinâmica sócio-econômica e desmatamento na Amazônia. *Novos Cadernos Naea*, Belém-PA, v. 9, n. 2, p. 5-39, 2005.
- DA SILVA, Eduardo Augusto. *O peso das palavras, o choque dos ideais: uma análise crítica dos Indicadores de Sustentabilidade como critérios para a Gestão da Comunicação Organizacional*. 240 p. 2011. Tese (Doutorado em Interfaces Sociais da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.
- DUPAS, Gilberto. *O mito do progresso; ou progresso como ideologia*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- GIDDENS, Anthony. *A política da mudança climática*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- GOLÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARTÍNEZ ALIER, Joan. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto, 2009.
- MARTÍNEZ ALIER, Joan; PORTO, M. F. S. Ecologia política, economia ecológica e saúde coletiva: interfaces para a sustentabilidade do desenvolvimento e para a promoção da saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, Fiocruz, v. 23, p. S503-S512, 2007.

- PORTO, Marcelo Firpo; MILANEZ, Bruno. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, p. 1983-1994, 2009.
- ROBERT, Karl-Henrik. *The natural step* – A história de uma revolução silenciosa. 11. ed. São Paulo: Editora Pensamento Cultrix, 2011.
- ROCHA, Maria Eduarda da Mota. *A nova retórica do capital*: a publicidade brasileira em tempos neoliberais. São Paulo: EDUSP, 2010.
- SANTOS, Laymert Garcia dos. Desencontro ou “malencontro” – Os biotecnólogos brasileiros em face da sócio e da biodiversidade. *Novos Estudos*, CEBRAP, v. 78, p. 49-57, 2007.
- _____. *Politizar as novas tecnologias*: o impacto sociotécnico da informação digital e genética. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
- SOUZA, André Luiz Lopes de. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: uma reflexão crítica. *Paper...* Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), UFPA, n. 45, 1995.

Recebido para publicação em 10/05/2013. Aceito para publicação em 19/10/2013.

MARXISMO, ESTRUTURALISMO E ANÁLISE LITERÁRIA*

Raymond Williams

Tradução de Ugo Rivetti^a

Eventos recentes em Cambridge, sobre os quais alguns de vocês podem ter ouvido falar, convenceram-me a apresentar um pouco do material que eu estava preparando para um curso de outono de cinco aulas¹. Dado que esse material foi originalmente concebido com essa finalidade, a expectativa para este momento tão carregado pode ser considerada desanimadora. Mas me parece mais importante tentar estabelecer agora uma posição geral do que deixar no ar muitos desses temas, à espera do momento em que eles possam ser analisados de forma mais completa. Meu propósito principal é o de identificar e explicar brevemente algumas posições atuais controversas, para além dos rótulos que estão sendo tão livremente vinculados a elas, mas apresentando aqui um argumento bastante diferente, que me parece apontar para o centro da controvérsia. Há tendências diversas no interior tanto do marxismo como do estruturalismo e há mais diversidade em outras tendências em parte influenciadas por eles. Muitas dessas tendências estão em forte oposição umas em relação às outras. Isso tem de ser enfatizado não apenas para prevenir rotulações redutoras, mas por uma razão mais positiva, porque algumas delas são compatíveis com o paradigma dos estudos literários atualmente dominante, enquanto outras são incompatíveis, sendo, já há alguns anos, um desafio ao paradigma dominante – e, por conseguinte, à sua prática. Uso paradigma, de modo geral, no sentido de Kuhn de uma definição operacional de um campo apreendido de conhecimento, de fato, de um *objeto de conhecimento*, com base em certas hipóteses fundamentais e que carrega consigo definições de métodos apropriados para a descoberta e o estabelecimento de um conhecimento desse tipo. Ora, parece-me que o caso da literatura seja um paradigma exatamente nesse sentido. Além disso, como argumentou Kuhn, esses paradigmas nunca podem ser simplesmente abandonados. Ao contrário, eles acumulam anomalias até que haja,

* Do original: WILLIAMS, Raymond. Marxism, structuralism and literary analysis. *New Left Review*, v. I, n. 129, p.51-66 (www.newleftreview.org).

^a Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo.

¹ Texto de conferência realizada na Faculdade de Inglês de Cambridge, em 13 de fevereiro de 1981.

eventualmente, um ponto de ruptura, e, então, são feitas tentativas para mudar e substituir as hipóteses fundamentais, suas definições e aqueles que são, nessa etapa, os padrões profissionais e os métodos de investigação estabelecidos. Esse é, evidentemente, um momento de crise. Acredito que é nesse momento que nos encontramos, ainda que em um estágio relativamente bastante inicial, nos estudos literários em Cambridge.

Ora, é claro, a definição de um objeto do conhecimento que é apreendido de maneiras determinadas passa a ser, dentro de qualquer paradigma dominante, irremediavelmente confundida com o objeto em relação ao qual o conhecimento deve ser adquirido. Isso é nítido, atualmente, em alguns usos do termo “literatura”, que, embora não seja produzida por departamentos literários, é tida, afinal de contas, em seu sentido geral mais comum, como detida e defendida, em alguma medida, por eles. Isso assume formas variáveis. Assim, diz-se que é nossa tarefa ensinar o “cânone da literatura inglesa”. Esse uso de “cânone”, emprestado dos estudos bíblicos, em que ele significa uma relação de escritos sagrados aceitos como autênticos, é significativo, porque, obviamente, o “cânone da literatura inglesa” não está dado, é produzido. Ele é altamente selecionado e, de fato, re-selecionado. Em sua versão mais simples, ele foi decisivamente desafiado por Richards, em seus experimentos na crítica prática². Este mostrou que até mesmo estudantes altamente treinados poderiam ser iniciados no cânone, mas não poderiam, em sua maioria, produzir, para si mesmos, as avaliações implícitas a ele. De fato, eles geralmente preferiam escritos que estavam bem fora do cânone. Essas descobertas compeliram à redefinição moderna mais efetiva do paradigma, embora não o tenham substituído. Nessa redefinição, a literatura passou a ser equiparada à crítica, pois, desde que, em contraste com os estudos bíblicos, o conhecimento não poderia, por si só, estabelecer o cânone literário (embora pudesse fazer uma verificação local interna a ele), um novo processo – o julgamento crítico – teria de ser ensinado como condição para manter a ideia definidora de literatura.

Literatura significara outrora, pelo menos até o início do século 19, um corpo de escritos impressos; de fato, esse sentido vago sobrevive em contextos como o do “suplemento literário” ou o da “literatura de venda” [*literature stall*]. Esse uso,

2 Ivor Armstrong Richards (1893-1979). Crítico, poeta e professor inglês, foi um dos principais responsáveis pela consolidação dos estudos de Inglês e literatura inglesa em Cambridge, sobretudo com o estabelecimento de um novo método analítico conhecido como “*close reading*”, que consistia na análise de uma obra pela seleção de passagens específicas (tidas como as mais representativas do texto) e pela leitura focada apenas nos elementos formais. É com base nesse método que se assenta a “crítica prática”, assim definida porque interessada estritamente nos elementos do texto, desconsiderando, portanto, elementos externos, como, por exemplo, aqueles relativos à vida do autor ou à sua época (NT).

obviamente, teve o efeito de uma circunscrição do termo ao material impresso, e isso era, em geral, bastante adequado ao período entre o século 17 e o início do século 20, mas já nesse momento com algumas anomalias. Havia o drama, que era a escrita não para ser lida, mas para ser encenada. Havia o que era chamado, desde períodos anteriores, de “literatura oral” – uma classificação incomum e muitas vezes enganadora. Havia, eventualmente, o *status* problemático da escrita em suas formas modernas, como a radiodifusão, o filme e as formas revividas de produção oral. Mas, de forma crescente ao longo do século 19, houve mais uma especialização do termo, com base no que são, hoje, categorias evidentemente anômalas. A literatura passou a significar predominantemente os tipos da “escrita imaginativa” de romances e poemas, em uma complexa distinção em relação à escrita “factual” ou “discursiva”. Não que isso apenas tendesse a ocultar, nas áreas então excluídas (“discursiva” ou “factual”), o elemento da *escrita*, a composição linguística de fatos e argumentos; o fato era que as supostas relações entre “imaginação” e “fatos” para os outros casos “literários” eram, se em alguns momentos óbvias, em muitos casos o próprio problema a ser explicado. Isso seria suficientemente difícil. Mas havia então uma outra especialização na qual, por assim dizer, a categoria de “Literatura” desacreditava a si mesma. Nem toda literatura – romances, poemas, peças – era Literatura com maiúscula. Uma efetiva maioria de romances, poemas e peças era vista como não pertencendo à literatura, que era agora o grupo efetivamente selecionado, e não o “cânone” estabelecido pela crítica.

Assim, se agora alguém diz: “Literatura é mais importante do que todos os *ismos*”, esta pode parecer uma ideia persuasiva quando os *ismos* são, por exemplo, aqueles que são os mais distantes dela: marxismo e estruturalismo. Mas há um *ismo* que não é mencionado tão frequentemente: a crítica, que está agora, em decorrência dessa redefinição do paradigma, de fato incorporada na própria “Literatura” (como aquilo que, de fato, a define e que pode até mesmo vir a regê-la)³. Há muitas vezes, então, o paradoxo de que o que a maioria das pessoas está realmente fazendo nos departamentos de literatura é tido como crítica ou conhecimento crítico e de que isso é visto como uma atividade literária apropriada, embora seja algo tão distinto do que outros – escritores de romances, poemas, peças – estão fazendo, sempre em outras partes.

Assim, tem-se, na sequência, primeiro uma restrição a textos impressos, depois uma limitação àquilo que é chamado de obras “imaginativas” e, então, finalmente,

3 O *ismo* aqui referido por Williams se refere à grafia do termo “crítica” em inglês: “criticism” (NT).

uma circunscrição a uma minoria criticamente estabelecida de textos “canônicos”. Mas desenvolve-se também, em paralelo a isso, outra especialização, geralmente mais potente: não apenas a da Literatura, mas a da Literatura Inglesa. Por si só, essa é, historicamente, uma construção tardia, posto que, em relação aos escritos medievais, ao menos àqueles do século 17, ela é uma construção obviamente duvidosa. Seria o inglês, então, a linguagem ou o país? Se ele é a linguagem, há também quinze séculos de escrita nativa em outras linguagens: latim, galês, irlandês, inglês antigo, francês normando. Se não é a linguagem, mas o país, seria este apenas a Inglaterra ou seria também Irlanda, Gales, Escócia, América do Norte, os países antigos e novos do Commonwealth?

O PARADIGMA DOMINANTE EM CRISE

A ideia de uma “literatura nacional” é uma produção histórica de grande importância para um período determinado. O termo *Nationalliteratur* surgiu na Alemanha nos anos 1780, e histórias de “literaturas nacionais”, com perspectivas e ênfases consideravelmente novas em relação às ideias mais antigas e gerais das “letras humanas”, estavam sendo escritas em alemão, francês e inglês, no mesmo período em que havia uma grande mudança tanto nas ideias de “nação” como de “nacionalidade cultural”. Desenvolvimentos históricos subsequentes, especialmente em nosso próprio século, tornaram vagas essas especializações “nacionais” e criaram anomalias que têm de ser reguladas temporariamente ano após ano pelo método de exame, etc. “Tendo em vista os propósitos deste ensaio, o *inglês* deve ser entendido como significando...”. De fato, essa é uma anomalia bastante poderosa, uma vez que a questão da *Englishness*, tantas vezes referida nos estudos de literatura inglesa, está agora, por razões sociais e políticas óbvias e bastante críticas, repleta de problemas complexos e altamente emocionais de identidade tradicional e ameaça contemporânea. Considerem-se algumas atitudes correntes em relação a novos recentes trabalhos, como o “Francês” ou a “*Paris fashion*”. Esses não são apenas termos descritivos, mas são usados deliberadamente em um sentido de diferenciação. Parece que o que está sendo geralmente defendido não é apenas um corpo de escritos, mas uma projeção maior disso, na qual as obras, de fato muito diversas, dos escritores ingleses são integradas dentro de uma identidade nacional – muito mais potente porque derivando, em larga medida, do passado –, na qual um ânimo, um temperamento, um estilo ou um conjunto de “princípios” imediatos (os quais podem ser contrastados não apenas com a “teoria”, mas com todas as demais formas de raciocínio) estão sendo celebrados, ensinados e – quando

possível – impostos administrativamente. Isso está muito distante da literatura no sentido de escrita ativa e diversa. Antes, isso é um suporte, um último bastião a partir do qual noções muito mais gerais de *Englishness*, de valores, de tradição são defendidas contra todo o resto; até mesmo dissidentes nativos (para não falar daqueles forasteiros) são vistos não apenas como diferentes, mas como estrangeiros – falando não a nossa linguagem, mas algum jargão incompreensível. Na medida em que isso diga respeito a todos os ingleses, não é assim como a maioria deles pensa e sente efetivamente, em face de problemas relacionados de identidade, tensão e mudança. Mas entre aqueles que podem ser chamados, com precisão, de intelectuais literários tradicionais ingleses, isso não é apenas uma prática; isto é, e soa como, uma vocação e uma cruzada. Em sua própria área, isso é congruente com as manifestações e as lutas muito mais gerais da classe dominante inglesa como um todo, cujos discurso e divulgação da “herança” cresceram em proporção a seus atuais fracassos práticos.

Ora, por diversas razões, tanto o marxismo como o estruturalismo, cada um a seu modo, influenciaram diretamente o paradigma e suas anomalias. De fato, o surpreendente é que, em muitas de suas tendências atuais, eles foram acomodados, ou acomodaram-se, *dentro* do paradigma, em que eles podem ser vistos como simples abordagens diversas do mesmo objeto de conhecimento. Assim, eles podem ser tidos como os hóspedes, embora ocasionalmente desordenados e indisciplinados, de um pluralismo apropriado. Contudo, certas outras tendências não são tão assimiláveis e são, de fato, consideravelmente incongruentes em relação a essa definição dada. São estas que estão envolvidas, não sem desordem e furor, na crise atual, pois essa crise é, acima de tudo, uma crise do paradigma dominante e de seus padrões e métodos profissionais estabelecidos. Ainda assim, por todas as razões dadas aqui, essa crise adquire uma ressonância que extravasa os termos de uma disputa profissional. Ela é, no sentido mais completo, uma das áreas-chave na qual uma crise cultural bastante geral está sendo definida e travada.

Passarei agora a uma descrição breve das principais e mais diversas tendências no marxismo, formalismo e estruturalismo, no que elas se referem àquilo que, por hábito, chamamos de estudos literários. Conhecer qualquer uma dessas tendências adequadamente exigiria muitos estudos subsequentes, mas desejo ao menos identificá-las e, então, brevemente indicar, porque este é, agora, o ponto crucial, quais dessas tendências são compatíveis com o paradigma – e, portanto, com os sistemas profissionais estabelecidos – e quais, na minha visão, não o são.

MARXISMO E A TEORIA DO REFLEXO

A primeira área a explorar no marxismo é aquela que está centrada na ideia de “reflexo”, em si mesma uma noção muito complexa e usada na tradição marxista de formas bastante diversas. Ela representa, historicamente, a primeira aplicação do marxismo aos estudos literários, mas de três modos interessantemente diferentes. Primeiro, há aquela proposição mais geral no marxismo de que todo o movimento da sociedade é governado por certas disposições dos meios de produção e de que, quando essas disposições – forças e relações em um modo de produção como um todo – mudam ao longo da operação de suas próprias leis e tendências, então as formas de consciência e as formas de produção intelectual e artística (formas que têm lugar, na definição marxista ortodoxa, na “superestrutura”) também mudam. Algumas mudam de modo relativamente direto, como a política e a lei; outras, de modos mais remotos e geralmente mais indiretos – os exemplos tradicionais são a religião, a filosofia e a estética. Segundo essa versão marxista da história da arte e do pensamento, mudanças nos níveis mais básicos da ordem social repercutem nas áreas mais distantes, na medida em que as pessoas se tornam conscientes desses conflitos e passam a se engajar neles sob várias formas.

Essa proposição tem sido longamente discutida, sobretudo na própria tradição marxista. Mas, em sua relação com os estudos literários, podemos distinguir duas versões dela: uma mais grosseira, embora ainda seja largamente conhecida (e, geralmente, tudo o que se conhece) como o marxismo nos estudos literários; a outra, muito mais sofisticada, ou aparentando ser mais sofisticada. A primeira versão grosseira é esta: se é verdade que a produção literária e intelectual é, no sentido mais geral, um reflexo de conflitos fundamentais na ordem social, então a tarefa do marxismo engajado nesses estudos é a de identificar as forças em conflito e, então, de distinguir (como era comumente feito nos anos 1930) tipos progressistas e reacionários de escrita, de tomar posição em relação a eles e, acima de tudo (já que a ênfase recaía muito mais na produção do que na crítica), de encontrar meios de produzir novos tipos de escrita que correspondessem às necessidades do conflito fundamental.

Esta é – e não apenas de forma caricata – uma posição bastante simples. Em seu aspecto mais débil, ela equivale a marcar certos tipos de literatura como bons ou maus, de acordo com suas presumidas tendências políticas ou históricas. De forma mais geral, o argumento literário é visto como dependendo de uma posição supostamente total ou de uma visão de mundo de classe. Ademais, essas verdades gerais são concebidas como vindas primeiro, em primeiro lugar, apenas então

sendo demonstradas e ilustradas na literatura. Não surpreende que, quando essa variante de interpretação marxista encontrou, nos anos 1930, um tipo de interpretação muito mais afeito à análise literária, por exemplo, em Leavis⁴ (ele próprio engajado e envolvido em discriminações morais e culturais na literatura), ela tenha sofrido uma derrota consideravelmente decisiva. Ela foi vista como grosseira e reducionista ou, na melhor das hipóteses, como dogmaticamente seletiva.

E, mesmo assim, ainda diz-se que nenhum marxista, não obstante ele/ela redefina os termos dessa proposição geral da determinação social, poderá abandoná-la completamente sem abandonar a tradição marxista. Na verdade, as formas mais modernas desse argumento prescindem da ideia de reflexo, porque, mesmo depois de se admitir que há *distâncias*, de que há defasagens de tempo, etc., é evidente que se assumiu uma correspondência *a priori* excessivamente estreita e direta, entre coisas que poderiam ser historicamente identificadas como ocorrendo em outras partes da ordem social, entre elas, a própria produção literária. Assim, ao invés de olhar para essas conexões diretas e óbvias, que poderiam apoiar a simples rotulação de obras como politicamente boas ou más ou como representando essa ou aquela tendência ou classe, a posição mais geral foi mantida, mas com uma redefinição radical do que efetivamente são os variáveis processos literários e estéticos. Eventualmente, esta se tornou, em um momento posterior, uma posição bastante complexa; mas mencionei primeiro a versão antiga, tanto porque ela é a mais amplamente conhecida como porque, existindo tanto em formas grosseiras como em formas mais refinadas, ela ainda é complexa e desafiadora.

Ora, a *segunda posição* que foi construída ao redor da ideia de reflexo era, de fato, muito mais simples. Valendo-se de uma tradição bastante longa do pensamento literário, esta vem a ser uma das tendências mais adequadas da ideia geral de reflexo e, de fato, da versão mais ampla e passiva de *mimesis* (há um sentido consideravelmente diferente, ativo, de *mimesis*, que não é absolutamente reflexo, mas um processo de compreensão, interpretação e transformação). Essa tendência define literatura significativa como aquela que reflete a realidade social, e seu método predileto é o realismo: julgar obras de arte por sua fidelidade a ou pela elucidação da realidade social. E, se esse é o critério, então não deve haver

4 Frank Raymond Leavis (1895-1978). Crítico literário inglês, foi o nome mais proeminente da crítica literária de Cambridge (universidade na qual lecionou entre 1925 e 1962) e da crítica inglesa de meados do século 20, tendo sido um dos fundadores e um dos mais ativos colaboradores da *Scrutiny*, principal revista literária inglesa da época, publicada entre 1932 e 1953. Segundo a concepção de Leavis, mais do que um método de análise de romances e poemas, os estudos de inglês e literatura inglesa deveriam se estabelecer como centro das humanidades, como disciplina capaz de cultivar a inteligência e a sensibilidade e de estabelecer um novo consenso de valores (NT).

nenhuma qualificação externa de obras progressistas ou reacionárias. Como Marx observara sobre Balzac (um homem no extremo político oposto a ele): Balzac é importante precisamente porque representa em seus romances a realidade da sociedade francesa. Ele teria sido um escritor muito inferior se tivesse tentado converter essa representação realística naquilo que tanto Marx como Engels atacaram continuamente como “*tendency literature*”, na qual, ao invés de refletir a realidade, tenta-se conformá-la a alguma pressuposição política pessoal. Era, portanto, crucial nessa tendência que a obra refletisse a realidade – a realidade tal como era, por mais indesejável que pudesse ser.

Mas temos de admitir algo, talvez muito, dado que o marxismo, enquanto uma posição geral, reivindica *insights* únicos acerca da natureza dessa realidade ou, melhor dizendo, de suas leis fundamentais. De fato, isso pode ser bastante diferente da ideia de refletir qualquer “realidade” que venha a existir de tempos em tempos. Ainda assim, essa diferença tende a concernir, principalmente, a questões de argumento *histórico*. O método da análise literária – a demonstração de um reflexo de um estado ou processo definido como a sua base, contexto ou pano de fundo – geralmente permanece adequado, pois esta é, no final das contas, uma posição bastante familiar a todos os estudos literários. As pessoas realmente perguntam, vezes e mais vezes, de modos mais ou menos sofisticados, como esse ou aquele romance relaciona-se a alguma realidade de outro modo observável. De fato, isso forma uma parte bastante grande das pesquisas mais ortodoxas em crítica e conhecimento. Assim, um tipo de posição “marxista”, defendida em seus próprios termos, é na prática quase sempre compatível com métodos muito mais largamente aprovados e comprovados.

Esse é o caso, creio eu, da *terceira versão* da teoria do reflexo, que se torna particularmente visível na obra de Lukács – as fases anteriores tendo sido representadas principalmente por Plekhanov. Lukács afirmava que podemos ter uma visão enganosamente simples da relação entre uma obra de arte e a realidade, posto que o reflexo da realidade, *em sua forma imediatamente apreensível*, pode ser ou insuficiente ou de fato ilusório. Donde a definição de realismo que Lukács finalmente abraçou: uma definição em alguns aspectos mais difícil de defender teoricamente do que as posições anteriores, pois diz que a tarefa do escritor é a de refletir *movimentos* subjacentes. É aqui que o ponto anterior, acerca dos *insights* privilegiados do marxismo, torna-se muito mais saliente, pois o “movimento subjacente” tende a pertencer às “leis”, às análises privilegiadas, e, assim, afasta-se bastante da citação de detalhes empíricos, seja na perspectiva marxista, seja em qualquer outra. Porém, essa também é uma tentativa de mover-se para além

dessas simplicidades empíricas, de algum modo relacionadas a outras tentativas de revelar uma relação indireta ou penetrante ou ideal entre “o que aconteceu” e o que os escritores “fizeram disso”. Donde o ataque de Lukács ao naturalismo, o qual (dizia-se) simplesmente reflete a aparência das coisas tal como elas são, a realidade imediatamente acessível. A alternativa ao naturalismo é um realismo que, ainda que fiel à realidade contemporânea, que é seu tema, está interessado, acima de tudo, em discernir os movimentos subjacentes a ela. Assim, grande ênfase é colocada no realismo mais como uma categoria *dinâmica* do que estática. As considerações de Lukács sobre o romance histórico ou as formas mutantes do drama são moldadas nesses termos. Contudo, curiosamente, quando tipos bastante diferentes de escrita foram desenvolvidos no século 20 para representar, precisamente, movimentos dinâmicos – como, por exemplo, Brecht –, Lukács atacou-os: de fato, ele tendeu a permanecer profundamente ligado a essa versão antiga de realismo como reflexo e ilustração de uma realidade geral e largamente reconhecível.

A MEDIAÇÃO LITERÁRIA DA REALIDADE

Assim, durante muito tempo, a contribuição marxista aos estudos literários – ao menos em obras disponíveis em inglês – estava representada na teoria do reflexo. Mas, já desde os anos 1920, uma definição bastante diferente da produção literária e de suas relações sociais se desenvolveu dentro do marxismo. Esta estava centrada não no “reflexo”, mas naquilo que parece ser o conceito consideravelmente diferente de “mediação”. De fato, o primeiro sentido de “mediação” não é nada mais do que um reconhecimento dos sentidos mais refinados de “reflexo”. Ele aceita que é enganoso procurar na literatura pelo “reflexo da realidade”. Necessariamente, por sua construção como literatura, a realidade se torna mediada em certos modos definidos. Esta é, além disso, uma proposição perfeitamente familiar aos estudos literários, até mesmo ortodoxa. Não está distante da noção de Eliot⁵ de um “correlativo objetivo”, embora partindo do outro extremo. Mas ela está comprometida, acima de tudo, com a refutação das versões reducionistas das fases anteriores, nas quais se supunha possível olhar para conteúdos intocados. Significativamente, os principais argumentos sobre “mediação” assumiram Kafka como objeto, posto que

5 Thomas Stearns Eliot (1888-1965). Além de um dos maiores poetas do século 20, foi um crítico destacado e de extensa produção. Segundo sua “teoria impessoal da poesia”, a poesia somente pode ser corretamente apreciada quando se considera a tradição literária na qual ela se inscreve, isto é, o lugar que um poema ocupa na “ordem simultânea” que forma a literatura de uma nação (NT).

havia aqui um tipo de escrita que ou deveria ser rejeitada a partir das premissas mais simples da teoria do reflexo – como as “fantasias doentias de uma classe decadente”; “elucubrações pessimistas e subjetivistas, distantes da vida ativa e vigorosa do povo” – ou *interpretada* por diferentes versões da ideia de mediação. Devo resistir à tentação de oferecer exemplos detalhados das diferentes leituras de Kafka – como ficção da alienação, da burocracia, do imperialismo em declínio, do judaísmo na diáspora, do complexo de Édipo, da doença fatal, etc. – que se originaram dessas diferentes versões de mediação, mas elas estão aqui registradas. Ainda assim, contudo, o primeiro sentido de mediação é apenas um refinamento da ideia de reflexo, e devo mencionar brevemente outros três sentidos.

Primeiramente, há a noção muito interessante desenvolvida por Walter Benjamin, nos anos 1930: a ideia de *correspondências*. Essa é uma mudança decisiva, porque Benjamin não argumenta que uma obra de literatura seja a transformação literária de algum elemento da realidade. Na verdade, há uma “correspondência” observável entre certos tipos de escrita e certas outras práticas sociais e econômicas contemporâneas. O exemplo mais famoso é sua longa análise de Baudelaire, em que ele argumenta que certas novas condições na cidade, conduzindo a novas formas da “multidão” e, dentro dessas, à redefinição do “individual”, produziram novas formas de escrita, incluindo a de Baudelaire. Aí a ênfase não está na realidade social outrora existente e observável, que a literatura “reflete” ou até mesmo “medeia”, mas no fato de haver uma correspondência observada entre a natureza e a forma da atividade literária e a natureza e a forma de outras práticas contemporâneas de um tipo mais geral.

Benjamim veio a se tornar bastante próximo das importantes ideias da Escola de Frankfurt, embora ele tenha, justamente nesse ponto, se desentendido com Adorno, o qual foi mais longe no uso da ideia de mediação. Adorno argumentava que correspondências de conteúdo, deixando de lado observações sobre mediações ou conteúdos, são basicamente irrelevantes para a arte. De fato, a presença de correspondências ou de reflexos desse tipo é virtualmente uma garantia de que a arte não é autêntica. A arte é produzida – e essa foi sua contribuição ao debate sobre Kafka – por um processo que ele chamava de descoberta de “imagens dialéticas”, as quais não tinham possibilidade de serem descobertas ou expressadas em nenhuma outra forma. A “imagem dialética” surge no processo artístico e, uma vez criada, nunca pode ser aberta ou diretamente descrita, embora ela possa ser, na análise, relacionada a toda a estrutura na qual ela foi formada. De fato, a condição de seu sucesso enquanto arte é de que ela alcance uma existência *autônoma*.

Esse é um sentido de mediação que eventualmente se conecta com formas do estruturalismo literário. Lucien Goldmann, primeiro em seus estudos do drama clássico francês, particularmente Racine, e depois em seu trabalho sobre o romance dos séculos 19 e 20, produziu uma posição que alargou ainda mais a categoria de mediação: correspondência não era uma relação de conteúdo, mas sempre de *forma*. Ele dizia, ademais, que é apenas na literatura secundária ou inferior que os sociólogos vulgares, como ele tendia a chamá-los, procuravam e encontravam suas relações simples entre literatura e sociedade ou realidade. Ao contrário, ele argumentava, o que está refletido nessas obras é meramente a consciência contraditória e não realizada da época. A consciência de época mais profunda é alcançada apenas em algumas grandes obras e é alcançada por elas em sua forma e não em seu conteúdo. Essa é toda a motivação de sua análise de Racine, embora eu deva dizer que ele nem sempre se mantinha fiel às suas próprias prescrições. Não obstante, a proposição é de que a correspondência, a mediação, é inteiramente uma questão de *forma*. Certa disposição de relações humanas está sempre presente como a consciência mais profunda de uma época particular, e essa disposição é homóloga a um ordenamento específico dos elementos da obra literária. Goldmann nomeou essa posição de “estruturalismo genético”. Isso estava em oposição deliberada ao estruturalismo ortodoxo, uma vez que ele argumentava que, se quisermos compreender essas formas, devemos compreendê-las em seus processos de constituição, estabilização e desmembramento; enquanto em outras tendências do estruturalismo havia uma rejeição de qualquer noção desse tipo de gênese e dissolução *histórica*.

OS FORMALISTAS RUSSOS

Agora talvez fosse conveniente passar imediatamente ao estruturalismo literário, mas, tendo em vista a história dessa temática, devemos fazer um desvio pelo formalismo, pois não resta dúvidas de que o formalismo – tanto as primeiras obras dos formalistas russos como os desenvolvimentos posteriores nos Estados Unidos e na França – teve um efeito prático maior nos estudos literários que são agora largamente agrupados como “estruturalistas” do que aquele estruturalismo mais geral, que é tão ativo em outras disciplinas, especialmente na Antropologia. Brevidade aqui é algo especialmente temerário, mas a principal determinação dos formalistas era uma nova definição do *literário*. De fato, eles estavam reagindo precisamente contra os modos de estudo, ou a maior parte dos modos de estudo, que eu descrevi anteriormente. A princípio, eles estavam reagindo dentro de um

contexto especificamente russo, no qual essas teorias, tanto a marxista como as a ela relacionadas, estavam bastante ativas e em voga. Os formalistas diziam: a omissão crucial que vocês estão fazendo é daquela qualidade que faz de uma obra uma obra *literária*. Isso não será encontrado naquilo que vocês estão investigando, que é a relação de uma obra com alguma outra coisa. A questão central, necessariamente, é: o que faz dessa obra específica uma obra literária? Assim, foram os formalistas que começaram a usar, com uma ênfase consideravelmente nova, a noção de “*linguagem literária*”, que ainda se ouve tão frequentemente.

Não há necessidade de enfatizar que há, é claro, também conceitos muito mais antigos de “*linguagem literária*”: seja de um tipo de linguagem apropriada aos processos elevados da literatura, seja de um padrão de correção pelo qual qualquer outro uso pode ser julgado. Essas são posições antigas e, atualmente, posições meramente conservadoras. Ademais, a primeira delas, nas formas fixas nas quais tendeu a se estabelecer, foi repetidamente desafiada e efetivamente desmantelada por escritores, que, em certos períodos, conscientemente rejeitaram estilos “literários” ou “poéticos” dados e tentaram restabelecer relações com a “*linguagem viva*” e popular. Devemos sempre, de fato, focar a evidência história acerca de formas de escrita efetivas e em transformação e suas relações sociais em mudança, se quisermos nos afastar da noção de uma “*linguagem literária*” como algo distinto dos usos mais gerais da linguagem. Isso pode ser o problema das relações entre a fala e a impressão ou entre formas nobres e populares ou, ainda, isso pode ser um problema inerente aos modos de qualquer composição consciente.

A ênfase formalista tinha muito pouco que ver com as posições mais familiares de conservação ou aperfeiçoamento. Ao contrário, o que os formalistas propunham era uma ruptura revolucionária, como condição para qualquer literatura autêntica (a posição mais influente) ou como uma condição necessária em sua própria época, à medida que os modos “clássicos” sucumbiam. Esses dois argumentos ainda precisam ser claramente distinguidos, mas o que os primeiros formalistas propunham era um afastamento consciente na linguagem, uma ruptura deliberada em relação ao uso ordinário da linguagem. Isso é o que, na prática, sempre acontece quando uma obra é anunciada como literária. Seja nos usos mais específicos das palavras, seja em alguma ruptura com as convenções e perspectivas a partir das quais um assunto é ordinariamente visto, ela dá o salto para a literatura, para o “literário”. E, então, a tarefa do analista é traçar precisamente essas rupturas que constituem a literariedade de uma obra.

Essa posição é bastante produtiva. A discussão entre os formalistas e os marxistas mais tradicionais foi, creio eu, muito importante. Ademais, desde

aproximadamente 1925, há um desenvolvimento menos conhecido de um tipo de formalismo que elevou a discussão a um novo patamar. Ainda assim, quando comparado com as pessoas que conhecem o formalismo como as obras iniciais de Eichenbaum, Shklovsky, etc., há muito menos daqueles que estão familiarizados com Volosinov ou Bakhtin ou Mukarovsky. Mas foi a obra desses formalistas posteriores, com suas pesquisas acerca da “literariedade” geral ou universal, que transformou toda a discussão acerca do estudo da literatura e, ao final, o *status* do próprio paradigma. Essa fase posterior foi, de fato, um formalismo social e histórico, porque estava preocupado não apenas com uma definição geral da literariedade, mas com as condições em transformação nas quais a “literariedade” – agora, por sua vez, um conceito dinâmico – é alcançada por escritores particulares, assim como com processos mais gerais de desenvolvimento histórico e social.

Considere-se Volosinov, por exemplo. Sua obra permaneceu praticamente esquecida por cinquenta anos (ele estava escrevendo no final dos anos 1920, e são muitos os que acreditam que ele sempre foi apenas um pseudônimo de Bakhtin). Profundamente influenciado pela nova escola da linguística estrutural e aceitando a análise da linguagem como análise de um sistema de signos, Volosinov, não obstante, insistia que a linguagem é, ao mesmo tempo, um sistema de signos e um sistema *socialmente produzido* de signos. Ele argumentava, além disso, que signos verbais são sempre “multirrítmicos”. Assim, ele podia rejeitar aquelas concepções de “sistema” que estavam sendo oferecidas pela Linguística estrutural – assim como pela Psicanálise –, nas quais certas regras do sistema produziam significados e formas, pois, na vida histórica e social real, há produção sistemática constante, e, ainda assim, essa é também uma produção constantemente aberta. É, então, possível colocar a “literariedade” dentro do potencial aberto de uma linguagem, disponível tanto geral como especificamente.

Essa é uma ruptura decisiva com o formalismo anterior. Mesmo enfatizando o que os formalistas indicaram como distintivo na linguagem literária, ela não restringe a geração e regeneração linguística a obras de literatura. O processo da linguagem é, ele mesmo, uma possibilidade contínua de deslocamento e mudança e de iniciação de sentidos, e esse âmbito de possibilidades está incorporado nas “regras” tanto da Linguística como do sistema social. A obra do próprio Bakhtin, especialmente seu estudo sobre Rabelais, indicou o surgimento de um novo tipo de literariedade – e, assim, de uma literariedade *histórica* – pela observação da interação e da excelência criativa tanto dos modos da literatura popular, que estavam tradicionalmente presentes, e da literatura culta, que colapsara dentro de uma tradição social mais limitada e conservadora. Foi precisamente na interação

dessas tradições dadas e diferentes que uma nova indicação do que significava ser literário se formou.

Tudo isso é muito diferente dos primeiros formalistas, com sua ênfase mais local no que torna a linguagem literária, como o uso local de “dispositivos”. É uma indicação histórica de como tipos específicos de literariedade integram-se à prática social. Há, então, Mukarovsky, que talvez seja o revisor mais sério das posições formalistas originais; de fato, sua obra aponta para alguns dos tipos posteriores mais incongruentes e incompatíveis de análise. Mukarovsky argumentou de forma devastadora (embora, ao final, não leve o argumento às últimas consequências) que a qualidade estética não é, nem mesmo principalmente, produzida *dentro* de uma obra de arte. Assim, ele se moveu para longe do formalismo estético, que olhara para dentro da obra atrás de indicações de que ela fosse literária ou de que fora planejada para uma resposta estética. Ao contrário, ele dizia, as indicações estéticas, e assim as normas estéticas e os valores estéticos, são, elas mesmas, sempre produzidas *socialmente*. Há indicações mutáveis do que deve e do que não deve ser visto como arte e do que deve e do que não deve ser visto como arte de certo tipo. Essas indicações, embora se refiram à organização interna da obra, são sempre muito mais amplamente operativas e têm uma história.

ESTRUTURALISMO: UM PRIMO HÁ MUITO PERDIDO?

Assim, é bastante significativo que, desde o final dos anos 1950, nos Estados Unidos e na França, o conjunto de obras que foi traduzido primeiro e que primeiro se tornou influente tenha sido a obra dos primeiros formalistas; a obra posterior mais social e histórica sendo comparativamente menos conhecida até muito mais tarde. Isso teve sérios efeitos na forma como certas posições formalistas foram desenvolvidas na análise literária. O tipo mais limitado (embora em termos locais, ainda impressionante) de análise formalista se tornou a forma dominante que se acreditou corresponder, na literatura, ao que era por essa época chamado de metodologia “estruturalista” em Antropologia, em Linguística e em Psicanálise. É por isso que ainda é difícil compreender as relações entre estruturalismo, em seu sentido geral mais completo, e o que são posições literárias frequentemente mais locais. Ainda assim, havia, obviamente, algumas relações.

Uma das tendências mais comuns no estruturalismo, de valor notável em Antropologia e em Linguística, é a de se recusar a interpretar um evento em seus próprios termos isolados ou em sua forma imediata de apresentação. Ela objetiva, isto sim, localizar um evento, uma relação ou um signo dentro de todo um

sistema significativo. Sistemas desse tipo são governados por suas próprias regras *internas*: posição essa que foi inicialmente alcançada como uma solução criativa aos problemas, nesse campo, no estudo de linguagens organizadas por noções de sintaxe bastante diferentes em relação a quaisquer noções que estivessem disponíveis na tradição indoeuropeia. Ao invés de apropriar o novo evento a um sistema já conhecido, o esforço era feito no sentido de encontrar seu sentido dentro de um sistema estrutural específico: na prática, pelas relações dessa unidade com outras e, então, pela descoberta das regras gerais internas do sistema específico.

O que um procedimento desse tipo implicaria nos estudos literários? Primeiro, há a possibilidade de alguma influência direta da Linguística estruturalista. De fato, isso fomentou certas técnicas refinadas de análise que estão sendo crescentemente praticadas, embora ainda sejam vistas com ceticismo pelos departamentos literários mais antigos. Há, por exemplo, a estilística, mas muito mais importante é a análise do discurso, geralmente afastada da linguagem ordinária da análise literária, mas também geralmente impondo um vocabulário mais preciso nas análises de formas sintáticas ou na identificação do narrador ou do falante e da relação entre falantes. Algo disso penetrou nos estudos literários alguns anos atrás e está disponível, como uma técnica entre as outras, em procedimentos completamente ordinários da análise literária.

Mais comumente, contudo, a noção de um sistema internamente regulado era facilmente aplicável; de fato, era, em alguma medida, diretamente congruente com uma posição que já havia sido alcançada dentro dos próprios estudos literários sem referência ao estruturalismo. De fato, quando essa tendência do estruturalismo literário apareceu como uma importação da França, nos anos 1960, arrisquei-me a dizer que ela parecia estranha apenas porque era um primo há muito perdido que emigrara de Cambridge no final dos anos 1920 e início dos 1930.

Na verdade, essa não era sua única origem. Contudo, há ao menos uma herança indireta do tipo de reflexão que Richards vinha fazendo sobre a organização interna isolada de um poema, e isso é especialmente aparente quando se atenta para onde o primo esteve: na Nova Crítica norte-americana. O que ocorrera em Cambridge fora, por contraste, uma associação confusa, mas ainda assim impressionante, de julgamentos morais e até mesmo normativos, com essas técnicas de análise interna isolada. Isso era visto, em outras partes, como uma lamentável impureza e um desvio da única disciplina relevante, que era a análise de uma organização verbal específica; de fato, o objeto como ele é realmente em si, um eco irônico nesse contexto. De todo modo, as técnicas formais eram ou poderiam se tornar

rapidamente familiares à análise literária, em que elas eram dirigidas à análise da organização interna *do texto, do poema*.

Esse tipo de estruturalismo literário não é apenas congruente com o paradigma que eu comecei descrevendo. Ele é o próprio paradigma em sua forma moderna mais influente. E, de fato, se ele é genuinamente estruturalista é uma questão que tem de ser enfrentada. Em suas formas usuais, ele é tão marcadamente local e técnico, tão pouco interessado com quaisquer propriedades sistêmicas mais amplas ou gerais, que ele mal merece esse nome. O que pode muito mais razoavelmente ser chamado de “estruturalista”, nos estudos culturais, é aquela obra que analisa a organização interna não como um fim em si mesma – como a competência necessária para a leitura –, mas como a forma necessária de analisar, e assim distinguir, *formas* específicas ou sistêmicas. Assim, os estudos de Goldmann sobre as formas dramáticas, e muitos dos trabalhos atuais sobre formas narrativas, são tentativas de descobrir as regras, as regras estruturais, das formas gerais específicas do drama ou da ficção. Isso é muito diferente das análises técnicas mais locais derivadas da Linguística. É uma aplicação da ideia estruturalista fundamental a problemas de forma que foram, de fato, profundamente negligenciados nos estudos literários. No caso de Goldmann, tal análise é, ao mesmo tempo, formal e histórica – há formas historicamente mutáveis. Contudo, em intervenções estruturalistas muito mais centrais, tem-se acreditado, de modos que fazem lembrar teorias dos gêneros literários muito mais antigas, que há regras detectáveis da organização literária geral: da “Narrativa” como tal, do “Drama” como tal, e assim por diante. Trata-se de um tipo importante de projeto, mas, tipicamente, ele geralmente une um tecnicismo extremamente local, de análise interna, a categorias extremamente amplas – deliberadamente a-históricas e contidas entre abstrações estéticas ou psicológicas – como as “estruturas” às quais todo detalhe se relaciona.

Um terceiro tipo de “estruturalismo literário” é a obra influenciada pelos argumentos filosóficos de Louis Althusser. Eles penetraram na análise literária por meio de seu pupilo Pierre Macherey e são representados no país, por exemplo, por *Criticism and Ideology*, de Terry Eagleton. Esta é uma tendência consideravelmente diferente. Ela diz: certamente a sociedade, a ordem social, é um sistema internamente regulado, mas, acima de tudo, ela é um sistema dos sistemas, determinado em última instância pela economia. No quadro dessa determinação mais geral, cada prática – como a escrita – possui uma importante autonomia relativa. Contudo, ela ainda é uma parte e deve ser percebida no final das contas como uma parte de um sistema mais amplo, ao qual ela não pode ser reduzida, mas ao qual ela deve ser, no final das contas, relacionada. Como, na prática, essa relação é tratada

e demonstrada? Ela o é por meio daquilo que é visto como a força vinculante de todo o sistema: a ideologia.

Aqui a ideologia é muito mais do que as ideias e crenças de classes ou grupos particulares. Ela é, com efeito, apenas com limitadas exceções, a condição de toda a vida consciente. Assim, a área à qual a maioria dos estudantes de literatura normalmente refere as suas leituras e seus julgamentos, aquela área condensada no decisivo termo “experiência”, deve, na verdade, ser vista como parte da esfera da ideologia. De fato, a experiência é vista como a forma mais comum de ideologia. É onde as estruturas mais profundas da sociedade efetivamente se reproduzem como vida consciente. A *ideologia* é, de fato, tão penetrante e tão impenetrável, nesse sentido, que se pergunta quem algum dia será capaz de analisá-la. Mas há um precedente, afinal, no caso do inconsciente, com o qual ela tem certas analogias e conexões próximas. Há um inconsciente absoluto, diz a Psicanálise, mas também há técnicas reconhecíveis de entendimento e compreensão. No caso de Althusser, a principal técnica de entendimento é a teoria. Apenas a teoria pode escapar completamente à ideologia. Mas há também, no caso da literatura, uma situação relativamente privilegiada. Literatura não é apenas um portador da ideologia, como na maior parte das formas da teoria do reflexo. Ela é inescapavelmente ideológica, mas sua autonomia relativa específica é tal que ela é uma forma de escrita, uma forma de prática, na qual a ideologia tanto existe como é, ou pode ser, internamente afastada e questionada. Portanto, o valor da literatura reside precisamente no fato de ela ser uma das áreas em que o domínio da ideologia é, ou pode ser, afrouxado porque, embora ela não possa escapar à construção ideológica, a questão de sua literariedade oferece um contínuo questionamento interno. Tem-se, assim, leituras que são muito similares a certas leituras semióticas recentes, em que se constrói um texto e um subtexto, em que se pode dizer “isso é o que é reproduzido a partir da ideologia”; mas também “isso é o que está ocorrendo no texto e que mina ou questiona ou, em certos casos, completamente a subverte”. Esse método tem sido usado em análises bastante circunstanciadas e interessantes.

SEMIÓTICA E DESCONSTRUÇÃO

Em seguida há, finalmente, uma tendência que, sem dúvida, tem uma relação com o estruturalismo, certamente com a Linguística estrutural, mas que – em minha opinião, de forma válida – nega que seja um estruturalismo. Trata-se do que é hoje chamado de Semiótica. Em geral, Semiótica é, sem dúvida, um filho legítimo do estruturalismo. Ela é uma ciência dos signos e uma ciência dos sistemas

de signos (não confinados à linguagem). Os significados são interpretados não por seu conteúdo aparente, mas por suas relações dentro de um sistema geral de significação. Na Semiótica mais recente, esse tipo de análise tem sido rigorosamente estendido à propaganda, ao cinema, ao fotojornalismo e, no caso de Barthes, à moda. Quando se tem esse procedimento fundamental de leitura de um sistema de signos – em que os sentidos não se revelam simplesmente, mas devem ser construídos por meio da compreensão de seu lugar em um sistema que nunca está ele próprio revelado, que, de fato, sempre tem de ser *lido* –, então se tem algo que, embora surja dentro do estruturalismo, pode se tornar, em estudos posteriores, separável dele. Assim, ao invés de ver as obras literárias como sendo *produzidas* pelos sistemas de signos, o que tem sido a ênfase central do estruturalismo mais ortodoxo, essa Semiótica posterior tem enfatizado, ao contrário, que os sistemas produtivos têm sempre de ser, eles próprios, constituídos e reconstituídos, e que, por causa disso, há uma batalha permanente acerca do caráter fixo do signo e acerca dos sistemas que nós ordinariamente trazemos à apresentação e à interpretação. Um efeito dessa mudança é um novo sentido de “desconstrução”: não a análise técnica de uma organização interna para mostrar de onde vieram todas as partes, todos os componentes, mas um processo muito mais aberto e ativo que está continuamente dismantelando exemplos, como um modo de dismantelar seus próprios *sistemas*. Trata-se, nesse sentido, claramente de uma tendência muito mais explosiva do que quaisquer das outras tendências dentro do estruturalismo, que não está simplesmente demonstrando a operação de regras sistemáticas em maneiras que podem se estabelecer como competências dentro do paradigma. Ao contrário, analisando seja a literatura, a televisão, seja a representação física, está-se olhando não para o sistema academicamente explicativo, mas para o sistema como um modo de formação, que, à medida que se torna visível, pode ser colocado em questão ou, de fato, rejeitado. Nesse sentido, todo o impulso dessa Semiótica radical é muito diferente da versão estruturalista de produção e reprodução que tem sido muito mais largamente influente – muito mais bem-vinda e muito mais à vontade – nos estudos literários.

Agora quero dizer que, em anos recentes, tem havido um observável avanço em paralelo de duas posições que partiram de pontos distantes. Talvez eu possa melhor ilustrar isso com meu próprio caso. Muito do trabalho literário que eu fiz, feitas duas ou três exceções, pode ser lido como sendo compatível com o que eu chamei no início de o paradigma literário dominante. Isto é, são trabalhos que podem estar abordando a análise e a apreciação da literatura com uma consciência excepcionalmente forte dos determinantes sociais atuando sobre ela, mas o centro

da atenção literária continua aí, e os procedimentos são apreciação, explicação, verificação, em termos da explicação histórica, e assim por diante. Um trabalho, contudo, do qual não se pode dizer isso é *O campo e a cidade*, que está, de fato, bastante próximo daquela primeira posição marxista que eu descrevi, porque nele pretendo identificar certas formas características de escrita sobre o campo e a cidade e, então, insisto em colocá-las não apenas em seu cenário histórico – o que faz parte do paradigma –, mas dentro de um processo ativo, conflitante, histórico, no qual as próprias formas são criadas por relações sociais que são algumas vezes evidentes e outras vezes, ocultas. Assim, isto é, sob qualquer leitura, uma ruptura.

Mas, é claro, houve outros estudos, remontando especialmente a *The Long Revolution*, que não foram percebidos, de qualquer modo, como próprios aos estudos literários, mas que agora podem ser vistos evidentemente como uma mudança de ênfase que redundaria na rejeição do paradigma dominante. Refiro-me especificamente aos estudos sobre a história social dos escritores ingleses, a história social das formas dramáticas, o advento do inglês padrão e também as novas posições acerca do que é necessário na análise da cultura. Uma mudança ulterior estava aparente nos estudos sobre comunicação, televisão, tecnologias e formas culturais e sobre a Sociologia da Cultura, embora estes fossem mais uma vez vistos como interesses separados, externos aos estudos de inglês ou literários. Ora, tudo isso se tornou claro para mim por volta dos anos 1970 e, a partir daí, desenvolvi uma posição teórica mais explícita, que descrevi finalmente em *Marxismo e literatura* como “materialismo cultural”. Essa posição está, é claro, completamente fora do paradigma, o que não significa que tenha se afastado da preocupação comum fundamental, dos estudos sobre os quais se trata de avançar. Essa posição avançou muito mais do que a literatura em seu sentido paradigmático, mas ainda inclui centralmente essas grandes formas de escrita, que estão sendo agora lidas, junto com outros tipos de escrita, sob uma perspectiva diferente. O materialismo cultural é a análise de todas as formas de significação, incluindo as formas mais centrais de escrita, dentro dos meios e das condições efetivos de sua produção.

MATERIALISMO CULTURAL E PÓS-ESTRUTURALISMO

Foi aqui, talvez para nossa surpresa mútua, que meus estudos encontraram novos pontos de contato com alguns estudos na Semiótica mais recente. Ainda havia diferenças particulares bastante radicais, especialmente em sua confiança na Linguística estrutural e na Psicanálise; mas me lembro de ter dito que uma

Semiótica plenamente histórica seria algo muito distinto de alguns dos mais limitados deslocamentos estruturalistas da história e praticamente o mesmo que o materialismo cultural, e eu estava satisfeito em ver certas tendências nessa direção. Podia ver também que algumas das posições mais simples da primeira Linguística estrutural poderiam ser modificadas por novas ênfases nas produções sociais e históricas de sistemas significantes, como em Volosinov e nos formalistas sociais. Restava o problema das bases da Psicanálise, em que ainda havia diferenças radicais, mas, por outro lado, eu sabia que o marxismo fora usualmente fraco nessa área dos problemas da subjetividade, e talvez haja hoje uma nova dimensão radical de pesquisas, testando evidências e proposições nessa área, que é tão evidentemente importante na produção de significados e valores. Assim, na verdade, dois tipos diferentes de estudos estavam agora em contato um com o outro e estavam se desenvolvendo, em alguns casos de forma bastante construtiva. Talvez estivéssemos tão envolvidos nisso em Cambridge que nos esquecemos de que, enquanto nós seguíamos nesses termos, o antigo paradigma ainda estava lá e ainda era institucionalmente poderoso, embora as anomalias estivessem, por essa época, desorganizando-o de forma consideravelmente evidente, até mesmo nos níveis mais práticos. Alguns novos estudos estavam sendo incluídos para contrabalançar as anomalias, mas o resultado já era incoerente, como se via a partir de muitos pontos de vista.

Assim, volto, por fim, ao meu argumento original. As tendências marxistas e estruturalistas mais atuais são e têm sido, embora pouco familiares localmente ou grosseiramente identificadas como estranhas e parciais, compatíveis ou até mesmo congruentes, em um sentido amplo, com o paradigma ortodoxo, especialmente em sua forma praticamente mais frouxa e ecleticamente incoerente. Alguns outros, contudo, não o são: mais especificamente, aquela primeira posição no marxismo, que, ao contrário de privilegiar uma literatura generalizada como uma fonte independente de valores, insiste em relacionar a real variedade da literatura a processos históricos nos quais *conflitos* fundamentais ocorreram necessariamente, e ainda estavam ocorrendo. Esse era o sentido e o desafio de *O campo e a cidade*. As outras posições que não são compatíveis com o paradigma e sua organização profissional são o materialismo cultural e a Semiótica radical, pois necessariamente incluem o próprio paradigma como tema de análise, antes do que como uma definição governadora do objeto de conhecimento.

É necessário insistir nessas distinções. Ainda é muito cedo para dizer quais podem ser suas consequências institucionais. Em algumas outras universidades e em algumas das novas instituições de educação superior, a mudança em relação

ao antigo paradigma já ocorreu completamente ou em parte. Mesmo assim, ainda importa bastante o que acontece nas instituições mais antigas e estabelecidas. Especificamente em Cambridge, devemos colocar uma questão áspera: é possível que estudos radicalmente diferentes possam ser conduzidos sob uma única chefia ou departamento, quando não há apenas diversidade de abordagens, mas diferenças mais sérias e fundamentais acerca do objeto de conhecimento (apesar das tentativas de sobreposição ao material de estudo efetivo)? Ou deve haver uma reorganização mais ampla das divisões estabelecidas das humanidades, as ciências humanas, em arranjos recentemente definidos e mais colaborativos? Isso é o que agora precisa ser enfrentado no que é também, por outras razões, um clima gélido – de fato, aflitivo. Só podemos estar certos de que o que podemos e devemos fazer é esclarecer, com franqueza, as grandes questões intelectuais subjacentes.

UMA CRÍTICA PARA O PRESENTE:

entrevista com Luc Boltanski

Realizada por Camila Gui Rosatti, Eduardo Vilar Bonaldi e Mariana Toledo Ferreira^a

Luc Boltanski é um dos grandes nomes da Sociologia contemporânea. Nascido em Paris, em 04 de janeiro de 1940, a dupla filiação judia e católica refletiu na preferência pelo curso de Sociologia da Sorbonne, em meados dos anos 1960 – motivação também ligada ao engajamento político de esquerda, em um momento em que a França acabava de sair da guerra contra a Argélia. No *Centre de Sociologie Européen*, teve contato com Pierre Bourdieu, onde foi seu assistente de pesquisa entre 1969 e 1976. No mesmo período, ingressou na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), tornando-se professor pleno em 1982. Atualmente, é professor emérito da EHESS e fundador, junto com Michael Pollak e Laurent Thévenot, do Groupe de Sociologie Politique et Morale.

Aqui, sua obra mais conhecida é *O novo espírito do capitalismo*, escrito em parceria com Éve Chiapello, e publicada na França em 1999 – com edição brasileira tardia, de 2009. Boltanski também se dedicou à elaboração de uma “Sociologia da crítica”, a partir de observações de situações em que os atores se engajam em disputas na esfera pública. *De la justification*, escrita em colaboração com Laurent Thévenot e publicada em 1991, integra esse programa de pesquisa. Em 2009, um enquadramento teórico mais amplo foi desenvolvido em *De la critique: précis de sociologie de l’émancipation*, um esforço para formular bases teóricas para as análises das mudanças do capitalismo.

No período em que esteve no Brasil, Boltanski realizou algumas conferências, falou de seus livros e de sua agenda de pesquisas. Convidado pelo Departamento de Sociologia da FFLCH/USP, apresentou a palestra intitulada “Sociologie et critique sociale: de la sociologie critique à la sociologie de la critique et retour”. A entrevista a seguir foi realizada no dia 19 de agosto 2013, ainda sob impacto das manifestações populares que agitaram a cena política do país, e é um convite para pensar os pressupostos e o fazer da pesquisa sociológica.

a Doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo.

Revista Plural *Gostaríamos de começar a entrevista perguntando sobre sua carreira universitária e profissional. Onde você se formou? Qual foi seu ponto de partida? Quais são suas principais atividades e, hoje, qual sua posição nas universidades francesas?*

Luc Boltanski Eu estudei na Sorbonne, lá tive como professor Raymond Aron; depois, encontrei Pierre Bourdieu. Quando era estudante de doutorado, comecei a trabalhar no Centre de Sociologie Européen, que havia acabado de ser fundado – ali me tornei assistente de pesquisa de Bourdieu. Eu trabalhava com ele praticamente todos os dias, entre 1969 e 1976. Ao mesmo tempo, entrei na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), como assistente e, mais tarde, em 1982, tornei-me professor titular. Em 1985, montei meu laboratório, *Groupe de sociologie politique et morale*¹, no qual ocupei a direção durante cerca de dez anos. Depois disso, deixei a direção por um período, pois parti para os Estados Unidos, no Institute for Advanced Studies, em Princeton. Outro membro do grupo assumiu a direção, Laurent Thévenot, mas estive durante todo esse período acompanhando as atividades.

Revista Plural *Poderia nos explicar com mais detalhes suas proximidades e divergências teóricas com a perspectiva bourdieusiana?*

Luc Boltanski Esse é um tema que irei desenvolver mais detalhadamente na conferência de hoje² aqui na USP e que está presente em *De la critique*³, de 2009, onde exponho essa discussão e um recorte de análise, a fim de reintegrar as duas abordagens em uma dimensão mais ampla. Primeiramente, seria preciso distinguir o trabalho de Bourdieu do que se tornou a Sociologia bourdieusiana, quando transformada em catecismo. Transformou-se em um conjunto de proposições um pouco dogmatizadas, já que seus sucessores – como frequentemente acontece – engessaram muito as perspectivas teóricas do autor. Nessas leituras que se tornaram dogmatizadas, deu-se muita importância à Sociologia como forma de desvelamento da realidade, negligenciando os atores sociais. Os sociólogos seriam, então, os únicos capazes de revelar a “verdade” da condição dos indivíduos. Em linhas gerais, a Sociologia da dominação se tornou uma Sociologia da aceitação da dominação.

1 O Groupe de Sociologie Politique et Morale (GSPM) foi fundado por Luc Boltanski, Michael Pollak e Laurent Thévenot como unidade de pesquisa da École des Hautes Études en Sciences Sociales.

2 A conferência “Sociologie Critique et Sociologie de la Critique” foi apresentada no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, no dia 19 de agosto de 2013.

3 BOLTANSKI, Luc. *De la critique: précis de sociologie de l’émancipation*. Paris: Gallimard, 2009.

O que eu acho curioso é que, no fundo, o pensamento de esquerda dos últimos cinquenta anos não foi pautado pela ideia de revolução; foi, sobretudo, um pensamento da não revolução. Isso é verdade em Bourdieu, mas também em Foucault e seus seguidores. Aqueles que procuraram interpretar as revoltas ou revoluções foram principalmente os pensadores de direita, que destacaram os motivos individuais que levariam à ação, como o ressentimento. Muito estranhamente, a teoria da dominação foi uma teoria visando explicar o porquê da ideia de servidão voluntária, o porquê de as pessoas não se revoltarem. Isso não é, na minha visão, uma abordagem muito rentável, pois é preciso compreender o motivo pelo qual, em alguns momentos, elas não se revoltam e porque, em outros, elas se revoltam. Então, se consideramos que o sociólogo é o único capaz de dizer aos atores a “verdade” de sua condição, nessa Sociologia, o sujeito desaparece. Ora, um pouco no espírito da Sociologia e da Antropologia da resistência, a capacidade crítica não pertence somente aos sociólogos; ao contrário, ela está bem distribuída entre os atores sociais.

Revista Plural *A tradição sociológica faz uso de um partido epistemológico expresso nas distinções entre doxa e episteme, ilusão e verdade. Nesse contexto, a Sociologia tem um papel de revelação do mundo social, reforçando a distância entre crença e conhecimento. O programa de uma Sociologia pragmática da crítica visa recusar essa abordagem?*

Luc Boltanski Estou de acordo com a crítica ao excesso de positivismo, a crítica à ideia de que a ciência teria sempre razão, em contraposição aos atores. Na história das Ciências Sociais, encontramos coisas que hoje são insustentáveis, como biologismo, racismo, etnocentrismo: é um modelo de ciência com uma grande tese e um ideal de verdade. Eu não quero dizer, com isso, que toda a descrição tem o mesmo valor. É preciso, evidentemente, controlar o subjetivismo do pesquisador, ir ao “laboratório”, entendido não como lugar físico, mas no sentido de um conjunto de métodos que permita controlar e se opor ao desejo daquele que descreve. Por exemplo, quando se diz hoje: “as mulheres são iguais aos homens”. Não é possível afirmar isso, se não como desejo do pesquisador, pois, ao se utilizar o método sociológico, ao realizar uma pesquisa empírica, o pesquisador se depara com uma série de desigualdades de gênero que negam tal afirmação.

Mas isso não quer dizer que haveria um corte radical entre conhecimento comum e conhecimento científico. Por outro lado, um ponto muito importante, com o qual Bourdieu estaria de acordo, é que aqueles que têm a competência, aqueles que têm o saber e a ciência sobre o mundo social são os próprios atores

sociais. Isso pode ser pensado como na Linguística: aqueles que têm a competência da língua são os sujeitos falantes. A Sociologia faz uma ciência da ciência, uma epistemologia. Ela faz explicitamente a ciência implícita que os atores sociais têm do mundo social. Então, a diferença entre conhecimento comum e conhecimento científico não é uma diferença de essência, mas de qualificação ou nuance: ambos são formas de conhecimento sobre o mundo social.

Revista Plural *Quando você elabora a noção de justificação como modo de compreender a dominação na sociedade contemporânea, de certa maneira, assume o pressuposto de que uma dimensão essencial do processo de dominação opera-se no nível “consciente”, no qual os sujeitos devem buscar razões explícitas para agir de determinado modo. Isso opera uma ruptura com a teoria de Bourdieu, que coloca ênfase ou na violência simbólica (que retira sua força do fato de operar de modo velado), ou nas formas incorporadas das estruturas de dominação (disposições que conformam um habitus específico). Por que essa mudança é importante para a Sociologia? Por que você propõe essa inflexão em direção a uma questão de justificação, que destaca os atores e suas razões para agir ou para deixar de agir?*

Luc Boltanski De início, eu diria que as duas posições não são completamente antagonistas. É preciso considerar qual era a problemática central na obra de Bourdieu. Ele veio da fenomenologia; de início, era um fenomenólogo. A partir da fenomenologia, ele descobriu a Sociologia e o estruturalismo. Parte de seu problema foi, então, tentar conciliar a abordagem fenomenológica – que parte da pessoa e sua relação com o mundo – com o estruturalismo. Na verdade, a teoria do *habitus* vem – e isso eu sei, pois estava próximo dele quando trabalhou nisso – das leituras de autores culturalistas norte-americanos, como Erik Erikson, Gregory Bateson e Margareth Mead. Essas são teorias nascidas do encontro da etnologia com a Psicanálise e que implicam certo nível de interiorização e incorporação. Bourdieu transpôs isso para as classes sociais, mas, quando essa posição é engessada, acaba-se por produzir uma representação mecanicista da ação.

É também preciso considerar outra questão: Bourdieu queria fazer uma teoria da ação, mas, segundo meu ponto de vista, não podemos fazer teoria da ação se não nos dermos conta daquilo que a ação tem que enfrentar constantemente: a incerteza. Se sabemos, logo de início, o final da história, por conhecer os *habitus* de uns e de outros, não há nada de ação! Em um modelo inteiramente disposicional, não haveria mais ação. Para mim, o grau de incerteza da vida social, a quais atores sociais devem fazer frente a todo o momento, é muito elevado. E, assim, não

podemos compreender o estabelecimento de todo um conjunto de dispositivos, se não considerarmos que esses dispositivos são de redução de certas incertezas.

Do mesmo modo, aquilo que descrevo em *De la justification*⁴ não é uma Sociologia geral. Trata-se de pensar em algumas situações específicas nas quais as relações de força estão mais ou menos neutralizadas, uma situação pública, ou seja, uma situação em que a justificação responde à crítica e a crítica responde à justificação. Em situações desse tipo, não podemos considerar somente as intenções escondidas e inconscientes dos atores, mas também o que eles dizem. Isso é o mínimo que podemos fazer para reconhecê-los, para reconhecer sua posição normativa, seu ponto de apoio normativo – aquilo que nomeávamos tradicionalmente como “valores”. A ideia presente em *De la justification* é a de que esses pontos de apoio normativos existem em número limitado em cada momento do tempo, em uma certa sociedade, o que não exclui, absolutamente, as relações de força.

Revista Plural *Como sua temporada nos Estados Unidos contribuiu para as reflexões sobre justiça, que são apresentadas no livro De la justification?*

Luc Boltanski Em Princeton, escrevi *La Souffrance à distance*⁵, pois havia bibliotecas muito boas e, ao mesmo tempo, não havia como fazer entrevistas; então, fiz uma pesquisa somente a partir da literatura. Mas a experiência não teve um papel central em minha evolução intelectual. Eu havia passado alguns meses em Harvard, no início dos anos 1980, que foi, sem dúvida, o período mais importante. O que posso salientar em relação à pergunta é que havia todo um conjunto de trabalhos americanos, que haviam sido rejeitados ou não lidos nos anos 1970, na França, que começaram a ser muito difundidos a partir dos anos 1980 e introduziram um novo debate. Dentre eles, o que foi mais importante para mim foi o trabalho de Michael Walzer, *Spheres of justice*⁶. Eu percebi que esse trabalho de Filosofia moral anglo-saxônica, de teoria da justiça, que era completamente ignorado na França, apresentava pontos interessantes; porém era necessário retomá-lo a partir de uma matriz sociológica, sem esquecer aquilo que tínhamos aprendido com o marxismo e com a Sociologia bourdiesiana.

E, assim, antes de *De la justification*, o que foi central para mim foi ter escrito o livro *Les cadres*⁷, publicado em 1983, e um artigo longo, escrito entre 1982

4 BOLTANSKI, L.; THEVENOT, L. *De la justification: les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard, 1991.

5 BOLTANSKI, L. *La souffrance à distance: morale humanitaire, médias et politique*. Paris: Métailié, 1993.

6 WALZER, M. *Spheres of justice: a defense of pluralism and equality*. New York: Basic Books, 1983.

7 BOLTANSKI, L. *Les cadres: la formation d'un groupe social*. Paris: Éditions de Minuit, 1982.

e 1983, chamado *La dénonciation*⁸. *Les cadres* não é um livro muito bourdieusiano. Nele, meu objetivo foi retomar a discussão sobre classe social, sem passar pelas três principais correntes da época: a Sociologia da estratificação americana, não muito interessante, com John Goldthorpe; o marxismo estruturalista, estilo Nico Poulanzas, que era extremamente formal; e Bourdieu, com a teoria do *habitus* e da reprodução. Eu, ao contrário, queria fazer uma análise política e histórica da formação dos grupos sociais, um pouco no espírito de Thompson e Hobsbawm.

Em *La dénouciation*, eu queria continuar uma discussão iniciada em *Les Cadres*, em que eu entrevistava trabalhadores que estavam para ser demitidos; ou melhor, que não seriam diretamente demitidos, mas que eram levados a se demitir e que estavam obcecados por sua situação, tendo um comportamento “paranoico”. Eles escreviam com frequência aos jornais, e, então, eu decidi procurar essas cartas públicas de denúncias de injustiças, para escrever *La dénonciation*. Foi nesse momento que comecei a me interessar mais profundamente pelas questões referentes ao problema da justiça. Havia um jornalista que guardava todas as cartas recebidas por seu jornal e respondia a todas. Ele me deu acesso informal a esse material, e eu os examinei em segredo. Eram cerca de trezentas cartas, que chegavam a ter quarenta páginas, trazendo, por vezes, o dossiê que fundamentava a denúncia. Eu codifiquei essas cartas, formulando aproximadamente cento e cinquenta variáveis. Havia, nesse material, todo o tipo de demanda por justiça, desde cartas de associações, como a Anistia Internacional, sindicatos e, por fim, de indivíduos denunciando seus vizinhos. Os jornalistas afirmavam que havia as cartas “normais” e as “de loucos”. Em vez de fazer uma escolha entre essas cartas, numa ideia bourdieusiana de construir o objeto ao recortá-lo de algum modo, eu, ao contrário, decidi reter e analisar todo o material. Eu conduzi um “painel de julgamento”, infelizmente pequeno, porque não tinha muito financiamento. Pedi para que pessoas leigas lessem as cartas e marcassem 1, quando a carta parecesse “perfeitamente normal”, e 10, se ela parecesse “completamente louca”. Em seguida, foi feita uma análise fatorial desse material, a partir da qual projetei as notas de normalidade sobre a análise. A partir disso, tentei construir o que denominei uma “gramática da denúncia normal de injustiça”, ou seja, a definição de regras que satisfaçam uma denúncia pública de injustiça; como se deve justificar uma denúncia pública de forma a ser considerada aceitável e não se passar por delirante.

8 BOLTANSKI, L.; YANN, D.; SCHILTZ, M. *La dénonciation. Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 51, p. 3-40, mar. 1984.

Foi possível observar que, em uma denúncia de injustiça, temos quatro atores: vítima, denunciante, juiz e, evidentemente, o sujeito que comete a injustiça. Atentei, também, para a proximidade entre os atores e seus “tamanhos”, ou seja, para a possibilidade de generalização da injustiça sofrida ou cometida por esses atores.

O trabalho sobre a justificação é realizado depois desse artigo, e eu retomo a questão da paranoia no último livro, *Enigmes et complots*⁹, publicado em 2012. Lá, há um capítulo inteiro sobre a questão da paranoia. Essa foi, de minha parte, a origem do livro *De la justification*. Do lado de Thévenot, havia seu artigo “Les investissements de forme”¹⁰.

Revista Plural *Você critica Bourdieu, Marx e Foucault por ignorarem o conhecimento que os próprios atores detêm sobre o mundo social; a etnometodologia estaria no polo oposto a eles, argumentando que a Sociologia deve se preocupar somente com o conhecimento que os atores detêm sobre o mundo social. Qual é seu ponto de vista em relação à etnometodologia?*

Luc Boltanski Como posso dizer? Primeiro, a posição de Bourdieu era menos dogmática do que a posição dos bourdiesianos. Foi, por exemplo, Bourdieu quem introduziu Erving Goffman na França, e, recentemente, fiquei sabendo que ele chegou a procurar alguém para traduzir Harold Garfinkel para publicar na coleção que editava. Além disso, seu melhor amigo americano era Aaron Cicourel. Desenvolvi um grande interesse nos trabalhos de Goffman; escrevi um texto sobre ele no começo dos anos 1970, que deveria ter sido o prefácio da tradução para o francês de *As representações do eu na vida cotidiana*, mas que não foi aceito porque era muito crítico [risos]. Então, esse material foi publicado como artigo¹¹. Li, depois, pesquisas em etnometodologia, no começo dos 1980, devido principalmente à minha ligação com Bruno Latour, que conheci no fim dos anos 1970. Nós nos tornamos muito próximos, apesar de atualmente não estarmos mais tão próximos por razões políticas, porque eu fui me tornando cada vez mais esquerdista, e ele, cada vez mais... de direita [risos]. Aqui, refiro-me aos posicionamentos dele a respeito do problema muito concreto da reforma universitária francesa. A meu ver, Latour teve duas influências principais: de um lado, Gilles Deleuze, que tinha introduzido o pragmatismo na França; de outro, a etnometodologia.

9 BOLTANSKI, L. *Enigmes et complots*: une enquête à propos d'enquêtes. Paris: Gallimard, 2012.

10 THÉVENOT, L. Les investissements de forme. In: THÉVENOT, L. (Ed.). *Conventions économiques*. Paris: Presses Universitaires de France, 1986. p. 21-71.

11 BOLTANSKI, L. Erving Goffman et le temps du soupçon. *Informations sur les sciences sociales*, v. 12, n. 3, p. 127-147, 1973.

Mas, ao mesmo tempo, nos anos 1980, desenvolveu-se em Paris uma corrente radical de etnometodologia com a qual eu não poderia concordar, uma vez que, durante todo o meu percurso, continuei mais ou menos estruturalista. Se você tomar como exemplo o livro *De la justification*, a explicação ali é estruturalista, não tanto no que diz respeito à noção de estrutura social, à moda de Evans-Pritchard, mas à moda de Lévi-Strauss, das estruturas cognitivas.

Havia duas ideias que me desagradavam na etnometodologia. A primeira delas, por vezes também encontrada no interacionismo, é uma ideia excessivamente “otimista”, segundo a qual os humanos sempre desejam o acordo, como encontrado na noção de Goffman de “*discrediting event*”¹². Os humanos teriam muito medo de qualquer coisa que colocasse a interação sob risco de desintegração e, por isso, sempre desejariam o acordo. Eu sou menos otimista do que isso. Minha outra discordância é quanto à ideia de que tudo é constantemente criado, uma noção de criação permanente do social. Então, tomei de empréstimo da etnometodologia a noção de competência dos atores, mas mantenho um ponto de apoio forte na ideia de estruturas previamente existentes à interação.

O que falarei bastante hoje à noite é do problema central da Sociologia, que, segundo minha visão, ainda não tem solução clara: se você aborda o social a partir dos atores, você os verá como criativos, inventivos, competentes, inovadores, que têm estratégias, etc. Já quando você aborda o social sob um olhar macro, passa-se a descrever um estado de realidade em que aparece a reprodução das regularidades e das assimetrias. Contudo, a meu ver, não há ninguém que saiba conciliar esses dois tipos de abordagens. Esse é o desafio da Sociologia.

Revista Plural Nesse mesmo sentido, também gostaríamos de perguntar sobre sua relação com a teoria crítica contemporânea, principalmente com Axel Honneth.

Luc Boltanski Sim, claro. Há, em primeiro lugar, uma relação de amizade que criei com Honneth, quando estive em Frankfurt. Posteriormente, ele me convidou para conceder três conferências em 2008 e, depois, tivemos uma série de diálogos, especificamente por conta de uma entrevista feita por Robin Celikates, que vai aparecer em inglês em um volume preparado por Simon Susen sobre meu trabalho. Eu aprecio tanto a pessoa quanto, em larga medida, suas ideias, com as quais tenho algumas divergências, que, no entanto, me ajudaram a refletir sobre meu próprio trabalho e a compreender melhor minha própria posição.

12 Termo utilizado por Goffman para se referir às ações ou aos eventos capazes de desacreditar publicamente as identidades projetadas pelos agentes em interação, colocando sob risco de ruptura, portanto, as definições da própria situação de interação adotadas por esses agentes.

Falei disso em *De la critique*. No que concerne às divergências, na Sociologia, as posições são sempre políticas, ao mesmo tempo que teóricas. Nós temos, de um lado, uma Sociologia de direita, uma Sociologia individualista, o individualismo metodológico, que parte da noção de “*rational choice*”; de outro, uma Sociologia de esquerda, que assume a comunidade como ponto de partida, isto é, a noção de que os humanos são sempre sociais. Acredito que há um pouco dessa segunda posição em Honneth. Eu penso, assim como Latour, que é mais interessante partir do indivíduo para analisar todo o trabalho necessário para estabelecer o laço social, do que supor esse laço social já de saída. Eu fui acusado de ser hobbesiano, mas penso que essa é uma posição muito mais interessante, porque foca na inquietude permanente sobre a capacidade de se fazer e de se manter o laço social.

Então, creio que sou menos otimista do que Axel Honneth, no ponto de partida e também no ponto de chegada. Certamente, a teoria do reconhecimento de Honneth não é apenas sobre o reconhecimento jurídico por parte do Estado, mas, para os honnethianos, essa questão desempenha um papel fundamental – eu, particularmente, não tenho muita confiança no Estado. Creio que um dos grandes problemas centrais da Sociologia atual é que ela se construiu junto ao Estado Nação Moderno, que, atualmente, está em grande crise; no mesmo passo, a Sociologia também entrou em crise, precisando de novos conceitos. Enfim, gosto muito de Honneth e também de Nancy Fraser, que acho muito elegante e interessante. O diálogo com eles é muito profícuo.

Revista Plural *Temos duas questões sobre seu conceito de “regime de ação”. Neles, você propõe um retorno reflexivo à capacidade dos atores em formular críticas e justificações de acordo com os princípios de justiça institucionalizados. Mas como devemos compreender o problema da capacidade desigual de formulação de críticas ou de justificações por diferentes agentes, que possuem recursos materiais ou culturais diferentes? Será que é possível considerar uma perspectiva mista entre a sua e a perspectiva de Bourdieu para dar conta da constituição social dos agentes?*

Luc Boltanski Os regimes de ação descritos em *De la justification* são um entre os diversos tipos dos regimes de ação existentes. Aqueles com que trabalhei se referem especificamente à justiça. Escrevi esse texto para delimitar tal noção, uma vez que meus estudantes estavam usando essa obra como se ela fosse uma Sociologia geral; e, tendo vivido sob o dogmatismo bourdiesiano, eu gostaria de evitar a dogmatização de meu trabalho.

Certa vez, quando um estudante começou a me narrar suas observações de campo a partir do repertório conceitual de *La justification*, eu lhe disse: “Não, você vai me relatar suas observações sem utilizar um único conceito, muito menos aqueles de *La justification*”, e ele ficou perdido [risos], tamanha é a força dogmática do ensino. Mas o que vocês disseram é justo. Eu penso que todo mundo é capaz de críticas e de justificação, mas não nas mesmas situações, isto é, nas situações públicas, há um contrato argumentativo e legítimo, que, evidentemente, cria grandes desigualdades. Então, é muito importante considerá-lo e tentar conciliar as duas abordagens. Os mesmos que permanecerão em silêncio durante a reunião pública são capazes de fazer críticas muito boas quando estiverem no bar junto a seus companheiros; então, não é uma diferença de competência, mas sim das diferentes capacidades de acionar essa competência para compreender o fenômeno da dominação.

Revista Plural *A crise financeira produziu uma série de eventos que podem ser lidos a partir dos esquemas analíticos desenvolvidos em La dénonciation e De la justification. Os esquemas desenvolvidos no primeiro texto podem ser mobilizados para refletir sobre as questões financeiras, enquanto aqueles desenvolvidos no segundo são pertinentes na medida em que a crise reacende o debate sobre os princípios de justiça e legitimidade da ordem social. Nessa medida, como você viu os desenvolvimentos políticos e sociais da crise financeira?*

Luc Boltanski Responderei a partir do livro *Le nouvel esprit du capitalisme*¹³. Existe sempre uma ligação entre aquilo que escrevemos e a atmosfera social e política mais ampla. Na França, ocorreu algo de bastante bizarro. O período de esperança de esquerda, que se inicia em 1968, quando há muitos movimentos, manifestações, reivindicações – como atualmente aqui no Brasil –, termina no fim dos anos 1970. Em 1981, François Mitterrand e o Partido Socialista chegaram ao poder, e nós, mais à esquerda, fizemos um voto de confiança. Acho que isso permitiu *De la justification*. Quando escrevi *La dénonciation*, era sobre a capacidade de se exprimir numa época em que víamos todo um conjunto de negociações em torno do novo direito sindical. Eu queria mostrar que havia desigualdades nas capacidades de exprimir uma reivindicação. Mas, apesar de tudo, pensávamos que havia certo número de conquistas: o governo socialista dos anos 1980 se apresentava como muito à esquerda. Eu penso que foi isso que nos liberou o espírito, em alguma medida, para escrever *De la justification*. E depois, por volta

13 BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.

da metade dos anos 1990, tornou-se impossível não ver que, ao contrário do que se havia prometido, houve um aumento das desigualdades e um aumento da força do capitalismo. Foi por isso que, junto com Chiapello, trabalhei em *Le nouvel esprit du capitalisme*, com o objetivo, entre outros, de fazer uma gênese histórica da cidade. O livro é, no fundo, reformista. Apresentava a “cidade por projetos” como um novo tipo de boia de salvação que dava ao capitalismo contemporâneo a possibilidade não de terminar com a exploração, mas de se reformar relativamente. Mas o que se viu nos anos seguintes foi o crescimento da violência capitalista, das desigualdades e, de forma alguma, o estabelecimento da cidade por projetos. Penso que toda a análise presente no *Nouvel esprit* que fizemos dos anos 1968-2000 continua correta, mas que a cidade por projetos foi algo somente esboçado, mas nunca colocado em prática.

Então, notadamente no último capítulo *De la critique*, eu tentei compreender o que garantia, hoje, essa potência política ao capitalismo contemporâneo. A ideia, bastante pessimista, é que aquilo que descrevemos no *Nouvel esprit*, o novo tipo de relação que se formava entre o Estado e o capitalismo, fez com que a reforma se tornasse muito difícil, obrigando os movimentos sociais ou a rebaixar suas reivindicações ou a se radicalizar. Chamo isso de modo de dominação gestionária. Trata-se de um novo tipo de dominação que não é nem mesmo ideológica, a partir do qual o governante diz: “Não podemos fazer nada, porque estamos limitados pelos sistemas de contabilidade”.

Na França, o problema central é que o estado de bem-estar social do pós-guerra (que foi uma punição do capitalismo pelos anos 1930 e pelo fascismo) estava ligado a uma capacidade do estado de aumentar o imposto e que todo um conjunto de movimentos do capitalismo nos anos 1970 e 1980, notadamente o desenvolvimento de paraísos fiscais e da industrialização das finanças, criou uma situação na qual os Estados não têm mais como aumentar o imposto sobre as sociedades anônimas. Então, é obrigado a emprestar dinheiro do mercado de capitais. A crise na França parece bastante uma crise que precedeu a Revolução Francesa, ou seja, uma crise fiscal. Outro problema é que a França está se tornando um país extremamente xenófobo e reacionário. Por isso, fico muito surpreso com esse sentimento, aqui, de que o Brasil passou ao largo da crise de 2008 com uma espécie de energia capitalista. O que mais me surpreendeu, depois de três semanas aqui, é essa impressão de energia capitalista que emerge no país. É bastante perturbador. Como se todo mundo tivesse renunciado. Vocês participaram das manifestações? Eu falei com todos os professores e não encontrei ninguém que me desse uma análise convincente do movimento, por isso falar com jovens como vocês me interessaria muito.

Os mais velhos me dizem que é o retorno da direita contra Lula, outros me dizem que são as classes médias. Todo mundo diz que é um movimento multiforme. Tem gente que diz que são os evangélicos. Já ouvi de um tudo [risos].

Revista Plural *Correto. Ao mesmo tempo em que há essa energia capitalista, há um grande número de manifestações. Tivemos as maiores manifestações das últimas décadas. Como olhar para essa energia do capitalismo concomitantemente a uma energia anticapitalista?*

Luc Boltanski As manifestações eram anticapitalistas?

Revista Plural *Uma parte sim, mas não todas. Ao mesmo tempo temos movimentações na Europa, como na Espanha ou em Portugal, a partir da crise e dos planos de austeridade...*

Luc Boltanski Mas não na França! Não temos nem mesmo “indignados” na França. Eu estive muito próximo da criação do Nouveau Parti Anticapitaliste (NPA), criado por trostkistas que queriam se abrir a outras influências. Diziam-me que eles não eram nem um pouco abertos, que os trotskistas não se abrem nunca; eles tinham razão, eles não são nada abertos, foi catastrófico. Eu fui falar, no curso de verão deles, com um público muito simpático, cerca de mil pessoas, muitos jovens, muitos oradores falando como se estivessem em Munique, em 1927; ou seja, um discurso que ninguém mais consegue compreender, que não é nem mesmo marxismo. Eu sou mais ou menos marxista, cada vez mais, eu diria. Ali parecia um discurso de igreja católica. Na França, o fenômeno é o crescimento da extrema-direita, incluindo uma extrema direita que pode se colocar como anticapitalista, o que complica tudo, retomando as temáticas dos anos 1930, onde havia uma extrema direita anticapitalista.

Revista Plural *É mesmo um desafio para os sociólogos refletir sobre a emancipação social no século 21, em uma época em que o movimento operário formado no século 19 e sua principal teoria – o marxismo – receberam pesadas críticas. Como se coloca a questão do pensamento crítico e sua interação com os movimentos sociais no mundo contemporâneo?*

Luc Boltanski Existe um verdadeiro paradoxo, não somente no nível francês, mas em geral. Eu montei com uns amigos uma pequena sociedade que chamamos de sociedade Louis Michel, para acompanhar o NPA. Vocês sabem quem é? É um célebre anarquista francês do século 19. Temos como projeto fazer uma espécie de quadro do pensamento crítico contemporâneo. Encontramo-nos frequente-

mente em um café de Belleville, com um público de umas cinquenta pessoas. Faz parte dessa sociedade um sociólogo chamado Razmig Keucheyan, que escreveu o livro *Hémisphère Gauche*¹⁴. Esse livro diz algo muito importante: até um período recente, os sociólogos ou filósofos críticos eram sempre ligados a movimentos sociais; hoje, esse tal pensamento crítico está se tornando uma disciplina universitária. Este é um verdadeiro problema. Temos na França, nos últimos anos, um crescimento do pensamento crítico, mas que não está ligado aos movimentos sociais. A última grande manifestação na França foi em 2006, em reação à flexibilização de leis trabalhistas. Em 2005, você teve no *banlieu* parisiense um grande movimento, essencialmente de trabalhadores, muitos deles desempregados, de origem magrebina, mas sem reivindicação clara ou algum porta-voz. Você não tem mais nenhuma organização que seja realmente capaz de organizar e mobilizar as pessoas. A única organização que é capaz de colocar pessoas na rua, atualmente, na França, é a Igreja Católica. Nesse inverno, houve enormes e inquietantes manifestações contra o casamento homossexual. Não só a Igreja: a direita se mostrou muito mais capaz de colocar gente na rua que a esquerda.

Revista Plural *Esse é um jeito triste de terminar a entrevista.*

Luc Boltanski Pode mudar, pode mudar...

14 KEUCHEYAN, R. *Hémisphère gauche: une cartographie des nouvelles pensées critiques*. Paris: La Découverte, 2010.

○ ESTABELECIMENTO DE UM PROGRAMA DE PESQUISA WEBERIANO:

entrevista com Wolfgang Schluchter

Realizada por Paulo Rigolin de Moraes, Sara Tufano e Hugo Neri^a

Wolfgang Schluchter, sociólogo alemão e professor de Sociologia na Universidade de Heidelberg, é hoje um dos maiores conhecedores da obra de Max Weber. Autor de diversas obras¹, como *Die Entwicklung des okzidentalen Rationalismus* (*O desenvolvimento do racionalismo ocidental*), *Religion und Lebensführung* (*Religião e condução da vida*) e *Grundlegungen der Soziologie* (*Fundamentos da teoria sociológica*), é membro do Conselho Editorial responsável pela edição crítica das obras completas de Max Weber (*MWG – Max Weber Gesamtausgabe*), projeto iniciado há mais de trinta anos.

No marco da II Jornada Max Weber, realizada em 1º de outubro de 2013 pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP (PPGS-USP), o Laboratório de Pesquisa Social (LAPS), o Departamento de Ciência Política e a Cátedra Von Martius, Schluchter ministrou a conferência “Capitalism from a World-Historical Perspective: Max Weber’s Theory and History of Capitalism”. A entrevista a seguir, concedida um dia após a conferência, foi a ocasião para o autor alemão pormenorizar a origem de seu interesse pela obra de Max Weber e falar um pouco de sua trajetória na constituição e no desenvolvimento de um programa de pesquisa weberiano.

Revista Plural Gostaríamos de começar a entrevista com uma pergunta sobre sua formação acadêmica e trajetória profissional.

Wolfgang Schluchter Estudei em várias universidades na Alemanha, durante o final dos anos 1950 e início dos anos 1960, e obtive meu diploma – nós tínhamos o diploma, naquele tempo – em Sociologia (combinado com outras disciplinas:

a Respectivamente, mestrando do Programa de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS-USP).

1 Até hoje, apenas um dos seus livros tem tradução brasileira, trata-se de *Paradoxos da modernidade*, publicado pela Editora UNESP, em 2012. Uma lista com todas as publicações de Wolfgang Schluchter pode ser encontrada em sua página pessoal, no site da Universidade de Heidelberg: <www.soz.uni-heidelberg.de/Prof_Dr_Dr_hc_Wolfgang_Schluchter/publikationen/825,506,0,0,1.html>.

Economia e Filosofia), na Universidade Livre de Berlim, em 1964. Depois da graduação, eu me tornei assistente de um professor de Sociologia em Berlim, preparando algumas de suas aulas [*Seminare*] e trabalhando em minha tese. Durante meus anos de graduação e o início da docência, pude ver a emergência dos movimentos de protesto estudantil. Berlim foi um centro desses movimentos e, em alguma medida, tornei-me parte deles, porque muitos estudantes que foram líderes nos movimentos de protestos eram estudantes de Sociologia. Menciono, por exemplo, Rudi Dutschke, que participou do curso “Marxismo e Socialismo Democrático”, que eu havia organizado para meu professor, em 1964. Em 1968, deixei Berlim para ingressar na Universidade de Mannheim, famosa por seu Departamento de Ciências Sociais e por sua forte orientação histórica e empírica. Lá assumi o cargo de professor assistente e pude preparar minha segunda tese, a *Habilitation*. De lá fui para a Universidade de Pittsburgh, nos Estados Unidos, como *Andrew Mellon Postdoctoral Fellow*, e, em seguida, fui professor visitante na Universidade Britânica, em Singapura. Esses encontros com outros países e culturas duraram quase dois anos. Durante minha estadia em Singapura, recebi uma proposta para uma cátedra [*Full Professorship*] na Universidade de Düsseldorf. Lá eu tive de construir um novo departamento e lecionei Sociologia por três anos. Então, recebi uma oferta para ingressar na Universidade de Heidelberg, para reconstruir o departamento de Sociologia deles, que sofria com longas vacâncias decorrentes dos tumultos posteriores às revoltas estudantis. Por fim, várias vezes eu decidi permanecer em Heidelberg, ainda que tenha recebido propostas para ir a outros lugares. Meu compromisso com Heidelberg é relacionado com Max Weber, que viveu grande parte de sua vida adulta e realizou grande parte de seu trabalho científico nessa cidade. E para mim era vantajoso permanecer, porque, graças à flexível administração da universidade, pude conciliar meus compromissos em Heidelberg com outras atividades. Para mencionar algumas: em 1981/82, estive como *Theodor-Heuss-Professor* na New School for Social Research, em Nova Iorque; durante os anos 1980, fui, por um semestre a cada dois anos, para a Universidade da Califórnia, em Berkeley, como professor visitante. Após a reunificação da Alemanha, trabalhei por mais de um ano na Universidade de Leipzig, para reconstruir o Departamento de Sociologia e Ciência Política deles; alguns anos depois, de 1997 a 2002, trabalhei com dois colegas para estabelecermos a Universidade de Erfurt, onde fui chefe fundador do Departamento de Ciências Sociais e do *Max-Weber-Kolleg*, uma espécie de centro de estudos avançados. Max Weber, como vocês sabem, nasceu em Erfurt, portanto, essa denominação foi uma escolha deliberada, também indicando um programa de pesquisa

a ser perseguido. Depois de cinco anos em Erfurt, retornei a Heidelberg, onde fui vice-reitor por mais quatro anos. Aposentei-me em 2006. Entretanto, imediatamente depois da aposentadoria, eu aceitei uma nova tarefa e me tornei diretor do Marsilius-Kolleg, em Heidelberg, que também é um centro de estudos avançados. Enfim, durante a maior parte de minha carreira acadêmica, combinei a docência e a pesquisa com a construção de instituições. Além disso, grande parte desse tempo, estive envolvido com a edição histórico-crítica dos escritos e cartas de Weber. Esse projeto começou há mais de trinta anos e está ainda em curso. Eu mesmo editei vários desses volumes. Os próximos volumes pelos quais sou responsável são *Economia e sociedade*² e *A ética protestante*³.

Revista Plural *E seu interesse em Weber começou quando, exatamente?*

Wolfgang Schluchter O interesse em Weber surgiu relativamente cedo em minha carreira. Depois do diploma, escrevi uma tese sobre Hermann Heller, um importante teórico em Direito Constitucional, durante a República de Weimar. Ele era de origem judaica e emigrou em 1933, quando os nazistas chegam ao poder. Infelizmente, ele morreu prematuramente em seu exílio na Espanha, ainda em 1934, deixando apenas o esboço de um trabalho muito promissor. Durante sua curta carreira acadêmica, ele escreveu um estudo muito interessante sobre a teoria do Estado Moderno, a partir de uma perspectiva socialista. Ainda que essa possa ser considerada uma grande contribuição, que deveria ser continuada após a II Guerra Mundial, quando a Alemanha formulou uma nova constituição, isto não foi o que aconteceu. Ao invés disso, Carl Schmidt, uma das figuras mais dúbias da teoria legal alemã, que se adaptou ao regime nazista e agiu como grande adversário de Heller, durante a República de Weimar, desfrutou de um reconhecimento muito maior que Heller na Alemanha do pós-guerra. Eu achava isso inaceitável. Eu sentia que se deveria fazer mais justiça a Herman Heller e escrevi minha tese sobre sua teoria, em comparação com outros teóricos legais de seu tempo. Nesse contexto, eu me deparei com Weber pela primeira vez. Quando em minha segunda tese – na Alemanha, você deve escrever duas teses: uma para o doutorado e outra [*Habilitation*] para a docência universitária –, coloquei Weber no centro da análise, comparando sua leitura com a de Marx, por um lado, e com a

2 MGW I/23: *Wirtschaft und Gesellschaft. Soziologie*. Unvollendet. 1919-1920. Hrsg. von Knut Borchardt, Edith Hanke und Wolfgang Schluchter.

3 MGW I/18: *Die Protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus – Die Protestantischen Sekten und der Geist des Kapitalismus*. Schriften 1904-1920. Hrsg. von Wolfgang Schluchter, in Zusammenarbeit mit Ursula Bube.

de Saint-Simon, por outro. Tentei estabelecer a abordagem weberiana como uma alternativa viável a essas duas leituras. Posteriormente, fiquei mais e mais interessado pela Sociologia da religião, e isso me levou a promover uma série de conferências internacionais acerca dos estudos comparativos de Weber sobre a ética econômica das religiões mundiais. Isso resultou na publicação de seis volumes sobre as partes escritas e não escritas desse abrangente projeto de Weber: um sobre judaísmo antigo, um sobre confucionismo e taoísmo, um sobre hinduísmo e budismo, um sobre cristianismo primitivo, um sobre o islã e um sobre o cristianismo ocidental. Esses seis volumes foram lançados durante os anos 1980. A partir daí, eu tentei desenvolver a abordagem weberiana em um aparato conceitual amplo. O resultado dessa proposta foi *Religion und Lebensführung*⁴ [*Religião e condução da vida*], em dois volumes, publicados em 1988, e *Grundlegungen der Soziologie*⁵ [*Fundamentos da Sociologia*], também em dois volumes, publicados em 2006 e 2007, respectivamente. Neles eu tento estabelecer o que eu chamo de programa de pesquisa weberiano, como uma alternativa a Marx e Durkheim, por um lado (volume 1), e a Talcott Parsons, George Herbert Mead, Jürgen Habermas e Niklas Luhmann, por outro (volume 2).

Revista Plural *No momento em que o senhor começou a estudar a obra de Weber, ela não tinha a mesma recepção que tem hoje. Nesse sentido, por que o escolheu entre tantos outros teóricos de seu tempo?*

Wolfgang Schluchter Quando desenvolvi meu interesse pelo trabalho de Weber, ele não era muito bem recebido no debate alemão. Era reconhecido nos Estados Unidos, graças ao trabalho de Talcott Parsons, Reinhard Bendix e outros, mas não era assim na Alemanha. É um dado interessante na história das Ciências Sociais que o trabalho de Weber, em certo sentido, tenha sido exportado aos Estados Unidos antes de ser notado na Alemanha. Em 1964, houve um encontro em Heidelberg, intitulado “Max Weber e a Sociologia hoje”, organizado pela Sociedade Alemã de Sociologia, que se tornou bastante famoso. Além dos alemães, muitos sociólogos de outros países participaram. E, no geral, pode-se dizer que a estima em relação à obra de Weber era muito maior entre os estrangeiros do que entre os alemães.

4 *Religion und Lebensführung*, Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 1988; v. 1: Studien zu Max Webers Kultur- und Werttheorie, v. 2: Studien zu Max Webers Religions- und Herrschaftssoziologie.

5 *Grundlegungen der Soziologie*. Eine Theoriegeschichte in Systematischer Absicht, 2 v., Tübingen: Mohr Siebeck, 2006 e 2007.

O pensamento de Weber foi atacado por marxistas, evidente, independentemente de serem alemães ou estrangeiros, mas foi defendido principalmente por americanos, por Talcott Parsons, Reinhard Bendix e Benjamin Nelson. Também Raymond Aron, da França, e Pietro Rossi, da Itália, pertenciam aos defensores. Aron debateu o livro de Wolfgang Mommsen, *Max Weber und Die Deutsche Politik* [*Max Weber e a política alemã*], defendendo a postura weberiana da alegação de que Weber havia ajudado a pavimentar o caminho para o regime nazista. Em seu seminal livro, Mommsen havia atacado Weber a partir de um ponto de vista da Alemanha do pós-guerra – atualmente diríamos: do ponto de vista da retidão política. Essa constelação indica que, naquele momento, a principal recepção do trabalho de Weber ocorria não na Alemanha, mas fora dela. Somente nos anos 1970 houve um recomeço. Até ali um marxismo revitalizado havia virtualmente dominado o debate alemão. Nesse contexto, Weber era sempre lembrado como um pensador *bourgeois*, superado pelo marxismo. Mas, então, o marxismo enfraqueceu-se em alguma medida, e as pessoas de repente cogitaram: Weber talvez seja uma alternativa.

Ele tem muito mais a dizer do que nós reconhecemos até agora. Ele possui um aparato conceitual para pesquisas comparativas em escala universal. Nós podemos alcançar outras civilizações com esse aparato conceitual. De forma alguma está tudo limitado a ideias políticas questionáveis que ele tinha no contexto de seu tempo. Um importante elemento dessa redescoberta foi um novo olhar para sua Sociologia da religião – dos estudos comparativos sobre a Índia, China e o Ocidente, que há pouco mencionei –, e, repentinamente, Weber tornou-se uma alternativa realmente séria à abordagem marxista. E, então, outros autores entram em cena, por exemplo, Norbert Elias e sua teoria da civilização e Georg Simmel, que também havia sido quase esquecido e era então redescoberto. Então, havia um debate inteiramente novo nos anos 1980 e início dos anos 1990, quando se compara com os anos 1950 e 1960, e, com a reunificação alemã, a situação mudou novamente.

Mas é um fato muito interessante que, após a II Guerra Mundial, ele não fazia parte integral do debate sociológico na Alemanha. Weber foi trazido de volta para casa, por assim dizer, somente nos anos 70 e 80 do século passado.

Revista Plural Mas por que Weber obteve tamanha projeção? Em seu tempo, havia vários outros sociólogos e teóricos sociais...

Wolfgang Schluchter Creio que este é outro ponto interessante. Durante sua vida, ele era reconhecido como uma importante figura por seus contemporâneos, mas ele não foi capaz de estabelecer uma escola, como Durkheim, na França. Mui-

tos de seus textos, hoje tidos como importantes, não foram publicados em vida. Isso é especialmente importante para as duas versões de *Economia e sociedade*. Também se deve lembrar que seus estudos sobre o protestantismo ascético e sobre a ética econômica das religiões mundiais foram publicados apenas em revistas científicas, não como livro. Somente no final da vida ele começou a organizar esses ensaios em quatro volumes, mas ele morreu antes de seus planos se tornarem realidade. Então, durante sua vida, seu trabalho não estava integralmente disponível para a comunidade científica, menos ainda para o público em geral. Assim, por algum tempo não havia ciência da riqueza e do enorme escopo de sua herança intelectual. Foi somente nos anos 1920, quando Marianne Weber, sua viúva, publicou esses artigos em coletâneas de ensaios, em vários livros, e tornou pública a primeira edição de *Economia e sociedade* que o trabalho enquanto tal se tornou mais conhecido. Então, houve uma interrupção, de 1933 em diante, quando os nazistas chegam ao poder. Ele não era visto como um deles, evidentemente. Ele teria se oposto à Alemanha nazista, como o fez seu irmão Alfred, sua esposa Marianne e seu colega e amigo Karl Jaspers. Então, não houve continuidade na leitura acadêmica de Weber, entre a República de Weimar e a Alemanha do pós-guerra.

Em seu próprio tempo, ele tinha vários competidores, evidentemente, como seu amigo Georg Simmel ou Ferdinand Tönnies. Havia muitos “sociólogos”, ele era tido como apenas mais um em meio a esse grupo. Só posteriormente ele foi reconhecido como uma figura edificante. Tivemos uma recepção tardia, uma vez que seu trabalho se tornou disponível apenas passo a passo. E, agora, com edição histórico-crítica, sua imagem mudará novamente, porque, além do que se tornou conhecido da comunidade científica nesse meio tempo, temos agora mais de três mil cartas, que podem ser parcialmente tomadas como comentários sobre o próprio trabalho. Além disso, transcrevemos as notas dos cursos que ele ministrou antes de seu colapso nervoso, em 1898. Esse material permite uma segunda tentativa de apropriação do trabalho de Weber em sua totalidade. Temos, agora, uma imagem muito mais clara de como seu trabalho se desenvolveu. Escrevi extensivamente sobre esse tema. De todo modo, é importante ter em mente que, durante sua vida, ele era tido como um entre muitos outros e, inicialmente, ele não era considerado um sociólogo. Antes de sua crise nervosa, ele era professor de Economia. Esse era seu compromisso em Freiburg e também em Heidelberg. No período após sua crise nervosa, de 1898 em diante, ele se tornou uma pessoa reservada. Ele renunciou à docência. Permaneceu uma figura pública, mas não tinha compromissos universitários. Somente em 1919, com a queda da Alemanha imperial e a Revolução de

Novembro, em 1918, ele aceitou novamente uma cátedra em Munique, dessa vez em Sociologia. E, então, morreu depois de um ano, ainda considerado por muitos como um economista. O reconhecimento como grande sociólogo se deu posteriormente, e novamente devo enfatizar a importante contribuição de sua viúva, Marianne Weber, porque ela cuidou de manter o material publicado e não publicado e de apresentá-lo ao público de uma forma organizada. Assim, a recepção pôde ser mais abrangente, indo além do mero reconhecimento limitado a alguns de seus mais importantes trabalhos, como *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. Na verdade, essa também é uma série de artigos, escritos em 1904 e 1905, não um livro. Ele gostaria de continuá-los, mas não o fez. Por quê? Nós não sabemos. Mas essa série de dois artigos foi muito bem recebida por seus contemporâneos. Atualmente, é um dos mais importantes textos na Sociologia. Como mencionei em outra conferência, houve um levantamento entre os membros da Associação Internacional de Sociologia: quais os textos mais importantes escritos em Sociologia durante o século 20? Resposta: dois textos de Weber, *Economia e sociedade* e seu estudo sobre o protestantismo ascético. Isso é notável, certamente, mas não muda o fato de que foi uma recepção tardia e, por conta do nazismo, ainda mais adiada na Alemanha. Depois da queda do regime nazista, muitos jovens sociólogos alemães foram para os Estados Unidos e trouxeram a Sociologia lá estabelecida para a Alemanha. Em alguma medida, Weber voltou nesse processo para a Alemanha.

Revista Plural Nesse processo, como os alemães lidaram com a influência dos leitores americanos de Weber, como Talcott Parsons e outros?

Wolfgang Schluchter Sempre admirei Parsons. Primeiramente por sua dedicação em chamar a atenção dos leitores de língua inglesa para Weber, por meio das traduções. Ele foi o primeiro a oferecer aos leitores americanos (e britânicos) traduções de partes importantes da obra de Weber. Houve, é claro, antes de sua tradução de *Ética protestante*, em 1930, uma tradução (em 1927) de um curso que Weber lecionou no inverno de 1919-1920, “História social e econômica universal” [*Abriß der Universalen Sozial- und Wirtschaftsgeschichte*]. Mas esse não é um texto original de Weber. Ele foi reconstruído com base em notas de estudantes e um guia que Weber tinha para seu próprio uso. Portanto, não é, no estrito senso dessa concepção, um texto de Weber. Além do mais, é uma tradução incompleta. O tradutor deixou de fora a importante primeira seção do texto, em que Weber fornece os conceitos básicos para sua análise histórica social e econômica. Assim, Parsons foi o primeiro a tornar Weber realmente conhecido nos Estados Unidos. E, além de *Ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, ele também tradu-

ziu partes de *Economia e sociedade*, em colaboração com Henderson. Então, ele pode ser tomado como um divulgador crucial. Ele foi o primeiro a tornar textos centrais de Weber disponíveis para os leitores de língua inglesa.

Ele também interpretou Weber de forma interessante em seu livro inovador *A estrutura da ação social* [*The Structure of Social Action*], de 1937. É uma grande obra, em que ele tenta usar a história da teoria social para criar uma nova teoria, intitulada “teoria voluntarista da ação”. Trata-se, de acordo com Parsons, do resultado de uma fusão entre duas tradições muito diferentes na teoria social: a positivista-utilitarista, de um lado, e a hermenêutico-idealista, de outro. Parsons argumenta que ambas as tradições se encontravam com tensões internas, que não poderiam ser resolvidas dentro de suas respectivas premissas. Assim, trouxe à luz uma terceira posição, em que as limitações dessas duas tradições seriam superadas. Nesse processo de “convergência”, Weber tem um papel central (assim como Durkheim). E, nesse contexto, Parsons nos fornece uma interpretação abrangente da obra de Weber. Isso inclui também os estudos comparativos de Weber sobre a Sociologia da religião.

Com isso, Parsons foi muito útil para fazer Weber conhecido por um público de língua inglesa. Sua interpretação foi tendenciosa, é claro; ele usou Weber como alicerce para sua própria teoria. Assim, desconsiderou algumas das questões mais complicadas da obra de Weber. Por isso, mais tarde ele foi atacado por ter dado uma imagem parcial da obra de Weber – ao passo que o nome do jogo agora era “desparsonizar” Weber. Por outro lado, os imigrantes alemães, como Hans Gerth e outros, também promoveram Weber nos Estados Unidos. E não é por acaso que a alternativa mais importante para interpretação de Parsons veio de um imigrante alemão. Ela pode ser encontrada no livro de Reinhard Bendix, intitulado “*Max Weber: um perfil intelectual*” [*Max Weber: an Intellectual Portrait*], que ele escreveu para seus alunos, para compensar a falta de traduções para o inglês de partes da obra de Weber. Bendix foi considerado fundamental para a compreensão adequada da posição de Weber. Foi também a intenção dele transmitir uma visão do homem e de sua obra que não seja a de Parsons. Bendix considerava Weber principalmente um sociólogo político, não no sentido estrito de sua contribuição para a política alemã, mas no sentido mais amplo de sua contribuição para uma Sociologia comparativa da dominação (e religião). Parsons e Bendix representam duas formas muito diferentes de apropriar a abordagem de Weber em sua totalidade. Essa diferença entre os dois pode ser demonstrada no que se refere a um problema de tradução, que compete ao conceito *Herrschaft*. Não há equivalente para essa palavra alemã em inglês. Ela compreende tanto legitimidade quanto a estrutura

de regência [*rulership*]. Parsons traduziu-a como “autoridade”; Bendix, como “dominação”. Como autoridade, coloca-se ênfase no lado normativo de *Herrschaft*; com a dominação coloca-se ênfase na estrutura de poder. Essas não são apenas diferenças semânticas, mas também diferenças na interpretação da análise de Weber. No entanto, devemos admitir que Parsons desempenhou um papel significativo na promoção acadêmica weberiana nos Estados Unidos, embora ele tenha dado uma imagem parcial. Como já mencionado, com a queda de Parsonianismo nos Estados Unidos, “deparsonizar” Weber (e Durkheim) tornou-se a ordem do dia.

Revista Plural *Essa é uma razão pela qual traduziu seu trabalho para o inglês, publicando-o nos Estados Unidos?*

Wolfgang Schluchter Não foi minha intenção, em primeiro lugar, mas gostei da oportunidade de ter alguns de meus livros traduzidos para o inglês. Eu ainda sou muito grato ao meu bom amigo Guenther Roth – descendente de alemães e que foi para os Estados Unidos muito cedo, em sua carreira, para se tornar um assistente de Reinhard Bendix –, por se ocupar da tradução do meu livro *Die Entwicklung des okzidentalen Rationalismus*⁶, de 1979, que apareceu sob o título *The Rise of Western Rationalism*, nos Estados Unidos, em 1981. Ele sugeriu traduzi-lo, e fiquei muito feliz de ele mesmo ter sido o tradutor. Essa tradução acabou sendo uma experiência muito interessante, não só para mim, mas também para ele. Ao longo do caminho, ele percebeu que alguns dos conceitos e das frases que eu tinha usado para a minha interpretação não foram devidamente processados na tradução inglesa da obra de Weber; eles nem sequer existiam. Assim, ele teve que retraduzir passagens inteiras do Weber para o inglês. Então, publicamos um pequeno livro em conjunto, intitulado *Visão da História de Max Weber* [*Max Weber's Vision of History*], que acabou por ser muito bem-sucedido. Mais uma vez, ele traduziu a minha contribuição para esse livro.

Revista Plural *O senhor acha que o reconhecimento dos americanos de seu trabalho foi importante não só para os americanos, mas também para os acadêmicos ingleses?*

Wolfgang Schluchter Alguns de meus livros foram bem recebidos, mas não tenho ideia de quão importante eles têm sido nos debates. *O desenvolvimento do ra-*

6 *Die Entwicklung des okzidentalen Rationalismus. Eine Analyse von Max Webers Gesellschaftsgeschichte*, Tübingen: Siebeck, 1979; reeditado com o título: *Die Entstehung des Modernen Rationalismus. Eine Analyse von Max Webers Entwicklungsgeschichte des Okzidents*, Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 1998.

cionalismo ocidental [*The Rise of Western Rationalism*] foi bem recebido, mas também criticado. Outro livro em inglês, *Paradoxos da modernidade*⁷ [*Paradoxes of Modernity*], que agora está traduzido para o português, recebeu muitas resenhas. Eu não as contei, mas devem ter sido em torno de vinte. *Racionalismo, religião e dominação* [*Rationalism, Religion and Domination*], que é uma continuação de *O desenvolvimento do racionalismo ocidental*, não teve obviamente sucesso. Ele era difícil e, além disso, muito caro.

Revista Plural *No Brasil, consideramos as interpretações alemãs, mas também as inglesas e americanas. Elas estão relacionadas, mas não são as mesmas.*

Wolfgang Schluchter Elas definitivamente não são a mesma coisa. Alguns estudiosos americanos escrevem sobre Weber, sem qualquer conhecimento da língua alemã. Eles contam apenas com traduções. Achei isso sempre muito estranho. As traduções são, como vimos, sempre interpretações. Portanto, deve-se, pelo menos, ser capaz de examinar a tradução cotejando com o original, a fim de descobrir se uma tradução é adequada ou não. Eu sempre fui muito cético, quando percebi que um autor que escreve sobre Weber não podia ler alemão. Não é necessário se ater a Weber em todos os aspectos. É possível utilizar o material também para outros fins. Depende de seu interesse de pesquisa. Mas um obstáculo para uma compreensão adequada da contribuição de Weber é realmente a falta de acesso ao original.

Revista Plural *Será que essa produção em inglês tem algum impacto na Alemanha, por exemplo, o Max Weber Studies, de Sam Whimster?*

Wolfgang Schluchter O empreendimento de Sam Whimster junto com o grupo de estudo britânico de Weber [*Max Weber Studies*] abrange uma ampla gama de tópicos. Alguns deles são bastante periféricos. Não vejo o periódico no centro de um debate teoricamente orientado sobre Weber. Isso pode mudar no futuro. Tenho a sensação de que, nos últimos anos, Whimster tenta atingir outros países, apresentando artigos de estudiosos com sede fora da Grã-Bretanha e com uma ênfase mais forte na teoria. No entanto, a discussão na Alemanha não é influenciada por essa revista. Lá, seguimos um caminho diferente, que é muito mais orientado pela teoria. Alunos meus têm estabelecido uma série de publicações sob o rótulo de *o paradigma weberiano*. É uma tentativa de apresentar publi-

7 *Paradoxos da modernidade. Cultura e conduta na teoria de Max Weber*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

cações, em que os desenvolvimentos recentes na teoria social estão relacionados com um programa de pesquisa weberiano.

Revista Plural *Então, existiria alguma outra influência externa sobre o desenvolvimento de um programa de pesquisa com base em Max Weber?*

Wolfgang Schluchter A obra de Stephen Kalberg me vem à mente. Mas Kalberg, pode-se dizer, é produto alemão. Ele viveu na Alemanha por muito tempo, aprendendo a língua e trabalhando com Friedrich H. Tenbruck, em Tübingen. Sua tradução de *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, conjuntamente com textos afins, é um ataque a Parsons. Ele considera a tradução de Parsons enganosa. Mas, como vimos, nunca há só um modo; ele também forneceu interpretações interessantes, tentando sistematizar o trabalho de Weber como uma teoria comparativa das civilizações. No entanto, nossa discussão na Alemanha é mais técnica. Ainda nos concentramos na metodologia – o que é o tipo ideal, uma visão não afirmativa ou uma hipótese que pode ser falsificada? Destaca-se também a teoria da ação –, qual é a relação entre ação e estrutura? E, muito importante: onde é que a Sociologia interpretativa de Weber difere da teoria da escolha racional? Esses são tipos de perguntas que estamos buscando. Estamos interessados na construção da teoria, não só na interpretação adequada dos textos.

Revista Plural *Sobre o programa de pesquisa weberiano que tem falado, gostaríamos de saber se o senhor acha que é possível desenvolver um programa de pesquisa consistente com base apenas em Max Weber.*

Wolfgang Schluchter Como sociólogos vivendo quase cem anos depois de Weber, nós nos confrontamos com uma nova situação-problema. Isso tem implicações tanto teóricas quanto históricas. A situação-problema que Weber enfrentou não é a mesma que enfrentamos. Houve um avanço teórico depois de Weber que tem de ser reconhecido – um aprofundamento dessa questão pode ser encontrado no volume 2 do meu livro *Fundamentos* –, assim como uma nova situação histórica. Portanto, não podemos simplesmente ficar com suas asseverações. Temos de continuar a desenvolver sua metodologia e seu aparato conceitual mais a fundo, se quisermos lidar com a nova situação histórica. Weber não tinha nenhum conhecimento sobre os regimes totalitários, a bomba atômica e os resíduos nucleares, o aquecimento global ou a revolução digital, para citar apenas algumas novas questões. Seria absurdo procurar soluções para tais problemas em seu trabalho. Hoje, um weberiano deveria seguir sua metodologia e formação de conceitos, sua linha de raciocínio, mas ele deve permanecer aberto a novas ideias. Chamo isso

de explicar, em vez de interpretar, a obra de Weber.

Revista Plural Quando e como essas questões emergiram? Na década de 1980, o senhor estava interessado principalmente nos estudos comparativos de Sociologia da religião e hoje está mais focado no programa de pesquisa weberiano.

Wolfgang Schluchter Passei da interpretação à explicação lentamente, passo a passo. Isso pode ser inferido a partir dos títulos de meus últimos livros. Começando com *Handlung, Ordnung und Kultur*⁸ [Ação, ordem e cultura] – traduzido ao espanhol e em breve ao português, seguido por *Grundlegungen der Soziologie* [Fundamentos da teoria sociológica], mencionado anteriormente. Há um terceiro livro, intitulado *Die Entzauberung der Welt*⁹ [O desencantamento do mundo], que está sendo traduzido ao espanhol e ao português. Devido ao meu compromisso como membro do Conselho Editorial da edição histórico-crítica dos escritos e cartas de Weber [Max Weber – *Gesamtausgabe*], atualmente estou novamente mais preocupado com a interpretação. Mas eu vou voltar para o outro caminho...

Desenvolver o programa de pesquisa weberiano exige um intercâmbio com outras posições que apresentam uma afinidade com o pensamento de Weber. Estas seriam posições para além do individualismo metodológico e do holismo metodológico. Margaret Archer e Anthony Giddens, assim como John Searle, vêm à mente. Uma explicação mais profunda da abordagem de Weber deve ocorrer em um contexto fornecido por esses autores.

Revista Plural Por que não considerar, por exemplo, Alfred Schütz?

Wolfgang Schluchter Há uma afinidade entre Max Weber e Alfred Schütz, sem dúvida. Porém eu estabeleceria uma distinção entre o jovem Schütz que escreveu *Der sinnhafte Aufbau der sozialen Welt* [The Phenomenology of the Social World] e o Schütz “tardio”, que escreveu – em colaboração com Tomas Luckmann – *Strukturen der Lebenswelt* [The Structures of the Life-World]. Somente o primeiro está diretamente relacionado a Weber. E, como vocês seguramente sabem, ele assume uma postura crítica em relação a Weber. A postura refere-se à teoria da ação weberiana e a seu contexto filosófico, o neokantismo. A autoridade filosófica para Schütz é Edmund Husserl, e não, como no caso de Weber, Heinrich Rickert, pelo menos até certo ponto (isso deveria ser qualificado). Não

8 *Handlung, Ordnung, Kultur. Studien zu Einem Forschungsprogramm im Anschluss an Max Weber*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2005.

9 *Die Entzauberung der Welt. Sechs Studien zu Max Weber*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2009.

penso que o ataque do jovem Schütz tenha sido exitoso. Com seu enfoque fenomenológico, ele se deparou com dificuldades sem solução. Ele não conseguiu realizar uma transição consistente de uma perspectiva egológica a uma intersubjetiva. E ele transformou os tipos ideais em tipos reais, o que destrói a metodologia de Weber. Seu trabalho tardio sobre as estruturas do mundo da vida está muito mais fundamentado no pragmatismo americano – William James e George Herbert Mead – do que no Husserl. O conceito de mundo da vida é especialmente útil para a Sociologia weberiana, porém, no caso de Schütz, o conceito tem uma sesgo idealista. Aqueles que trabalham seguindo suas ideias reduzem a Sociologia à Sociologia do conhecimento. Isso é incompatível com um enfoque weberiano.

Revista Plural *Em relação ao programa de pesquisa weberiano, quais os autores que atualmente usam esse programa? Isto é, o senhor publicou *Publics Spheres and Collectives Identities* com o professor Eisenstadt, e Thomas Schwinn está trabalhando nesse programa. Como vai a pesquisa empírica?*

Wolfgang Schluchter Essa é uma pergunta interessante. A dimensão empírica e histórica do programa encontra-se ainda relativamente fraca. A ênfase permanece na teoria. O Shmuel Eisenstadt “tardio” é outra história. Apesar de ele considerar-se weberiano, seguiu uma agenda relativamente autônoma. Trabalhamos juntos por quase cinco anos, em um ambiente muito amigável, porém não conseguimos concordar com uma agenda comum. Honestamente, nunca entendi seu conceito de “modernidades múltiplas”. O conceito em si é complicado: trata-se de modernidade múltipla ou simplesmente modernidades? Se é o primeiro, deve haver um denominador comum. Eisenstadt nunca o explicou. Se é o segundo, espera-se uma tipologia, similar ao que apresentei ontem em relação ao capitalismo. Mas, em seu trabalho, o caso é o tipo. Além disso, seu conceito de “idade axial” é duvidoso, não é compatível com Weber. O conceito deriva do irmão de Weber, Alfred, e de Karl Jaspers, e não encaixa na análise comparativa das civilizações de Weber – o termo “civilização” é usado aqui no sentido de Durkheim, não no sentido alemão, em que civilização é geralmente justaposto à cultura. Porém, Eisenstadt está certo quando distingue a origem e a difusão da modernidade. Em relação à origem, Eisenstadt aceita a análise de Weber, com algumas restrições, claro, porém sua ênfase está na difusão. E essa é uma questão crucial também para um programa de pesquisa weberiano. Mas a solução de Eisenstadt não pode ser seguida ao pé da letra.

Thomas Schwinn, um de meus alunos e meu sucessor em Heidelberg, trabalha nessa linha, enfatizando a “dependência de trajetória” [*path dependency*] de desen-

volvimentos de longo alcance e a variabilidade e constelações institucionais, porém seu trabalho mais importante é sobre a teoria da ação e a teoria da diferenciação, incluída sua relação com a teoria da estratificação. Ele está especialmente interessado no intercâmbio com estudiosos que concordam com as premissas de uma teoria dos sistemas, como a elaborada na Alemanha sobre as bases de Parsons e Luhmann. Está mais propenso do que eu a integrar argumentos adiantados por membros dessa escola a um programa de pesquisa weberiano. Considero a teoria da ação e a dos sistemas incompatíveis. Seu trabalho é também principalmente teórico.

Mas vocês estão absolutamente certos sugerindo na pergunta o fato de que, no final das contas, devemos provar a viabilidade de um programa de pesquisa por meio de estudos empíricos e históricos. Devemos demonstrar quão poderoso o programa é na análise de um determinado fenômeno histórico e empírico. Um exemplo dessa análise que mencionei ontem refere-se à emergência de Hitler. Aqui os conceitos de Weber, especialmente os tipos da dominação carismática, foram aplicados exitosamente. No entanto, atualmente, nossa ênfase permanece em assuntos teóricos mais do que históricos ou empíricos. Esperamos que isso mude, mas, eu o admito, não serei eu quem o faça.

Revista Plural *Ainda nesse programa de pesquisa baseado em Weber, há alguma conexão com esse longo itinerário aqui no Brasil? Porque sabemos que o senhor já esteve em quatro universidades e visitará ainda outras. Há alguma conexão?*

Wolfgang Schluchter Já ministrei conferências em quatro universidades e ministrarei em outras quatro e ofereci para este “tour” de conferências seis tópicos diferentes. No total, serão treze conferências. O formato desse “tour” criou-se acidentalmente. O professor Jessé Souza, meu antigo aluno, quem recebeu seu PhD da Universidade de Heidelberg e quem, entretanto, é um autor reconhecido neste país e internacionalmente, perguntou-me, durante uma conferência na Cidade do México, se estaria disposto a vir ao Brasil. Eu aceitei entusiasticamente. A iniciativa começou em pequena escala e com o tempo foi crescendo, pois Jessé divulgou minha vinda, e muitas universidades responderam favoravelmente. Assim, minha esposa e eu começamos em Goiânia, depois fomos ao Rio, em seguida a Manaus e de Manaus a Natal. Agora estamos em São Paulo e, ainda nesta semana, iremos a Campinas e a João Pessoa. Nossa última parada será em Brasília. Aprecio muito a oportunidade de ministrar conferências em todos esses lugares. Dá uma ideia de quão grande e diversificado o país é. Estamos deslumbrados pela hospitalidade com que nos receberam. Agradeço especialmente pelas

interessantes conversas que tenho com professores e estudantes. E estamos antecipando mais disso. Infelizmente não falamos sua língua. Mas com o inglês nos damos bem.

Revista Plural *Uma última questão. Ontem, na conferência, o senhor mencionou as diferenças e semelhanças entre Weber e Marx. Há uma tradição chamada “marxismo weberiano”, que tenta estabelecer uma leitura weberiana da modernidade a partir de uma abordagem dialética. Como interpretaria essa relação?*

Wolfgang Schluchter Como apontei no primeiro volume de meus *Fundamentos*, os programas de pesquisa de Marx e Weber são fundamentalmente diferentes. Chamei o primeiro de Hegelianismo sociológico e o segundo de Sociologia kantiana. Essa diferença básica não exclui o fato de eles terem semelhanças em relação à análise de fenômenos concretos. Um exemplo é o capitalismo moderno. Weber admite que Marx identificou muito bem algumas tendências históricas associadas ao capitalismo moderno. Por exemplo, as que se referem à concentração e à centralização do capital, à emergência das companhias de ações, à globalização da economia capitalista, etc. Porém, no fundo, permanece uma diferença básica, a que se refere às metodologias diferentes e ao *status* dos conceitos. Weber não aceita a dialética, e os conceitos – os tipos ideais – são instrumentos heurísticos para ordenar a realidade, não dispositivos para compreender a essência das coisas. Além disso, ele não considera o capitalismo como um fenômeno moderno exclusivo, como Marx o considera. E o socialismo, segundo Weber, não superará as deficiências do capitalismo, só aumentará a burocratização. Ao meu ver, não existe isso chamado “marxismo weberiano”. Marx e Weber representam dois programas de pesquisa diferentes, que não podem ser fundidos.

TESES DEFENDIDAS NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA PPGS-USP

André Augusto Inoue Oda

Título Império da lei: um estudo de sociologia do direito e da violência

Orientador Marcos César Alvarez

Resumo Nessa pesquisa, realizo uma análise sociológica sobre o conceito de estado de direito e mostro as implicações da adoção desse conceito para a formação de uma visão própria do mundo social. Mostro que, se observarmos o estado de direito como uma construção coletiva operada no campo maior do poder, e não como uma formulação doutrinária gerada apenas no universo acadêmico das faculdades de direito, o estado de direito portará muitos significados diferentes, ambíguos e mesmo contraditórios. Mas será precisamente por essas qualidades que serão tão decisivos para a manutenção de uma identidade do poder estatal sob seu emblema. Para compreender o processo histórico através do qual o signo do estado de direito encontra sua supremacia, realizei uma sociologia histórica sobre a ascensão global das elites jurídicas no campo do poder em meio ao processo de decadência do regime militar e a concomitante redemocratização dos anos 1990. Para compreender a ampla gama de significados do estado de direito, decorrentes do caráter coletivo de sua formação, analisei um conjunto extenso de artigos de opinião sobre criminalidade, violência de estado e segurança pública publicados no principal jornal impresso brasileiro desde aquela época, a Folha de S. Paulo. Esses artigos foram escritos por uma variedade expressiva de representantes de elites de diferentes campos sociais, mas prevalentemente por sujeitos com formação acadêmica em direito. Ao reconhecer algumas estruturas compartilhadas entre a maior parte dos debatedores na formação de seus argumentos e discursos, a despeito de tantas diferenças aparentes entre suas perspectivas políticas, busquei os elementos estruturantes de uma teorização própria do social na perspectiva jurista.

André Luciano Simão

Título Modernização e civilização em debate: proposta(s) positivista(s), embate de ideias e ação política no Brasil ao final do século XIX

Orientador Brasílio João Sallum Junior

Resumo O presente trabalho analisa a obra de dois autores positivistas com atuação intelectual, política e social marcante durante os últimos anos do século XIX e primeiros anos do século XX no Brasil: Luís Pereira Barreto e Alberto Sales. Importantes representantes do positivismo paulista, tais autores, guiados por visão cientificista da realidade do país, elaboraram visão peculiar das necessidades de mudanças do país rumo à civilização e ao progresso. A hipótese trabalhada é a de que tais autores expressam, na esfera intelectual, um embate entre diferentes grupos e estratos nacionais interessados em impor à nação seu projeto de modernização, um embate pela hegemonia intelectual em momento de importante transição do país. Desta forma, trabalha-se com a ideia de que tais autores apropriam-se do discurso positivista com interesse sincero de colocar suas percepções e entendimentos em prática e alterar concretamente as condições sociais, econômicas e políticas do país. Discorda-se, deste modo, das análises que compreendem os posicionamentos intelectuais apenas como forma de reorganizar o discurso autoritário ou como modo de crítica ao governo, mais ou menos acentuada, de indivíduos distantes das esferas de poder.

André Vereta Nahoum

Título “Culturas” à venda: o tráfico de representações culturais dos Yawanawa

Orientadora Nadya Araujo Guimarães

Resumo Quais são as tensões, alianças, negociações e traduções que subjazem ao tráfico de representações culturais no mercado? Esta pesquisa analisa dois projetos de inserção no mercado dos Yawanawá, população indígena do sudoeste amazônico: um projeto para produção de sementes de urucum para uma empresa estadunidense de cosméticos, e outro que envolve a exibição pública de práticas culturais, notadamente espirituais. A indigenização de práticas de mercado e categorias específicas da cultura Euro-Americana tais como o intercâmbio monetário, a proteção ambiental e a diferença cultural permitem a tradução de elementos culturais em estilos de vida harmoniosos e boas práticas ambientais. A valorização econômica de representações culturais é utilizada internamente como um novo instrumento em conflitos locais entre líderes e grupos em sua busca por prestígio, lealdade e recursos materiais e,

externamente, junto à população regional e nacional não-nativa como contraponto a outras iniciativas para o desenvolvimento de atividades lucrativas na Amazônia. Parte de nossa sociedade global de mercado, os Yawanawa também podem empregar a demanda e valorização de representações associadas à sua cultura em projetos individuais de construção de reputação e liderança, e mais amplamente, para a reafirmação de sua identidade coletiva, como uma população indígena com direitos especiais. Esta pesquisa explora a troca mercantil como uma arena de sociabilidade complexa e conflituosa. Ela analisa como valores são criados e intercambiados no mercado em uma verdadeira economia cultural, e como projetos de identidade individual e coletiva são construídos, questionados e, às vezes, reproduzidos por meio do tráfico de objetos materiais e imateriais.

Clayton Peron Franco de Godoy

Título Ação direta: transnacionalismo, visibilidade e latência na formação do movimento anarquista em São Paulo (1892-1908)

Orientador Bráslcio João Sallum Junior

Resumo A tese tem como objetivo investigar a dinâmica de formação do ativismo anarquista na cidade de São Paulo entre os anos de 1892 e 1908, relacionando-a com certas dimensões transnacionais do mesmo. Caracterizando o anarquismo como um movimento social, utiliza o instrumental sociológico com a finalidade de captar a articulação entre sua ação pública como desafiante frente ao regime e ao campo econômico emergentes e a sua atuação submersa junto às classes populares. Com isso, pretende demonstrar que o anarquismo foi simultaneamente um dos atores responsáveis pela atualização do repertório de confronto político na nascente República e um personagem importante na construção de uma cultura autônoma e de resistência entre as classes populares. O argumento central da pesquisa é o de que a compreensão da sustentação e das opções estratégicas do movimento anarquista em São Paulo ao longo desse período só é plenamente apreendida quando se lança luz, simultaneamente, sobre o contexto político e social e sobre as ligações entre os grupos locais e o anarquismo transnacional. A formação do movimento foi dividida em três períodos. Entre os anos de 1892 e 1897, no contexto de construção do regime republicano, os ativistas participaram da montagem do campo socialista como referência política, estabeleceram seus quadros interpretativos e foram reconhecidos como atores sociopolíticos por aliados e opositores. Entre 1898

e 1903, na conjuntura de consolidação do regime republicano, os anarquistas obtiveram êxito na constituição de estruturas de mobilização, no estabelecimento de uma cultura libertária e na conservação de sua identidade coletiva. Finalmente, entre 1904 e 1908, no contexto de pressão popular sobre o regime republicano e o campo econômico, os grupos anarquistas instituíram decisivamente suas orientações estratégicas. O movimento diversificou-se internamente sem dismantelar sua identidade coletiva. Seus grupos estabeleceram uma especialização do trabalho do ativismo, mas seguiram norteados por quadros interpretativos comuns e mantiveram coordenadas suas ações nas dimensões visível e latente do movimento.

Demétrio Gaspari Cirne de Toledo

Título Estratégias nacionais de catch-up aeronáutico

Orientador Glauco Antonio Truzzi Arbix

Resumo Esta tese compara as estratégias de catch-up aeronáutico de Brasil, Argentina, Indonésia, Japão, China e Rússia ao longo da segunda metade do século XX e começos dos anos 2000. Mais especificamente, examina os modos como esses países tentaram desenvolver empresas capazes de projetar, produzir e comercializar aviões civis para o mercado interno e externo. Partindo das noções de sistema tecnoproductivo, distância da fronteira tecnológica e catch-up industrial, foi desenvolvido um modelo analítico dos fatores que explicam o sucesso ou o fracasso de cada um dos casos estudados. À reconstrução histórica seguiu-se a comparação formal dos casos por meio de um modelo de análise qualitativa comparada (QCA) composto por três dimensões: estratégia de aprendizagem tecnoproductiva; fatores institucionais; fator empresarial. Os resultados da reconstrução histórica e do modelo de análise qualitativa comparada indicam que a estratégia de aprendizagem tecnoproductiva e os fatores institucionais são aspectos altamente relevantes da explicação do sucesso ou fracasso das estratégias de catch-up aeronáutico. No entanto, apenas os sistemas tecnoproductivos aeronáuticos que lograram desenvolver o fator empresarial, ou seja, formar uma empresa comercialmente orientada responsável pelo desenvolvimento, produção e comercialização de aviões, obtiveram pleno sucesso em suas tentativas de catch-up. A tese pretende, além de formalizar um modelo das estratégias de catch-up, contribuir para a reflexão mais ampla sobre as possibilidades de desenvolvimento industrial disponíveis aos países que atualmente se encontram a grande distância da fronteira tecnoproductiva contemporânea.

Diego Araujo Azzi

Título Nas tramas da cultura financeira

Orientadora Maria Célia Pinheiro Machado Paoli

Resumo Esta tese apresenta uma interpretação sociológica de alguns aspectos das relações entre economia e sociedade hoje. Baseando-se tanto em referências clássicas quanto em contemporâneas, o texto trata das evoluções recentes da cultura financeira e aponta sua crescente discrepância, com consequências sobre o exercício da democracia. Neste contexto, a dinâmica conflitiva entre campo econômico e espaço dos movimentos sociais é abordada tendo como estudo de caso a rede internacional Jubileu de luta contra a dívida, com atenção particular ao seu capítulo brasileiro.

Fernando Luiz Monteiro de Souza

Título O ativismo de mulheres negras e a política de promoção da igualdade de gênero e raça em Santo André (SP)

Orientador Antonio Sérgio Alfredo Guimarães

Resumo A análise desta tese foi centrada na relação entre raça e política, e considerou como seu objeto o ativismo feminista e de mulheres negras na criação da política de promoção de gênero e raça no município de Santo André, governado pelo PT, durante os anos de 1989 a 2005. O percurso da análise procurou responder em primeiro lugar à questão: por que, após a Conferência Durban em 2001, quando a questão racial ganhou destaque e reconhecimento nacional, o PT, ao conquistar a Presidência da República, criou um órgão, com status de ministério, para desenvolver a política de promoção da igualdade racial? Em segundo lugar, dentre os governos administrados pelo PT, em que medida a experiência de Santo André e a profissionalização política de ativistas negros foram relevantes na definição do modelo de política racial adotado em nível nacional? O desenvolvimento da tese compreendeu a análise da bibliografia sobre raça e política, dos documentos e relatos das ativistas feministas e de mulheres negras para confirmar, primeiro, que a confluência histórica entre a organização política da esquerda, o feminismo e o ativismo negro permitiu na região do grande ABC, em especial em Santo André, a emergência de uma experiência de política racial; em seguida, demonstrar que o alinhamento político do ativismo feminista e negro com a tendência hegemônica no PT foi uma potente estratégia para conquista de poder, cujos efeitos foram a mobilidade das ativistas, a sua institucionalização, a implementação da agenda

racial e o fortalecimento eleitoral do PT. A tese conclui que o processo de redemocratização brasileira possibilitou a institucionalização dos ativistas dos movimentos sociais negros por meio da política de promoção da igualdade racial. No entanto, o posicionamento da temática racial no partido e em Santo André correspondeu não apenas ao ciclo organizacional do ativismo negro, mas também à estrutura de oportunidades políticas e restrições e à relevância dada à questão racial, configuradas na permeabilidade da estrutura partidária e do governo, especialmente nos períodos eleitorais.

Frederico Machado de Barros

Título César Guerra-Peixe: a modernidade em busca de uma tradição

Orientador Leopoldo Garcia Pinto Waizbort

Resumo O trabalho consiste numa investigação sociológica sobre a música de concerto brasileira produzida entre os anos 40 e 50 do século XX. O ponto focal é a trajetória composicional de César Guerra-Peixe ao longo dessas duas décadas, que serve de guia para que se avance sobre a correspondência, textos, entrevistas e, mais fundamentalmente, a música composta por ele no período. Discutindo a relação de Guerra-Peixe com seus pares, o trabalho busca colocar em relevo como ele respondeu composicionalmente às questões e debates de seu tempo. Como ponto de apoio para a investigação, permanece a relação complexa entre modernidade e tradição em sua obra.

Lucas Rodrigues Azambuja

Título O cálculo econômico de valor das firmas no mercado de trabalho: estudos de caso no setor de tecnologias da informação

Orientadora Nadya Araujo Guimarães

Resumo Nas últimas décadas, cientistas sociais vêm defendendo a ideia de estarmos presenciando o início de uma nova etapa do desenvolvimento histórico do capitalismo, a chamada nova economia. Entre outros aspectos, aponta-se para mudanças profundas no âmbito das organizações e do trabalho, que foram provocadas pelo impacto do surgimento e difusão das tecnologias da informação. Nesse sentido, esta tese escolhe por contribuir em torno do conhecimento sobre a nova economia a partir de um interesse analítico bem delimitado, a saber, compreender o cálculo econômico de valor realizado por firmas de tecnologia da informação, quando estas comparecem no mercado de

trabalho. Tal interesse analítico se operacionaliza através de três perguntas de pesquisa: Quais são e como as condições engendradas por redes sociotécnicas das firmas de tecnologias da informação estruturam as suas capacidades de cálculo econômico de valor? Quais valores econômicos e economicamente relevantes, essas firmas lançam mão para definir o valor e, por conseguinte, a sua demanda no mercado de trabalho? E quais procedimentos e práticas elas adotam para classificar e julgar a oferta de trabalho e planejar a realização de sua demanda diante dessa oferta? Visando responder essas três perguntas, procedeu-se à realização de quatro estudos de casos em empresas de diferentes segmentos de atividade econômica das tecnologias da informação. Os quatro casos estão localizados no município de Porto Alegre (RS) ou na sua região metropolitana. Com base na análise dos dados coletados nesses estudos, a tese encerra refletindo sobre o valor do trabalho como mercadoria no contexto da nova economia e também sobre o desenvolvimento de uma abordagem de sociologia econômica voltada para o comportamento da firma no mercado de trabalho e a sua capacidade de cálculo econômico de valor.

Maíra Muhringer Volpe

Título O divã no palco: discurso terapêutico, indústria cultural e a produção de bens culturais com pessoas comuns

Orientadora Irene de Arruda Ribeiro Cardoso

Resumo Não é raro encontrar na televisão brasileira, e mesmo na rádio, emissões que trazem depoimentos de pessoas comuns comentados por especialistas, sobretudo, psicólogos. Desentendimentos conjugais, problemas com filhos, desavenças com vizinhos, conflitos no trabalho, são alguns dos temas exibidos. Trata-se de versões cujo formato orienta também produções estadunidenses, europeias e latino-americanas, cuja temática, apropriada pela indústria cultural nacional, difunde um discurso terapêutico. Embora as ideias de manipulação dos participantes e de sensacionalismo na busca por audiência sejam justificativas para a veiculação desse tipo de emissão, existem outros sentidos que podem ser atribuídos quando se aproximam as razões que mobilizam pessoas a dar visibilidade a histórias e questões consideradas de foro íntimo. Foram esses outros sentidos aqui investigados. Uma abordagem, portanto, a partir dos participantes de *No Divã do Gikovate* (Rádio CBN), *Casos de Família* (SBT) e *Márcia* (Bandeirantes) norteou a pesquisa apresentada. A interação social no palco, nos bastidores e na plateia foram vias de acesso a dois grupos sociais

envolvidos na produção e no consumo desses bens culturais. O estudo dessas interações apontou lógicas diferentes de produção: uma demanda espontânea, entre aqueles que integram as emissões animadas pelo Dr. Gikovate, e um sistema de produção da exibição, ou seja, uma cadeia produtiva por trás das emissões televisivas que abarca tanto profissionais formalmente contratados pelas emissoras quanto pessoas engajadas informalmente. Tais interações indicam ainda grupos que possuem universos mentais distintos, com repertórios expressivos e recursos afetivos específicos. Seus integrantes apropriam-se do discurso terapêutico difundido transformando-o em senso prático para sua vida afetiva.

Paola Giraldo Herrera

Título A Universidad de los Andes e o estabelecimento da Frente Nacional, Colômbia, 1948-1968

Orientador Sedi Hirano

Resumo Esta pesquisa explora o papel da Universidad de Los Andes (Uniandes) de Bogotá, Colômbia, na constituição do regime de coalizão conhecido como Frente Nacional (1958- 1978). Combinando a revisão do arquivo do conselho diretivo da Uniandes com a reconstrução das trajetórias e redes de contato dos seus membros, esboça-se aqui um mapa do campo do poder no período entre a fundação da universidade (1948) e a consolidação da Frente Nacional. Nesta tese é desenvolvida uma análise das elites colombianas e da utilização da educação superior como mecanismo de reorganização do campo político colombiano em um contexto de reivindicações sociais.

Tiarajú Pablo D'Andrea

Título A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo

Orientadora Vera da Silva Telles

Resumo O objetivo desta tese é basicamente problematizar quatro questões: quais são os sentidos e os significados que estão em jogo para o termo periferia; qual é a influência da atuação dos coletivos artísticos da periferia na formulação de um novo significado para o termo periferia; por que houve uma explosão de atividades culturais na periferia nos últimos vinte anos e; qual o caráter e o alcance da ação política desses coletivos artísticos. Para tanto, o texto

parte do contexto social da década de 1990, quando as periferias de São Paulo sofriam os desdobramentos do neoliberalismo e um alto índice de homicídios. Logo, o texto aponta algumas mudanças ocorridas nas últimas duas décadas nessas periferias. Algumas delas são o aumento do número de coletivos artísticos nesses bairros, tema principal desta tese; o crescimento evangélico e a presença do PCC. Também se discorre sobre o aumento da atuação de ONGs e do poder público nas periferias. Por fim, o texto conceitua a obra do grupo de rap Racionais MC's como sendo a narrativa legitimada por essa população para contar sua história e discorre sobre uma nova subjetividade surgida na periferia e centrada no orgulho dessa condição. O indivíduo que passa a agir politicamente a partir desse orgulho é denominado neste trabalho como sujeito periférico. O texto discorre também sobre como três campos discursivos obtiveram a preponderância para definir o que seja periferia em distintos tempos históricos. Estes campos discursivos são: o discurso acadêmico, os coletivos artísticos da periferia e a indústria do entretenimento. Logo, realiza uma aprofundada análise histórica, social e política da obra dos Racionais MC's tentando entender por que o discurso enunciado por esse grupo causou tanto impacto nas periferias e criou uma nova forma de entendimento sobre o que seja periferia para o todo da sociedade, além de influenciar a própria auto-imagem que os moradores da periferia passaram a possuir de si mesmos. Entrelaçado a esse fenômeno, o texto discute como nos últimos vinte anos houve um alargamento do significado do termo periferia, que já não passa a ser definido somente pelo binômio pobreza e violência, mas também pelos elementos cultura e potência. No entanto, esta potencialidade da população periférica pode ser utilizada para sua afirmação política ou para fins mercadológicos, expressos em uma certa celebração dos pobres visualizada na atualidade que por um lado esvazia o caráter crítico do termo periferia e por outro celebra a denominada Classe C. Por fim, esta tese apresenta os resultados de pesquisas etnográficas realizadas em coletivos artísticos da periferia de São Paulo discutindo como estes coletivos influenciaram na ressemantização do termo periferia. Também se problematiza neste trabalho o labor estético e fundamentalmente político desses coletivos, em um contexto de crise das formas clássicas de mobilização política.

Tulio Augustus Silva e Souza

Título O comunicado da razão: crítica da razão funcionalista na Teoria do Agir Comunicativo

Orientador Ricardo Musse

Resumo O objetivo desse trabalho é rastrear a dimensão de influências específicas que moldaram Jürgen Habermas na construção da Teoria do Agir Comunicativo. Em sua obra maior, a pretensão habermasiana foi harmonizar um vasto leque de autores e teorias que uma vez trabalhados em suas especificidades convergissem para a existência de um projeto emancipador possibilitado por uma racionalidade de teor comunicativo. Com esse propósito, a atenção está voltada para o segundo volume dessa obra, em especial para o papel de Talcott Parsons e sua teoria de sistemas, a sociologia de Émile Durkheim que faculta a interação por meio da linguagem e seu entrelaçamento com Habermas por mais de uma via, as discussões metodológicas com Popper e a disputa com o positivismo, bem como a presença da teoria crítica e seus personagens diversos.

Viviane de Oliveira Cubas

Título A Ouvidoria e o controle da atividade policial na percepção dos policiais militares

Orientador Sergio França Adorno de Abreu

Resumo As ouvidorias de polícia têm a função de monitorar o trabalho policial e contribuir para melhorias na segurança pública. No Brasil, passados 18 anos da criação da primeira ouvidoria, no Estado de São Paulo, esses órgãos ainda encontram uma série de resistências para exercer sua atividade. Entre elas, está a resistência dos próprios policiais em reconhecerem e se submeterem ao controle que não seja aquele efetuado pela própria corporação. Esse é o foco deste trabalho: explorar a dinâmica entre controlador e controlado ou, em outras palavras, a relação entre ouvidoria e policiais militares. Explorar a percepção dos policiais a respeito desses mecanismos, suas resistências ao controle externo e como elas se manifestam. Para isso, a pesquisa consistiu na análise de duas diferentes fontes de dados. Uma amostra de queixas registradas por policiais na Ouvidoria de Polícia do Estado de São Paulo e entrevistas abertas realizadas com policiais militares. A análise do material empírico foi elaborada com base nos conceitos e categorias weberianos, tanto para a construção de uma tipologia das queixas quanto para a análise das motivações e das condutas dos agentes encontrados nos dados aqui apresentados. Os resultados

sugerem que a ouvidoria não só conseguiu manter-se ao longo do tempo, apesar das resistências apresentadas à medida que conquistava seu campo, como se tornou um órgão reconhecido e legitimado pelas corporações. Indicam também que os policiais possuem diferentes percepções a seu respeito que vão desde um direito do cidadão, a um recurso usado por eles próprios, mas que também pode ser vista como uma fonte de constrangimentos ou um obstáculo ao bom desenvolvimento dos trabalhos. Ao recorrerem à ouvidoria para registrar suas queixas, os policiais rompem com valores e tradições de sua instituição e expõem conflitos e problemas internos relacionados à hierarquia e à gestão do trabalho policial. Contudo, permanece ainda o silêncio dos policiais a respeito dos casos de violência e abusos da polícia no trato com o público, que ficam restritos aos mecanismos internos de controle.

DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA PPGS-USP

Ana Carolina Silva Andrada

Título A organização do trabalho artístico a partir da construção de um campo de ação estratégica: o Teatro de Grupo paulistano e a Lei de Fomento ao Teatro

Orientadora Nadya Araujo Guimarães

Resumo Para se compreender a organização do trabalho artístico há que se levar em conta seus aspectos institucionais. As formas que as organizações artísticas tomam estão diretamente relacionadas ao desenvolvimento desses campos de produção em artes. Nessa dissertação, tomo como objeto de interesse o campo da produção teatral paulistana conhecido como Teatro de Grupo. Argumento que a aprovação da Lei de Fomento ao Teatro para a cidade de São Paulo em 2002 foi um importante ponto de inflexão na construção desse campo. Para explorar de que modo a lei permanece como um dos mecanismos centrais da organização dessa parcela da produção artística, foram coletados, por meio de pesquisa de campo e análise documental, dados e informações sobre os grupos que concorreram a essa verba de financiamento. Ao descrever os elementos que constituem esse campo de produção torna-se possível elucidar aspectos específicos da experiência de trabalho artístico dos indivíduos que compõem esses grupos teatrais da cidade.,

Cleto Junior Pinto de Abreu

Título A sociologia da modernidade líquida de Zygmunt Bauman: ciência pós-moderna e divulgação científica

Orientadora Maria Helena Oliva Augusto

Resumo A sociologia da modernidade líquida de Zygmunt Bauman (1925) é, segundo o autor, um modo possível de articular o conhecimento científico sobre a sociedade com o conhecimento comum da vida cotidiana. Em virtude de sua natureza, seus textos têm despertado grande interesse em um público de leitores não habituados a esse campo disciplinar, a ponto de ser apresentado, por suas casas publicadoras, como um verdadeiro best-seller. Este estudo, situado no âmbito da sociologia da cultura, visa compreender, por meio da análise da sociologia de Bauman, o estado atual do campo sociológico em

suas relações com a cultura de massa, tendo por pressuposto a lógica cultural contemporânea em que a distinção tradicional entre alta e baixa cultura ou entre ciência e senso comum parece perder legitimidade. Como resultado, a sociologia da modernidade líquida, a despeito de sua pretensão científica, aproximar-se-ia das práticas de vulgarização da ciência, fenômeno mais amplo e difuso nos diversos domínios disciplinares e que encontraria no esquema teórico de Bauman sua expressão no campo sociológico.

Cristiana de Oliveira Gonzalez

Título Don't be evil: universidade, empresa e contracultura em interação na empresa Google Inc.

Orientadora Sylvia Gemignani Garcia

Resumo Esta pesquisa tem por objetivo entender as diferentes dinâmicas estabelecidas entre contracultura, economia e ciência a partir da noção de matriz de entrelaçamento. A empresa Google Inc e o objeto que melhor permite analisar as zonas fronteiriças que entrelaçam esses três elementos, preservando seus referentes e suas fronteiras. Assim este é um trabalho que tenta explorar por meio de quais processos as práticas e valores da contracultura e da produção de conhecimento científico que, ao mesmo tempo em que não eram frontalmente anti-mercado, mas que inicialmente não estavam subordinadas à produção capitalista, acabam muitas vezes se impondo aos objetivos de mercado, à forma de produção de conhecimento do capitalismo flexível, por provarem sua eficiência técnica e sucesso comercial. Irei me referir a esses três elementos dentro de uma perspectiva dos regimes, que estabelece que cada regime tem sua base histórica, possui sua própria divisão de trabalho, seus próprios modos de produção cognitiva e de artefatos e tem audiências específicas.

Eduardo Altheman Camargo Santos

Título A economia do poder e o poder da economia: neoliberalismo e governamentalidade em Foucault

Orientador Marcos César Alvarez

Resumo Esta dissertação pretende compreender a analítica proposta pelo filósofo francês Michel Foucault no curso realizado no Collège de France intitulado Nascimento da Biopolítica (1978-79) a respeito da arte de governar neoliberal. Buscamos apreender a relação entre a análise do neoliberalismo e

outros momentos e conceitos da produção bibliográfica foucaultiana, tais como as noções de biopolítica, de governamentalidade e de poder disciplinar. Para tal, realizamos uma incursão em diversas obras do filósofo, como *As palavras e as coisas* (1966), *Vigiar e Punir* (1975), *História da Sexualidade I A vontade de saber* (1976), além dos cursos *Em defesa da sociedade* (1975-1976) e *Segurança, Território, População* (1977-78). Por fim, o texto também se propõe a realizar contribuições ao estudo do neoliberalismo como um todo, explicitando as veredas abertas pela teoria de Foucault e apontando para além de um exercício de exegese teórica da experiência filosófica foucaultiana.

Ian Prates Cordeiro Andrade

Título Estrutura ocupacional e pobreza na região metropolitana de São Paulo, 1991-2010

Orientadora Nadya Araujo Guimarães

Resumo No Brasil, o fenômeno da pobreza foi interpretado, mais das vezes, a partir da sua relação com o mercado de trabalho, com a escassez da proteção social e com o processo de expansão do assalariamento. Por outro lado, os estudos sobre estrutura ocupacional raras vezes adotam a pobreza como fenômeno a ser analisado, relegando-a a um mero subproduto das dinâmicas da estratificação social. Esta pesquisa pretende mostrar como podemos incorporar a estrutura ocupacional, a partir da sua relação com as mudanças econômicas e a proteção social, à análise da pobreza. Utilizamos como estudo de caso a Região Metropolitana de São Paulo, observada no período compreendido entre os anos de 1991 e 2010, quando analisamos, à luz de dados censitários, como diferentes padrões da estrutura ocupacional nessas duas décadas condicionaram a dinâmica da pobreza.

Leonardo Melo Lins

Título Educação e economia: um estudo da relação entre estrutura produtiva e demandas educacionais nas regiões metropolitanas de São Paulo e Belo Horizonte

Orientador Glauco Antonio Truzzi Arbix

Resumo A relação entre educação e economia, tanto do ponto de vista teórico quanto na formulação de políticas públicas foi, em grande medida, entendida pelas ideias vindas da teoria do Capital Humano, nas Ciências Econômicas, e

da teoria da Modernização, na Sociologia, em termos de oferta. Uma economia, para possuir alto desempenho econômico, deveria superar as deficiências educacionais de sua força de trabalho no sentido de aumentar a escolarização dos indivíduos. Atualmente esta relação linear entre os sistemas educacionais e a estrutura produtiva vem sendo questionada por não levar em conta aspectos que atuam como mediadores do efeito da educação na economia. Este trabalho busca a caracterizar alguns desses aspectos, ao analisar como a estrutura produtiva das regiões metropolitanas de São Paulo e de Belo Horizonte, em termos de setores de atividade econômica, absorvem a escolaridade. Dessa forma, este trabalho busca explorar aspectos da demanda por escolaridade por parte das economias metropolitanas em análise. Para tanto, foram usados os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), bem como três formas de metodologia: análise do coeficiente de variação dos salários, análise de correspondência e regressão logística multinomial.

Lucas Amaral de Oliveira

Título Primo Levi e os rumores da memória: limites e desafios na construção do testemunho

Orientadora Maria Helena Oliva Augusto

Resumo O químico e escritor italiano Primo Levi (1919-1987), sobrevivente de Auschwitz, construiu um dos testemunhos mais importantes da segunda metade do século XX. Esta pesquisa tem como desígnio maior converter algumas questões que aparecem em duas de suas autobiografias mais impactantes sobre o campo de extermínio, *É isso um Homem?* e *Os Afogados e os Sobreviventes*, em problemas de caráter sociológico, na tentativa de contribuir na seara de investigações aberta pelos depoimentos desse intelectual ítalo-judeu. Gostaria de interpretar seu testemunho como fonte documental, em que seja possível apreender aspectos informativos de denúncia, rastros de dor, violência e morte que assinaram com sangue nossa era. Assim, em um primeiro momento, busco dar voz e espaço à memória de Levi e à sua narração sobre o cotidiano das agressões no *Lager*, a sociabilidade comum àquele ambiente infernal, os tipos humanos ali dispostos e a dificuldade de comunicação surgida em função da violência descomedida e do rebaixamento de alguns à condição de escravos. A partir disso, passo a tecer algumas reflexões sobre seu testemunho, explorando, principalmente, o chão aporético sobre o qual ele se desenvolveu: fragmentado, lacunar, impossível em sua inteireza, mas absolutamente necessário. Tentarei

verificar, nessa medida, os limites na construção do testemunho da barbárie e as possibilidades encontradas por Primo Levi na representação e transmissão da experiência vivida. Afinal, qual o potencial do testemunho na geração de novos conhecimentos sobre esse evento traumático que foi Auschwitz? E em que medida a obra-testemunho de Levi pode ser tida como instrumento de transmissão de experiência e conhecimento sobre esse passado? Tais questões são importantes porque pensar o testemunho de Primo Levi a partir de um conjunto de elementos que encontra na noção de memória seu eixo decisivo faz do testemunho não apenas um objeto de análise histórica, mas, ainda, fonte privilegiada para refletir sobre violências em outros contextos, sobretudo atuais.

Luiz Carlos Zalaf Caseiro

Título Novas estratégias de internacionalização de empresas brasileiras: expansão geográfica, determinantes e alternativas de política industrial

Orientador Glauco Antonio Truzzi Arbix

Resumo Após a abertura econômica, empresas brasileiras de diversos setores deram início ou ampliaram seus processos de internacionalização. Esse movimento acentuou-se a partir de 2004, quando os investimentos diretos no exterior das transnacionais brasileiras (IBDs) cresceram em uma magnitude sem precedentes. A recente expansão internacional, entretanto, difere das experiências passadas não apenas no volume dos investimentos, mas também quanto ao seu destino e qualidade, que abarcam um número crescente de países e setores. A presente dissertação contempla uma detalhada caracterização da internacionalização de 148 transnacionais brasileiras nas últimas duas décadas no que diz respeito a sua composição setorial e à localização geográfica dos IBDs. Por meio de análises quantitativas e qualitativas, chegamos a conclusões que desconstroem as ideias recorrentes na literatura acadêmica de que esse movimento estaria restrito a setores intensivos em commodities ou concentrado na América Latina. Ao evidenciarmos as correlações existentes entre os setores de atividade das empresas e suas estratégias de inserção internacional, demonstramos que as empresas mais intensivas em tecnologia buscam a internacionalização primordialmente nos maiores e mais dinâmicos mercados do globo como uma forma de reforçar os laços com os clientes e obter acesso a novos conhecimentos produtivos e tecnologias. Adicionalmente, a presente dissertação procura superar as limitações da perspectiva da gestão das empresas, predominante na literatura acadêmica sobre o tema, ao investigar

os determinantes externos da recente intensificação da internacionalização das empresas brasileiras por meio de uma abordagem transdisciplinar. Nesse sentido, contextualiza historicamente a inserção externa das transnacionais brasileiras desde a década de 70 até os dias de hoje, analisando em detalhes os impactos da reestruturação da geografia produtiva internacional, da difusão de novas tecnologias e de fatores macroeconômicos e políticos sobre os fluxos de IBDs. Por meio dessa mudança de perspectiva, é possível alcançar uma melhor compreensão das características da trajetória recente de internacionalização das empresas brasileiras, bem como novas implicações para a formulação de políticas industriais.

Mariana Toledo Ferreira

Título A institucionalização da pesquisa em genética no Brasil e seus pesquisadores: um estudo de caso do Centro de Estudos do Genoma Humano da USP

Orientadora Sylvia Gemignani Garcia,

Resumo Partindo da concepção de que a ciência é, por definição, uma atividade coletiva, organizada localmente e através de instituições, esta dissertação realiza um estudo empírico do Centro de Estudos do Genoma Humano (CEGH), situado na Universidade de São Paulo. A pergunta mais geral do trabalho diz respeito à maneira pela qual se dá a organização social da produção de conhecimento e da produção de produtores de conhecimento em uma área específica de pesquisa a genética em um país periférico. Para isso, parte-se do processo de institucionalização da pesquisa em genética no Brasil, enfatizando os arranjos entre pesquisadores, universidade e agência de fomento em três aspectos considerados essenciais à atividade científica: padrão de financiamento, padrão disciplinar e padrão de circulação internacional de ideias e pesquisadores. A preocupação central é compreender a dinâmica da disciplina, pensada como um conjunto de processos sociais de produção de conhecimentos (e não como uma lista de descobrimentos, acumuladas por homens singulares), e demonstrar como a institucionalização da pesquisa em genética foi conformando uma tradição local de pesquisa. Essa tradição servirá como pano de fundo para compreender a incorporação das mudanças na pesquisa em genética humana passagem da genética clássica à molecular nos laboratórios que atualmente compõem o CEGH e as transformações no padrão de financiamento da pesquisa. Ao olhar para o CEGH, a partir dessa tradição científica local da qual ele é tributário, é possível descrever quais

são os atuais arranjos organizacionais, as práticas de pesquisa e a divisão do trabalho que remodelam e atualizam essa tradição. Este trabalho considera o CEGH como um microcosmo social, que faz parte de um espaço disciplinar mais amplo que, por sua vez, insere-se no universo hierarquizado das áreas de conhecimento e disciplinas científicas.

Monise Fernandes Picanço

Título O Poder da solução. A construção do mercado de literatura de autoajuda (voltada a negócios)

Orientadora Nadya Araujo Guimarães

Resumo Nos anos 1990, o mercado editorial brasileiro observou a ascensão dos livros de autoajuda entre eles os livros de autoajuda voltada a negócios às listas de livros mais vendidos. Fortemente criticados no início de sua ascensão pela grande mídia, esses livros não só enxamearam as listas de mais vendidos nos anos 1990, como conquistaram o status de nicho editorial no Brasil, com sucesso até os dias de hoje. O sucesso e a emergência desse nicho foram compreendidos, nesse trabalho, através da teoria dos campos. Com base nessa teoria, analisaram-se as posições dos atores incumbentes (autores e editores), suas estratégias para obter e manter as posições dominantes no campo, bem como as relações por eles travadas com outros campos, pertinentes para o desenvolvimento do nicho editorial. A agência de certos autores de autoajuda, os gurus, constitui-se como elemento-chave para entender o triunfo desses livros no mercado editorial brasileiro. Gurus são atores socialmente hábeis que tornaram possível a emergência desse novo mercado. Eles são autores de livros de autoajuda, consultores e palestrantes que têm em seus livros apenas um dos meios para legitimar suas ideias perante o seu público. Através do estudo da trajetória de um guru brasileiro conhecido (Roberto Shinyashiki), percebe-se que a conjunção de suas estratégias, atividades e maneiras de apresentar a si mesmo lhe permitiram construir sua reputação como guru, o que, combinado com seu trânsito contínuo entre o mundo editorial e corporativo, e suas atuações na mídia, tiveram papel chave na emergência deste nicho editorial no Brasil dos anos 1990.

Rafael de Souza

Título “Saindo do gueto”: o Movimento Homossexual no Brasil da abertura, 1978-1982

Orientadora Angela Maria Alonso

Resumo Esta dissertação investiga a problemática da formação do movimento homossexual brasileiro em sua relação com o ciclo de protestos da liberalização e abertura política, no período de 1978-1982. Tendo como norteammento teórico a perspectiva da teoria do processo político, o texto procurou oferecer uma alternativa explicativa que tratasse da dinâmica social interna do movimento homossexual, mas também vinculasse ao contexto político mais amplo. O argumento principal consistiu em resgatar os laços do fenômeno com sua conjuntura, isto é, com o ciclo de protesto da liberalização de 1978 a 1982, de modo a explicar o porquê desse movimento ter surgido no momento em que surgiu. A hipótese central é a de que a inserção dos ativistas em determinados espaços abertos pela dilatação das oportunidades culturais permitiram aos ativistas o re-enquadramento das dimensões do conflito político. Essas oportunidades foram compostas, basicamente, pela imprensa alternativa e pela cultura artística marginal do período. Esses dois espaços de produção e distribuição de bens simbólicos funcionaram como estruturas de mobilização. A inserção dos ativistas nesses espaços e o consumo de bens simbólicos contraculturais resultaram, portanto, em enquadramentos interpretativos e repertórios de ação coletiva voltados para a construção coletiva de uma estética política individualista. Ou seja, essa combinação tornou possível a produção de uma estética da homossexualidade, a construção coletiva de uma identidade política fora do gueto homossexual e, por fim, a vocalização política dos homossexuais.

Rafael Grilli Felizardo

Título Em busca de novos padrões de desenvolvimento: os parques tecnológicos no Brasil

Orientador Glauco Antonio Truzzi Arbix

Resumo Os parques tecnológicos surgiram como uma tentativa de países desenvolvidos e em desenvolvimento em aumentar o padrão de competitividade por meio do suporte a inovação tecnológica em ambientes desenhados especificamente para isto. No Brasil, os parques tecnológicos foram uma resposta tardia, dos anos 2000, a um movimento que já ocorria em diversos países do mundo há algumas décadas. O desenvolvimento de novos parques tecnológicos a partir

dos anos 2000 nos faz levantar a seguinte pergunta de pesquisa: qual o atual cenário de parques tecnológicos brasileiros? Quais possuem atributos que lhe trazem potencial para desenvolvimento em global? Qual o papel do governo no suporte ao surgimento e desenvolvimento de parques tecnológicos? A partir da montagem de um quadro conceitual e da análise de cada instituição que terceiros chamam de parque tecnológico no Brasil, pudemos identificar o grau de novidade que tais instituições possuem no Brasil, bem como alguns parques que, sob a luz de nosso quadro conceitual, possuem atributos que podem lhes permitir galgar elevado grau de desenvolvimento. O estudo também nos mostra que políticas públicas federais de fomento aos parques tecnológicos foram e são essenciais para o desenvolvimento dessas instituições no país. Apresento, a partir de meticuloso estudo qualitativo, o atual cenário de parques tecnológicos no Brasil, estudos aprofundados sobre os parques mais avançados, e alguns dos desafios para o governo no que tange ao desenvolvimento de política pública com maior especificidade segundo o tipo de parque tecnológico e seu grau de desenvolvimento.

Tiago Rangel Côrtes

Título Os migrantes da costura em São Paulo: retalhos de trabalho, cidade e Estado

Orientadora Vera da Silva Telles

Resumo Esta pesquisa tem três objetivos centrais. O primeiro é compreender o fenômeno que foi denominado de migração da costura. Evidencia-se o funcionamento dos mecanismos de atração dessa força de trabalho transnacional, situados na dinâmica urbana da Região Metropolitana de São Paulo. Trata-se de perspectiva que retira os aspectos nacionais e étnicos para explicar o fluxo migratório que se insere na cidade através do trabalho na indústria de confecções. A hipótese defendida é que foi estabelecida uma afinidade eletiva entre as transformações ocorridas no setor, a partir da reestruturação produtiva, e o modo pelo qual se estrutura a migração transnacional circulante assentada no que se denominou de dispositivo oficina de costura. Esse dispositivo oferece as condições para a realização do projeto migratório: deslocamento, qualificação, trabalho, moradia e alimentação. O segundo objetivo repousa na compreensão das relações entre o dispositivo oficina de costura e a ideia de trabalho escravo. A proposta é rastrear o início do debate sobre o trabalho escravo da modalidade rural à urbana, tendo como referência os migrantes

da costura e identificar tratados, marcos e leis nacionais e internacionais que incidem sobre essas populações. Em seguida, evidenciam-se algumas representações de migrantes sobre a temática. O último ponto propõe uma abordagem sobre o trabalho escravo a partir do caso da fiscalização da grife espanhola Zara. São examinadas as transformações da atuação dos agentes estatais no combate ao trabalho escravo: da repressão e criminalização à gestão do fluxo e da inserção dos migrantes na cidade, que ocorre a partir da mobilização de ONGs e de grandes empresas. Trata-se de compreender o trabalho escravo como aglutinador de uma série de políticas de inclusão, referidas no mercado, que buscam organizar esse mercado de trabalho, além de gerir o fluxo migratório. Abordam-se os limites e contradições dessas ações. A metodologia utilizada foi predominantemente qualitativa, baseada em pesquisa de campo, análise documental e entrevistas semiestruturadas.